



ISSN: 2675-2697

Volume 1 - Número 1 - 2019

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Mares: Revista de Geografia e Etnociências

<http://revistamares.com.br/>

Volume 1, Número 1, 2019

ISSN: 2675-2697

Rede de Geografias da Pesca

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Av. Cel. Porfírio, 2515

CEP: 68372-040 - Altamira PA

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Conselho Editorial

Catia Antonia da Silva (NUTEMC – UERJ FFP)

Catherine Prost (COSTEIROS - UFBA)

Cristiano Quaresma de Paula (NEGA – UFRGS)

Christian Nunes da Silva (GAPTA - UFPA)

Eduardo Schiavone Cardoso (GTA UFSM)

Guiomar Germani (GeograFAR – UFBA)

Gustavo Goulart Moreira Moura (GERPCAM - UFPA)

Kássia Norberto Rios (LIECTT – UFRB)

Sueli Angelo Furlan (NUPAUB – USP)

Conselho Intercientífico

Adrian Ribaric (USP)

Adolfo da Costa Oliveira Neto (UFPA)

Alpina Begossi (UNICAMP)

Amintas Nazareth Rossete (UEMT)

Ana Paulina Aguiar Soares (UEA Manaus)

Andréa Regina de Britto Costa Lopes (UNIFESSPA)

Antonio Carlos Diegues (USP)

António Domingos Braço (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Camilah Antunes Zappes (UFF e UFES)

Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFRJ)

Catherine Prost (UFBA)

Catia Antonia da Silva (UERJ)

César Augusto Ávila Martins (FURG)

Christian Nunes da Silva (UFPA)

Cristiano Quaresma de Paula (UFPA)

Cristiano Ramalho (UFPE)

David MacGrath (EUA)

Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)

Francisco José Bezerra Souto (UEFS)

Gabriela Coelho de Souza (UFRGS) Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Guiomar Germani (UFBA)

Gustavo Moura (UFPA)

José Ángel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Venezuela)

José Ignacio Vega Fernández (UFPE)

José Geraldo Marques (UEFS)

Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo (Marsol)

Karyn Rodrigues Enriques (Universidad de La Laguna – Espanha)

Kássia Norberto Rios (UFRB)

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Leopoldo Cavaleri (UNICAMP)

Manoel Masulo da Cruz (UFAM)

Maria Lúcia Brito (UECE)

Mariana Neves Cruz Mello (UEPA)

Marie Christine Cormier-Salem (IRD – França)

Michel Thiollent (UNIGRANRIO)

Miguel Accioly (UFBA)

Nemer Narchi (Colégio de Michoacán - México)

Oriana Trindade de Almeida (UFPA)

Raimundo Alberto Mulhaise (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Raquel de Carvalho Dumith (UFF)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Rogério Haesbaert (UFF)

Shauane Itainhara Freire Nunes (IF Bahiano)

Suana Medeiros Silva (UFPE) Sueli Angelo Furlan (USP)

Tatiana Walter (FURG)

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)

Valter Carmo Cruz (UFF)

Zacarias Augusto Rungo (Universidade Pedagógica – Moçambique)

ÍNDICE

EDITORIAL

Cristiano Quaresma de Paula.....1-2

Artigos Científicos

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA EM DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA

Gracilene de Castro Ferreira, Christian Nunes da Silva, Vicka de Nazaré Magalhães Marinho.....3-15

HOMENS E MULHERES DO MAR: APONTAMENTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

Daniela Feyh Wagner, Eduardo Schiavone Cardoso17-26

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIA

Kássia Aguiar Norberto Rios27-38

TRANSFORMAÇÕES NO RIO CAMARAJIPE (SALVADOR, BA) E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL

Rinaldo de Castilho Rossi, João Carlos Guimarães Júnior39-48

DESCAMINHOS DA ESCOLA: TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PESCA E OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Mariana Sena Lopes, Nayara Felicíssimo Amaral, Fernanda Pacheco Huguenin, Diego Carvalhar Belo, Suelen Ribeiro de Souza49-60

POSSIBILIDADE DE INTEGRAR O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE O CLIMA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO LITORAL DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Manuel Macandza, Alice Freia61-72

QUANDO O QUILOMBO É RIO: TERRITORIALIDADES DA PESCA ENTRE QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS NO BAIXO TOCANTINS (PA)

Carla Joelma de Oliveira Lopes73-84

AS MUDANÇAS E AS PROBLEMÁTICAS NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS NA PESCA ARTESANAL

Karla da Silva Sampaio, Pedro Benício Almeida Pinto, Catia Antonia da Silva85-95

PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA: PESQUISA, CONFLITOS E DILEMAS, UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Dorival Bonfá Neto, Júlio César Suzuki97-114

OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA, A MARINHA DO BRASIL E A VIOLÊNCIA BIOÉTNICA

Cesar Bernardo Ferreira, Cleonice Puggian115-127

ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO: EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E MARÉS DE LUTA NA
COMUNIDADE PESQUEIRA E QUILOMBOLA CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

Elionice Conceição Sacramento, Ana Tereza Reis da Silva129-138

Resenha

POLÍTICA PÚBLICA E TERRITÓRIO

Larissa Tavares Moreno139-141

Artigos Intercientíficos

ESCOLA DAS ÁGUAS: UMA EDUCAÇÃO PELAS ÁGUAS

Edielso Barbosa dos Santos, Kassia Aguiar Norberto Rios, Maurício Sacramento Santos, Merivaldo Menezes de Salles, Taíse dos Santos Alves143-152

LAÇOS DE CIDADANIA: FORMAÇÃO DE REDES SOLIDÁRIAS E PRESERVAÇÃO DE SABERES
TRADICIONAIS NO LITORAL PIAUIENSE

Victor Bruno Barbosa Silva, Ana Cláudia dos Santos Barros, Simone Cristina Putrick.....153-159

“SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER”: OFICINAS DE FORTALECIMENTO DAS
COMUNIDADES PESQUEIRAS DE UBATUBA / SP

Ricardo "Papu" Martins Monge, Luiz Claudio Bernardes "Santiago", Gabriela Murua, Henrique Callori Kefalas, Ana Carolina S. Barbosa, Ana Flávia Sallai de Oliveira, Antônio Fialho, Carolina Santos Natividade, Marcio R. Santos, Dara de Oliveira, Dario B. Santos, Hellen Diana S. Souza, Mario R. de Oliveira161-174

Carta de Movimento Social

CARTA-MANIFESTO DO II ENCONTRO DE ETNODIVERSIDADE: TECENDO REDES E FORMANDO
ALIANÇAS DE SOURE, ILHA DO MARAJÓ - PARÁ175

EDITORIAL

Com muita alegria tornamos pública a Mares: revista de Geografia e Etnociências!

O mar para os(as) pescadores(as) brasileiros tem muitos significados. Pode significar o oceano, as águas profundas, onde de embarcações simples ou com tecnologias mais robustas os(as) pescadores(as) buscam o pescado. Pode significar o local de trabalho, mesmo sendo rio, igarapé, lagoa, laguna – ir para o mar traz o sentido de ir pescar -. Os mares, também são repletos de representações atribuídas pelas comunidades, que incidem em relações de pertencimento, e de respeito.

Quando acentuado, mares se tornam marés, que no Brasil têm diversas dinâmicas, que regulam a vida, tanto ao longo do ano, quando no cotidiano. A maré expõe o manguezal, local de pesca das(os) marisqueiras(os). Esses mares(és) de pesca estão associados a conhecimentos herdados, transmitidos e reelaborados, que tem permitido o uso de técnicas que garantem a permanência dos recursos e reprodução social das comunidades pescadoras.

Os mares são disputados, são ZEE, são águas territoriais, são APP, são UCs, e são considerados fontes de recurso (além do pescado) para outras atividades econômicas. Os povos dos mares, oceanos, rios, igarapés, lagos, lagoas, mangues, etc. estabelecem seus territórios. Esses sujeitos, povos, grupos, comunidades, populações, movimentos sociais, estão em permanente luta para a manutenção da pesca artesanal brasileira.

Para evidenciar essa discussão, e outras, a Rede de Geografias da Pesca apresenta a Mares: revista de Geografia e Etnociências. Essa revista foi construída a partir da demanda dos geógrafos que discutem a pesca artesanal em suas pesquisas (urbana, agrária, regional, geomorfologia marinha, hidrologia, política e geopolítica, epistemologia, teoria e método, etc.) e abre-se para ciências afins, que consideram a pesca artesanal em sua dimensão social, cultural, econômica, política e ambiental.

Diante disso, no próprio conselho intercientífico encontram-se antropólogos(as), sociólogos(as), historiadores(as), economistas, ecólogos(as), biólogos(as), oceanógrafos(as) entre outras áreas das ciências humanas, e das etnociências. Também abriu-se ao interconhecimento, aos diálogos de saberes, aceitando a publicação de textos intercientíficos.

Neste primeiro número a revista Mares apresenta dezesseis textos, sendo onze artigos científicos, uma resenha, três artigos intercientíficos e uma carta de movimento social.

Os artigos científicos são trabalhos inéditos, elaborados com base na análise crítica da literatura científica sobre determinado tema ou área do conhecimento. Entre os artigos científicos há uma pluralidade de discussões, dentro da unidade proposta pela revista, ou seja, o destaque às comunidades de pescadores, aos saberes tradicionais, logo têm centralidade nos sujeitos. Entre as problemáticas destacam-se o mapeamentos participativos com comunidades pesqueiras; o trabalho de homens e mulheres na pesca artesanal; as resistências das comunidades frente ao avanço de outras atividades econômicas, os reflexos na pesca de transformações nos corpos d'água, a inclusão/exclusão das pescadoras artesanais no acesso ao ensino escolar, a apropriação dos saberes dos pescadores nos processos de ensino, a relação entre pescadores/ribeirinhos/quilombolas no contexto amazônico, o acesso das comunidades pesqueiras às políticas sociais, as problemáticas evidenciadas sobre a pesca artesanal na América Latina, a violência bioétnica sofrida pelas comunidades, e a luta das comunidades frente a expropriação de seus territórios.

Nessa edição também foi publicada a resenha do livro *Política Pública e Território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil*.

Essa revista também abre espaço aos artigos intercientíficos. Esses são elaborados com base no diálogo entre sujeitos sociais (pescadores e cientistas) estabelecidos em processos de ensino, pesquisa e extensão, em coautoria. Metodologicamente se inserem em construções de pesquisa participativa e de pesquisa-ação. Esses artigos intercientíficos apresentam a Escola das Águas, promovida pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP - na Bahia, a valorização de saberes tradicionais a partir do programa de extensão "Laços de Cidadania" no litoral do Piauí, e as experiências do projeto "Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras" promovido pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) em Ubatuba - SP.

Também temos a satisfação de publicar a *Carta-Manifesto do II Encontro de Etnodiversidade: tecendo redes e formando alianças de Soure, Ilha do Marajó – Pará*.

Boa leitura.

Cristiano Quaresma de Paula

Editor

Belém, 07 de outubro de 2019.

Sobre a Rede de Geografias da Pesca

A Rede de Geografias da Pesca foi construída durante o Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, realizado em 2012, na cidade de Belo Horizonte. No Espaço de Diálogos e Práticas - EDP: Comunidades tradicionais: pescadores, ribeirinhos e caiçaras, se reuniram vários geógrafos de diversos estados brasileiros, que têm se dedicado à compreensão e estudo da pesca no território nacional. Desta forma, a rede é proposta como espaço de cooperação entre pesquisadores e colaboração com os movimentos sociais da pesca artesanal.

Atualmente a Rede de Geografias da Pesca se realiza a partir da articulação entre pesquisadores e grupos de pesquisa que a compõem. Desta forma, são proporcionados momentos de encontro, em bancas de mestrado e doutorado, nos grupos de trabalho e espaços de socialização de eventos nacionais como o Encontro Nacional de Geógrafos - ENG - e Encontro Nacional da ANPEGE - ENANPEGE -; e em eventos promovidos pelos próprios grupos de pesquisa. Também tem sido propostos projetos e publicações conjuntas. Entre as publicações destacamos o livro *Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal* (2016), e livro *Geografia & Pesca Artesanal Brasileira* (2019), em dois volumes.

O periódico *Mares: revista de Geografia e Etnociências* é uma realização da Rede de Geografias da Pesca, e tem por objetivo fomentar a pesquisa e a divulgação de conhecimentos, sobre a pesca artesanal brasileira, promovidos pela Geografia, pelas Etnociências, e pelas próprias comunidades e movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais.

Para maiores informações acesse: <https://rede-de-geografias-da-pesca.webnode.com/>

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA EM DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA

PARTICIPATORY MAPPING OF THE TERRITORY AND TERRITORIALITIES OF THE FISHERMEN OF VILA DE CACHOEIRA IN DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA

MAPEO PARTICIPATIVO DEL TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES DE LOS PESCADORES DE VILA DE CACHOEIRA EN DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA

FERREIRA, Gracilene de Castro

SILVA, Christian Nunes da

MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães

RESUMO

Os pescadores da Vila de Cachoeira vivem e constroem sua territorialidade, tendo a pesca como um importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população. Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida. No entanto, os dados revelam que a pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores. Nesse sentido, o reconhecimento de seu território de pesca se torna imprescindível para a permanência desse pescador e de sua territorialidade na busca do pescado e de sua prática laboral. Assim, a importância de representar cartograficamente sua área de pesca revela a necessidade de sua efetiva participação nesse processo tendo em vista que é o próprio pescador que vive e constrói suas territorialidades. E foi através do mapeamento participativo realizado com os pescadores da comunidade e representantes dos órgãos de classe local, incluindo representantes da Resex Mocapajuba e da Colônia dos Pescadores do Município de São Caetano de Odivelas que foi possível, com base nos fundamentos da cartografia participativa, representar cartograficamente o território pesqueiro destes pescadores e revelando não somente suas práticas laborais mas toda a dinâmica que envolve a luta pela territorialização dos mesmos e a luta pela apropriação dos recursos de do rio emanam como fonte de renda e de permanência.

Palavras-chave: Cartografia Participativa. Território. Territorialidade.

ABSTRACT

The fishermen of Vila de Cachoeira live and build their territoriality, with fishing as an important socioeconomic role in the occupation of labor, generation of income and supply of food for the population. Thus, the daily struggle to territorialize itself represents for the fisherman of Vila de Cachoeira a constant challenge that can result in long periods at sea, in the search for resources more and more far, exposing themselves to dangers that can endanger their own life. However, the data show that fishing in the region is increasingly susceptible to exhaustion, weakened mainly by intensive and disorderly exploitation by industrial vessels using advanced technological devices for the predatory capture of fish in their fishing territory. fishermen. In this sense, the recognition of their fishing territory becomes essential for the permanence of this fisherman and his territoriality in the search for the fish and its work practice. Thus, the importance of cartographically representing their area of fishing reveals the need for their effective participation in this process since it is the fisherman himself who lives and builds his territorialities. And it was through the participatory mapping carried out with the community fishermen and representatives of the local class organs, including representatives of Resex Mocapajuba and the Fishermen's Colony of the Municipality of São Caetano de Odivelas that it was possible, based on the foundations of the participative cartography, to represent cartographically the fishing territory of these fishermen and revealing not only

their labor practices but all the dynamics that involve the struggle for the territorialization of the same and the struggle for the appropriation of the resources of the river emanate as source of income and of permanence.

Keywords: Participative Cartography. Territory. Territoriality.

RESUMEN

Los pescadores de Vila de Cachoeira viven y construyen su territorialidad, con la pesca como un importante papel socioeconómico en la ocupación del trabajo, la generación de ingresos y el suministro de alimentos para la población. Sin embargo, los datos muestran que la pesca en la región es cada vez más susceptible al agotamiento, debilitada principalmente por la explotación intensiva y desordenada por parte de embarcaciones industriales que utilizan dispositivos tecnológicos avanzados para la captura predatoria de pescado en su territorio de pesca. En este sentido, el reconocimiento de su territorio de pesca se convierte en esencial para la permanencia de este pescador y su territorialidad en la búsqueda del pez y su práctica de trabajo. Por lo tanto, la importancia de representar cartográficamente su área de pesca revela la necesidad de su participación efectiva en este proceso, ya que es el pescador quien vive y construye sus territorialidades. Y fue a través de la cartografía participativa realizada con los pescadores de la comunidad y representantes de los órganos de la clase local, incluidos los representantes de Resex Mocapajuba y la Colonia de Pescadores de la Municipalidad de São Caetano de Odivelas que fue posible, sobre la base de los fundamentos de la cartografía participativa representar cartográficamente el territorio pesquero de estos pescadores y revelando no solo sus prácticas laborales sino todas las dinámicas que involucran la lucha por la territorialización de los mismos y la lucha por la apropiación de los recursos del río como fuente de ingresos y de permanencia.

Palabras clave: Cartografía Participativa. Territorio. Territorialidad.

INTRODUÇÃO

A escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado o pescador da Vila de Cachoeira a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Os berçários estão ameaçados tanto pela pesca predatória, quanto pela relação conflituosa entre pescadores esportivos e pescadores ribeirinhos. Tendo em vista que a prática da pesca esportiva é uma modalidade de pesca bastante disseminada entre a classe econômica alta que tem residência ou visita o município, como personalidades influentes da sociedade paraense, incluindo políticos e grandes empresários que mantêm luxuosas residências no município, às margens do rio Mojuim, com marinas particulares e barcos tecnologicamente sofisticados utilizados no exercício desta modalidade de pesca.

A geração de divisas para o local foi a principal justificativa para o investimento na pesca esportiva, no entanto, os principais beneficiados são os empresários donos das marinas particulares que mantêm as lanchas de pesca sob um aluguel que oscila entre R\$500,00 a R\$1500,00 mensais, dependendo do tamanho da lancha e da potência do motor, recebendo cuidados específicos de acordo com valor pago.

Inicialmente, eram realizadas temporadas de pesca esportiva, inclusive com torneios promovidos pelo próprio poder público municipal, que justificando a necessidade dos mesmos, alegava o progresso econômico, social e cultural da cidade ao se construir um polo de atração turística, onde os próprios pescadores e suas famílias seriam diretamente beneficiados. No entanto, relatos mostram que o que de fato aconteceu é que inicialmente os pescadores mais habilidosos, com conhecimentos específicos do território de pesca eram contratados como guias de pesca, conduzindo as embarcações aos locais específicos, indicando a localização dos pesqueiros para a captura do pescado em maior quantidade. Até estes serem rapidamente dispensados e substituídos por equipamentos tecnológicos como sonar, GPS, entre outros. Além de que, logo os próprios "pescadores esportivos" de posse de todo o conhecimento territorial da pesca, tornaram dispensáveis os trabalhos e os conhecimentos do guia de pesca.

Relatos de pescadores e da própria direção da Colônia de Pescadores refletem a dinâmica do conflito existente, no que diz respeito à pesca esportiva, que segundo eles nasceu com a finalidade de ser estritamente esportiva, com a captura e devolução do pescado para o rio. No entanto, o que realmente acontece é que todo pescado capturado, e ressaltam, "é muito pescado", é levado sem nenhum constrangimento e nem

penalidades para estes. Revelando assim a fragilidade da fiscalização em relação a legislação prevista para a pesca esportiva e a necessidade de se pensar um plano de manejo para o território de pesca em São Caetano de Odivelas.

É o caso do território de pesca de São Caetano de Odivelas que é claramente estabelecido pelo livre acesso e pelas relações comunitárias e de compadrio entre as famílias de pescadores, que representam a maior parte da população do município.

A pesca artesanal pode ser classificada em duas categorias, já que a pesquisa mostrou que existem entre eles aqueles pescadores com maior poder aquisitivo, que possuem as melhores condições e maior capacidade de captura, destacando-se também pelo fato de utilizarem como mão de obra aqueles pescadores cujos recursos são escassos e que não possuem capital para o financiamento da pesca em alto mar, causando com isso uma dependência (financeira e de mão de obra) entre pescadores da mesma classe (pescadores artesanais), onde um se sobrepõe ao outro pelo poder do capital. Revelando assim domínio e apropriação também entre os pares sociais daquele território.

Assim, os recursos pesqueiros têm sido explorados gerando uma escassez cada vez maior e mais evidente na prática do pescador e são estes mesmos que têm percebido dia após dia a diminuição do pescado e consequentemente a instabilidade na garantia do sustento da família. Para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

Nesse sentido, o reconhecimento de seu território de pesca se torna imprescindível para a permanência desse pescador e de sua territorialidade na busca do pescado e de sua prática laboral. Com isso, a importância de representar cartograficamente sua área de pesca revela a necessidade de sua efetiva participação nesse processo tendo em vista que é o próprio pescador que vive e constrói suas territorialidades dentro de uma lógica de domínio e apropriação do território.

Assim, este trabalho utilizou os fundamentos da cartografia social e do mapeamento participativo, como instrumentos para a representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeiras, levando em consideração a compreensão de como é realizada a utilização destes recursos por parte dos pescadores, culminando no mapeamento dos territórios de conflitos e dos espaços nos quais são retirados os recursos, indicando a cartografia social como instrumento fundamental para o reconhecimento e gestão do território e como contribuinte para o plano de manejo.

Para isso, foram realizadas oficinas de mapeamento junto aos pescadores da Vila e de representantes da Colônia dos Pescadores do município – Z4, através da metodologia da cartografia participativa, utilizando o conhecimento local para a elaboração de mapas com as informações de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapeou seu próprio território.

Vale ressaltar que todas as imagens fotográficas apresentadas foram adquiridas durante a permanência nos campos e vivência no ambiente da pesquisa. Estiveram envolvidos 38 entrevistados incluindo pescadores e residentes locais, além de representantes dos órgãos ligados a pesca no município.

E assim, efetiva-se esta pesquisa, tendo como categorias geográficas o território pensado a partir de seu uso, da vivência e das territorialidades que dele emanam, considerando nesta abordagem o acesso, a gestão, e o uso do território e a dos recursos naturais.

A TERRITORIALIDADE DA PESCA E SUA DINÂMICA SÓCIO ESPACIAL

A pesca artesanal se destaca como uma das principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas e é caracterizado pela utilização de aparelhos pesqueiros com relativo baixo desenvolvimento tecnológico; pela baixa capacidade de acumulação mercantil; por depender de um longo sistema de intermediação do pescado; por apresentar baixa divisão social do trabalho; e por proporcionar, em muitos casos, um relativo pequeno impacto ambiental (Rebouças, 2006).

A pesca artesanal é uma das mais antigas atividades humanas desenvolvidas em áreas litorâneas ou estuarinas, e que vem sofrendo sérias modificações devido a atitude impensada do ser humano, compreendendo de certa forma o que ele chama de a simbiose existente entre homem e natureza.

Segundo Diegues (1973), os pescadores artesanais são aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

De acordo com a lei 11.959, lei que regula as atividades pesqueiras em todo território nacional, Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2012).

Diegues (2004, p. 1) afirma que o conhecimento tradicional na pesca artesanal representa “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”.

Nas comunidades de pescadores artesanais, o conhecimento tradicional compreende “um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio-ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade”.

Vale ressaltar que cada local tem seu desenvolvimento definido, em parte, pelas suas próprias forças resultantes de uma complexa trama de elementos de ordem natural e humana que atuam sobre os processos responsáveis pelas formações sociais as quais se singularizam em razão de determinadas combinações (CHOLLEY, 1964).

Isso significa que uma análise que se proponha a ser geográfica, precisará considerar o espaço em suas mais diversas perspectivas, mas precisará, principalmente, entendê-lo como o resultado da relação entre sociedade e natureza, relação esta mediada pelo trabalho e pelas técnicas. (PEREIRA, 2003)

A esse respeito, (SANTOS, 2007, p. 113) afirma que “o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”.

Na visão de (SANTOS, 2007, p. 96) o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi”.

Desta forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população. Um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

Assim, o reconhecimento das territorialidades das atividades pesqueiras, bem como toda sua técnica e arte de pesca e a apropriação dos recursos naturais em geral, formam seus costumes, cristalizando seus modos de vida e caracterizando os territórios de pesca (SILVA, 2012).

Vale ressaltar que a percepção que os indivíduos têm do ambiente em seu entorno reflete na forma de como estes modificam o espaço, conforme suas necessidades. Surge então a necessidade de discutir esta relação com o espaço, de como ele é percebido e possuído pelos seres humanos.

Por assim dizer, a territorialidade construída pelas comunidades de pescadores da Amazônia é baseada na socialização de um modo de viver, que é comum a todos os envolvidos na dinâmica dos que residem neste território, dividindo o mesmo espaço e participando dos mesmos meios de produção e apropriação do território.

LOCUS DA PESQUISA

Na Vila de Cachoeira (Figura 1) no município de São Caetano de Odivelas, onde se concentra o foco nodal desta pesquisa, a pesca assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população local.



Figura 1: Carta Imagem da Vila de Cachoeira

FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPTA/UFPA

A Vila de Cachoeira é considerada pelos moradores do município como reduto de pescadores, sobretudo, pelo número expressivo de pescadores inscritos na Colônia de Pescadores, 607 pescadores inscritos segundo relatório da Colônia, e o fato do mercado municipal estar localizado na Vila, constituindo-se o polo de comercialização do pescado que é vendido na região fresco ou salgado, tendo o preço ditado pelo mercado do Ver o Peso em Belém, segundo informação contida no relatório da proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha em São Caetano de Odivelas (BRASIL, 2014).

Com uma população estimada em aproximadamente 1960 habitantes segundo dados censitários do IBGE/2010, sendo economicamente ativa através da pesca como atividade principal e do pequeno comércio local, distribui-se em 14 ruas com moradias de alvenaria e madeira, sendo a praça da vila o principal ponto de encontro dos moradores e palco dos festejos religiosos e de manifestações culturais vividos pelos residentes locais.

Devido à sua proximidade geográfica com a sede do município, cerca de 5 km, a Vila de Cachoeira é assistida com os mesmos meios de comunicação que são oferecidos para os moradores da Sede do município como telefone fixo, telefonia móvel e cobertura de internet.

A renda média dos moradores da Vila de Cachoeira gira em torno de 1 a 3 salários mínimos, dos que recebem renda fixa como servidores públicos municipal, estadual e aposentada previdenciária. Dos que exercem atividades autônomas, o pequeno comércio local e as vendas ao ar livre, são neste setor, as principais atividades econômicas desenvolvidas.

Os beneficiários de programas de governo como o Bolsa Família e os que vivem da pesca são os que mais se destacam na economia da Vila, tendo em vista que grande parte da população desenvolve atividades relacionadas com a pesca, incluindo mariscarem e o beneficiamento de derivados do pescado como o comércio do grude do peixe.

A exemplo de grande parte das comunidades amazônicas, a Vila de Cachoeira vem enfrentando problemas socioambientais relacionados ao processo de urbanização de seu território, tornando-se motivo de preocupação dos residentes, pois acreditam que a Vila não possui infraestrutura compatível em relação ao novo modelo de povoamento da área, que se revela pelas construções de casas de veraneio, pousadas, e a intensificação turística que cresce a cada ano. Além do mais, a comunidade é carente de saneamento básico adequado, falta de água tratada para consumo diário, e dispõe de um sistema educacional que contempla apenas a Educação Infantil.

Na vila também se revela um cenário de contraste, pois mesmo tendo suas moradias construídas de alvenaria e madeira em grande parte, é comum a presença de grandes casarões, verdadeiras mansões que ali são erguidas dividindo o espaço com as pequenas construções do residente local destacam-se por sua imponência em relação as demais, além de pousadas recém-inauguradas.

No entanto, vale ressaltar que algumas destas residências são de pescadores locais que vivem do agenciamento da pesca, são considerados pelos moradores como "empresários do pescado As demais, os proprietários são de outros municípios que mantêm a residência para passarem temporadas na vila".

A relação dos moradores com o rio se dá a partir da arte da pesca e da compra e venda do pescado no mercado municipal, ou direto do pescador no porto da Vila e muitos dos pescadores reúnem-se nas casas coletivas de construção de petrecho de pesca, que estão localizadas às margens do rio Mojuim próximo ao porto da Vila, onde através de parcerias familiares ou de compadres, como costumam se cumprimentar, realizam reparos e construção de seus instrumentos de pesca.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe à confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção de mapas, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN, 2013).

Cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados no Brasil, pode ser a seguinte: i) busca por legitimidade; ii) busca por informações mais precisas; iii) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN, 2013).

Cubides (2009) indica que com a cartografia social surge uma metodologia que busca o trabalho em grupo, com o objetivo de realizar diagnósticos participativos, como resultado do reconhecimento do território através de distintos mecanismos com a observação, conversa com a população com abordagens de realidades dos mesmos, então estas informações são refletidas no mapa do território a ser construído.

Desta forma, o método da cartografia social neste trabalho visa buscar a utilização do conhecimento local para a elaboração de mapas, que apresentem informações adicionais, levando em consideração a forma de como a comunidade utiliza e reconhece o território, pautada num contexto relacional, ou seja, sendo produto de um cotidiano interativo do sujeito que mapear seu próprio território. Como resultado desta interação, é possível mapear conceitos sociais como: problemas ambientais, situação de conflitos, transporte escolar, trabalho, história de vida e entre outros (LIMA & COSTA, 2012).

Para a realização do mapeamento participativo foi necessário, antes de tudo, escolher o público alvo. Buscar, recrutar e conversar com pessoas que são ligadas a atividades pesqueiras da Vila de Cachoeira, com vasto conhecimento dos pontos da localidade e do território de pesca por eles utilizado.



Figura 2: Construção do Mapa Participativo com a Presença dos Representantes de Classe (Colônia dos pescadores e Resex Mocapajuba).

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

Inicialmente, foi realizada uma primeira conversa geral com todos os que participaram, explicando passo a passo como se daria a oficina de Mapeamento Participativo e quais os objetos que eles utilizariam no decorrer da oficina, deixando bem claro que os mapas serão demarcados por eles de acordo com os objetivos voltados para a demarcação da área de atividade pesqueira, além de pontos de fixos onde a pesca é economicamente ativa dentro da localidade e que não se importem em demarcar seus locais de convívio.

Através da direção da RESEX foram articulados todos os procedimentos para a realização da oficina de Mapeamento Participativo, incluindo data, hora, local e clientela envolvida (Figura 2). E com o auxílio de dois bolsistas do GAPTA (Grupo Acadêmico de produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia) na residência de um pescador da localidade, com participação de pescadores locais, a gerência da RESEX e diretor da Colônia dos Pescadores foram realizadas as atividades concernentes à aquisição das informações necessárias à representação cartográfica do território de pesca dos pescadores da Vila de Cachoeira.

Em seguida, foi feita a explicação por completa sobre o que é o Mapeamento Participativo, seu conceito e sua história e como a população é de fundamental importância para a sua construção e como será construído. Com exemplos de comunidades próximas que já fizeram o mesmo trabalho, para que todos ficassem mais confortáveis, foi apresentado a todos o mapa da região onde está localizado o município de São Caetano de Odivelas e mapa correspondente a área da RESEX, todos em branco, plotados em papel A1, sem nenhum tipo de simbologia, para que a localização fosse feita a partir das suas próprias percepções da localidade (Figura 3).



Figura 3: Construção do Mapa Participativo com a participação de pescadores.

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

E assim, foi possível a interação dos pescadores com o mapa, onde estes puderam fazer as devidas anotações no próprio mapa, indicando ponto a ponto dos locais relacionados com a pesca e sua territorialidade. Assim, foram apontando os locais segundo os temas abaixo relacionados:

- Locais dos pesqueiros
- Áreas de conflitos
- Tipos de pesca (malhadeira, curral, arrasto)
- Tipos de pescados
- Locais de pesca (ribeirinha, esportiva, artesanal, industrial)
- Pontos de embarque e desembarque do pescado

Os procedimentos metodológicos acima apresentados nos embasaram a atingir nossos objetivos que culminaram na consolidação do mapeamento do território de uso dos pescadores da Vila de Cachoeiras.

A partir das informações contidas no mapa de territorialidades (Figura 4), é possível afirmar que os pescadores da Vila de Cachoeira constroem suas territorialidades tendo a pesca como sua principal atividade econômica, para manutenção da vida e dos saberes tradicionais, como mostra o mapa participativo das territorialidades, onde é possível perceber a dinâmica e a influência que a pesca exerce na vida social, cultural e econômica destes pescadores.

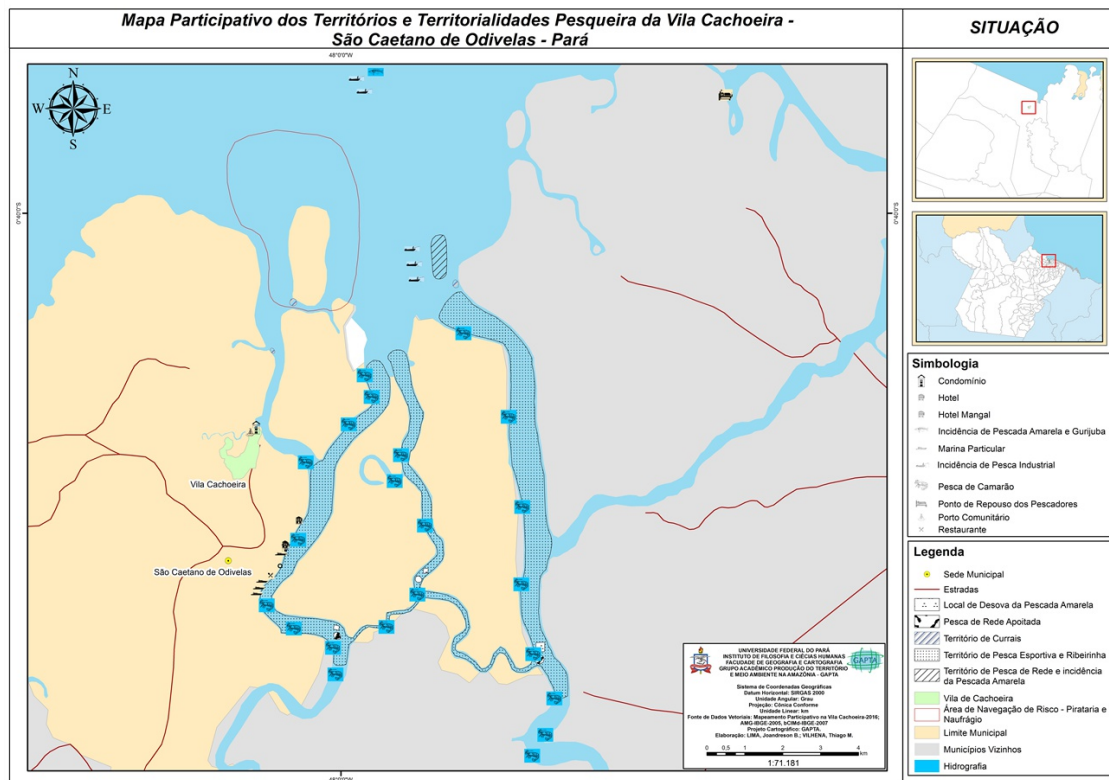


Figura 4: Mapa participativo do Território e Territorialidades dos Pescadores da Vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPT/UFGA

A parte antropizada do território também é representada com pontos específicos dos hotéis, condomínios e marinas particulares que, dada a sua localização e dinâmica em relação ao rio, privatizam o território de pesca que compreende a orla do rio Mojuim que banha a sede do município e a Vila de Cachoeira, afastando o pescador ribeirinho para áreas cada vez mais distantes do rio.

A presença de pescadores que realizam a pesca em alto mar é fortemente evidente entre os pescadores da Vila de Cachoeira. Muitos pescadores, aqueles considerados mais experientes, chamados de encarregados, são contratados pelos agentes do pescador, aqueles que detêm os recursos financeiros e as embarcações para a realização deste tipo de pesca.

Estes contratam pescadores habilidosos com oferta de pagamento baseado na quantidade de pescado capturado, excluindo desde as despesas usadas pelos mesmos durante a pesca, o investimento com combustível, recebendo como adiantamento um vale que é deixado para o sustento da família enquanto este estiver no mar. Existem entre estes, aqueles pescadores com habilidades especiais, dito dos que conhecem os locais dos cardumes e sabem ouvir o "barulho do peixe", a eles é direcionada uma quantidade adicional de pescado.

A noção de solidariedade é forte entre os pescadores artesanais, a amizade "está associada à ajuda da família e à colaboração dos compadres". Vale observar que a pesca artesanal no município de São Caetano de Odivelas é desenvolvida tanto no mar quanto nos rios, podendo o pescador trabalhar com espécies diversas e utilizar várias técnicas e petrechos.

Os principais locais de embarque e desembarque do pescado são os portos da Vila de Cachoeira (Figura 5) e o porto da sede do município (Figura 6), além destes, os pescadores contam com os portos comunitários (Figura 6) existentes ao longo do rio Mojuim na Vila de Cachoeira.



Figura 5: Porto da Vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.



Figura 6: Porto da Sede do Município de São Caetano de Odivelas

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017.

A produção pesqueira é basicamente gerenciada pelas famílias de pescadores artesanais, que são aquelas cujo sustento depende total ou parcialmente da pesca artesanal. Este jeito de produzir vai além de um simples esquema de produção pesqueira: ele caracteriza um estilo de vida que organiza as famílias em torno dos saberes tradicionais que conduzem ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Mesmo que o trabalho seja realizado em grupo, as habilidades individuais são valorizadas entre os pescadores: aqueles que dominam as diferentes técnicas da pesca e conhecem os “segredos” dos rios ou dos mares se destacam no grupo. Este conhecimento estrutura as relações entre as pessoas da comunidade.

Como vemos no Mapa de Conflitos do território de pesca da Vila de Cachoeira (Figura 7), a pesca ribeirinha e a pesca esportiva acontecem no mesmo território, compreendendo os estuários dos rios Mojuim, Maripanema e o rio Mocajuba.

A saber, são estes os principais berçários dos peixes capturados, entre eles, a pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e a Tainha (*Mugil Cephalus*), muito valorizado por seu significado econômico e de produção. A pesca de curral e de camarão também acontece ao longo desses rios.

É aí também que acontece a pesca com rede apoitada, que se configura na verdade uma armadilha predatória, que mesmo proibida é usada para captura dos peixes quando os cardumes procuram os berçários para a reprodução, tornando a pesca devastadora, impedindo que os estoques se renovem, comprometendo o futuro da pesca na região.

E por dividirem o mesmo território, entende-se a existência de conflitos entre os pescadores ribeirinhos e os pescadores esportivos; de um lado, pescadores esportivos com alto poder de captura; do outro lado, pescadores ribeirinhos com embarcações menores e equipamentos simples, tradicionalmente conhecedores e usuários do território, que estão intimamente ligados aos saberes, à cultura e à economia do município, que dividem o território com o pescador esportivo, recentemente inserido nesta nova dinâmica territorial da pesca, com potencial bem maior de êxito nas suas investidas ao rio e com um esforço de pesca bem menor em relação ao pescador ribeirinho.

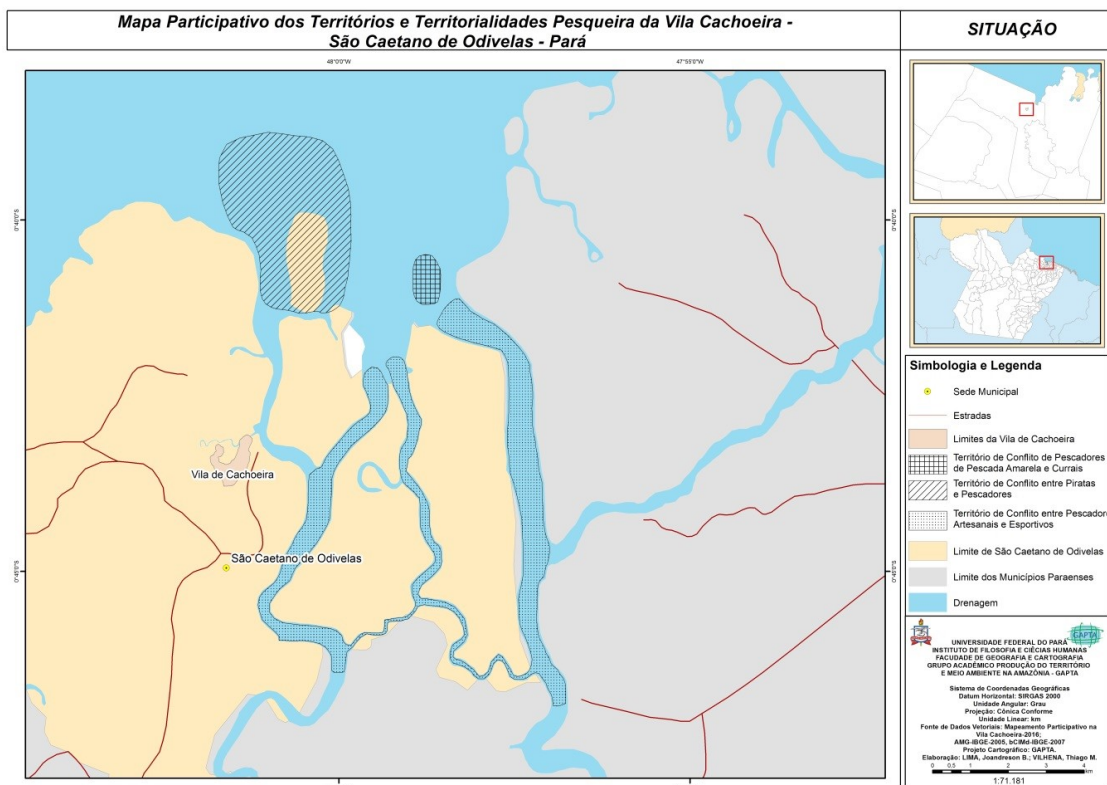


Figura 7: Mapa Pesca e conflitos no território de pesca na vila de Cachoeira

Fonte: FERREIRA, G.C. Trabalho de Campo. 2017. Projeto Cartográfico – GAPTA/UFGA

Segundo, Furtado (2006) a exploração intensiva dos recursos naturais aquáticos, por aqueles que possuem maior domínio da tecnologia pesqueira, tem levado ao longo do tempo ao empobrecimento da classe dos pescadores tradicionais, que por falta de esclarecimento e opções se veem obrigados a utilizarem técnicas predatórias no intuito de garantir pelo menos um mínimo de lucro que seja em relação aos outros companheiros que utilizam mais esforço de pesca com uma tecnologia ecologicamente correta.

Segundo os pescadores artesanais, eles precisam avançar para proteger os berçários, evitam pescar no estuário para proteger o futuro dos estoques, pois sabem que sua dependência do pescado é permanente, enquanto que a pesca esportiva tem retirado do rio mais que o permitido para pesca esportiva.

Para os pescadores artesanais que realizam a pesca em alto mar, os pesqueiros mais procurados são os da pescada amarela (*Cynoscion Acoupa*) e os da Gurijuba (*Arius Parken*), pelo alto valor econômico tanto do pescado quanto do grude. No entanto, os riscos que esta pesca representa têm sido atos desafiadores para os pescadores da Vila de Cachoeira, haja vista que os perigos do mar e o tempo de pesca cada vez maior, têm deixado o pescador cada dia mais temeroso e “aventureiro”, como eles costumam se autodenominar.

Por conhecerem seu território, eles sabem exatamente as áreas onde estão mais vulneráveis, no entanto, a necessidade de chegar aos pesqueiros faz com que superem os perigos do mar e enfrentem os ricos da navegação.

Os principais riscos em alto mar, como mostra o mapa, configura-se uma determinada área que representa a maior vulnerabilidade dos pescadores aos ataques dos “piratas do mar”, que atacam e saqueiam suas embarcações, comprometendo todo o resultado de pesca, além de os deixarem um tempo maior fora do mar, já que terão que adquirir novos equipamentos e petrechos de pesca. Sem falar dos riscos de morte a que estão expostos.

Nesta mesma área, a pesca de curral nos canais também não deixa de ser um perigo à parte, já que estes são fixados em áreas impróprias, justamente no curso de navegação das embarcações. Com a maré alta fica difícil sua visualização, necessitando de um conhecimento mais acurado do território de pesca para evitar colisão com os mesmos.

No entanto, tal conhecimento, muitas vezes, não tem sido suficiente para evitar os danos, pois não é raro o relato de experiência de perdas do pescado como resultado de colisão das embarcações com estes currais que são construídos de madeiras pesadas, com esteios altos na sua estrutura, usados especificamente para a pesca do Mero¹ (*Epinephelus Itajara*), que tem sua pesca proibida no Brasil, estando incluído na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Sem falar na presença das barcas arrastadeiras que utilizam grandes redes, cercando o peixe, levando os maiores e desprezando no rio os peixes menores, dos quais servem apenas para consumo próprio garantindo a subsistência, não servindo para comercialização e dado aos longos períodos no mar, os pescadores mantêm uma área de repouso utilizado para descanso durante o esforço de pesca.

De acordo com as informações contidas no mapa participativo construído a partir do conhecimento dos pescadores da Vila de Cachoeira, pode-se concluir que, mesmo sabendo de seus limites territoriais para a atividade pesqueira, a escassez do pescado tem levado o pescador da Vila de Cachoeira a avançar cada vez mais os limites de seu território de pesca permitido, mesmo não dispondo das devidas condições para a pesca em alto mar, o que tem muitas vezes culminado em acidentes, ocorrendo perda do pescado, ocasionando em consequências bem mais graves como alagamento das embarcações e até óbitos, devido aos altos riscos que os pescadores estão expostos no mar.

CONSIDREÇÕES FINAIS

Para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

Porém, a escassez do pescado e as exigências do mercado consumidor tem impulsionado este pescador a expandir cada vez mais seu território de pesca, aumentando com isso a quantidade de dias laborais, tornando maior seu esforço de pesca e seu tempo de permanência no mar.

Assim, a luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

O pescador é reconhecido como um ator social de grande relevância para o comércio e economia local, haja vista que a pesca assume um importante papel da economia Odivelense, pois é dela que a maioria dos residentes adquire manutenção e sustento financeiro.

No entanto, os dados revelam que a pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores.

Destacamos os impactos ambientais promovidos pela antropização do litoral que segue até os limites com a Vila de Cachoeira. O despejo de rejeitos descartados no rio, oriundos dessas moradias, é evidente e denunciado pelos residentes. Além de que, a retirada das matas ciliares e a restrição de uso do rio nestes espaços pelo pescador são indícios de que o território usado vem sofrendo pela ação humana, descomprometida com um uso sustentável e responsável do território, comprometendo não só o território pesqueiro, mas todo o ecossistema ali presente.

A luta diária em territorializar-se representa para o pescador da Vila de Cachoeira um desafio constante que pode resultar em longos períodos no mar, na busca de recursos cada vez mais longe, expondo-se a perigos que podem colocar em risco a própria vida.

Nisso, foi possível analisar a dinâmica territorial dos pescadores artesanais da Vila de Cachoeira em São Caetano de Odivelas, apresentando informações a respeito do uso do território, através da elaboração de um

¹O ministério da Pesca determinou a proibição da pesca do Nero (*Epinephelus Itajara*) sob a Portaria Interministerial nº 13 e nº 14, englobando o desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares da espécie em todo território nacional.

mapa síntese contendo as informações cartográficas de suas territorialidades de pesca, envolvendo informações referentes às áreas de conflito, locais de maior incidência das espécies capturadas, tipos de pescados, utilizando os fundamentos da cartografia social como um instrumento de representação do uso dos recursos pesqueiros pelos pescadores da Vila de Cachoeira.

A saber, quando se trabalha nesta problemática relacionada a mapeamento, a cartografia possui ferramentas e instrumentos fundamentais para a representação do território de uso das comunidades, com a metodologia de cartografia participativa, a qual a partir de sua disseminação tecnológica tem servido de suporte para a representação do território de comunidades, sobretudo com o objetivo de posse e uso coletivo da terra e de seus recursos.

É neste sentido que uma abordagem geográfica que considera o território como conceito básico para o estudo da sociedade deve contemplar, não só a porção da natureza e do espaço, mas também da sociedade e as condições que esta reivindica e materializa-se. Desta forma o território é compreendido como um conjunto de variáveis incorporado por uma população, um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

É assim que para os pescadores da Vila de Cachoeira, o território usado representa o meio pelo qual sua existência é materializada na busca do suprimento de suas necessidades, mediado pela relação que estes mantêm com o rio e com os recursos que dele emanam.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. **Instrução Normativa MPA nº 6**, de 29 de Junho 2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.
- BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.
- CHOLLEY, André. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.
- CUBIDES, H. Y. P. **La cartografía social como instrumento metodológico em los procesos de construcción de territorio a partir de la participación ciudadana em la planeación territorial y la construcción del espacio público**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.
- DIEGUES A. C. S. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação (Mestrado) - NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. 187p.
- DIEGUES A. C. S.. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2004.
- FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: Contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.
- IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm>. Acesso em: 15 de mar. 2018.
- LIMA, M. V. da C.; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, nº12, p. 76-113, Julho, 2012.
- PLESSMAN, F. **Unidade Mo3: Introdução à Participação**. Guia para Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information

Management and Communication. CTA, Países Baixos; Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2013.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v. 18, n. 35, 2003.

REBOUÇAS, G. N. et al. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, v. IX, n. 2, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, C. N. **Geotecnologias Aplicadas ao Ordenamento Territorial Pesqueiro**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará, Belém.

HOMENS E MULHERES DO MAR: APONTAMENTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

*FISHERMEN AND FISHERWOMEN: A STUDY ABOUT ARTISANAL FISHING IN SÃO FRANCISCO DO
SUL-SC*

*HOMBRES Y MUJERES DEL MAR: NOTAS SOBRE LA PESCA ARTESANAL DE SAN FRANCISCO DO
SUL-SC*

WAGNER, Daniela Feyh

CARDOSO, Eduardo Schiavone

RESUMO

A pesca artesanal é considerada muito importante ao longo do litoral, sendo um dos elementos responsáveis pela fixação de grupos humanos. É responsável por cerca de 50% do que é pescado no Brasil e os sujeitos que se dedicam à pesca, homens e mulheres, têm a natureza como objeto de trabalho. É dela que advém a renda e também sobre a qual se constrói seu conhecimento para exercer o ofício – conhecimento construído na prática. As pessoas que se ocupam do trabalho pesqueiro possuem um modo de vida influenciado pelo meio natural e pela existência de cardumes de pescado. Assim entra em cena o município de São Francisco do Sul, objeto de estudo deste trabalho, localizado no litoral norte catarinense, no qual a pesca artesanal é bem relevante, considerando o elevado número de famílias que se ocupam desta atividade. Por meio de pesquisas bibliográficas e trabalhos de campo, foi elaborado um panorama da pesca artesanal de São Francisco do Sul - SC, trazendo dados sobre os sujeitos envolvidos, produção, materiais utilizados, infraestrutura existente, destino da produção, principais espécies pescadas.

Palavras-Chave: Pesca artesanal. Conhecimento tradicional. Pescadores. Litoral norte catarinense.

ABSTRACT

Artisanal fishing is considered extremely important along the coast, it is one of the elements responsible for human installations. Around 50% of the Brazilian fishing is due to it, fishermen and fisherwomen have the nature as their work object. They get their income from this activity as well as the knowledge related to it; they improve the learning while they practice. People who work in fishing have a lifestyle influenced by the natural environment in addition to the shoal existence. In the city of São Francisco do Sul, the focus of this study, in the north coast of the state of Santa Catarina, artisanal fishing is significant considering that it involves a high number of families. Based on bibliographical research combined with fieldwork, an overview of the artisanal fishing in the city was developed with data about the people, the production and its destination, the used material, the infrastructure, the main species.

Keywords: Artisanal Fishing. Traditional knowledge. Fishermen. The catarinense north coast.

RESUMEN

La pesca artesanal es considerada muy importante a lo largo de la costa, siendo uno de los elementos responsables por el establecimiento de grupos humanos. Es responsable en aproximadamente 50% de lo que se pesca en Brasil y los sujetos que se dedican a la pesca, hombres y mujeres, tienen la naturaleza como objeto de trabajo. Es de ella que proviene el ingreso y también sobre el que se acumula su conocimiento para ejercer el oficio: el conocimiento construido en la práctica. Las personas que se dedican al trabajo de pesca tienen una forma de vida influenciada por el entorno natural y la existencia de bancos de peces. Así es con el municipio de São Francisco do Sul, ubicado en la costa norte de Santa Catarina, en el que la pesca artesanal es muy relevante, considerando el alto número de familias que se ocupan de esta actividad. Se realizó un estudio de la pesca artesanal en São Francisco do Sul - SC mediante investigación bibliográfica y trabajo de campo, proporcionando datos sobre los temas involucrados, producción, materiales utilizados, infraestructura existente, destino de producción, principales especies de peces.

Palabras-Clave: Pesca artesanal. Conocimientos tradicionales. Pescadores. Costa norte de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A pesca no Brasil é uma atividade presente nos espaços marinho e continental, e considerando-se a pesca artesanal, esta é responsável por cerca de 50% do que é pescado (DIEGUES, 2002), sendo o restante resultado da pesca empresarial-industrial. Essa categoria de população tradicional, formada pelos pescadores, está espalhada pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente nas capturas de pescado, podendo exercer outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura.

A atividade pesqueira se encontra presente desde os tempos mais remotos, da pré-história da humanidade. De acordo com Cardoso (2001, p. 23),

Como atividade extrativa, compõe a dieta alimentar dos grupos humanos ancestrais. Este fazer, remonta a um saber – um saber sobre a natureza construído por homens e mulheres, um saber construído na apropriação da natureza. Natureza apropriada materialmente por intermédio da técnica, simbolicamente pelos sistemas cognitivos construídos socialmente.

Assim, o ambiente de exploração da pesca artesanal sofre constantes mudanças, principalmente por estas atividades estarem restritas ao limite imposto pelo meio ambiente, relacionados por vezes ao baixo esforço de pesca, bem como pelas incertezas das condições climáticas, viabilidade de peixes, entre outros fatores que alteram as estratégias utilizadas e as viagens em busca do pescado (RAMIRES, BARRELLA e ESTEVES, 2012).

A pesca em Santa Catarina foi um dos elementos de fixação dos grupos humanos no litoral. Essa atividade apresentou diversas mudanças com o passar dos tempos, no que diz respeito aos materiais utilizados e até mesmo às espécies pescadas (LAGO, 1961).

A costa de Santa Catarina tem a extensão de 531 quilômetros, correspondendo a 7% do litoral brasileiro. Abrange 34 municípios, nos quais foram identificadas 337 localidades onde ocorre pesca artesanal. As principais atividades econômicas nesses locais são a pesca, turismo, serviços e agricultura. A atividade pesqueira engloba várias modalidades e emprega, na sua grande maioria, embarcações motorizadas (PROZEE, 2005).

Os pescadores artesanais apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas e que praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida e em parte é comercializada. A unidade de produção é geralmente a familiar, incluindo também conhecidos e parentes (DIEGUES, 2002).

Estas atividades apresentam uma importância muito grande ao município de São Francisco do Sul - SC, principalmente pela quantidade de famílias envolvidas nas atividades. Além dos pescadores em si, há todo um circuito econômico que gira em torno da atividade, a contar as peixarias, mercados, bares, fabricantes de barcos e petrechos de pesca. Ademais, esta é uma atividade que acompanha o município desde sua constituição.

Assim, no decorrer do trabalho faremos a caracterização da pesca artesanal de São Francisco do Sul, apontando o perfil dos sujeitos envolvidos na atividade neste município, bem como trazer dados sobre a produção, materiais utilizados, infraestrutura existente, destino da produção, principais espécies pescadas, além de elucidar alguns conceitos pertinentes à pesca e aos pescadores artesanais.

As informações foram obtidas por meio da realização de pesquisas bibliográficas em livros, artigos, atlas, informativos da atividade pesqueira e por meio da realização de trabalhos de campo e entrevistas em São Francisco do Sul, com visitas a algumas comunidades pesqueiras e diálogos com representantes de órgãos públicos do município responsáveis pela atividade.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

O município de São Francisco do Sul (Figura 1) localiza-se no litoral norte catarinense a 188 quilômetros de distância da capital Florianópolis. Apresenta uma área total de 540,8 km², com clima subtropical úmido,

caracterizado por temperaturas que variam de 15°C a 25°C e altitude média de 9 metros acima do nível do mar. Conta com a presença do Bioma Mata Atlântica com formações vegetais distintas, tais como Floresta Ombrófila Densa, Manguezais e Restinga.

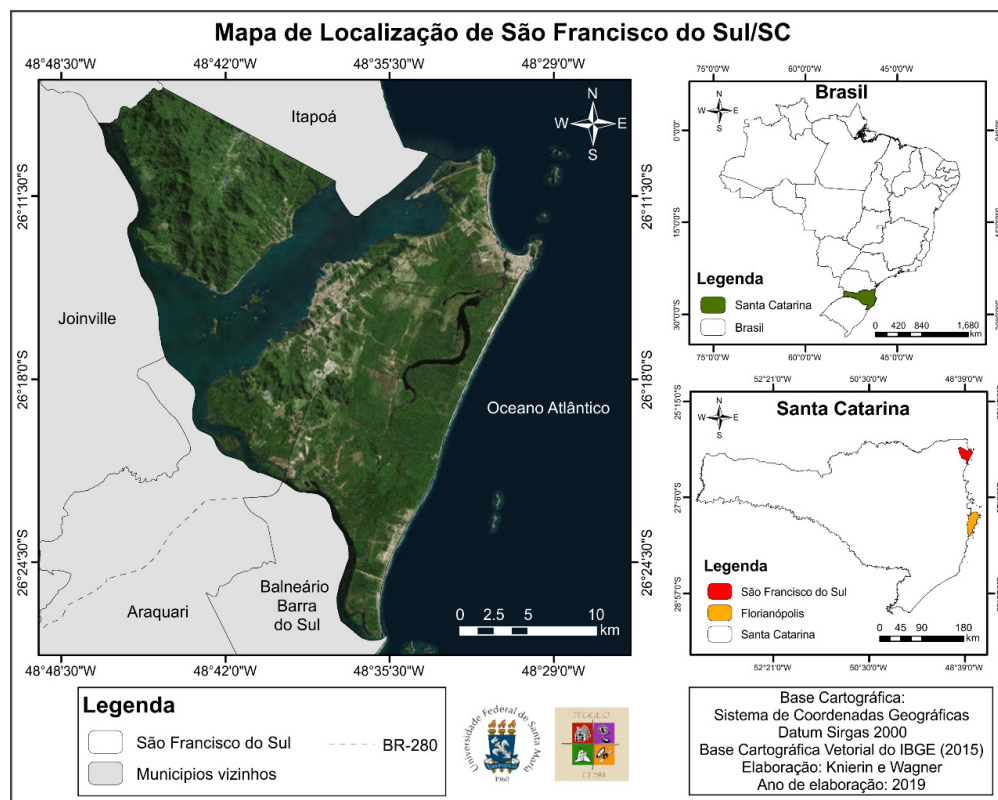


Figura 1: Localização de São Francisco do Sul-SC

Fonte: Knierin e Wagner (2019)

Cabe destacar que o município está localizado na Baía Babitonga, algumas de suas características são descritas a seguir:

(...). Abriga a ilha de São Francisco com cerca de 300 km², dentre outras de menor porte e é delimitada ao norte por esporões da Serra do Mar e ao sul e oeste por planícies costeiras. Com extensas redes de canais que penetram cerca de 30 km continente adentro, estendendo-se por mais 25 km à noroeste, recebe descarga dos rios Pirabeiraba, Cubatão e Cachoeira, entre outros sendo os primeiros, responsáveis pelo lançamento dos efluentes urbanos e industriais de Joinville. As planícies costeiras com recobrimento sedimentar de origem aluvionar, cujas diferentes associações originam ambientes de deposição distintos e possuem cobertura vegetal associada a tais ambientes, dos quais destacam-se mangue, as dunas e a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. Em níveis topográficos mais elevados encontram-se a Floresta Ombrófila Densa Submontanha. Esta cobertura original apresenta-se bastante alterada em vários trechos em virtude das atividades humanas na área (DIEGUES, 2002, p. 553).

A população do município, de acordo com o último censo do IBGE (2010), era de 42.520 mil habitantes. A estimada em 2018 é de 51.677 habitantes, de acordo com o IBGE. Em função de se constituir em um município de forte apelo turístico esta população sofre um incremento significativo nos meses de veraneio. Tal apelo se deve em função das praias e das características do seu patrimônio histórico e cultural, tendo em vista a cidade ser considerada a mais antiga do estado.

São Francisco do Sul caracteriza-se por abrigar uma estrutura portuária considerada a maior do estado catarinense, composta por cais de atracação situados junto ao centro urbano, terminal petrolífero na Praia de Ubatuba e armazéns ao longo dos canais. Sendo assim, além da atividade pesqueira, as atividades econômicas desenvolvidas no município tem forte influência de sua localização litorânea e marítima.

A ATIVIDADE PESQUEIRA

A pesca artesanal gera renda para parcela significativa da população local. Em 2004, exerciam a atividade 1.222 pescadores oficialmente registrados na colônia Z-2, o que torna essa colônia umas das maiores do litoral de Santa Catarina (SANTOS, NACKE e REIS, 2004). Em 2018, de acordo com a Secretaria de Pesca do município, havia cerca de 1.500 pescadores registrados, dos quais cerca de 900 na ativa. Estes pescadores são moradores de 17 comunidades pesqueiras, entre as quais pode-se destacar: Estaleiro, Vila da Glória, Praia Bonita, Enseada, Laranjeiras e Paulas.

No período de janeiro de 2014 a junho de 2015, foi executado o Projeto de Caracterização Socioeconômica das Atividades de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC), executado como parte do projeto de "Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura nas Áreas de Influência dos Empreendimentos de Exploração e Produção na Baía de Santos", que envolveu também os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Este levantamento ficou a cargo da PETROBRÁS em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e o Instituto de Pesca de São Paulo e com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (UNIVALI, 2018). Desta forma, baseou-se nas informações deste levantamento e nas informações obtidas nos trabalhos de campo e entrevistas para estabelecer o panorama pesqueiro e o perfil dos pescadores de São Francisco do Sul, conforme poderá ser visto a seguir¹.

Como estruturas de apoio à atividade pesqueira, há no município 2 pontos de abastecimento de óleo diesel para as embarcações; 37 estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado; 542 estruturas de embarque e desembarque de pescado; 1 estrutura de fabricação e comercialização de gelo; e 373 estruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho.

Sobre as embarcações (Figura 2), há registro de 711 embarcações com média de 2 tripulantes por embarcação. Destas, 98% são embarcações de boca aberta e 2% com convés fechado. Sobre as embarcações de convés fechado, 10% possuem casaria. Do total de embarcações registradas no município, 86% possuem motor. A média de capacidade de carga das embarcações é de 928 kg. A pesca é realizada predominantemente até a isóbata² de 30 metros de profundidade.



Figura 2: Exemplos de embarcações de São Francisco do Sul

Fonte: Wagner (2018)

Dos aparelhos de pesca, a maior contribuição é das redes de emalhe, com 43,3%; seguido por arrasto duplo 20%; arrasto de praia com 8,86%; gerival 8,13%; armadilha de caranguejo com 4,22%; e demais aparelhos 20% (UNIVALI, 2018).

A pesca no município de São Francisco do Sul ocorre no interior da Baía da Babitonga e na área oceânica. Na primeira é voltada para a captura dos camarões branco e rosa e de peixes, utilizando-se redes de caceio e gerival. As redes de emalhar fundeadas e demais redes de emalhar, capturam pescada, linguado e parati. Na área oceânica a pesca é caracterizada por embarcações do tipo bote sem cabine e com cabine, voltadas para o arrasto de camarões branco e rosa e de peixes.

¹ Há dois esclarecimentos com relação aos dados a serem expostos: 1) como há uma grande quantidade de comunidades pesqueiras, serão apresentados os dados médios do município; 2) todos os dados do relatório citado possuem uma margem de erro de cerca de 3%.

² Linha que representa, em mapas de corpos d'água (rios, lagoas, mares, oceanos..), pontos de mesma profundidade. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/isobata.htm>> Acesso em: 20 de setembro de 2019.

Cada pescador cadastrado emprega, em média, 1,5 pessoas da família na atividade pesqueira, sendo que em algumas comunidades de pesca esse número chega a 3 pessoas. A idade média das mulheres que atuam na atividade é de 46,18 anos e para os homens, 47,14 anos. Estas famílias possuem uma média de renda de 1,57 salários mínimos mensais. Essa média varia entre 3 a 0,50 salários por família e 6% recebem bolsa-família (UNIVALI, 2018).

Como destinos da produção pesqueira de São Francisco do Sul, o elemento principal é a venda direta, com 70%; o atravessador ou intermediário, com 35%; as peixarias com 28%; restaurantes, com 9%; e por fim as salgas, com 3% da produção (UNIVALI, 2018).

Muitos pescadores processam sua produção em casa e depois vendem diretamente ao consumidor. Estes possuem pequenas salas no fundo de suas casas nas quais descascam o camarão, beneficiam os peixes, congelam e efetuam a venda. Por terem seu sistema de produção mais organizado, estes pescadores conseguem gerenciar um capital de reserva, enquanto os que entregam sua produção aos atravessadores não podem contar com esta estabilidade.

Quanto aos tipos de conservação do pescado utilizados pelos pescadores, a grande maioria é comercializada in natura e inteira e em menores porcentagens congelada, eviscerada ou filetada. Das principais espécies pescadas, temos a tainha, camarão-sete-barbas, parati, corvina, bacucu, pescada-amarela e camarão-branco. No ano de 2017, a produção da pesca artesanal foi de 2.925,7 toneladas. A maior concentração ficou nos meses de janeiro, junho, agosto e dezembro. Além da pesca extrativa encontra-se também a produção aquícola que, de acordo como o IBGE, em 2017, foi responsável por um montante de 180 toneladas de camarão, 105 toneladas de ostras, vieiras e mexilhões e 28 toneladas de tilápia (UNIVALI, 2018).

A produção pesqueira de São Francisco do Sul é consumida principalmente no próprio município, em bares, restaurantes, peixarias, venda direta e comercializada nos municípios vizinhos, com destaque à Joinville - SC. A presença de consumidores imediatos significa um estímulo à manutenção da atividade pesqueira.

Com o passar dos anos, os pescadores de São Chico, como é carinhosamente chamado o município de São Francisco do Sul-SC, estão perdendo a técnica de salgar o camarão e fazem uso de gelo nos barcos para conservá-lo até a venda. Nos barcos há freezers, geladeiras e até mesmo caixas de isopor nos quais é colocado o pescado. Esse gelo é fornecido pela fábrica de gelo do município, que fica na Praia de Paulas.

Apesar do camarão apresentar grande relevância econômica e volume de captura, sua pesca é predatória por ser de arrasto de fundo. Uma grande quantidade de fauna acompanhante é capturada, sendo que há uma média de 70% de descarte dessas espécies, principalmente pelo tamanho insuficiente para abate. Assim, não há mais expedição de licenças novas para a pesca, somente renovação das já existentes.

Ainda, cerca de 30 famílias trabalham com o cultivo de mariscos e ostras no município. A produção é feita por meio do uso de longlines – linhas e boias com o uso de cordas e lanternas. As sementes de ostra são trazidas da capital, Florianópolis. No ano de 2003, a Associação dos Maricultores do Bairro de Paulas (AMACOP) produziu 22 mil kg de mexilhão. Já nas localidades de Vila da Glória, Capri e Paulas, é desenvolvido o cultivo de ostras, com o apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e da Federação dos Maricultores de Santa Catarina (FAMASC) (SANTOS, NACKE e REIS, 2004).

Por meio da literatura e dos trabalhos de campo, observa-se que uma das grandes dificuldades dos pescadores artesanais é sua organização em cooperativas, a fim de agregar valor à sua produção. Como a pesca é uma atividade extrativa e sazonal, em alguns meses do ano a oferta de pescado é maior do que em outros, é mais difícil conseguir fazer um planejamento de vendas da produção.

Já nos anos da década de 1960 observava-se esta questão, pois de acordo com Lago (1968, p. 39)

A fronteira entre a ação tradicional individualista desses pequenos industriais de pescado e a organização da produção por meio de cooperativas poderá ser atingida mediante esforços de fora para dentro. É necessário que a motivação cooperativista não permaneça na dependência dos esforços palidamente esboçados por pequenos produtores que mal ou bem puderam manter o funcionamento de suas salgas primitivas.

Assim, no município, a criação de cooperativas seria um passo importante para acabar com a dependência que os pescadores possuem dos intermediários e atravessadores, para conseguirem competitividade no mercado e para venderem seus produtos a mercados mais longínquos. À vista disso, o modelo de gestão participativa (em forma de cooperativas) exigiria uma participação ativa e construtiva dos pescadores, de forma a envolvê-los nas discussões e tomada de decisão conjunta sobre assuntos relacionados ao cotidiano da pesca, como a venda da produção, o uso de artes de pesca, espécies capturadas, uso das áreas de pesca, conflitos, relações familiares e de compadrio, entre outros (SILVA, 2014).

PESCADORES ARTESANAIS COMO SUJEITOS SOCIAIS

As pessoas que se ocupam do trabalho pesqueiro possuem um modo de vida distinto dos demais grupos, pelo fato da atividade ser influenciada pelas dinâmicas naturais, pela existência de cardumes de pescado em épocas distintas, fazendo com que estes trabalhadores determinem seus horários e duração do trabalho em função do ciclo natural das águas, das espécies e do conhecimento que detêm sobre a natureza.

Para Ramalho (2006, p. 24-5),

Os pescadores artesanais embarcados são sujeitos sociohistóricos que se apropriam de maneira bastante peculiar de um recurso ecológico particular – por ter seu uso livre e por sofrer mudanças ambientais constantes –, por meio de suas práticas produtivas e simbólicas, cuja organização se dá a base da experiência de um conhecimento adquirido no transcurso da vida e que tem na esfera do trabalho sua essência. Utilizam tecnologias patrimoniais/artesanais (barcos, redes), independentemente de possuí-las ou não, que permitem pouca ou nenhuma capacidade de acúmulo de capital. Ademais, produzem essencialmente para o mercado, ao qual estão subordinados por uma extensa rede de atravessadores, mas não excluem o consumo doméstico, funcionando dentro do sistema de parceria, que é regido, normalmente, pelos laços de pertencimento a uma parentela (sem que a unidade doméstica – esposa, marido e filhos(as) – seja o núcleo central), aos compadres e amigos, cujo pagamento do trabalho respeita a lógica do quinhão, sendo o produto repassado, obrigatoriamente, ao dono dos instrumentos de trabalho.

As pessoas que se dedicam à atividade pesqueira artesanal, apresentam o controle sobre o processo de trabalho, possuindo um conhecimento acumulado do ofício pesqueiro, além de serem proprietários dos seus meios de produção. Outro aspecto importante é que este tipo de pesca possui pouca divisão do trabalho, gerando pouco desenvolvimento das forças produtivas, bem como apresentando um regime de trabalho em parceria, principalmente com sua unidade familiar e com a vizinhança (MORENO e CARVALHAL, 2013).

Ainda, pescador artesanal é aquele que detém consciência sobre os ciclos e o meio ambiente no qual realiza o seu trabalho, sabendo diferenciar tipos de ventos, cardumes, períodos relativos ao calendário lunar e mais aptos à captura de certos tipos de pescados, os melhores locais para pesca e outros, pois sem esse conhecimento, que é adquirido pela experiência de vida, não se faz pescador (RAMALHO, 2006; CARDOSO, 2001).

A pesca artesanal é responsável por um grande número de empregos nas comunidades litorâneas nos setores de captura, beneficiamento e comercialização da pesca. Esta atividade também é importante na manutenção da grande diversidade cultural, a qual está vinculada às atividades desenvolvidas pelos pequenos pescadores, coletores de caranguejos e extrativistas espalhados pelo litoral, rios, lagos e represas do Brasil (DIEGUES, 1995).

Grande parte destes sujeitos está associada às colônias de pesca que comportam:

Aglomerados litorâneos, costeiros, intralagunares, cuja força-de-trabalho de seus recursos humanos se concentra, em parcela dominante, mobilizada na atividade pesqueira, compreendida em suas etapas de captura, aproveitamento, industrial, comercialização e ainda na confecção de utensílios de pesca e construção de embarcações para fins de captura de pescado (LAGO, 1968, p. 39).

Sobre a concepção do que é a pesca artesanal marinha, sobre o espaço que é produzido e onde esta atividade é realizada Cardoso (2003, p. 58) defende que:

Praia e mar são imagens associadas diretamente à diversão no imaginário da população. A praia é um espaço limítrofe onde deixamos as coisas da terra de lado e partimos para o lazer. No entanto, se

invertermos essa perspectiva e olharmos do mar em direção à terra encontramos novos sentidos para a praia. Ela passa a ser o ponto de chegada para os pescadores que tiveram, no mar, uma longa jornada de trabalho. Mais do que uma vastidão azul, sem cercas ou limites, o mar representa para eles um espaço de trabalho cotidiano, que possui lugares, pontos e marcas conhecidos, construídos e disputados na busca diária pelos peixes que garantem seu sustento. As distintas práticas de pescaria revelam a existência de territórios no mar.

Além de ser esse espaço de lazer, é a praia o lugar de chegada dos/as pescadores/as, onde muitas vezes já beneficiam sua produção (Figura 3) e a comercializam. No mar, logo à frente, espaço extremamente móvel e "infinito", são construídas relações de solidariedade, compadrio, onde a maior parte de seu trabalho é executado.



Figura 3: Pescador beneficiando a produção na Praia da Enseada

Fonte: Wagner (2019)

Como sugere o título do trabalho, a pesca e o circuito produtivo em que esta se insere, em São Francisco do Sul, conta tanto com o trabalho masculino como o feminino. Entretanto, a inserção do trabalho da mulher efetivamente como sujeito pescador tem se intensificado somente nos últimos anos. Antes essa atividade de captura era exclusivamente da figura masculina, apesar do trabalho feminino de beneficiamento do pescado e confecção de redes já ter sido observado desde a década de 1960 (LAGO, 1961 e 1968).

A construção social do gênero está diretamente relacionada às representações que são produzidas sobre os homens e as mulheres em cada cultura e em cada sociedade, ambos pertencentes a universos de domínio distintos. Na cultura pesqueira, a existência de alguns mitos preconiza que as atividades de captura não caberiam ao gênero feminino, tais como aqueles que atribuem má sorte e fragilidade à figura feminina (BORGONHA e BORGONHA, 2010).

Apesar desta visão, a presença feminina está longe de ser considerada meramente complementar, pois o papel da mulher se estende ao longo de todos os laços produtivos da pesca e dividindo-se entre a manipulação e venda do pescado e a pesca propriamente dita, com ou sem a companhia do marido, compreendendo desde o deslocamento, colocação, recolhimento e a despesca das redes (BORGONHA e BORGONHA, 2010).

As mulheres inseridas na pesca na ilha de São Francisco do Sul enfrentaram e venceram um paradigma (o do mar como território proibido) em prol de suas necessidades de sobrevivência (...). A presença da mulher na pesca está relacionada a uma presença-ausência, a força e a fraqueza, ao bem e ao mal, categorias que circundam o discurso de homens e mulheres. Apesar do reconhecimento familiar e local, não possuem direitos assegurados pelo exercício de suas atividades, dependendo única e exclusivamente dos parceiros e ganhando pela produção (...). Se há o não-reconhecimento formal de postos efetivos de trabalho para as mulheres, há também a atuação de cada uma delas como mulher de pescador, exercendo as funções do trabalho doméstico e da educação dos filhos; e da mulher-pescadora, investindo no mar e buscando espaços de atuação profissional e de sobrevivência (BORGONHA e BORGONHA, 2010, p. 107).

Ainda sobre a definição da categoria dos pescadores artesanais, Diegues (1988) define que estes sujeitos são aqueles que fazem a divisão da produção em "partes", sendo o produto destinado principalmente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte de sua renda, podendo sazonalmente exercer atividades complementares. Outra característica do pescador artesanal, é a sua dependência de comerciantes ou "atravessadores/intermediários" (donos de peixarias, principalmente), para os quais muitas vezes entregam toda a produção, pois deles dependem para a compra do material de pesca.

Sobre este agente do processo produtivo, Lago (1968, p.37) já preconizava:

O intermediário, como elo de ligação entre o pescador e o consumidor, já começa, generalizadamente, a ser encarado como espoliador (...) A simples eliminação da ação de intermediários está longe de significar campo aberto para o aceleração das melhorias econômicas e sociais. A implantação de cooperativas de produção exige, antes de tudo, vontade de aprender, esforço considerável para alterar fronteiras de comportamento. Implica na administração de bens comuns, numa dinâmica contábil de grande delicadeza e responsabilidade social.

Atualmente, é possível observar que há inúmeros problemas relacionados à questão da pesca em si e ainda mais à pesca artesanal, pois o atual quadro de aproveitamento dos recursos pesqueiros nacionais aponta para uma exploração excessiva dos principais recursos. Temos assim o que é chamado de sobrepesca, resultado da captura crescente de espécies abaixo das dimensões permitidas e/ou em épocas não permitidas por lei (DIEGUES, 1988; CARDOSO, 2003).

Entra aqui a questão do respeito ao período do defeso das espécies, o que representa paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Este período é estabelecido por meio de atos normativos (portarias, instruções normativas), discutidos e publicados pelo órgão federal competente, definido por espécies a serem protegidas e sua área de ocorrência. Para algumas destas ocasiões se estabelece o pagamento do seguro-defeso aos pescadores.

Os pescadores artesanais dependem da pesca em ambientes que sofrem hoje impactos não somente da pesca predatória, com a diminuição dos estoques pesqueiros, mas também da crescente poluição dos ecossistemas por resíduos industriais, agrotóxicos, etc. (DIEGUES, 2002). Em São Francisco do Sul-SC, um grande exemplo de degradação ambiental é o assoreamento do Canal do Linguado e suas respectivas consequências, advindas de seu aterramento ainda na primeira metade do século XX.

Observa-se ainda o processo de espoliação pelo qual milhares desses pequenos produtores, intimidados pela especulação imobiliária, são expulsos de suas praias, ilhas e áreas ribeirinhas. Além de tirá-los destes espaços tradicionalmente ocupados há muitos anos, ocorre também a destruição da importante vegetação de mangue em áreas de reprodução de espécies de pescados. Restingas e praias também sofrem pressões antrópicas, pondo em risco a própria existência desses importantes ecossistemas (DIEGUES, 1995).

Ademais, Diegues (1988, p. 03) escreve que

Constata-se um agravamento contínuo dos problemas que afetam a produção pesqueira artesanal tanto por fatores objetivos (degradação ambiental, destruição e comprometimento dos recursos naturais etc.) quanto pela ineficácia das estratégias governamentais em superar os entraves existentes para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais do litoral brasileiro. Em muitos casos está em perigo a própria sobrevivência física dos pescadores, ameaçados pela pesca empresarial/industrial, pela expulsão de suas praias por grupos imobiliários e pela degradação ambiental.

Logo, os pescadores artesanais são diretamente afetados pela crescente degradação ambiental dos ecossistemas dos quais retiram sua subsistência. A poluição destes ambientes aquáticos está se intensificando ano a ano, tornando a existência destas pessoas cada vez mais difícil. Portanto, dentre as principais preocupações dos pescadores artesanais, temos a da continuidade e reprodução das pescarias, que está relacionada à necessidade de preservação dos recursos naturais, dos ecossistemas nos quais exercem sua atividade de pesca.

CONCLUSÕES

Pretendeu-se, em linhas gerais, caracterizar a atividade pesqueira em São Francisco do Sul, delimitar um perfil dos sujeitos envolvidos, os materiais utilizados para viabilizá-la e as dificuldades encontradas na pesca. Ao desenvolvimento da pesquisa empírica, foram sendo mobilizados os conceitos e fundamentos teóricos para seu entendimento.

Esta se caracteriza por ocorrer na área oceânica e no interior da Baía Babitonga, com a pesca de camarão (sete-barbas, branco e rosa), tainha, parati, dentre outras espécies. A captura é feita principalmente por meio de redes de emalhe e com embarcações motorizadas. O destino da produção é essencialmente a venda direta ao consumidor e as famílias envolvidas na atividade pesqueira obtém ao mês uma média de 1,57 salários mínimos.

Desde os primórdios da história do município, a pesca esteve presente entre seus habitantes, sendo uma atividade que possui saberes que são construídos na prática diária e são passados de geração em geração. Estes estão subordinados diretamente à natureza, principalmente no que diz respeito à presença de cardumes de pescado.

Estes sujeitos, homens e mulheres, possuem uma grande relevância em São Francisco do Sul, responsáveis por abastecer de pescado o município e municípios vizinhos. Apesar de sua importância, são afetados pela degradação ambiental, avanço da especulação imobiliária e pelos circuitos de intermediação do pescado.

REFERÊNCIAS

- BORGONHA, M.; BORGONHA, M. C.. Mulher-pescadora e mulher de pescador: A presença da mulher na pesca artesanal. In: GERHARDINGER, L. C.; BORGONHA, M.; BERTONCICNI, Á. A. (Org.). **Memória do Mar: biodiversidade, conservação e cultura no litoral brasileiro**. Florianópolis: Ecomares, 2010. p. 104-107.
- CARDOSO, E. S.. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. 2001. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARDOSO, E. S. Territórios pesqueiros: Instrumentos de gestão. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 33, n. 196, p.58-60, ago. 2003.
- DIEGUES, A. C. (org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas**. 2ª. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. 597 p. 49
- DIEGUES, A. C. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. **Proposta: Experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p.02-24, set. 1988.
- DIEGUES, A. C. Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995, 269 p.
- LAGO, P. F. A. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina: Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade Pesqueira em Santa Catarina**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1968, 121 p.
- LAGO, P. F. A. Contribuições ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 23, n.1, p. 121-215, 1961.
- MORENO, L. T. C., M. D. Trabalhadores do Mar: uma discussão sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal de Ubatuba/SP. **Revista Pegada**. vol. 14 n.1. Julho/2013. p. 139-163.
- PROZEE, Fundação. **Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Do Sul**. Itajaí: Fundação Prozee, 2005. 154 p.
- RAMIRES, M.; BARRELLA, W.; ESTEVES, A. M. Caracterização da pesca artesanal e o conhecimento pesqueiro local no Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo. **Revista Ceciliana**, Santos, v. 1, n. 4, p.37-43, jun. 2012.
- RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre o trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis. CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006. 175 p.
- SANTOS, S. C.; NACKE, A.; REIS, M. J. (Org.). **São Francisco do Sul: Muito além da viagem de Gonville**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Implantação da TPA em São Francisco do Sul.** São Francisco do Sul, 2018. 239 p.

SILVA, A. P. **Pesca artesanal brasileira:** Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

UNIVALI. **Projeto caracterização socioeconômica das atividades de pesca e aquicultura em Santa Catarina (PCSPA).** Itajaí: Univali, 2018. 43 p.

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIA

TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES OF THE BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONTRADICTIONS, FIGHTS AND RESISTANCE

LAS COMUNIDADES TRADICIONALES PESQUERAS DE LA BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONTRADICCIONES, LUCHAS Y RESISTENCIA

RIOS, Kássia Aguiar Norberto

RESUMO

A Baía de Todos os Santos consiste atualmente no espaço de vida e reprodução social de 241 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas e mais de 70 mil famílias que têm na pesca a sua principal e, muitas vezes única, fonte de renda. A pesca e a mariscagem representam atividades de subsistência que são desenvolvidas com o objetivo de prover a alimentação das famílias, que obtêm rendimento da venda do excedente e/ou de pescados mais nobres. Contraditoriamente, observa-se também que o processo de ocupação territorial desenvolvido historicamente na BTS ocorreu, e ainda ocorre com base na “expulsão/desarticulação” de inúmeras dessas comunidades tradicionais de seus territórios. Nesse contexto que elencamos como objetivo do presente artigo analisar as especificidades que envolvem as disputas territoriais presentes nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da BTS e, a partir disto, os desafios e perspectivas que envolvem a regularização de seus territórios. Para tal, metodologicamente, buscamos, através da realização de levantamentos bibliográficos, estatísticos, cartográficos e da realização de pesquisa de campo, construir um banco de dados que nos permitiu identificar e analisar as principais especificidades que envolvem as comunidades pesqueiras do litoral baiano, em especial da BTS; assim como espacializar através de tabelas e mapas temáticos a distribuição dessas comunidades e as principais disputas territoriais vivenciadas. Tais etapas nos levaram a pensar os desafios e perspectivas que envolvem a regularização dos territórios pesqueiros no litoral baiano.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Contradições. Resistência.

ABSTRACT

Baía de Todos os Santos currently consists of the living and social reproduction space of 241 identified traditional fishing communities and more than 70,000 families who have their primary and often unique source of fishing. Fishing and shellfish are subsistence activities that are developed to provide food for families, who earn income from the sale of surplus and / or noble fish. Contradictorily, it is also observed that the territorial occupation process developed historically in the BTS occurred, and still occurs based on the “expulsion / disarticulation” of countless of these traditional communities from their territories. In this context we list as objective of this article to analyze the specificities that involve the territorial disputes present in the traditional fishing and quilombola communities of BTS and, from this, the challenges and perspectives that involve the regularization of their territories. For this, methodologically, we sought, through bibliographical, statistical, cartographic and field research, to build a database that allowed us to identify and analyze the main specificities that involve the fishing communities of the Bahia coast, in particular. from BTS; as well as spatialize through tables and thematic maps the distribution of these communities and the main territorial disputes experienced. These steps led us to think about the challenges and perspectives that involve the regularization of fishing territories on the Bahia coast.

Keywords Traditional Fishing Communities. Contradictions. Resistance.

RESUMEN

La Baía de Todos os Santos consiste actualmente en el espacio de vida y reproducción social de 241 comunidades pesqueras tradicionales identificadas y más de 70 mil familias que tienen en la pesca su principal y, muchas veces única, fuente de ingresos. La pesca y el marisco representan actividades de subsistencia que se desarrollan con el objetivo de proveer la alimentación a las familias, que obtienen ingresos de la venta del excedente y/o de pescados más nobles. Por el

contrário, se observa também que o processo de ocupação territorial desenvolvido historicamente em BTS se ha producido, y todavía ocurre sobre la base de la expulsión/desarticulación” de numerosas de estas comunidades tradicionais de sus territorios. En este contexto que enumeramos como objetivo del presente artículo analizar las especificidades que implican las disputas territoriales presentes en las comunidades tradicionales pesqueras y quilombolas de BTS y, a partir de esto, los desafíos y perspectivas que implican la regularización de sus territorios. Para ello, metodológicamente, buscamos, a través de la realización de encuestas bibliográficas, estadísticas, cartográficos y de la realización de investigación de campo, construir una base de datos que nos permita identificar y analizar las principales especificidades que afectan a las comunidades pesqueras del litoral de baiano, en particular de BTS; así como espacializar a través de tablas y mapas temáticos la distribución de estas comunidades y las principales disputas territoriales vivenciadas. Tales etapas nos han llevado a pensar en los desafíos y perspectivas que implican la regularización de los territorios pesqueros en el litoral baiano.

Palabras clave: Comunidades Tradicionales pesqueras. Contradicciones. Resistencia.

INTRODUÇÃO

O litoral baiano, com aproximadamente 1.200 km de extensão, representa historicamente o espaço de moradia e reprodução social de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras. Os relatos históricos apontam que inúmeros vilarejos – hoje cidades litorâneas do estado – foram constituídos tendo como principal atividade econômica a pesca artesanal e mariscagem (SILVA, 1988).

Considerado desde o ano de 2010, como o quarto maior produtor de pescado do país, o estado da Bahia obtém, anualmente, uma produção superior a 102 mil toneladas de pescado. Desse quantitativo, mais de 63 mil advém do litoral, sendo 59.293 mil oriundas da pesca extrativa (MPA, 2014). Entre os principais pontos de desembarque destacam-se os municípios de Arembepe, Salvador, Valença, Camamu, Ilhéus, Santa Cruz Cabralia, Alcobaça e Nova Viçosa (IBAMA, 2006).

De acordo com os dados do Registro Geral da Pesca (RGP) do extinto MPA, dos 130.572 mil pescadores existentes no estado, mais de 91 mil encontram-se em municípios situados no litoral. Tratam-se milhares de homens e mulheres que compõem as 472 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas no estado e, que possuem na pesca a sua principal e, muitas vezes única, fonte de renda familiar, (Pesquisa de Campo, 2015).

Distribuídas em 44 municípios agrupados em cinco setores de pesca: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos/Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul (Pesquisa de campo, 2015; CPP, 2015; SOARES et al, 2009), as comunidades tradicionais pesqueiras do litoral baiano têm na raiz de sua constituição fortes laços de identificação e pertencimento à atividade da pesca artesanal e aos espaços por ela apropriados.

Segundo Diegues (2000) e Kunh (2009) trata-se de comunidades que se reproduzem de maneira diferenciada dentro do modo de produção capitalista e que asseguram a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal. Nesse sentido, o “ser tradicional” é compreendido enquanto especificidade e afirmação de um modo de vida, e não enquanto ultrapassado, antigo, entre outros.

Apesar de termos a presença dessas comunidades em todo o litoral do estado, há algumas localidades com significativa concentração, a exemplo da Baía de Todos os Santos (BTS). A BTS, considerada a segunda maior baía do Brasil, possui uma área superior a 1,1 mil km² e um perímetro de 200 km. Atualmente, a BTS abrange em seu entorno 16 municípios: Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Felix, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz.

Conhecida como “Quirimurê pelos Tupinambá, a Baía de Todos os Santos (BTS) foi “descoberta” e assim batizada por Américo Vespúcio em 01 de Novembro de 1501, dia consagrado a todos os santos no calendário da Igreja Católica” (SOUTO, 2004, p.29). A chegada dos Portugueses marcou não só “o re-batismo do grande mar interior dos Tupinambás [...] mas mudanças profundas na vida daqueles povos” (MPA; BAHIA PESCA, 2010, p. 24), visto as atividades que ali foram inseridas/desenvolvidas (exploração pau-brasil, monocultura da cana-de-açúcar, pecuária, etc.). As áreas no entorno da BTS, foram “apropriadas pelos colonos, enquanto que seus donos, os Tupinambá, foram expulsos de suas terras e alguns deles escravizados para os serviços nos engenhos de açúcar” (MPA; BAHIA PESCA, 2010, p. 25).

Naquele período, “a região do recôncavo baiano, que abraça toda a área da BTS e compreende vários rios e enseadas de portes variados, era coberta por densas florestas e bosques de manguezais” (HATJE; ANDRADE, 2009, p. 19). A BTS sempre foi caracterizada por sua riqueza natural: ilhas, recifes de corais, manguezais, apicuns, uma diversidade de espécies de peixes, mariscos e duas baías menores, Iguape e Aratu. Fato que levou a mesma a ter a sua importância ecológica reconhecida com a “criação da Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos, através do Decreto Estadual no. 7595 em 5 de junho de 1999. Com cerca de 800 km², esta unidade de conservação abrange 54 ilhas [...] com importantes áreas remanescentes de Mata Atlântica e de manguezais” (SOUTO, 2004, p.30).

Na BTS, observa-se a presença de densas áreas de manguezais em diversas localidades, “com exceção de regiões próximas a alguns aglomerados urbanos ou áreas industriais, onde a própria pressão humana levou a extinção ou rarefação destes ecossistemas” (SOUTO, 2004, p. 30). Os manguezais ocupam uma área de cerca de 177 km², enquanto que os apicuns ocupam 10,2 km² (HADLICH et al, 2009, p.4610). Esses ambientes são considerados historicamente de suma importância para a manutenção das condições naturais da baía, assim como das populações tradicionais que residem em seu entorno. “Por séculos a Baía de Todos os Santos vem sustentando populações tradicionais de pescadores e marisqueiras, que retiram de suas águas sua alimentação e renda” (MPA; BAHIA PESCA, 2010, p. 39).

Todavia o que se observa é que esses ambientes, que constituem a BTS têm sido modificados – desde sua “re-descoberta” – gradativamente, com destaque para alguns momentos históricos: i) a implantação da monocultura da cana-de-açúcar e a instalação dos engenhos; ii) a chegada de Tomé de Souza, em 1549, o início da construção da cidade de Salvador e a ocupação das terras no entorno da baía (destaque para as culturas da mandioca e do fumo); iii) em 1950, quando a Petrobras inaugura a refinaria Landulpho Alves (RLAM) em Mataripe, marco inicial do desenvolvimento da indústria petroquímica no estado, consolidada posteriormente com a implantação do complexo petroquímico e o Centro Industrial de Aratu; e iv) a implantação e expansão de inúmeras e diferenciadas atividades na baía (turismo, aquicultura, portos, estaleiros, indústria automobilística, imobiliária etc.) (HATJE; ANDRADE, 2009).

Ainda de acordo com os autores, a BTS “representa hoje uma das grandes áreas antropizadas do estado da Bahia, em decorrência, fundamentalmente do tipo de ocupação exercida ao longo de quatro séculos” (MPA; BAHIA PESCA, 2010, p. 37). O cenário se agrava quando observamos nessa região a presença de inúmeras comunidades tradicionais que sobrevivem direta/indiretamente das atividades da pesca e da mariscagem, que são desenvolvidas nos múltiplos espaços que compõem a baía. O processo de ocupação territorial desenvolvido historicamente na BTS ocorreu, e ainda ocorre com base na “expulsão/desarticulação” de inúmeras dessas comunidades tradicionais de seus territórios.

É nesse contexto que objetiva-se, no presente artigo analisar as especificidades que envolvem as disputas territoriais presentes nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da BTS e, a partir disto, os desafios e perspectivas que envolvem a regularização de seus territórios.

Para tal, metodologicamente, buscamos, através da realização de levantamentos bibliográficos, estatísticos, cartográficos e da realização de pesquisa de campo, construir um banco de dados que nos permitiu identificar e analisar as principais especificidades que envolvem as comunidades pesqueiras do litoral baiano, em especial da BTS; assim como espacializar através de tabelas e mapas temáticos a distribuição dessas comunidades e as principais disputas territoriais vivenciadas. Tais etapas nos levaram a pensar os desafios e perspectivas que envolvem a regularização dos territórios pesqueiros no litoral baiano.

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS E QUILOMBOLAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

As comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da BTS, assim como a maioria das comunidades existentes no litoral baiano, têm como característica de sua reprodução o desenvolvimento da pequena agricultura e do extrativismo vegetal, como forma complementar a atividade da pesca e mariscagem. A pesca artesanal praticada na BTS representa “sobretudo, uma herança cultural secular, que dá sentido à existência

individual, cimenta e regula a vida em grupo e provê material à imaginação social” (BANDEIRA; BRITO, 2011, p. 304).

Atualmente, de acordo com os dados obtidos nas oficinas realizadas com os pescadores(as) artesanais, existem na BTS cerca de 241 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas e mais de 70 mil famílias que têm na pesca a sua principal e, muitas vezes única, fonte de renda. A pesca e a mariscagem representam atividades de subsistência que são desenvolvidas com “o objetivo de prover a alimentação das famílias, que obtém rendimento da venda do excedente e/ou de pescados mais nobres” (SOARES et al, 2009, p.162).

Em sua maioria trata-se de comunidades que tem, na prática da pesca, uma dupla finalidade: a comercialização e a subsistência como formas de garantir a sua reprodução. Para algumas comunidades, a pesca representa a principal fonte de renda; para outras, a pesca é coexercida com algum emprego, geralmente a agricultura, o comércio, a indústria ou o turismo (MPA; BAHIA PESCA, 2010).

Uma característica importante que envolve as comunidades tradicionais pesqueiras da BTS refere-se aos laços de identificação e pertencimento desenvolvidos entre as mesmas e os espaços apropriados para suas atividades. Estas comunidades asseguram a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal e por terem, historicamente, nesta atividade a sua principal fonte de renda, há acima de tudo o respeito por estes espaços, que constituem o território pesqueiro.

O território dos pescadores artesanais é compreendido aqui enquanto um território articulado, uma vez que este não se restringe ao espaço marítimo (prática da pesca). Engloba também o espaço terrestre, onde alguns grupos desenvolvem não somente as atividades complementares à pesca, mas principalmente suas “atividades de vida e reprodução social”. O território pesqueiro “envolve áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo” (MPP, 2014, p.19). Os pescadores artesanais “não vivem só na água, precisam da terra e da água, tendo nessa interface o mangue e as matas ciliares, a floresta, importantes para a garantia do trabalho tradicional, construção de instrumentos de trabalho, artesanato, espiritualidade, mística e mitos (histórias, crenças, lendas)” (MPP, 2012, p. 6).

Na BTS, os espaços apropriados pelos pescadores artesanais são mais do que simples áreas delimitadas, muitas delas possuem limites implícitos, conhecidos e respeitados pela comunidade. Trata-se de espaços que historicamente foram incorporados a sua tradição (MALDONADO, 1994)

Outro ponto de destaque no território das comunidades tradicionais pesqueiras da BTS refere-se à especificidade/complexidade que envolve os espaços ali existentes. A iniciar pelo fato de que grande parte da BTS integra a Área de Proteção Ambiental (APA) Baía de Todos os Santos, “criada pelo Decreto Estadual nº.7.595 de 05 de junho de 1999, com área estimada de 800 km², envolvendo as águas e o conjunto de ilhas da Baía de Todos os Santos inseridas na poligonal formada pela linha de costa que delimita a baía e o estuário do Rio Paraguaçu” (ESCUADERO, 2010, p.29). A APA Baía de Todos os Santos foi criada como forma de reconhecimento e necessidade de proteção e preservação dos recursos naturais ali existentes.

Além de integrar uma APA, os inúmeros espaços que compõem os territórios pesqueiros da BTS também integram territórios quilombolas ou áreas demarcadas como Reserva Extrativista. É nessa relação com o território que destacamos um cenário existente em inúmeras comunidades pesqueiras do litoral do Estado: muitas comunidades tradicionais pesqueiras também se reconhecem enquanto quilombolas. Segundo Germani; Amorin,

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negros e ocupam terras na área rural. São os laços de consanguinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. Trata-se de estratégias desenvolvidas no processo histórico de adaptação ao ambiente, concomitante com práticas de proteção aos recursos naturais disponíveis (GERMANI; AMORIM, 2005, p. 797).

No momento em que uma comunidade pesqueira se reconhece também enquanto quilombola, as relações existentes com seu território adquirem novas dimensões. Para os pescadores artesanais, a pesca

representa muito além de uma simples profissão. As relações desenvolvidas com seus territórios são compreendidas para além de seu uso produtivo, são lugares conhecidos, nomeados e usados em diversas práticas que extrapolam o uso econômico. Os territórios pesqueiros constituem-se, portanto, enquanto territórios de vida e reprodução social.

Nesse sentido, ao incorporar a dimensão quilombola, tais relações são intensificadas, uma vez que este território também é constituído por espacialidades e funcionalidades – com fortes relações de identificação, respeito e pertencimento – específicas das comunidades quilombolas (CQ).

Outra dimensão existente nesse cenário refere-se ao reconhecimento do direito dessas comunidades sobre o seu território. É sabido que existem no país instrumentos jurídicos que reconhecem os direitos das comunidades tradicionais (CT) e seus territórios, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto, nº 6.040/2007) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Brasil é signatário.

Esta última, “ao falar sobre ‘povos indígenas e tribais’, considera que a comunidade tradicional possui direitos sobre seus territórios” (MPP, 2012, p. 6). As comunidades tradicionais pesqueiras, apesar de se inserirem nas características apresentadas por essa Convenção como comunidades tradicionais, não têm esses direitos reconhecidos. Assim como as definições que existem na Constituição e no Decreto nº 6.040/2007 não contemplam as especificidades/complexidades que envolvem os pescadores artesanais e os territórios pesqueiros.

Já as comunidades quilombolas têm assegurado no art. 68 da CF que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). O Decreto nº 4887/2003¹ considera como remanescentes de quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003) e regulamenta “o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003).

De acordo com os dados do Projeto GeografAR, no estado da Bahia, há atualmente 900 comunidades quilombolas identificadas, distribuídas em 174 municípios. Deste total, 758 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e 303 encontram-se com processo de regularização territorial em tramitação no INCRA, sendo que apenas 18 possuem o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CDRU) e nenhuma possui o título definitivo de propriedade da terra (FCP, 2017; INCRA, 2017a; GEOGRAFAR, 2017). Segundo Santos,

A presença de comunidades quilombolas na Bahia é um traço marcante na configuração da questão agrária e territorial do estado na contemporaneidade. O número de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Estado da Bahia é bastante expressivo. A Bahia situa-se como o primeiro estado da federação em número de comunidades negras rurais e quilombolas (SANTOS, 2013, p.1).

Destaca-se que, das 900 comunidades quilombolas identificadas, 180 encontram-se localizadas na BTS. Trata-se de comunidades quilombolas que têm, desde as raízes de sua constituição a prática da pesca e da mariscagem como principal fonte de renda. Sobre essas “múltiplas identidades” é importante destacar a forma com que as relações sociais, econômicas, ambientais e culturais estabelecidas com o território são ainda mais intensas, uma vez que neste articulam-se distintos espaços (marítimos e terrestres), usos, significados e territorialidades. Para essas comunidades, o território é compreendido enquanto espaço de vida e reprodução social, no qual a garantia das condições de acesso, uso e controle é indispensável à própria reprodução da comunidade.

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.html

As questões apresentadas nos levam a constatar que as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da BTS possuem características que lhe atribuem um caráter específico, que demandam ao Estado, nas suas diversas representações, uma rigorosa “gestão, proteção e fiscalização” de seus territórios. No entanto, o que tem se observado historicamente é uma massiva ocupação, modificação e destruição dos espaços que compõem esses territórios por atividades industriais, entre outras e, com isso, a expulsão de inúmeras comunidades.

Trata-se de uma invisibilidade histórica que acompanha os pescadores artesanais do estado, que tem se manifestado cada vez mais no surgimento de disputas territoriais e conflitos. Isso porque muitos espaços que constituem os territórios pesqueiros “ainda podem ser considerados como preservados” pelas comunidades que ali residem. Possuem condições e localização estratégica que passaram a ser vistas como de interesse ao desenvolvimento do capital, a denominada mercantilização da natureza.

Cabe acrescentar que na Bahia os incentivos à expansão industrial, nos diversos setores, e em especial nas zonas costeiras, tem ocasionado a inserção de inúmeros empreendimentos nos territórios pesqueiros, gerando modificações, descaracterizando-os e comprometendo o desenvolvimento da própria atividade. Em geral, essas comunidades sofrem “importantes impactos com a introdução de uma força externa, apoiada por forças políticas locais, processo do qual resulta uma disputa em torno da apropriação e do uso dos recursos do território” (MARTINS; RAMOS, 2012, p. 6).

Apesar de estes empreendimentos e as disputas territoriais estarem presentes em quase todas as comunidades pesqueiras do Estado, há alguns pontos de intensa concentração, a exemplo da BTS. Esta Baía tornou-se, historicamente, um dos principais pontos de investimento e concentração das atividades industriais do estado da Bahia.

Atualmente, é o espaço de inúmeras atividades industriais de diversos setores: o Centro Industrial de Aratu (CIA) – mais de 200 indústrias químicas, metalúrgicas, mecânicas, dentre outras; o Polo Petroquímico de Camaçari (indústria química e petroquímica); os Portos de Salvador e de Aratu, os viveiros de Carcinicultura – criação de camarões; empreendimentos turísticos, além de outras indústrias que trabalham com fertilizantes e produtos alimentícios (HATJE et al, 2009).

Essas atividades têm ocasionado, nas últimas décadas, diversas modificações nas condições naturais da Baía e na distribuição de seus ecossistemas. Assim como tem interferido diretamente no desenvolvimento das comunidades tradicionais pesqueiras locais.

AS DISPUTAS TERRITORIAIS PRESENTES NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

As contradições que envolvem os territórios pesqueiros da BTS iniciam-se no momento em que há a ocupação de um espaço até então utilizado pelas comunidades tradicionais para a inserção de novas atividades que interferem diretamente no acesso, uso, controle do território pelas comunidades. Daí o surgimento das disputas territoriais.

Conforme apontado anteriormente, a BTS tem sido modificada desde sua “re-descoberta” pelos portugueses, com destaque para alguns momentos históricos. “O início da impactação antrópica na Baía de Todos os Santos (BTS) data do século XVI, com a construção da cidade do Salvador, a implantação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar e o princípio da “indústria” de construção naval” (HATJE et al, 2009, p.247).

[...] o crescimento industrial no entorno da Baía de Todos os Santos teve um incremento a partir dos anos 40, gradualmente vindo a substituir o espaço da atividade agrícola. Sendo implantadas indústrias, fábricas de cigarros e bebidas, ramo têxtil, todos com lançamento dos efluentes industriais, nem sempre tratados, dentro da BTS (ESCUADERO, 2010, p. 26).

Entretanto, “a aceleração do processo de alteração ambiental ocorreu na metade do século XX, quando os municípios localizados no entorno da BTS experimentaram um período de transformação econômica e social importante, devido à Petrobras ter escolhido a Bacia Sedimentar do Recôncavo para sistematizar suas pesquisas e explorar Petróleo (HATJE et al, 2009, p.247).

Na década de 1950, a Petrobras instalou em Mataripe a refinaria Landulpho Alves. "O petróleo – símbolo dessa modernidade, [...] foi o elemento-chave para a implantação de um parque industrial na Bahia e para dinamização da economia da Região Metropolitana de Salvador e seu entorno" (ESCLUDERO, 2010, p. 26). Fato que se concretiza com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), no final da década de 60 e a formação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) na década de 70 (HATJE et al, 2009). Desde então, mais de 200 indústrias (químicas, metalúrgicas, mecânica, farmacêutica e alimentícias) se instalaram no CIA.

A implantação dessas indústrias na BTS ocasionou e intensificou "direta/indiretamente" um contínuo processo de inserção e expansão de novas e diferenciadas atividades na Baía: turismo, aquicultura, portos, estaleiros, indústria imobiliária etc. Na Figura 1, podemos observar que a maioria destes empreendimentos encontra-se inserida diretamente nas áreas de uso das comunidades pesqueiras, ou seja, nos territórios pesqueiros.

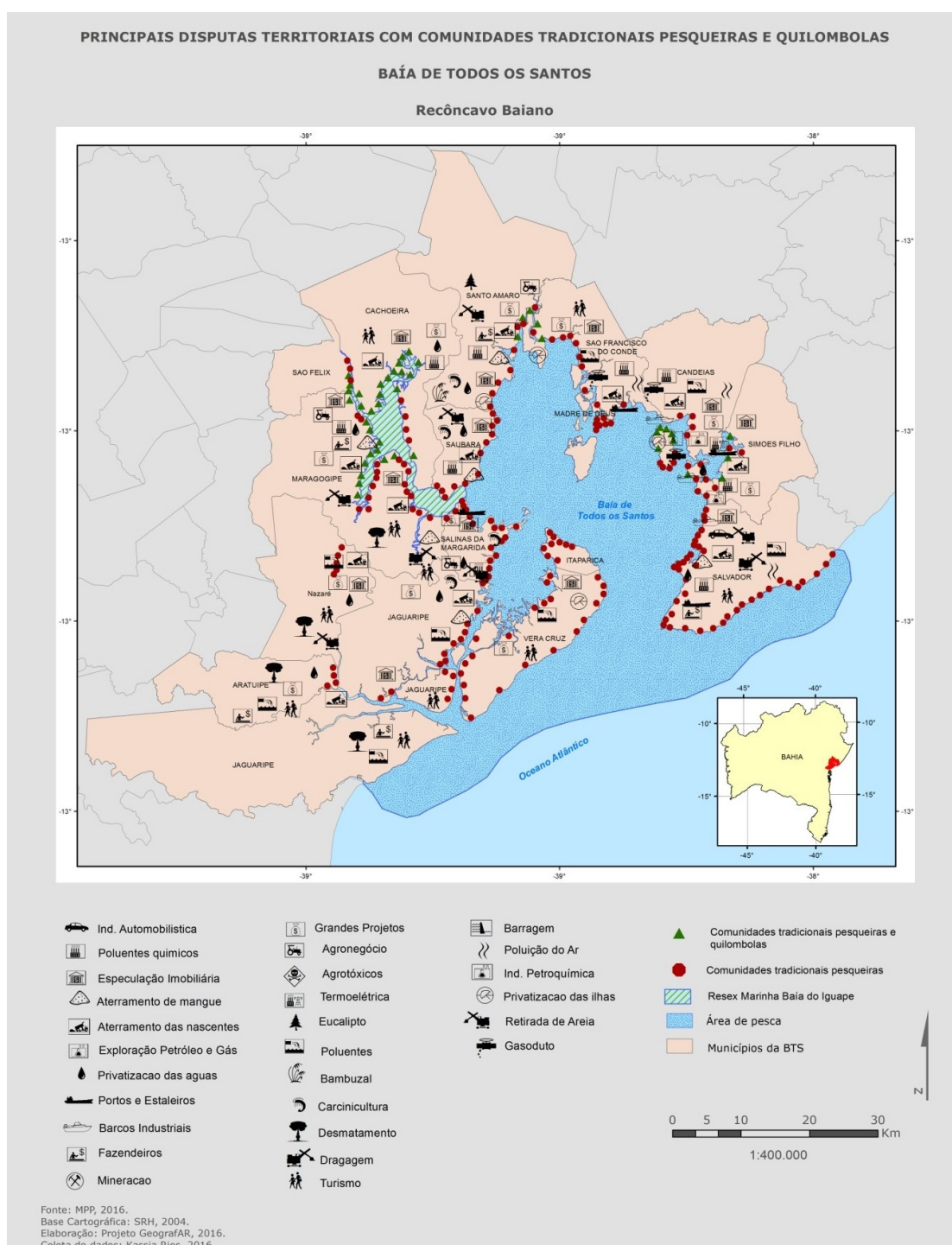


Figura 1: Principais disputas territoriais identificadas nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da BTS,

Na medida em que novas atividades industriais foram inseridas na BTS, inúmeras mudanças significativas também ocorreram na mesma, seja nas condições ambientais na baía, seja na ocupação dos espaços utilizados pelas comunidades tradicionais ali existentes. Os espaços que eram de uso das comunidades aos poucos foram sendo ocupados, delimitados e controlados pelas industriais. As condições naturais da baía foram modificadas, espécies foram reduzidas, coroas e manguezais destruídos/desmatados, caminhos tradicionais foram interrompidos, áreas de pesca, mariscagem, agricultura e extrativismo foram cercados e tiveram seu acesso proibido, tubulações e poços de petróleo e gás foram inseridos na comunidade etc. Situações frequentemente vivenciadas pelas comunidades pesqueiras e, que tem sido o principal motivo de inúmeras disputas territoriais e conflitos.

A inserção dessas atividades na Baía, quando não ocasiona a “restrição/perda” imediata das áreas de uso dos pescadores artesanais, tem obrigado várias comunidades a “dividir” seus espaços com empreendimentos de diversos segmentos, a exemplo:

i) Turístico: Este segmento tem cercado e desmatado diversas espaços para construção de hotéis e pousadas, a destacar nos últimos anos a ocupação, desmatamento e privatização de coroas e ilhotes na BTS. Por exemplo, as comunidades pesqueiras no município de Santo Amaro, Saubara e São Francisco do Conde, desde 2011, têm enfrentado constantes disputas territoriais com empresários que tentam privatizar a Ilha de Cajaíba, alguns ilhotes e coroas das proximidades, para a construção de hotéis e resorts.

ii) Portuário: A ampliação e criação de novos portos e estaleiros consistem num dos grandes conflitos que envolvem as comunidades tradicionais pesqueiras da BTS. Atualmente, a BTS abriga além dos portos de Salvador e Aratu, diversos terminais marítimos:

[...] (i) Terminal da Dow Química, que exporta produtos químicos; (ii) o Terminal da Gerdal/Usiba, responsável pela importação de minérios de ferro e manganês; (iii) o Terminal Dias Branco, agente importador de trigo e exportador de soja; (iv) o Terminal da Ford, exportador de veículos; (v) o Terminal São Roque, operado pela Petrobrás, onde são reformadas e consertadas plataformas, chatas e navio-sonda; (vi) os terminais de passageiros de São Joaquim e Bom Despacho; e finalmente (vii) a Base Naval de Aratu (HATJE et al, 2009, p. 251).

Os portos de Salvador e Aratu, assim como os demais terminais marítimos, podem ser considerados como “fontes de contaminação por hidrocarbonetos, metais e demais produtos transportados pela região [...] o porto de Salvador movimentou mais de 400.000t ano de produtos químicos e fertilizantes, enquanto Aratu [...] cerca de 4 milhões de t ano” (HATJE et al, 2009, p.250).

Na BTS, já aconteceram diversos derramamentos de produtos químicos e óleo na BTS, a destacar o derramamento de 48.000 litros de petróleo bruto em 1992; em abril de 2009, o vazamento de cerca de 2.500 litros de óleo e recentemente, em 2013, quando um incêndio atingiu um navio carregado de gás propeno no Porto de Aratu e, cerca de 500 mil litros de combustível se espalharam pela BTS. Tais vazamentos “podem ter impacto negativo bastante significativo na biota, especialmente nas áreas de manguezais, e implicações diretas nas comunidades ribeirinhas que tem no extrativismo a principal fonte de proteína e renda” (HATJE et al, 2009, p.251).

iii) Petroquímico: A inserção da indústria petroquímica da BTS tem ocasionado além da privatização de áreas de uso das comunidades para a inserção de poços de petróleo e gás, a contaminação das águas, do ar, mariscos, pescados e, dos próprios moradores das comunidades. Por exemplo, a Companhia Química do Recôncavo (CQR), que operou as margens da Baía de Itapagipe, onde atualmente funciona o Pólo Petroquímico, também é considerada uma das grandes contaminadoras da região. “Estima-se que a planta de cloro-álcali desta indústria despejou entre 2 e 4 kg diários de cloreto de mercúrio nas águas de Itapagipe, durante seus doze anos de operação” (HATJE et al, 2009, p.250).

iv) Automobilístico: Desde o ano de 2005, também compõe o sistema portuário da BTS o terminal privativo da Ford. De acordo com as comunidades residentes nos municípios que integram o setor de pesca da BTS, a instalação deste terminal ocorreu numa área de intenso uso dos pescadores artesanais, visto a diversidade de peixes e mariscos existentes na região. Com sua instalação além da restrição de acesso as

coroas e pontos de pesca, o transporte de navios para escoamento dos carros interfere e coloca em risco a vida de diversos pescadores que atuam na região, impactando diretamente no desenvolvimento de suas atividades

As comunidades pesqueiras da BTS relatam ainda a existência de conflitos com o setor imobiliário, pois com a inserção das indústrias há uma maior demanda residencial e conflitos fundiários, nos quais diversas comunidades relatam a constante ocupação e privatização de parte de seus territórios por fazendeiros e com isso a restrição/proibição de acesso aos caminhos que levam as áreas de pesca e mariscagem. A perda de espaços que constituem os territórios pesqueiros para plantações de eucalipto e bambuzal também faz parte das diversas disputas territoriais existentes na BTS. Nos últimos anos, também foi construída uma termoeletrica, porém, ainda não está em funcionamento.

Escudero, ao analisar os impactos das atividades presentes na BTS, nos aponta que:

O excesso de indústrias com despejos nem sempre dentro das normas; o risco envolvido nas atividades portuárias e petrolíferas; a realização de um tipo de turismo que impacta o meio ambiente; o crescimento das atividades de carcinicultura nos manguezais; a poluição atmosférica; o esgotamento sanitário deficiente; a pesca com bomba e a destruição da Mata Atlântica destacam-se como os maiores complicadores para o desenvolvimento sustentável desse espaço (ESCUDEIRO, 2010, p. 28).

Em pesquisa realizada em jornais do estado e sites de notícias locais e alguns, nacionais, durante o período de 2000 a 2015, constatamos que semanalmente há pelo menos uma notícia sobre as contradições e disputas territoriais que envolvem as comunidades pesqueiras da Bahia, em especial da BTS. A seguir, apresentamos algumas das principais notícias que se repetem frequentemente nos jornais locais, envolvendo disputas territoriais com comunidades pesqueiras da BTS:

- Poluição marítima dizima pescados na BTS e dificulta sobrevivência das comunidades pesqueiras;
- Vazamento em duto da Petrobras: óleo se alastra e prejudica pescadores;
- Incêndio no porto polui baía com óleo e causa mal-estar a moradores;
- Mesmo com licenciamento ambiental suspenso, novas viveiros de carcinicultura são construídos na BTS: pescadores pedem fiscalização dos órgãos responsáveis;
- Poluição na BTS causa problemas aos moradores: diagnóstico revela que em níveis altos, o chumbo causa anemia e afeta a evolução física e cognitiva das crianças;

Se observarmos o quantitativo de impactos socioambientais que as empresas atuantes na BTS ocasionaram/ocasionam na Baía e nas comunidades ali existentes, notaremos que se trata de um processo histórico invisibilizado frente ao Estado e órgãos ambientais. Pois, mesmo com a existência de diversos estudos e pesquisas demonstrando as conseqüências desses impactos à baía e às comunidades pesqueiras, as empresas que já estão instaladas continuam a desenvolver suas atividades regularmente – algumas ampliando suas áreas –, assim como novas empresas têm ocupado outros espaços no entorno da baía.

Inúmeras pesquisas para monitoramento da poluição do ar, das águas, dos pescados e da saúde dos moradores das comunidades já foram realizadas na BTS. Muitos atestam a contaminação por poluentes químicos e suas possíveis conseqüências ao meio ambiente e as comunidades. Todavia, não há por parte do Estado e órgãos ambientais um controle e fiscalização intensiva para combater a emissão de tais poluentes. Em alguns casos, quando as comunidades realizam manifestações e ocupações reivindicando das empresas, estado e órgãos ambientais uma fiscalização imediata, são feitos “acordos de uso da baía e promessas de novas fiscalizações”. Entretanto, na prática a maioria dessas ações não acontece.

Observa-se que não há uma fiscalização/aplicação do marco legal que rege a instalação e o funcionamento desses empreendimentos, a exemplo do cenário exposto na BTS. Nesse contexto dois questionamentos emergem: A BTS integra uma APA, possui uma Resex e é o território de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas. Esse cenário não deveria garantir a preservação da Baía e as comunidades envolvidas, alguns direitos sobre seu território? A legislação atual brasileira abrange as especificidades existentes nos territórios pesqueiros? Há algum instrumento legal que garanta os direitos territoriais das comunidades tradicionais pesqueiras?

Tais respostas nos levam a alguns dos grandes desafios que envolvem a regularização dos territórios tradicionais da BTS, que por vez iniciam quando observamos o cenário ao quais as comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil foram submetidas historicamente: de exclusão, negação de direitos e invisibilidade. Não há, no país, o reconhecimento – por parte do Estado e dos próprios órgãos gestores – da importância socioeconômica, cultural e ambiental dessas comunidades e, por vez, dos espaços historicamente apropriados (território pesqueiro). Historicamente, o Estado tem visto os pescadores artesanais somente como uma categoria de trabalhadores, descartando toda a riqueza social, cultural e ambiental que envolve a tradicionalidade e o modo de vida dessas comunidades.

Na Baía de Todos os Santos existem mais 300 empreendimentos de propriedade do estado e/ou grupos privados (nacionais e internacionais). Trata-se de portos, estaleiros e indústrias de variados seguimentos que contribuem significativamente para a economia do estado (IBGE, 2010). Isso significa dizer que a regularização de um território tradicional na região BTS, certamente enfrentará grandes desafios, pois envolverá grupos, interesses e poderes de distintas escalas (comunidades, fazendeiros, empresas nacionais, internacionais, Estado etc.).

Os territórios pesqueiros se tornaram, ao longo dos anos, espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital e, através do apoio do Estado, tem sido massivamente ocupado por empreendimentos industriais dos diversos segmentos. Portanto, uma das questões que não podemos desconsiderar na discussão dos territórios tradicionais da BTS refere-se à realidade que envolve tais espaços e o papel do Estado.

CONCLUSÃO

Os desafios existentes no processo de regularização dos territórios pesqueiros da BTS iniciam quando observamos o cenário de invisibilidade, exclusão e negação de direitos, aos quais as comunidades tradicionais locais têm sido submetidas historicamente. Não há no país o reconhecimento pelo Estado, e pelos próprios órgãos gestores do setor pesqueiro, da importância social, econômica, cultural e ambiental dessas comunidades.

Mesmo se tratando de territórios legais, tais como Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas e/ou territórios quilombolas etc., observa-se que os espaços de uso das comunidades se tornaram áreas de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital. Isso tem implicado aos pescadores(as) artesanais uma necessidade cotidiana: a luta pela efetivação de seus direitos e, principalmente, pela permanência nos territórios pesqueiros.

Tais fatos, aliados a uma conjuntura política de constante incentivo à expansão industrial no país nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.), e em especial nas zonas costeiras, têm feito com que as políticas públicas busquem privilegiar os grandes empreendimentos que têm sido inseridos nos territórios pesqueiros.

REFERÊNCIAS

- BAHIA PESCA. **Dados da atividade pesqueira no estado da Bahia**. Salvador: BP, 2010.
- BANDEIRA, F. P. S. de; BRITO, Ronan R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: CAROSO, C. et al. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos / Salvador: EDUFBA, 2011. 600 p.**
- CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Conflitos Socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF, 2016. 104p.
- CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores – Nacional. **40 anos de caminhada aos lados dos pescadores e pescadoras artesanais em defesa da vida**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/>. Acesso em: Dezembro de 2016.

Pastoral dos Pescadores. Pescando Direitos - Somos pescadores e pescadoras artesanais e pra gente isso basta. Boletim Jurídico da CPP. 2ª edição, 7p. agosto, 2015.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Assembléia de Fundação**. Relatório. Salvador. Bahia, 2001.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.a ed. — São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. Ed. da UFSC: Florianópolis, 2006.

ESCUADERO, S. **Urbanização (In) sustentável em Ilha de Maré**: Estudo de caso da vila de Santana. 2010. 85f. Monografia (Especialização)—UCSAL, Salvador, Bahia.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Informações Quilombolas – 2017**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: Fevereiro de 2017.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Banco de Dados 2016**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2017.

GERMANI, G.; AMORIM, I. G. Quilombos da Bahia: Presença incontestável. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

HADLICH, G. M. et al Distribuição de apicuns e de manguezais na Baía de Todos os Santos, Bahia, Brasil In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)**, 2009, Natal, RN. Anais... São José dos Campos: MCT/INPE, 2009. Artigos, v.1, p.4607 – 4614.

HATJE, V; ANDRADE, J. **Baía de Todos os Santos**: aspectos oceanográficos - Salvador: EDUFBA, 2009. 306p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Ministério do Meio Ambiente. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil - 2006**. IBAMA, 2006.

IBAMA et al. Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino – Projeto ESTATPESCA**. 328p. Brasília, 2006b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> acesso em: 01 jun. 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Processo 54160.001114/2008- 29**: Regularização do Território Quilombola das Comunidades da Ilha de Maré. Banco de Dados. INCRA/ Salvador. 2017.

KUHN, E. R. A; GERMANI, G. I. Pensar o campo baiano a partir da pesca artesanal: relações e possibilidades. In: **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**, 16., 2010, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010.

KUHN, E. R. A. **Terra e água**: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2ª ed.São Paulo: Annablume, 1994.

MARTINS, L. R; RAMOS, M. H. R. Territórios em disputa: a instalação de grandes projetos e sua relação com a comunidade local. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia. UFU, 2012.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aqüicultura - 2008 e 2009**. MPA, 2010a.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Balança Comercial do Pescado - 2009**. MPA, 2010b.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Disputas e conflitos territoriais nos territórios pesqueiros**. Oficina. Ilha de Maré - Salvador, 2017.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Pesca e pescadores artesanais no estado da Bahia**. Oficina. Salvador, 2016.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro**. MPP, 2014.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Identidade e Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. In: **Cartilha - Trabalho de Base da Campanha Pelo Território Pesqueiro**. MPP. Pernambuco, 2012.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. Folder de Divulgação. MPP Olinda. Pernambuco, 2012b.

SANTOS, T. R. Dez anos do Decreto 4887: Bahia. In: **Étnico - Etnicidade e Direitos: índios, quilombos e populações tradicionais**. Novembro de 2013. Disponível em: <https://etnico.wordpress.com/2013/11/20/dez-anos-de-decreto-4887-quilombos-da-bahia/>. Acesso: março de 2014.

SILVA, L. G. **Os pescadores na história no Brasil**. Local: Vozes; Recife: CPP, 1988.

SILVA, M. R. **Povos de Terra e água: a comunidade pesqueira de canto do mangue, Canguaretama (RN) – Brasil**. 2004. 126f. Dissertação (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

SOARES, Lucy S. H. et al. Pesca e Produção Pesqueira. In: **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos** Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, Bahia**. 2004. 319f. Tese (Pós-Graduação Ecologia e Recursos Naturais) – UFSC, São Paulo, 2004.

TRANSFORMAÇÕES NO RIO CAMARAJIPE (SALVADOR, BA) E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL

TRANSFORMATIONS ON CAMARAJIPE RIVER (SALVADOR, BA) AND IMPACTS IN ARTISANAL FISHING

TRANSFORMACIONES EN EL RÍO CAMARAJIPI (SALVADOR, BA) Y LOS IMPACTOS EN LA PESCA ARTESANAL

ROSSI, Rinaldo de Castilho

GUIMARÃES JÚNIOR, João Carlos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir os impactos ambientais causados pela urbanização à pesca artesanal, por meio do estudo de caso da colônia de pescadores do Jardim dos Namorados em Salvador (BA). Utilizando como fundamentos teóricos o materialismo-histórico-dialético, a ecologia política e o pensamento decolonial, foi realizada uma pesquisa sobre as principais transformações na bacia do rio Camarajipe e nas políticas públicas federais, estaduais e municipais que impactaram os pescadores da referida colônia. Por meio de revisão bibliográfica e documental, além de estudo de campo, com observação, entrevista narrativa e registros fotográficos, foi possível analisar rupturas espaço-temporais que separam momentos de impactos importantes para o grupo estudado. As considerações permitem uma reflexão crítica acerca do processo de urbanização e da exclusão das comunidades tradicionais na memória oficial, na cultura e na economia da cidade.

Palavras-Chave: Pesca artesanal. Urbanização. Impacto ambiental. Ecologia política. Metrôpoles.

ABSTRACT

This manuscript presents environmental impacts caused by urbanization that reaches artisanal fishing, by studying the fishing colony on Jardim dos Namorados in Salvador, Bahia, Brazil. With fundamentals of dialectical historical materialism, of political ecology and decolonial thinking, it was possible to analyze some important transformations on Camarajipe basin and on public policy that affected the fishermen, their colony and community. Working with documents, bibliographic review, and field research with observation, interviews and photography, it was analyzed spatial-temporal ruptures that divide different periods of impacts in the studied group. Research considerations reveal a critical analyzes about the exclusion caused by urbanization in traditional communities.

Keywords: Artisanal fishing. Urbanization. Environmental impact. Political ecology. Metropolis.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir los impactos ambientales causados por la urbanización en la pesca artesanal, por medio del estudio de caso de la colonia de pescadores de Jardim dos Namorados en Salvador (BA). Utilizando los fundamentos teóricos del materialismo-histórico-dialéctico, de la ecología política y del pensamiento descolonial, se realizó una investigación sobre las principales transformaciones en la cuenca del río Camarajipe y sobre las políticas públicas que afectaron a los pescadores de esa colonia. A través de una revisión bibliográfica y documental, además de un estudio de campo, con observación, entrevista narrativa y registros fotográficos, fue posible analizar las rupturas espacio-temporales que separan momentos de impactos para el grupo estudiado. Las consideraciones permiten una reflexión crítica sobre el proceso de urbanización y la exclusión de las comunidades tradicionales de la memoria, cultura y economía de la ciudad.

Palabras Clave: Pesca artesanal. Urbanización. Impacto ambiental. Ecología política. Metrôpoles.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma das modalidades desta prática, constituindo-se como atividade familiar e tradicional, em que os resultados geralmente são destinados principalmente para o consumo familiar, comunitário e/ou para a comercialização em local.

Concentrando-se em ambientes costeiros ou nas águas doces, de rios e lagos, a pesca artesanal é, por vezes, acompanhada pela prática da aquicultura ou mariscagem, nos ecossistemas mais favoráveis a estas.

A atividade costuma estar relacionada a comunidades que a tem como parte de sua cotidianidade e do seu modo de vida, geralmente praticadas por famílias que a exercem em locais próximos às suas residências vinculadas aos povos tradicionais quilombolas ou povoados rurais e suburbanos. Não atoa que a pesca artesanal é contemplada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº federal nº 6.040/2007).

Essa modalidade de pesca possui grande importância socioeconômica e cultural para o mundo, sendo responsável por empregar mais de 90% dos estimados 35 milhões de pescadores existentes, além de capturar mais da metade do pescado capturado no mundo (FAO, 2010).

No caso brasileiro, pelo tamanho da costa e pela diversidade dos povos que aqui vivem a pesca se constitui um setor importante da economia, mais que poderia ser ainda mais incrementado. O Ministério da Pesca e Aquicultura possuía em 2011, 1 milhão e 41 mil pescadores registrados com a sua maioria atuante na região Nordeste, que alcança 54,7% do total nacional (MPA, 2013).

Um dos principais problemas para a manutenção da prática artesanal da pesca tem sido o crescimento exponencial de cidades costeiras brasileiras, especialmente a partir das décadas de 1960 e 70. A partir desse período, o fenômeno de metropolização das cidades brasileiras tem se processado como mecanismo de reprodução das atividades capitalistas no espaço, ampliando atividades econômicas ambientalmente e socialmente predatórias (SOUZA, 2000).

A metropolização tem gerado impactos sociais e ambientais em larga escala, especialmente em cidades litorâneas nordestinas, onde rios e orlas marítimas têm sido intensamente (re)transformados, não apenas pelo crescimento da malha urbana, com a construção de novos bairros, mas também com a ocupação periurbana do turismo e com a construção de infraestrutura para atividades "produtivas", como estaleiros e portos.

Nesse artigo será analisado como a urbanização pode afetar grupos de pescadores artesanais, a partir da escolha de um recorte espacial e sua discussão por meio de uma abordagem geohistórica, ecológica e decolonial.

Por meio de revisão bibliográfica e documental, associada a pesquisa de campo, com observações, registros fotográficos e entrevistas narrativas; foi possível realizar uma análise que articula teoria e empiria, privilegiando o olhar sobre os impactos percebidos pelos pescadores artesanais da capatazia do Jardim dos Namorados da colônia de pescadores Z1, evidenciando a urbanização no entorno e as políticas públicas que os afetaram no período mais recente.

O estudo, aqui apresentado, não apresenta uma análise conclusiva, mas busca contribuir com as discussões que buscam pensar a resiliência (e resistências) da pesca artesanal frente ao fenômeno urbano. Para além de reconhecer a dimensão estritamente econômica e ambiental que envolve o processo analisado, buscou-se valorizar a história e a identidade local frente a "urbanização moderna", pensando sobre o elemento da memória.

Ademais, refletir sobre a pesca em áreas urbanas e periurbanas, na atualidade, é uma ferramenta importante para pensá-la como realidade e potencial alternativa social, cultural, econômica e alimentar frente os desafios metropolitanos.

Este artigo é resultado de uma pesquisa mobilizada para refletir sobre o seguinte objetivo geral: contribuir com a análise sobre impactos sociais e ambientais da metropolização na pesca artesanal.

Para tanto, a pesquisa dedicou-se a estudar aspectos histórico-geográficos relativos à capatazia do Jardim dos Namorados da colônia Z1 – que será referida ao longo do artigo como colônia de pescadores do Jardim dos Namorados –, situada na orla do bairro Pituba, já no limite com o bairro Costa Azul, na cidade de Salvador.

Para direcionar melhor o processo de pesquisa e análise, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: I. Interpretar criticamente as transformações causadas pela metropolização de Salvador no rio Camarajipe e nas proximidades do Jardim dos Namorados; II. Identificar os impactos sociais e ambientais percebidos pelos pescadores da referida colônia pela metropolização; III. Verificar como os pescadores da referida colônia percebem as recentes transformações nas políticas públicas no plano federal; IV. Analisar a memória dos pescadores e sua (não) assimilação com a memória oficial da cidade.

PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa aqui apresentada foi concebida a partir de três princípios teóricos norteadores. O primeiro deles, refere-se ao pensamento crítico em Geografia, que parte de uma interpretação espacial a partir de princípios do materialismo-histórico-dialético (HARVEY, 2000), entendendo o momento atual de acumulação flexível capitalista como promotor de uma reprodução ampliada da produção do espaço, que a realiza como mecanismo de contenção de crises de superprodução e acumular capital também no âmbito da reprodução social.

Os processos de metropolização e desconcentração relativa são parte dessa dinâmica de organização espacial na época em que as possibilidades técnicas e informacionais favorecem, como nunca, uma consolidação das atividades de indústria, comércio e serviço em áreas não tão próximas dos “centros tradicionais” (SOUZA, 2000).

Esse novo *modus operandi* da urbanização passa a existir nos países centrais após década de 1960 e vai se consolidando no mundo principalmente ao final do século XX, quando a revolução demográfica e o crescimento da malha urbana multiplicaram a população das grandes cidades nordestinas como Salvador, Recife e Fortaleza, por exemplo.

Por outro lado, esse modelo criou desigualdades e uma feroz exploração econômica dos setores suburbanos e metropolitanos das grandes cidades. No caso de Salvador podemos citar o setor petroquímica, que ocupou as áreas interioranas de Camaçari e Simões Filho, bem como a Baía de Aratu, onde tem sido instalados até hoje estaleiros e infraestruturas bastante prejudiciais à pesca e mariscagem.

Outro vetor de expansão de Salvador que tem causado significativos impactos sociais e ambientais é a Orla Atlântica, expandindo-se a nordeste da península, setor escolhido para construção de loteamentos para as classes mais ricas, setor também muito usado pelos banhistas e preferido do turismo.

A metropolização que se intensifica a partir de 1970 na península soteropolitana causou impactos ambientais de diversas naturezas, a produção de infraestrutura destruiu ecossistemas costeiros e nas Matas Atlânticas. Os impactos vão desde Tubarão, no Subúrbio Ferroviário, onde a urbanização se deu por cima dos manguezais e as atividades industriais reduziram a biodiversidade marinha (ROSSI, 2015); até o outro extremo do município, onde os ecossistemas de duna tem sido altamente reduzidos e transformados.

Pelo processo de expansão metropolitana implicar diversos impactos sociais e ambientais, como destaca Souza (2000), ao realizar a pesquisa sentimos a necessidade de ampliar o escopo teórico e dialogar com estudos baseados na ecologia política, muito úteis para a compreensão de ecossistemas urbanos.

Utilizamos aqui a proposta apresentada por Coelho (2005), que articula materialismo-histórico-dialético com a ecologia política para estudar e analisar impactos em meio urbano. A autora sugere a “periodização” e a “espacialização” sobre a cidade para que a partir daí se examine “continuidades” e “rupturas” que evidenciem as mudanças de padrão na produção do espaço que venham acompanhadas de novos impactos:

Auxiliados por meios de investigação, como documentação histórica, questionários e entrevistas será possível inferir quais as estruturas socio-espaciais dominantes em cada período de análise. A representação cartográfica da vulnerabilidade aos processos erosivos, ou poluidores, ou o zoneamento [...] facilitam a compreensão da geografia dos impactos ambientais, relacionadas à estruturação social dos diferentes ambientes urbanos (COELHO, 2005, 37).

Valendo-se de ideia semelhante, no presente artigo foi analisando o contexto da década de 1960-70 como período de uma grande ruptura espaço-temporal que alterou o cotidiano das marisqueiras e pescadores artesanais em muitas áreas suburbanas de Salvador. A partir da percepção dos pescadores optamos por conceber também como ruptura, neste caso no âmbito político-institucional, as transformações nas políticas públicas ocorridas a partir da questionável ascensão do presidente Temer e da eleição do ultraconservador Bolsonaro.

Reconhecendo que a pesca artesanal, especialmente na Bahia, possui íntima relação com espacialidades negras, caboclas e indígenas recorreu-se a uma fundamentação teórica que reflita sobre a colonialidade do saber e do fazer (QUIJANO, 2005). Buscando evitar o eurocentrismo epistemológico ou o que se convencionou chamar de “epistemicídio” (SOUZA-SANTOS, 2007), a pesquisa tentou evidenciar a memória e a percepção deste grupo frente ao processo de urbanização.

Assim, a pesca artesanal não é apenas um mecanismo de renda para esses povos, que vivem no campo e em áreas suburbanas, para eles a pesca e a mariscagem podem fazer parte de um modo de vida, estando intimamente ligados à cosmovisão dos. O modo como se estabeleceu o mundo moderno industrial, e como ele se consolidou em Abya Yala (Américas), colocam para o pesquisador o desafio de pensar uma produção do conhecimento que seja em alguma medida descolonizadora.

Esta ideia está presente no pensamento de Porto-Gonçalves, 2012, que também afirma que ruralidades e cosmovisões alternativas coexistem nos espaços urbanos, pretensamente modernos.

Isso ocorre quando, por efeito da segregação urbana, grupos oriundos de comunidades tradicionais e/ou rurais migram para as cidades e encontram em áreas periféricas lugares para constituir residência, geralmente na informalidade. Nesses casos, às vezes mantém-se algumas práticas culturais, religiosas, profissionais que traziam de suas comunidades de origem.

Isso ocorre também quando a expansão urbana tende a alcançar cada vez mais áreas do entorno e até a conurbar cidades, fazendo com que em fragmentos dos espaços periféricos mantenham-se vivas algumas comunidades mais vinculadas ao uso histórico do lugar e a modos de vida não urbano. Isso é muito comum com comunidades de pescadores, que tem resistido, em áreas como essas, com suas práticas e modos de vida mesmo diante à reestruturação sistemática do espaço.

Nesse sentido, pensar sobre a pesca artesanal no contexto de metropolização é considerar também aspectos étnico-raciais e culturais que permeiam essas comunidades, também como modo de pensar uma cidade mais inclusiva aos diferentes modos de ser no mundo. Cabe também pensar sobre quais as contribuições que os diversos povos tradicionais e grupos étnico-raciais podem dar, para que pensemos modelos de cidade mais justos e entrópicos.

EXPANSÃO URBANA (1960-70) E OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS AOS PESCADORES

A metropolização de Salvador só foi possível por conta de uma reestruturação interna dentro do perímetro do município, intensificada nas décadas de 1970 e 80, com a construção das avenidas de vale e de novos subcentros.

Nesse contexto foi concebido e produzido o Vale do Camarajipe como um subcentro de comércio e serviços, articulado com um conjunto de novos bairros residenciais, para os grupos de maior renda (ex: Pituba, Caminho das Árvores e Costa Azul), situados no setor conhecido como Orla Atlântica.

Por abrigar o Shopping Iguatemi, primeiro de maior porte na cidade e ser ponto de conexão entre a BR-324 e avenidas importantes como a Luis Viana Filho (Paralela), ACM, Mário Leal Ferreira (Bonôco), o subcentro do Camarajipe se tornou um dos principais nós econômicos e viários da cidade (DELGADO, 2014). Aí também

situa-se o Terminal Rodoviário, estações de metrô e a sede do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN).

Para viabilizar a produção do subcentro do Vale do Camarajipe foram necessárias diversas obras de canalização de rios (SANTOS et al., 2010) entre outras intervenções com fito de assegurar o projeto:

O “caminho natural” do Camarajipe desembocava no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho, tendo como seu último afluente o Rio Lucaia, proveniente do Dique do Tororó, pela Av. Vasco da Gama, que o margeia. No entanto, na década de 1970, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, desviou o curso do Rio em razão de constantes enchentes nas zonas mais baixas do Rio Vermelho. Na região próxima de um centro comercial (Shopping Iguatemi), aproveitou-se o vale do Rio Pernambués para fazer a alteração. Por meio de dragagem e rebaixamento do substrato do vale, a foz do Rio Camarajipe foi modificada para a região situada hoje entre a Praça Jardim dos Namorados e a Praia (SANTOS et al, 2010, 81)

O estudo acima citado, uma das obras mais recentes e completas sobre hidrografia da cidade, evidencia o que Vasconcelos (2002) já pontuava, que as obras de transformação do vale do Camarajipe era um projeto urbanístico antigo para a cidade e que foi peça chave na constituição deste novo subcentro.

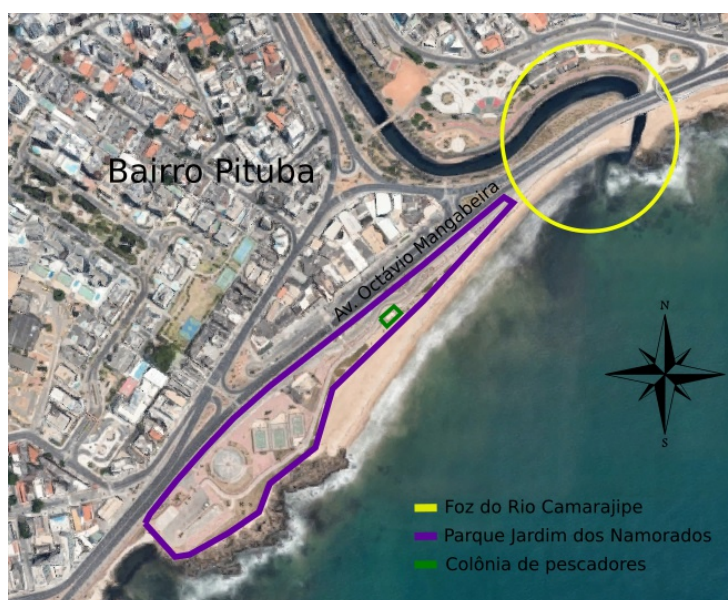


Figura 1: Área de estudo

Fonte: Adaptado de Googlemaps.com (acesso em junho/2019)

Isso nos dá uma ideia do impacto causado aos pescadores da colônia de pescadores¹ situada no Jardim dos Namorados, a metros da foz do rio Camarajipe canalizado. No passado, alguns dos pescadores mais velhos ou os antepassados desfrutavam da foz do rio Pernambués onde, até meados do século XX não eram notados qualquer impactos.

A entrevista narrativa com o representante da colônia local, conhecido como Seu Luís, ou Sinho, 67 anos, revelou que a aglomeração de pescadores ali é antiga e que estava vinculada a uma comunidade quilombola. A área hoje denominada Jardim dos Namorados é, pelos mais antigos, conhecida como Assunte, período onde viviam grupos remanescentes de indígenas e de negros.

A própria historiografia demonstra que esta área possui uma antiga circulação de povos negros e indígenas. Mesmo após a completa expulsão dos tupinambás do litoral, na costa que se estendia até itapuã mantinham-se dispersas ocupações de caboclos e negros (AZEVEDO, 1969).

As praias próximas ao Jardim dos Namorados possuem um sentido ainda mais forte para a história e geografia dos negros, já que logo ao norte situava-se a Praia do Chega-Nego, assim conhecida por ser um local

¹ A colônia de pescadores estudada é vinculada à colônia Z1, uma das mais expressivas da cidade, situada no bairro Rio Vermelho.

de intenso desembarque de escravizados no século XIX. Trata-se de uma área longe do centro, com difícil fiscalização, escolhida em decorrência do tráfico de escravos já ser proibido no período desta utilização (MATTOSO, 2003).

Portanto, apesar de não termos localizado até agora documentos e textos científicos que reforcem a existência da comunidade Assunte, mas os depoimentos, apoiados em outras evidências, levam a crer que havia comunidades nessa área ligadas a atividades de ganho e a práticas tradicionais, como a pesca.

O século XIX deixou marcas e marcos importantes para a história dos subúrbios das cidades brasileiras, no caso de Salvador muito ligadas à questão negra e indígena. Infelizmente grande parte desses quilombos e mocamos que compunham o espaço suburbano da época tiveram sua existência ignorada ou mesmo apagada pela “memória oficial”, o que implica dificuldade de encontrar referências na historiografia e nos documentos.

Essas comunidades e modos de vida que habitavam os subúrbios de Salvador mantiveram-se, em grande parte, até a segunda metade do século XX quando vão sendo impactadas pela revolução demográfica e urbanização intensa. Neste momento passam a resistir e coexistir com a cidade “moderna” e grande parte dessas histórias tornam-se memórias subterrâneas, não assimiladas pela memória oficial e raramente valorizadas na nova cidade que se constrói, como as histórias sobre a comunidade Assunte, contadas pelos pescadores locais.

Há, por outro lado, evidências da Ocupação Bico de Ferro, que existia nas proximidades da colônia de pescadores (CORREIO DA BAHIA, 09/02/1999, p.2). Local com barracos e outros tipos de residência autoconstruídas, mas que também foi alvo de ocupação dos mais abastados:

Na área onde está hoje o Parque Jardim dos Namorados, havia a invasão do Bico de Ferro, nome de um bar bastante freqüentado do local. A invasão inicialmente era ocupada por pescadores e foi paulatinamente invadida por uma população de renda média e alta que lá construiu casas de veraneio (TRINDADE; CUNHA, 2007, 401).

Entre 1967 e 1969 se processou a desapropriação da área, que ocasionou prejuízos a muitos pescadores que tiveram que se mudar dali, já que para eles não foi garantida nenhuma política habitacional para que permanecessem nas redondezas. A inauguração do Parque Jardim dos Namorados ocorreu, então, em Março de 1969, em meio às questionáveis “comemorações” dos 430 anos da cidade e dos 5 anos da “revolução” militar (TRINDADE; CUNHA, 2007, 397).

Esta intervenção foi decisiva para o enfraquecimento da pesca artesanal nas redondezas, que se tornou ainda mais difícil após 1970, com a canalização e desvio do rio Camarajipe e a continuidade nas obras da avenida Otávio Mangabeira, à beira-mar (SANTOS et al, 2010), fator identificado por membros da Colônia estudada.

Esse conjunto de obras do período militar, conduzidas pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães, pôs fim ao modo de vida que ali predominava, construindo um novo lugar batizado Parque Jardim dos Namorados; processo semelhante ao que fez em diversas outras áreas suburbanas, a exemplo do Cabula (ROSSI, 2018), e em outras partes do litoral, como Paripe (ROSSI, 2015), ocupadas por pescadores, negros e caboclos.

Além da produção do subcentro do Camarajipe, que nesse período transformou as ocupações negras suburbanas do Cabula, podemos citar a construção da av. Suburbana e das indústrias de cimento e mamona em Paripe. Essas transformações refletem o projeto autoritário e “desenvolvimentista” que conduzia a política na época, que visava a (re)produção ampliada do espaço, priorizando a instalação de indústrias e infraestrutura em detrimento do uso do espaço que ali prevalecia, o que ocasionou resistência de muitos grupos.

Trata-se, portanto, de um momento de ruptura espaço-temporal que gerou transformações irreversíveis para o contexto de vida local, especialmente no que se refere a pesca artesanal. Podemos identificar aí pelo menos três impactos ambientais de grande relevância que prejudicaram e fizeram reduzir as comunidades de pescadores: a perda de biodiversidade do rio Camarajipe, a construção de infraestrutura e consequente aumento da atividade imobiliária reduzindo as possibilidades de residir no entorno e o incremento do número de visitantes/banhistas aumentando um número de resíduos.



Figura 2: Foz do rio Camarajipe

Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

O resultado dessa ruptura é o fato de que hoje o rio Camarajipe se encontra com elevado grau de poluição, uma vez que grande parte da população que reside às margens do rio, principalmente no curso superior, não possuem saneamento básico, não sendo atendidas pelo Programa Bahia Azul (PBA) que propunha na década de 1990 “mudar o quadro de degradação ambiental” nos centros urbanos do seu entorno (BAHIA,1995).

O processo de poluição do rio Camarajipe gera danos estruturais ao ecossistema urbano local, como a redução do Índice de Qualidade das Águas (IOA), redução na quantidade, qualidade e tamanho dos peixes, que provoca danos consideráveis na comercialização e consumo destes. Portanto, este cenário afeta, de forma considerável, na renda dos pescadores artesanais, motivando na precariedade desta atividade e na vida destes trabalhadores informais que necessitam deste meio de trabalho para a garantia da sua sobrevivência.

O mar do bairro Costa Azul, por conta do despejo do lixo urbano e por conta do tratamento no rio com o lançamento de produtos químicos faz com que a coloração da água mude, o que torna impróprio a pescaria naquele momento. Um período comum que gera a impossibilidade da atividade pesqueira é quando chove, pois, o rio enche e, conseqüentemente, tem mais força para arrastar todo tipo de objeto e produto, poluindo mais ainda a costa marítima.

Por isso, os pescadores acharam uma solução, quando tem períodos de dificuldades para pesca por poluição ambiental, ou por período do defeso (período da reprodução de determinada espécie) eles mudam de local, mas não deixam a pescaria, única forma de subsistência desse grupo social. São mais de 280 pescadores cadastrados na colônia, conhecida por eles como capatazia, já que é uma das ramificações da Colônia Z1 do Rio Vermelho, que necessitam da pesca para a garantia da sua renda.



Figura 3: Colônia de pescadores do Jardim dos Namorados

Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

Segundo depoimento do Seu Luís, a maioria dos associados é analfabeta e, por não ter instrução, tendem a estar mais susceptíveis a terem seus direitos violados, já que os poderes públicos pouco divulgam seus serviços entre os pescadores, que por vezes possuem poucos instrumentos para lidar com a burocracia. Os cadastrados têm direito a recorrer para a aposentadoria e ao benefício de um salário mínimo na época do defeso.

Pela Colônia de pescadores do Jardim dos Namorados ser uma das capatazias da Zona de Pescadores 01, não há dados específicos sobre os cadastrados, de modo que os dirigentes que colaboraram com a pesquisa não sabem informar detalhes desta natureza. A colônia Z01, como um todo, possui 1.680 pescadores artesanais cadastrados, distribuídos em diferentes pontos da cidade (ex: Feira de São Joaquim, Rampa do Mercado

Modelo, Gamboa, Barra, Ondina, Amaralina, Pituba, Pinaúna, Jardim dos Namorados e Boca do Rio).

Esses benefícios são identificados com a primeira década dos anos 2000 com a eleição do governo Lula (PT), que pode ser identificada como um período de ruptura, neste caso, favorável aos pescadores brasileiros de modo geral. Nesse período, ainda que não tenha havido qualquer mitigação do ponto de vista dos impactos ambientais no Camarajipe, o contexto de participação social e de valorização da pesca artesanal compõe a memória como um impacto positivo.

Com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) houve um fortalecimento e articulação das políticas voltadas aos pescadores artesanais, com a promulgação no mesmo ano da lei federal nº 11.959 (Lei da Pesca), que pela primeira vez reconhece as especificidades da modalidade artesanal. No caso em análise, pode-se dizer que houve um fortalecimento da Associação de Pescadores do Jardim dos Namorados e uma ampliação dos debates sobre questão ambiental, direitos sociais e identidade da comunidade pesqueira.

O quadro muda drasticamente na segunda década de 2000, quando transformações nacionais e locais são desfavoráveis aos pescadores do Jardim dos Namorados. A fragilidade das políticas para pescas começam com a extinção do MPA ainda antes do golpe parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). O quadro só piora com a falta de valorização da pesca artesanal com os governos de Temer (PMDB) e Bolsonaro (PSL), este com um discurso racista contra quilombolas e povos tradicionais.

No plano local, a recente política de reestruturação da orla, conduzida pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), apesar de reformar a sede, não amplia os direitos e possibilidades dos pescadores do Jardim dos Namorados.

No plano simbólico, a reforma não buscou realizar qualquer reparação histórico ou resgate/valorização da memória e da cultura dos pescadores ou de comunidades tradicionais que ali viviam, sendo que o único gesto de reconhecimento nesse quesito veio da iniciativa privada, que doou para a colônia um mural com fotografias dos pescadores em atividade.



Figura 4: Painel de fotografia local
Fonte: Pesquisa de campo (março/2019)

Pode-se dizer que o momento atual, além de tudo, consolida a naturalização do rio como um esgoto que, apesar de estar localizado em área agradável utilizada para caminhadas e lazer, é visto e tratado como elemento inóspito da cidade.

Essa naturalização, que se expressa na percepção de muitas pessoas sobre aquele corpo d'água, é reiterada pela atitude do poder público que se nega a repensar o significado do rio para aquele espaço, ignorando, ou tratando como impossível, a possibilidade de executar um projeto de tratamento e valorização das águas do Camarajipe, de grande importância para a cidade.

As praias próximas ao Jardim dos Namorados tornam-se assim pouco atrativas para os banhistas que raramente a frequentam. Para os pescadores da Colônia, que possuem o hábito de lançar e puxar rede, cada vez menos se veem atraídos a manter essa prática, pela perda de biodiversidade e constante poluição nas areias e águas, que se intensifica ainda mais nos períodos chuvosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificando dois momentos de ruptura que impactaram a vida dos pescadores da Colônia do Jardim dos Namorados – sejam eles a metropolização (1960-1970) e a redução de direitos e políticas públicas (pós-2016) pode-se colocar em evidência alguns dos problemas enfrentados pela pesca artesanal, que se agrava em contextos metropolitanos, onde a perda de condições objetivas de reproduzir sua atividade são agravadas com a desvalorização no campo simbólico.

Ainda assim, a resistência e esperança que se revela nos pescadores demonstra a importância de valorizar essas práticas, porque mesmo em franco ataque elas ainda são importantes para muitos moradores da cidade que ali adquirem seu pescado, ou que levam os filhos para ver a retirada da rede. Uma das práticas que se fortalece nos últimos anos, por conta da poluição, que se torna mais crítica nos períodos de chuva, é a pesca noturna:

[...] por isso que vários pescadores optam por pescar pela madrugada, pelo efeito da brisa terrestre e noturna, que facilita a movimentação das embarcações, e com a luminosidade da lua, que atrai os peixes para a superfície, a procura de alimento. (RAMOS, Valdir; março, 2019)

A resistência se revela no fato de que muitas famílias vinculadas à Colônia, a fim de não perder o vínculo com a pesca, mesmo tendo que se mudar para bairros longes ou tendo que procurar empregos formais para garantir o sustento diário, não se desvincularam do grupo e continuam exercendo a pesca, ainda que como atividade complementar, tendo como motivação a satisfação pessoal (cultural) e a renda extra. Outros, mesmo optando por mudar o seu local principal de atividade, mantém o vínculo com a colônia, visitando-a com frequência, tendo-a como representação política e participando de atividades coletivas, como a pesca de rede.

O fato de as condições objetivas para a pesca no entorno virem reduzindo profundamente a cada ano, não inviabilizou a Colônia como lugar de articulação cultural e política, mesmo que a prática pesqueira tenha sido reduzida. A redefinição da pesca artesanal, entre os locais, de uma atividade de tempo integral para uma atividade complementar é um fator que tem garantido a permanência da Colônia, já que é muito difícil manter-se apenas com a realização da pesca no entorno.

Além de proporcionar uma alimentação rica em nutrientes e saudável, as comunidades de pescadores tradicionais são, muitas das vezes, espaços que revelam cosmovisões muito mais conectadas e equilibradas em relação aos ciclos geoambientais e biológicos da vida marinha.

Os conhecimentos e saberes sobre a costa e os ecossistemas de rios e mares devem ser valorizados para inspirar a educação das próprias crianças e a gestão urbana e regional. Além disso a atividade pesqueira artesanal, mesmo frente a todos os ataques que tem sofrido, tem um grande potencial como fundamento para um novo modelo transformador para as cidades, promovendo um ambiente urbano mais saudável e democrático.

Nesse sentido, esta é mais uma pesquisa que se propõe a contribuir com um debate muito mais amplo sobre as transformações sofridas por comunidades de pescadores e marisqueiras em contextos urbanos; contribuindo para colocar em evidência, o que alguns estudos urbanos ainda querem negar, a pluralidade de culturas, cosmovisões e memórias como elementos de que tornam vivas e plurais as nossas cidades, de modo que a ideia de modernidade nunca será anuladora das possibilidades que os povos têm de se reinventar no espaço.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. **O povoamento da cidade do Salvador**. Salvador, Editora Itapoã, 1969.

BORJA, P. C. Programa Bahia Azul: uma avaliação quali-quantitativa. **Cadernos**. pmd, v. 4, p. 11-36, Abril. 2006. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewiz58SZ5cvjAhUhJLkGHatc2lQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F%2Fportalseer.ufba.br%2Findex.php%2Fppgau%2Farticle%2Fdownload%2F1419%2F949&usq=AOvVawoCgQxkxNhLnfpevRbygJTr> acesso em 23/07/2019.

BAHIA, Governo do Estado da. **Bahia Azul** – Programa de saneamento ambiental da Bahia. Salvador: Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, 1995.

CASA CIVIL. **Lei nº 11.959 de 29 de Junho de 2009**- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

CASA CIVIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**- Lei dos Crimes Ambientais.

DUTRA, N. Pescadores Artesanais, Sociedade de Risco e os Impactos Ambientais. **JUS**, Setembro. 2017. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/60726/pescadores-artesanaissociedad-risco-e-os-impactos-ambientais> acesso em 23/07/2019.

FERREIRA, J. A. A Precarização da Pesca Artesanal e Reprodução do Espaço na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Revista Geográfica de América Central**. Volume especial EGAL, p. 1-16, 2011.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. –São Paulo: Brasiliense, 2003

OLIVEIRA, O. M. SILVA, V. L. O processo de industrialização do Setor Pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, v. 33, n. 65, p. 329-357, Dezembro. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios**: uma perspectiva latino-americana. 2012.

RIOS, K. Avanços e contradições da Pesca Artesanal no Estado da Bahia- Brasil: A necessidade da regularização dos territórios pesqueiros. **EGAL**, 2015. Bahia. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/03.pdf> Acesso em 23/07/2019.

ROSSI, R. C. **Da fazenda ao loteamento fortificado da Sapoca**: a urbanização na orla de Tubarão (Salvador-BA). Monografia – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2015.

ROSSI, R. C. **Lugar e cotidiano no bairro de Pernambués, na cidade de Salvador - BA**: segregação e fragmentação. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências (UFBA), 2018.

SOUZA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, Novembro 2007, p. 71-94.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.

TRINDADE, M. L.; CUNHA, R. Usos e funções do Parque Jardim dos Namorados (Salvador-Bahia). **Paisagem Ambiente**: ensaios, n. 24, São Paulo, 2007.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador**: transformações e permanências (1549 - 1999). Ilhéus: Editus, 2002.

DESCAMINHOS DA ESCOLA: TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PESCA E OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

SCHOOL DEADLINES: VIDEO PATH OF FISHING WORKERS AND THE CHALLENGES FOR SCHOOL INCLUSION

DESCAMINOS DE LE LA ESCUELA: TRAYECTORIA DE VIDA DE MUJERES TRABAJADORAS DE LA PESCA Y LOS DESAFÍOS PARA LA INCLUSIÓN ESCOLAR

LOPES, Mariana Sena

AMARAL, Nayara Felicíssimo

HUGUENIN, Fernanda Pacheco

BELO, Diego Carvalhar

SOUZA, Suelen Ribeiro de

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar, a partir dos relatos de mulheres presentes na cadeia produtiva da pesca artesanal nos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, ambos situados no Norte Fluminense, as motivações que resultam na evasão escolar e consequentemente na baixa escolaridade destas trabalhadoras. A metodologia empregada consistiu na realização de oitenta (80) entrevistas semiestruturadas nas comunidades pesqueiras dos municípios estudados. Essas mulheres possuem diversas e importantes funções desde a pré à pós captura na atividade pesqueira, que compõem juntamente com as tarefas domésticas e o cuidado com seus familiares (crianças e idosos) o quadro de múltiplas jornadas de trabalho. Concluímos que a divisão sexual do trabalho; a ausência de políticas públicas; e o desestímulo familiar e/ou pedagógico influenciaram diretamente na evasão escolar das trabalhadoras da pesca, bem como incidem diretamente no interesse para retorno.

Palavras-Chave: Mulheres na Pesca. Gênero. Escolaridade.

ABSTRACT

This article aims to present, from the reports of women present in the artisanal fishing production chain in the municipalities of Campos dos Goytacazes and São João da Barra, both located in North Fluminense, the motivations that result in dropping out and, consequently, low schooling. of these workers. The methodology employed consisted of eighty (80) semi-structured interviews in the fishing communities of the studied municipalities. These women have several important functions from pre-post capture in fishing activity, which together with household chores and care for their families (children and the elderly), the framework of multiple working hours. We conclude that the sexual division of labor; the absence of public policies; and family and / or pedagogical discouragement directly influenced the dropout of fishery workers, as well as directly affecting the interest in return.

Keywords: Women in fishing. Genre. Schooling.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar, a partir de registros realizados con mujeres que trabajan en la cadena de producción pesquera artesanal en las ciudades de Campos dos Goytacazes y São João da Barra, ambos ubicados en la región norte del Estado do Rio de Janeiro, las motivaciones que resultaron en abandono escolar y, en consecuencia, bajos niveles de educación de las mismas. La metodología empleada consistió en ochenta (80) entrevistas semiestruturadas en las comunidades pesqueras de los municipios estudiados. Estas mujeres ocupan varias funciones importantes en la actividad pesquera, sumadas a las tareas domésticas y al cuidado de sus familias (niños y ancianos), en el marco de múltiples horas de trabajo. Concluimos que la división sexual del trabajo, la ausencia de políticas públicas y el desánimo

familiar y / o pedagógico influyeron directamente sobre la deserción escolar de estas trabajadoras de la pesca artesanal, afectando directamente el interés por el retorno a la escuela.

Palabras clave: Mujeres en la pesca; Género; Escolaridad

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre estiveram presentes na cadeia produtiva da pesca e possuem papéis de grande importância desde as atividades de pré às atividades de pós captura do pescado, além de atuarem como pescadoras. Desde meninas, aprendem as artes da pesca com familiares, uma vez que esses saberes estão há gerações dentro das famílias tradicionais pesqueiras. Porém, seu trabalho nem sempre é reconhecido com a devida importância e prestígio. As mulheres sofrem pela invisibilidade que, em muitos casos, torna imperceptíveis as atividades desenvolvidas, vistas apenas como uma “ajuda” ao trabalho dos outros familiares (companheiro, pai, irmão) e não como um trabalho produtivo que precisa ser remunerado adequadamente ou mesmo o reconhecimento profissional legal para a garantia de direitos sociais como, por exemplo, a aposentadoria e o seguro defeso.

De acordo com Silva (2013, p. 37), com base nos dados do Boletim Geral da Atividade Pesqueira, de 2012, desenvolvido pelo antigo Ministério da Pesca e Aquicultura, o Brasil possui um total de 1.041.967 pescadores artesanais formalmente cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP), sendo que deste total, cerca de 41% são mulheres¹. Nota-se que há uma significativa participação feminina na atividade pesqueira, em âmbito nacional, tendo a região Nordeste como a que possui a maior representatividade de mulheres inseridas nesta atividade (SILVA, 2013). Vale mencionar ainda que a participação feminina na pesca artesanal aumentou se compararmos os dados de 2012 do Boletim Geral da Atividade Pesqueira com a versão do ano anterior, cujo universo de mulheres na pesca era de 34,9% do total de pescadores. De forma complementar, o estudo de Alencar e Maia (2011) revela o baixo índice de escolarização entre pescadoras/es em todo o país, com alta porcentagem de analfabetos.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir dos relatos de mulheres atuantes na cadeia produtiva da pesca artesanal nos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, ambos situados no Norte Fluminense, as motivações que resultam na evasão escolar² e consequentemente na baixa escolaridade destas trabalhadoras. Ao longo da pesquisa identificamos três categorias por elas apontadas que justificam a desistência escolar e desmotivação para o reingresso, a saber: 1) divisão sexual do trabalho; 2) ausência de políticas públicas; 3) desestímulo familiar e/ou pedagógico.

Isto posto, este artigo é um desdobramento do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas litorâneas”³, desenvolvido por equipe multidisciplinar no âmbito da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, no período de 2017 a 2019. O Projeto Mulheres na Pesca visou identificar e apresentar em forma de cartografia os conflitos socioambientais vivenciados diretamente pelas mulheres trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal e/ou os problemas vistos a partir da perspectiva feminina⁴.

¹ A indicação das/os pescadoras/es registradas, no estudo, se refere aos profissionais cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), que em sua maioria estão inseridas/os na etapa da captura do pescado.

² “Por evasão, no sentido mais simplista do termo, compreende-se o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade.” (RIFFEL; MALACARNE, 2011, p. 1).

³ A realização do Projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzida pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

⁴ Para maiores informações acerca do projeto Mulheres na Pesca, vide o site <https://www.mulheresnapesca.uenf.br>

METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa de cunho qualitativo, que se vale de material bibliográfico e de campo gerado pelo Projeto Mulheres na Pesca. As entrevistas realizadas com 80 mulheres dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra seguiram um roteiro semiestruturado de questões multifacetadas, que versam sobre diferentes aspectos da participação das mulheres na atividade produtiva da pesca artesanal, incluindo questionamentos acerca da educação, que privilegiamos para construção dos resultados desse artigo.

Cabe ressaltar que para a pesquisa de campo foi pré-estabelecido um roteiro único de perguntas, aplicado a todos os municípios estudados pelo projeto Mulheres na Pesca. No entanto, cada pesquisador incluía, durante a realização das entrevistas, questões de interesse próprio, que orientam as suas pesquisas particulares. Sendo assim, utilizamos como elementos norteadores para esta pesquisa as seguintes perguntas, que não estavam no roteiro pré-estabelecido: 1) Até que ano/série as mulheres estudaram; 2) Por qual(is) motivo(s) elas abandonaram a escola; 3) Se há algum interesse delas em retornarem à escola; 4) Qual a motivação para este retorno; 5) E se elas haviam realizado algum curso de formação acadêmica e/ou aperfeiçoamento profissional.

Isto posto, a escolha da referida área de estudo se justifica primeiramente pela importância econômica e histórica da pesca artesanal no Brasil e em particular na região Fluminense (SILVA, 2015). A nossa participação como integrantes responsáveis pela pesquisa de campo nestes dois municípios (Figura 1), no âmbito do Projeto Mulheres na Pesca. Ademais, privilegiamos a temática da educação, posto que duas das integrantes da equipe estão desenvolvendo uma análise dessa problemática em seus trabalhos de conclusão do curso de Pedagogia.



Figura 1: Mapa ilustrativo das comunidades pesqueiras estudadas

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

Nas comunidades pesquisadas nos dois municípios a pesca artesanal se caracteriza como principal atividade econômica da população. Em Campos dos Goytacazes, Ponta Grossa dos Fidalgos, Conceição da Barra, Lagoa de Cima, Mundeús e Farol de São Thomé se localizam fora do espaço urbano, enquanto Parque Prazeres e Coroa Grande ficam situadas no centro da cidade. Já em São João da Barra, Atafona e Barra do Açú estão situadas na zona rural do município, concentrando as atividades pesqueiras marítima e lagunar.

ANÁLISE DOS DADOS

Por educação formal, entendemos a ênfase na linguagem e no simbólico. Ela é generalizável, padronizada e acadêmica, o que permite que seja “aplicável numa variedade de contextos”. Por outro lado, a educação possui também um aspecto não formal, que se contrapõe ao formal pela “liberdade na seleção de conteúdos e metodologias [que] amplia as possibilidades de interdisciplinaridade e contextualização”, possibilitando e facilitando o uso de recursos locais e situações específicas a um determinado grupo. (MARQUES; FREITAS, 2017, p. 1098). Neste sentido, apontamos para a divisão classificatória entre três diferentes tipos de educação, a saber: formal, não formal e informal. Enquanto a educação formal se caracteriza pela regulamentação estatal para a oferta de cursos regulares que garantem certificação, a educação não formal pode ser relativamente dispensada de exigências institucionais para atender as necessidades locais como, por exemplo, a realização de cursos dirigidos a profissionais autônomos. Já a educação informal é aquela própria do processo de socialização dos indivíduos ao longo das suas vidas.

Em termos de escolaridade formal, já é comprovado por estudos populacionais que as mulheres, em caráter geral, possuem um grau de escolarização mais elevado que os homens (ALVES, 2016; ALTOÉ, 2017). Esta constatação é igualmente observada no âmbito da pesca artesanal dos municípios em análise, segundo dados produzidos pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte, entre os anos de 2015 e 2016, como podemos verificar na tabela 1.

Tabela 1: Grau de escolaridade por sexo dos/as pescadoras/es dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da

Grau de escolaridade	Barra			
	Campos dos Goytacazes		São João da Barra	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Analfabeto	6,9%	12,1%	9,7%	15,3%
Nunca estudou, mas sabe ler e escrever	2,0%	2,4%	4,8%	4,3%
Ensino fundamental incompleto	60,2%	62,4%	41,9%	63,2%
Ensino fundamental completo	6,6%	7,9%	9,7%	5,3%
Ensino médio incompleto	10,9%	4,2%	17,7%	5,7%
Ensino médio completo	13,3%	10,3%	12,9%	5,7%
Ensino superior incompleto	0,0%	0,0%	1,6%	0,5%
Ensino superior completo	0,4%	0,6%	1,6%	0,0%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do PEA Pescarte (2015).

Embora os dados revelem um cenário de baixa escolaridade do grupo social da pesca artesanal, as mulheres demonstram uma performance escolar melhor que a dos homens, como mostra os dados da tabela 1. Deste modo, podemos observar que o quantitativo de homens analfabetos, apenas letrados ou com o ensino fundamental incompleto é maior do que o de mulheres, nos dois municípios analisados. Por outro lado, a proporção de mulheres que completam os graus escolares é maior que a dos homens, revelando que elas, apesar da falta de incentivo familiar, da precocidade do casamento e da maternidade e das relações de poder patriarcal que naturalizaram o espaço privado como feminino, demonstram uma persistência em permanecer na vida escolar mais do que os homens.

Além de resistirem mais tempo na vida escolar, as mulheres, no âmbito geral, são mais obstinadas a um possível retorno à sala de aula do que o público masculino (LE MOS, 2016), ainda que uma série de fatores estejam atuando na forma de contra incentivos, como a múltipla jornada de trabalho, a ausência de políticas públicas e as relações de poder no interior das famílias que pautam as possibilidades e escolhas das mulheres,

bem como outros fatores que discutiremos no decorrer deste artigo.

Ao longo do tempo em que estivemos próximos das mulheres entrevistadas pudemos perceber que muitas delas acabam optando pela educação não formal como forma de garantia de uma complementação de renda a curto prazo para contribuição no sustento da casa/família, como por exemplo, o ingresso nos cursos de formação e profissionalização, por exemplo, cursos de culinária, confeitaria e artesanato, além de cursos dirigidos ao processamento e beneficiamento do pescado. É importante destacar que apesar da baixa escolarização formal, as mulheres da pesca possuem os saberes que estão dentro da dita educação informal. Estes saberes são aprendidos ao longo de suas vidas e passados de geração em geração. São aprendidos nos processos de socialização, onde os significados são intrínsecos ao contexto (MARQUES; FREITAS, 2017). A exemplo, o descasque de camarão presente entre as “marisqueiras” da comunidade de Farol de São Thomé e Atafona, a limpeza e a filetagem do peixe ou até mesmo a confecção de esteiras de taboa feita na comunidade de Barra do Açu, em São João da Barra.

Assim sendo, reunimos no Quadro 1 as categorias e as subcategorias, identificadas no campo, referentes às motivações para o abandono da vida escolar.

Quadro 1: Síntese das categorias e subcategorias de análise discutidas, neste artigo

Divisão Sexual do Trabalho	Múltipla jornada de trabalho
	Casamento e gravidez precoce
Ausência de Políticas Públicas	Falta de oferta de educação formal
	Falta de transporte escolar
Desestímulo	Familiar
	Pedagógico

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

A seguir apresentamos os relatos das mulheres inseridas na atividade pesqueira no âmbito das categorias e subcategorias, buscando destacar suas motivações para a desistência de continuidade no ensino formal e possibilidade de reingresso.

Divisão Sexual do Trabalho

Há muitas mulheres que ainda hoje vivem em situação de subordinação diante de uma cultura patriarcal enraizada, que se manifesta de maneira ainda mais intensa dentro das comunidades tradicionais de pesca. Isso acontece no ambiente doméstico e até nos espaços de trabalho. A invisibilidade, que limita o acesso aos direitos sociais como, por exemplo, a previdência e o seguro desemprego, conhecido como seguro defeso, é um fato vivenciado por grande parte das mulheres da pesca, que, devido a essas circunstâncias, acabam naturalizando episódios diários de discriminação. Acerca disso, afirma Lia Faria (2014, p. 21), “historicamente as mulheres nem sempre identificaram os comportamentos masculino e feminino como criações culturais. [...]. Assim, aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos”.

Segundo Lemos (2016), em estudo sobre a comunidade de Atafona, há na cadeia da pesca uma clara divisão dos papéis designados às mulheres e aos homens no âmbito da unidade familiar, que segmenta as tarefas a partir do gênero, estabelecendo o cuidado da casa e dos filhos, assim como o processamento de camarão, como trabalho feminino, enquanto a captura no mar é realizada pelo público masculino.

Durante o processo de entrevistas, foi possível, no âmbito de nossa pesquisa, identificar que poucas mulheres possuem o Registro Profissional da Pesca Artesanal (RGP), que garante acesso a direitos. Isso ocorre devido a funções diferenciadas de homens e mulheres nas atividades da pesca artesanal. O trabalho desenvolvido pela mulher na pesca, em grande parte, é realizado o mais próximo possível de sua casa para que ela consiga dar conta também dos afazeres domésticos. Isso implica em desenvolver atividades que não estão ligadas a captura propriamente dita do pescado no mar ou em áreas continentais (WOORTMANN, 1992). Uma

descascadora de camarão nos relatou o seguinte a respeito do aspecto da documentação e dos direitos iguais entre homens e mulheres na pesca:

[...] eles são pescador, a gente não pesca. [...] eu não pesco para querer ter direito de receber, eles têm o direito de receber porque eles pescam, agora eu não. A gente só limpa mesmo camarão e eles nunca deram o direito a gente, eles falam que não tem essa lei (V.D.G; DESCASCADORA DE CAMARÃO, ATAFONA, SJB).

Na luta pela sobrevivência numa profissão estereotipada como masculina, as mulheres acabam se posicionando sempre à sombra dos papéis masculinos de seus maridos e parentes. A invisibilidade feminina perpassa os anos e contribui no papel identitário das mulheres diante da comunidade. Segundo Alencar (1993), há um "modelo bipolar de divisão sócio-espacial e do trabalho" nas comunidades pesqueiras, havendo um reforço da distinção das atividades que se dão através dos espaços e do gênero de quem as realiza. "Nas sociedades pesqueiras, o modelo de divisão sexual do trabalho que tem sido utilizado e generalizado, tem reificado a "invisibilidade" do trabalho da mulher na pesca" (ALENCAR, 1993, p. 68). No entanto, nos últimos anos, elas têm buscado compreender seu papel e lutar pelos seus direitos que aos poucos vem sendo conquistados.

O que representa uma mudança de paradigma em relação a imagem criada historicamente das pescadoras, que geralmente é compartilhada inclusive por elas mesmas, como "ajudantes" ou "dependentes, atribuindo-lhes menor valor, considerando que as atividades por elas realizadas se resumem na maioria das vezes em tecer redes, beneficiar pescado, catar mariscos, coletar e cultivar algas e pescar nos mangues. Assim, o movimento de pescadoras tenta romper com o espaço da mulher na pesca que ainda aponta para a invisibilidade e vulnerabilidade social. Vale ressaltar que ainda hoje as Colônias são presididas em sua maioria por homens e a pesada rotina das pescadoras vinculada à maré e à família dificulta sua integração em outros movimentos onde também predomina a liderança masculina (LIMA; LEITÃO, 2012, p. 5).

Assim, Joan Scott (1989) define gênero para designar as relações sociais entre os sexos, caracterizando as relações de poder, fator que pode ser também identificado no ambiente pesqueiro.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" – a criação inteiramente social das ideais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1989, p. 7).

Dentro de comunidades tradicionais, sobretudo as da pesca artesanal, estes papéis atribuídos a homens e mulheres são ainda mais marcantes. Porém, apesar do estado de submissão e desvantagem vividos por muitas mulheres durante anos, hoje, elas encontram-se em uma condição mais vantajosa em relação aos homens quando o assunto é educação, por exemplo. Nesse aspecto, as mulheres mostram-se mais motivadas e dedicadas que os homens. Talvez essa tenha sido uma das formas encontradas por elas para obter um certo empoderamento (LEITÃO, LIMA; FURTADO, 2009).

No entanto, estas mulheres encontram barreiras que inviabilizam a sua permanência no ensino formal, forçando a sua desistência ou em condições mais favoráveis a conclusão tardia. Levando em conta este aspecto, no Quadro 2 apresentamos algumas justificativas elencadas pelas mulheres entrevistadas que influíram na não conclusão do ensino formal ou na sua conclusão tardia que estão relacionadas a fatores tais como a múltipla jornada de trabalho, o casamento e gravidez precoce.

Quadro 2: Justificativas para a não continuidade na educação formal

Estudei só até a 7ª [série] e depois casei. [Na] correria de fazer as coisas em casa, desanimei e não estudei mais. Eu não gostava de estudar de noite não, gostava de estudar de dia. [...] Aí depois não quis mais não. [Na] correria de limpar camarão que é sempre [...] de manhã e a escola é de manhã, aí eu parei. (V.D. G; descascadora de camarão, Atafona, SJB).

Mas antigamente eu dividia casa, estudo e o curso... e o trabalho.” (A.G.R; filetadora de pesca e atual participante do PEA - Pescarte, Açú, SJB).

Oh, minha dificuldade é que chegavam trabalhava até tarde, limpando camarão. [...] quando vinha de pesca [captura] trabalhava [processando o peixe]. Aí tinha que deixar tudo meio caminho andado para ir pra escola seis horas e é aquela correria. Aí tinha janta, tinha filho para deixar pra tomar banho, essas coisas tudinho (A.G.R da S; pescadora, Atafona, SJB).

É... difícil porque as vezes a gente se enrola toda porque a gente fica o dia todinho ali [limpando camarão]. Aí vem filho, às vezes, aí vem marido quando tá em casa, aí vem casa, vem roupa [...] é muita coisa (A.R.B e S.D.G; descascadoras de camarão, Atafona, SJB).

Eu engravidei. Eu preferi seguir minha vida com meu filho e depois voltei. Terminei em 2016. Fiz o ensino médio, tenho técnico em farmácia (A.G.R; filetadora de pescado e atual participante do PEA - Pescarte, Açú, SJB).

Eu engravidei. Eu tinha 17 anos quando eu tive o meu primeiro. Aí eu parei de estudar, aí não voltei mais, não (K.F.C, Farol de São Tomé, CG).

Eu estudei até a oitava [...]depois que você pega uns filhinhos... fica difícil continuar os estudos (J.F.A, Lagoa de Cima, CG).

Eu parei porque minha mãe adoeceu nessa época... então não deu pra mim estudar... porque eu trabalhava em roça... entendeu... aí meu pai também adoeceu... aí a gente trabalhava... eu e meus irmãos... eu tenho cinco irmãos... aí a gente trabalhava e ia pra roça... aí não deu pra cumprir tudo que a gente queria né... terminar os estudos... se formar... entendeu... e bem que eu queria começar tudo de novo... mas não teve como (J.D.X, Imbé, CG).

É, casei cedo, aí [parei] (M.P.C, Santa Ana, CG).

A dificuldade também e ter que trabalhar também. Porque logo assim eu engravidei dele, né? Aí, tive que parar os estudos.

[em relação ao reingresso] desanima porque não tem tempo. Também... com criança... não tenho vontade, não (N.C.P, Parque Prazeres, CG).

Eu tive oportunidade [de estudar]. Estudei até a sexta série, mas depois casei. Casei muito nova. Aí não quis mais voltar a estudar. Aí, por isso que eu não segui [a vida escolar] (R.A.M, Farol de São Tomé, CG).

Eu parei porque engravidei da menina minha. Aí na época era muita coisa... o povo ficava rindo de mim... aí eu fiquei com uma vergonha... aí parei... depois que eu tive ela, nunca mais consegui voltar

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

Assim, a divisão sexual do trabalho com todos os seus desdobramentos quanto à múltipla jornada de trabalho, incluindo as atividades de cuidado com os familiares, torna-se um dos principais impedimentos para a não conclusão da educação formal, o que faz das trabalhadoras da pesca mulheres com baixo nível de escolaridade.

Ausência de Políticas Públicas

Em nossas análises ficou perceptível que a ausência de implementação de políticas públicas nas comunidades pesquisadas, desencadeia a baixa escolarização das trabalhadoras da pesca. A não continuidade no ensino formal está vinculada à falta de oferta do segundo segmento do ensino fundamental nas escolas das comunidades pesquisadas em tempos anteriores e, em alguns casos, no presente. Outro ponto importante é a falta de oferta de transporte público gratuito para chegar até a escola mais próxima. Isto fica evidente nas falas expostas no Quadro 3.

Quadro 3: Justificativas para a não continuidade na educação formal

<p><i>Aí tem que ir lá em Tocos... só que lá no Mundéus lá era só até a quarta só... e para vir pra cá a gente não tinha condições... de pegar o ônibus pra vir pra campos (A.F.M, Ponta Grossa dos Fidalgos, CG).</i></p>
<p><i>Eu não tinha condições... e condução lá não tinha... ônibus era só uma vez no dia... não tinha ônibus. por exemplo... se você fosse sete horas da manhã para campos só voltava três horas da tarde para lá e acabou... não tinha mais horário (A.F.M, Ponta Grossa dos Fidalgos, CG).</i></p>
<p><i>Ali não tem.... só vai até a quarta série... hoje tem muita oportunidade né... antigamente tinha que pagar passagem... hoje graças a Deus as crianças têm a oportunidade de estudar lá fora... estudaram. terminaram né (F.C.R, Mundéus, CG).</i></p>
<p><i>Porque não tinha condições de continuar estudando. Morava aqui. Aqui (...) só tinha dois ônibus, um sete e meia da manhã pra Campos, outro quatro e meia da tarde de Campos para cá. Só isso só. Aí que acontecia, eu adoro estudar, eu adorava estudar, mas aqui concluiu a quarta série. Não tem mais. Não tinha mais série! Para estudar em Campos tinha que pagar passagem. Hoje os estudantes não pagam, mas antigamente pagava. Aí a gente tinha que pagar passagem. Meu pai não tinha condição de pagar passagem para a gente estudar. Papai criou os filhos tudo com a pesca. Papai era pescador. Criou seis filhos e a dificuldade era muito grande. Era maior que hoje (M.A.C.M, Farol de São Tomé, CG).</i></p>
<p><i>Aqui só dava até a quarta série... aquela coisa de ir pra Campos não dava pra ir, porque aqui de primeira não era asfaltado, isso aqui [...] Era chão... agora que tem muito ônibus... quatro... cinco vezes no dia... aí como que eu ia estudar em Campos? ficar o dia inteiro? Parei na quarta [série]... fiz até a quarta [série] (A.F.M, Lagoa do Campelo, CG).</i></p>
<p><i>Aqui só tinha até a quarta [série], como até hoje só tem até a quarta série. Aí tem que estudar em Tocos. Na época tinha que pagar ônibus. A situação toda vida foi difícil. Então eu não quis mais (A.F.M, Lagoa do Campelo, CG).</i></p>
<p><i>Porque aqui é muita dificuldade, porque você morar no interior você fazia a quarta série e acabou. Não tinha como você ir pra cidade pra estudar, mas graças a Deus eu estou fazendo muito diferente com minha filha. Porque minha filha sempre estudou lá na cidade e hoje ela está fazendo Engenharia já faz dois anos. Falta dois anos para terminar (R.C.F, Lagoa de Cima, CG).</i></p>
<p><i>A gente estudava em Folha Larga. Hoje não funciona mais, o colégio Folha Larga tá funcionando aqui perto agora. Aí a gente saía daqui pra Baixa Grande. Tinha dia que tinha ônibus, tinha dia que não tinha e quando tinha ônibus a gente tinha que descer lá em Azeitona e vir a pé pelos caminhos atravessando o rio, atravessando riacho e atravessando várias cercas e correndo risco com treze/quatorze anos. Eu e a galerinha vinha pelos meios do caminho até chegar em casa.</i></p>
<p><i>[Em relação ao ingresso] Muitas vezes eu ia de ônibus, quando não tinha ônibus eu ia com meu filho de moto. Por sinal a gente sofreu dois acidentes há dois anos [...] indo para o colégio no caminho da Açú. Aqui tem uma escola, mas é até a oitava série, que no caso é o nono ano, não é isso? E lá [Barra do Açú] eu estudava no estadual, no Crizanto (A.G.R, Barra do Açú, SJB).</i></p>

Então, o ensino há 15 anos atrás realmente era bem precário, muito precário. Hoje desenvolveu mais. Então eles [os professores] vêm até aqui de carro, de ônibus e agora tem como dar um ensino melhor para os nossos filhos. Eu não tive essa oportunidade, né? [...] Porque eu parei de estudar eu estava com 16 anos. E eu voltei há três anos, com 30 anos, mas foi bom, foi bom a experiência boa. [...] Eu terminei o meu oitavo ano que é o nono ano hoje (M.B.M., Barra do Açu, SJB).

Quando eu vim para cá eu já me formei no caso. Eu fiz o 2º grau completo no Rio de Janeiro. [...] Mas depois que eu cheguei aqui eu não consegui fazer mais nenhum curso, porque aqui não tem transporte direito pra você ir pra Campos ou pra São João. Pro próprio município daqui a gente não tem. Tem uma van que botaram particular e a gente paga 7 reais para ir para São João. Uma coisa que poderia ter um transporte dentro do próprio município e não tem. Então fica difícil de você querer estudar, fazer um curso, botar uma criança num... para fazer um curso de inglês, uma informática... não tem como e aqui mesmo também não tem. [...] Então fica complicado o pessoal também estudar e a maioria tem que trabalhar, então larga os estudos cedo. Eu quando vim para cá já terminei o 2º grau, mas a gente não quer parar por aí, né? Quer se aprofundar mais em alguma coisa, mas não tem recurso aqui para isso (T.M.; Barra do Açu, SJB).

É, da dificuldade, então... aí eu, nós né, se mudamos pra cá [Atafona], eu tinha dois filho, aí aqui eu tive mais dois, mas se eu ficasse lá [Ilha da Convivência] os meus filhos não ia ter estudo, não ia se formar, entendeu? (J.M.P., Atafona, SJB).

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

Podemos afirmar que a ausência de políticas públicas nas comunidades pesqueiras impacta no grau de escolarização da população, em geral, e das mulheres em particular, tendo em vista sua articulação com outros fatores, tais como a divisão sexual do trabalho, já mencionada. Neste sentido, cabe aqui explicitar o conceito de Políticas Públicas que embasam as nossas afirmações. Para tanto, buscamos a síntese realizada por Celina Souza (2006) a partir dos principais pressupostos teóricos acerca do conceito de Política Pública, que o define como uma ação governamental que visa promover mudanças a partir de programas e ações que tragam com eficiência, eficácia e efetividade a promoção do bem público. Neste particular, a falta de oferta escolar e de transporte obstam o acesso e/ou a permanência das mulheres na educação formal.

Desestímulos

Os desestímulos enfrentados pelas pescadoras envolvem uma série de fatores, incluindo a necessidade de trabalhar desde muito cedo para sustentar e/ou complementar a renda familiar. Logo, para mulheres, em benefício de suas famílias, quase sempre é mais viável trabalhar para obter o retorno financeiro a curto prazo do que estudar.

Os trabalhos na atividade pesqueira começam muito cedo. Para isso, as mulheres contam com os saberes tradicionais intergeracionais. São saberes que carregam consigo desde meninas, aprendidos com mães, avós, tias, irmãs e outros familiares em seu processo de socialização.

Durante o tempo em que pudemos conhecer a realidade das mulheres da pesca, percebemos que, em alguns casos, a própria escola também não as motiva. Ouvimos relatos de algumas que tiveram dificuldades de aprender o conteúdo, o que impactou no seu processo de ensino-aprendizagem. Além disso, foram por elas apontadas problemas relacionais com os docentes. Desse modo, podemos perceber que a escola, com seus desafios pedagógicos, ainda é distante das realidades locais, desestimulando o ingresso, a permanência ou mesmo um possível retorno à educação formal.

Nogueira (2013), citando a teoria do sociólogo francês Bernard Lahire acerca do sucesso escolar nas camadas populares, atenta para outros aspectos que podem influenciar na vida escolar do indivíduo, relacionados ao contexto familiar como, por exemplo, divórcio, morte, doenças, situações de desemprego etc. A família indiretamente contribui com a escolarização dos filhos, incentivando e ordenando a vida escolar, o que Lahire denomina como "ordem moral doméstica".

Lahire ressalta que os adultos normalmente transmitem às crianças não apenas informações objetivas sobre o funcionamento e sobre os conteúdos inerentes ao aprendizado escolar, mas também uma interpretação subjetiva e emocional sobre o mundo escolar, baseada, em grande medida, em sua própria experiência como alunos. As experiências de sofrimento, fracasso, humilhação ou, ao contrário, de sucesso e realização pessoal vividas na escola tenderiam a ser repassadas às crianças, mesmo que de maneira involuntária, por meio de práticas e comentários cotidianos relativos, por exemplo, ao nível de dificuldade, de relevância e de prazer associado às diferentes disciplinas, ou ainda sobre o modo de funcionamento da escola e o comportamento dos professores (descritos, por exemplo, como mais ou menos comprometidos, competentes e sensíveis às necessidades das crianças) (NOGUEIRA, 2013, p. 13).

Assim, os relatos a seguir demonstram que a baixa escolaridade das entrevistadas está diretamente vinculada a desestímulos de natureza diversa, embora complementares, isto é, de um lado a escola, de outro a família, ambos desvinculados na promoção do ensino formal (Quadro 4).

Quadro 4: Justificativas para a não continuidade na educação formal

[...] mas ali eu só fiz o supletivo, não aguentei não, minha cabeça não entra, não entra o inglês, o português tá muita coisa diferente, ah... um professor também muito difícil aí eu desisti. Aí eu falei assim "ai, viver do lar mesmo". Ah, quando tem festa eu trabalho de garçonne, é... faço salgadinho também quando tá fraco. E agora tô trabalhando com esse senhor, tomando conta dele." (D.S.C.B.; Barra do Açu, SJB).

Então meu pai tinha uma vida muito complicada né então consequentemente a gente foi sendo prejudicado por isso, ele as vezes era preso e a gente ficava por conta de madrasta e a madrasta não se interessava muito: "quer ir vai, não que não vai". E assim a gente né... estudei acho que até a terceira série na época, mas era aquela terceira série assim um dia você vai e o outro fica em casa. As vezes a gente não tinha o que comer direito e aquilo atrapalhava também no aprendizado. A gente... eu tive muita dificuldade de aprender né, até hoje.

[em relação ao reingresso] Depois de casada eu tentei, mas meu marido era ciumento e que "mulher nessa idade vai estudar pra quê?" Tinha filho pequeno e então exatamente na hora de eu sair para escola ele saía pra rua pra poder não ficar com as crianças (I.R.L., Atafona, SJB).

Porque eu casei... aí o marido era machista e não deixou eu trabalhar e nem estudar mais, entendeu? (S.M.D.F, Farol de São Tomé, CG).

Meu marido não deixa... (A.R.D.S, Farol de São Tomé, CG).

Olha, quando eu era solteira me botaram no colégio, mas não consegui aprender nada (M.D.G., Farol de São Tomé, CG).

Meus pais nunca me colocou para estudar, não (M. de J.P; Barra do Açu, SJB).

Antigamente ninguém estudava, não. Meus pais não tinham condições de colocar ninguém nos estudos. Antigamente, 50 anos atrás, [...] só pegando na enxada, limpando cana, pescando (E.B.S.P.C, Farol de São Tomé, CG).

Não [estudei], mas eu acho por eu não ter tido oportunidade ou incentivo, porque faz muita falta... faz muita falta o estudo (Z.B.S.M, Imbé, CG).

Até a quarta série só... minha mãe não deixava... eu tinha muita vontade de estudar... eu cuidava dos meus irmãos para minha mãe começar a trabalhar para ajudar meu pai... foram quinze irmãos (V.A, Parque Prazeres, CG).

Fonte: elaboração das/os autoras/es.

Neste sentido, pais, professores e maridos aparecem nos relatos como agentes de desencorajamento. No entanto, embora distantes do ensino formal, as mulheres o valorizam. Isso ficou evidente na relação observada delas com seus filhos e filhas, dada a importância atribuída à formação escolar.

CONCLUSÃO

Diante do que foi por nós vivenciado durante o trabalho de campo e apresentado neste artigo, é possível concluir que as mulheres da pesca enfrentam dificuldades em vários aspectos da vida, principalmente no campo escolar, que estão relacionadas à divisão sexual do trabalho, à ausência de políticas públicas e ao desestímulo. Logo, foi possível perceber que a educação formal para elas finda-se na vida desde a infância, no trabalho doméstico que não cessa, na escola que não acolhe, no ônibus que não chega, na família que não estimula, no marido ciumento que não deixa e no cuidado constante com os filhos e parentes. A baixa escolarização parece impactar, ainda, na persecução de direitos frente às instituições públicas, tais como o defeso e a previdência.

Apesar dos desafios que se instauraram na trajetória escolar dessas mulheres, elas reconhecem a importância do ingresso na educação formal, como forma de alcançar melhores condições de vida. Sendo assim, estimulam o acesso e permanência dos filhos na escola. Se o conhecimento não é necessariamente tributário do ensino formal, verificamos nos lamentos relatados em torno do passado a sabedoria de que a educação é uma forma de transcender as próprias dificuldades que a vida se lhas apresenta.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L. P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza 44, 3, 12–19, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/arquivosdecienciadomar/article/view/149>. Acesso em: 03 de julho de 2019.
- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. .; LEITÃO, W.; FIÚZA DE MELO, A (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81. Disponível em: <file:///D:/m/UENF/IC/Projeto%20de%20pesquisa%20ic/Monografia/POVOS%20DAS%20AGUAS%201993%20ALENCAR.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.
- ALTOÉ, A. P. **O Estado e a Cidadania Feminina: Vozes Das Mulheres Mil**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <http://uenf.br/posgraduacao/sociologiapolitica/wpcontent/uploads/sites/9/2013/03/Tese.Andre-Alto%20C3%A9.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2018.
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24, n. 2, 292, p. 631, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 08 de março de 2018.
- FARIA, L. A face feminina da escola: memórias e canções dos/nos anos 1960. Introdução. In: FARIA, L.; LOBO, Y. L.; COELHO, P. **Histórias de Vida, Gênero e Educação**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2014. p. 21-39.
- LEITÃO, M. R. F. A.; LIMA, A. S.; FURTADO, G. S. Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXII, **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, PR – p. 10-12, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1668-2.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.
- LEMONS, S. F. C. **Pescadô num quê ir pra essa escola, não!** Representações sociais dos pescadores de Atafona. 1. Ed, Curitiba: Appris. p. 27-28, 2016.
- LIMA, C. M.; LEITÃO, M. R. F. A. O Papel das Pescadoras de Brasília Teimosa na Preservação Ambiental. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais, Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito**, GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites, Belém, 2012.
- LOPES, M. S.; SOUZA, S. R.; MARTÍNEZ, S. A.. EDUCAÇÃO E PESCA: análise do nível de escolarização de homens e mulheres inseridos na atividade pesqueira em municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas. In: **X Congresso Fluminense de Iniciação Científica**, Campos dos Goytacazes, UENF, 2018. Disponível em:

https://www.mulheresnapesca.uenf.br/outras/Resumo_Mariana.pdf. Acesso em 10 de julho.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-S1517-9702201701151678.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

NOGUEIRA, C. M. M. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação. In: **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO1. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_o8_claudionogueira.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2019.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. Evasão escolar no Ensino Médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR. In: BERGMANN, S. R.; FRANÇA, V. F.; SANTOS, W. T. (Org.). **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2008. 1ed. Curitiba: SEED, 2011, v. 1, p. 01-24. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2019.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. p. 7, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

SILVA, C. A. **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. Ed. Consequências: Rio De Janeiro, 2015. 115 p.

SILVA, L. S. **A economia pesqueira artesanal no município de Salvador-BA: da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16344>. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

WOORTMANN, E. F. **Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.

POSSIBILIDADE DE INTEGRAR O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE O CLIMA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO LITORAL DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

POSSIBILITY OF INTEGRATING POPULAR KNOWLEDGE ABOUT CLIMATE IN SCHOOL GEOGRAPHY. CASE OF ARTISANAL FISHERMEN AND FAMILY FARMERS FROM THE COASTAL REGION OF MAPUTO, MOZAMBIQUE

POSIBILIDAD DE INTEGRAR EL CONOCIMIENTO POPULAR SOBRE EL CLIMA EN LA GEOGRAFÍA ESCOLAR. CASO DE PESCADORES ARTESANALES Y AGRICULTORES FAMILIARES DE LA REGIÓN COSTERA DE MAPUTO, MOZAMBIQUE

MACANDZA, Manuel

FREIA, Alice

RESUMO

O conhecimento sobre o clima tem sido muito importante, no seio das comunidades, visto que, a partir deste, as pessoas se organizam e planificam as suas atividades. Contudo, apesar de se reconhecer a importância deste conhecimento, a sua relação com o conhecimento escolar ainda é pouco explorada. Neste sentido, este artigo procura analisar a possibilidade da integração do conhecimento popular sobre o clima, na escola, através da geografia escolar. Para responder a este objetivo, efetuou-se um levantamento bibliográfico, relacionado, sobretudo, com o estudo da etnoclimatologia ou do conhecimento popular do clima e da Geografia escolar. De modo a compreender o conhecimento popular sobre o clima, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas a grupos focais, constituídos por pescadores artesanais e por agricultores familiares, residentes na região litoral da Província de Maputo, em Moçambique. Os resultados mostram que estes se utilizam de alguns indicadores de previsão do tempo, relacionados com a observação da direção do vento, das nuvens, das estrelas, das características da lua e do comportamento dos animais e da vegetação. De acordo com os entrevistados, é importante e desejável que este conhecimento seja integrado à Geografia escolar.

Palavras-chave: Clima. Geografia. Geografia escolar. Conhecimento popular.

ABSTRACT

Knowledge about the climate has been very important, within the communities, considering how this people organize and plan their activities. However, despite the importance of this knowledge, its relationship with school knowledge is still little explored. In this sense, this article intends to analyze the possibility of integrating popular knowledge about climate in the school, through school geography. For achieving this objective, a bibliographic survey was carried out, mainly related to the study of ethnoclimatology or popular knowledge of climate and school geography. In order to understand popular climate knowledge, semi-structured interviews were conducted, with focus on groups of the resident community at Marracuene and Manhiça, on Maputo Province, in Mozambique. The results show that the study area population uses wind, clouds, stars and moon characteristics, as well as both animals and vegetation behavior, as climate predictors. According to the interviewees, it is important and desirable that this knowledge to be integrated to school geography.

Keywords: Climate. Geography. School geography. Popular knowledge.

RESUMEN

El conocimiento sobre el clima ha sido muy importante, dentro de las comunidades, ya que, desde este conocimiento, la gente organiza y planifica sus actividades. Sin embargo, a pesar de su importancia, la relación de este con el conocimiento escolar todavía es poco explorada. En este sentido, este artículo busca analizar la posibilidad de integrar el conocimiento

popular sobre el clima en la escuela, a través de la geografía escolar. Para cumplir con este objetivo, se realizó una encuesta bibliográfica, principalmente relacionada con el estudio de la etnoclimatología o el conocimiento popular del clima y la geografía escolar. Con el fin de comprender el conocimiento climático popular, se realizaron entrevistas semiestructuradas con grupos focales de la comunidad residente en Marracuene y Manhíça, provincia de Maputo, en Mozambique. Los resultados muestran que la población del área de estudio utiliza algunos indicadores climáticos, que están relacionados con el comportamiento de los animales y la vegetación, la observación de la dirección del viento, de las nubes, de las estrellas y de las características de la luna. Según los entrevistados, es importante y deseable que este conocimiento se integre en la geografía escolar.

Palabras clave: Clima. Geografía. Geografía escolar. Conocimiento popular.

INTRODUÇÃO

Estudar o conhecimento popular do clima interessa-nos, pois, ao longo do nosso percurso, como professores, no departamento de Geografia da Universidade Pedagógica, em Moçambique, fomos constatando alguns aspectos fundamentais e críticos. O primeiro, prende-se com o facto do estudo do tema, Clima, fazer parte da segunda unidade temática, A terra e suas esferas, do programa de ensino de Geografia da 8ª classe¹, e da terceira unidade, Ambiente bioclimático, da 11ª classe², em Moçambique.

O segundo elemento, que nos leva a analisar o conhecimento popular sobre o clima, tem a ver com a forma de tratamento deste conteúdo, na escola, que é baseada na climatologia tradicional ou separativa, que, de acordo com Zavattini & Barros (2009), se utiliza de dados reais e os transforma em abstratos, já que, convertidos em valores médios, tornam-se desprovidos do seu real significado.

Os programas de ensino de Geografia recomendam, que:

(...) na leccionação das aulas de Geografia deve-se priorizar o método de observação directa em redor da escola [...] Esta forma de organização do processo de ensino-aprendizagem permite a ligação do aluno com a realidade; do abstracto com o concreto e da teoria com a prática [...] para explicação das ligações entre as várias esferas, o professor tem que procurar exemplos do ambiente do aluno, claros e adequados aos conteúdos desta unidade (INDE/MINED, 2010).

Esta recomendação dos programas de ensino de Geografia leva-nos ao terceiro elemento, que nos motiva a estudar esta temática, que é o subaproveitamento ou quase não aproveitamento do conhecimento popular, neste caso, dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares. De facto, em 2009, a pesca artesanal representava 80% do volume total de pescado de Moçambique, contribuindo para a segurança alimentar da maioria da população, enquanto 80% da população ativa do país, de acordo com PEDSA (2011), estava empregue na agricultura. Isto significa que os alunos, no seu cotidiano, participam destas atividades económicas, no seio das suas famílias, trazendo para a escola um conhecimento, construído, de geração em geração, sobre fenómenos climáticos, a partir de observações das diferentes paisagens. Contudo, o conhecimento popular dos alunos geralmente não é explorado pela escola.

De fato, a observação³, que a Geografia escolar enfatiza, é um dos métodos utilizados, tanto na climatologia científica quanto na etnoclimatologia ou climatologia popular, para efetuar a previsão do tempo e do clima. Entendida, neste caso, a climatologia popular como o conhecimento transmitido de uma geração para a outra, através da oralidade.

Refletir sobre o conhecimento popular e relacioná-lo com uma visão quase consensual, sobre a complexidade do ensinar e do aprender Clima, como conteúdo escolar, no ensino secundário geral, em Moçambique, fez com que cogitássemos, em quarto lugar, sobre a possibilidade de trazer, para a sala de aula de Geografia, as diversas formas de previsão do tempo e do clima que a população moçambicana utiliza. Esta abordagem permitiria, a partir da realidade próxima do aluno, auxiliar tanto os professores, no tratamento deste conteúdo, na escola, quanto os alunos, na compreensão deste conteúdo geográfico.

¹ A primeira classe do 1º ciclo do ensino secundário geral, com alunos com idade compreendida entre 14 e 15 anos, de acordo com a lei do Sistema Nacional de Educação.

² A primeira classe do 2º ciclo do ensino secundário geral, com alunos com idade compreendida entre 17 e 18 anos.

³ Sublinhado nosso.

Neste caso, os exemplos do ambiente do aluno, que o programa sugere, para o estudo do clima, poderiam ser baseados nas diferentes formas de previsão do tempo e do clima, que os pescadores artesanais e os agricultores familiares utilizam, comparando-o com a previsão das estações meteorológicas. Por isso, o nosso interesse, no estudo deste conhecimento.

Nós partimos do pressuposto de que existe um conhecimento popular sobre o clima, adquirido por observações sistemáticas do meio circundante e transmitido de geração em geração e que pode ser explorado para ser utilizado, na sala de aulas.

O nosso objetivo geral é compreender o conhecimento popular sobre o clima, no seio dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares de Marracuene e da Manhiça, de modo a estudar a possibilidade de integrá-lo à Geografia escolar. Para responder a este objetivo geral, procuramos: a) identificar os sinais de previsão do tempo utilizados por pescadores artesanais e por agricultores familiares de Marracuene e de Manhiça; b) explicar as formas de previsão do tempo dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares de Marracuene e de Manhiça; c) explorar a possibilidade de integração do conhecimento popular sobre o clima à Geografia escolar.

Para o alcance destes objetivos, recorreremos a uma pesquisa, cuja abordagem é qualitativa, apoiada por uma revisão bibliográfica, relacionada, sobretudo, com estudos sobre o conhecimento popular do clima e, como procedimento técnico, utilizou-se a entrevista a grupos focais de residentes da área de estudo.

Deste modo, iniciaremos a análise com uma breve contextualização de alguns estudos existentes sobre o conhecimento popular do clima. De seguida, faremos uma caracterização da área de estudo e explicitaremos os procedimentos metodológicos, para, posteriormente, apresentarem-se os dados e discutirem-se os resultados da pesquisa e, por último, teceremos algumas considerações finais.

ESTUDOS SOBRE CONHECIMENTO POPULAR DO CLIMA

Na verdade, o conhecimento popular e que, geralmente, na literatura inglesa, é designado como conhecimento indígena, é objeto de estudo de vários autores, em África e no mundo, sob diversas perspectivas. Neste trabalho, trataremos somente duas dessas perspectivas. A primeira, discutida por Speranza et al. (2009), Nyong et al. (2007), Bogale & Bikiko (2018), está relacionada com a integração desse conhecimento a estratégias de adaptação às mudanças climáticas, em diferentes contextos. Speranza et al. (2009) afirmam que pastores do distrito de Makueni, no Kénia, utilizam o conhecimento popular para monitorar, para mitigar e para adaptarem-se à seca.

A segunda perspectiva, de Kijazi et al. (2013), Nasuti et al. (2013), Bastos et al. (2015), muito similar à nossa, está virada para a análise do conhecimento popular, na previsão do tempo e do clima. Kijazi et al. (2013), no estudo intitulado *A utilização do conhecimento indígena, na previsão do tempo e do clima, nas áreas de Manhenge e Ismani, na Tanzânia*⁴, procuram compreender a percepção da comunidade local sobre as mudanças climáticas. Esse estudo concluiu que, a partir da alteração de alguns indicadores (mudança no ciclo de chuvas e de temperaturas), a população das duas áreas apercebe-se das modificações climáticas.

Os estudos realizados por estas duas perspectivas permitiram constatar que existe um conhecimento popular, acumulado, sobre a previsão do tempo e do clima, transmitido de geração para geração, e que é fruto de observações sistemáticas da natureza, a partir da utilização de diferentes indicadores, relacionados com a flora, com a fauna, com a astrologia e com o meio ambiente.

O conhecimento indígena tem uma localização específica e detalhada (SPERANZA et al., 2009; LUSENO et al., 2003), isto é, este conhecimento é de nível local, micro, enquanto a ciência formal das mudanças climáticas é de escala regional e global.

Em Moçambique, existem alguns estudos que analisam a possibilidade de integrar o conhecimento étnico à escola, como os de Cherinda (2015), na área da Etnomatemática, e os de Baquete et al. (2016), que exploram o conhecimento étnico, relacionado com conceitos de Física.

⁴ Tradução livre do original: The use of indigenous knowledge in weather and climate prediction in Mahenge and Ismani wards, Tanzania.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos traçados, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a etnoclimatologia ou climatologia popular, que proporcionou o referencial teórico-metodológico da pesquisa. De modo a compreender o conhecimento popular sobre o clima e sobre os fenômenos meteorológicos, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a grupos focais, formados, no total, por 60 membros das comunidades, constituídas por pescadores artesanais e por agricultores familiares, residentes em Marracuene e em Manhiça, distritos do litoral, na Província de Maputo.

O trabalho foi desenvolvido em 2017, em cinco etapas. Na primeira fase, fez-se a revisão da literatura, o estudo dos programas e dos livros escolares sobre o clima e a elaboração de um guião de entrevista. Na segunda fase, a equipe de trabalho, constituída por três docentes, deslocou-se a Marracuene e a Manhiça, para um encontro com os líderes das comunidades locais. A estes, foram explicados os objetivos da pesquisa e foi solicitada a colaboração, para o diálogo com a população-alvo. Na terceira fase, foi feito o pré-teste da entrevista semiestruturada a um grupo focal constituído por seis pessoas. Prodanov & Freitas (2013, p.106) referem que “o pré-teste é uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais”. A seguir ao pré-teste, melhorou-se o instrumento, tendo ficado claro que as perguntas deveriam dar ênfase às diferentes formas de previsão de tempo que as comunidades utilizam, no seu dia a dia. Depois, seguiu-se a entrevista final.

A equipe de trabalho, constituída por três docentes e por três estudantes do curso de Geografia, do nível de graduação, realizou entrevistas às comunidades das aldeias de Hobjana e de Macaneta, em Marracuene, e, depois, às comunidades das aldeias de Calanga e de Josina Machel, no distrito de Manhiça. A técnica utilizada para a recolha de informação foi a de grupos focais, que, de acordo com Amado & Ferreira (2017, p. 228):

(...) trata-se de um exame em profundidade de um tópico pouco conhecido, mas relacionado com a vida quotidiana das pessoas e que produz um amplo corpo de dados expressos na própria linguagem dos respondentes e do seu contexto. Procura-se, nessa auscultação, dar conta da experiência, das atitudes, dos sentimentos e das crenças dos participantes acerca do tema em causa, tendo em linha de conta a interação e as reações que se geram no interior de um grupo e em virtude do tópico em discussão.

A opção por esta técnica de recolha de dados tinha em vista captar as interpretações dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares, conjuntamente, sobre as suas experiências, em relação à previsão do tempo e do clima e os seus sentimentos, relativos à possibilidade de os alunos aprenderem este acervo de conhecimento, na escola.

Os grupos focais foram formados através de um processo aleatório simples. De acordo com Gil (2008, p.91): “a amostragem simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único, para, depois, selecionar alguns desses elementos de forma casual”. Neste sentido, foi solicitado que os participantes contassem de 1 a 3, e, dessa forma, foram formados os grupos, juntando os pescadores artesanais e os agricultores do setor familiar, mediante o número que pronunciaram. Formaram-se três grupos focais de 15 pessoas cada, misturadas (pescadores artesanais e agricultores familiares), em Calanga, em Josina Machel e em Hobjana. Em Macaneta, como as pessoas estavam dispersas, as entrevistas ocorreram de porta em porta, com um grupo de três pessoas. Este grupo focal, de pescadores artesanais, apenas, ou misturado, teve, no total, 15 pessoas. Na quinta fase, fez-se a sistematização e a análise dos resultados. As entrevistas foram todas registadas, em aparelhos de captação de voz, com a devida permissão dos entrevistados. A maior parte das entrevistas foi feita na língua Xitsonga⁵ e, posteriormente, foi traduzida para o português. O guião de entrevista, elaborado a partir de Amado & Ferreira (2017), era composto por seis partes (blocos). Em cada bloco, foram definidos os seguintes objetivos (Quadro 1):

⁵ Língua falada no Sul de Moçambique e algumas províncias da República da África do Sul.

Quadro 1: Objetivos e questões de orientação das entrevistas

- Bloco 1: legitimar a entrevista (explicitação dos objetivos e de questões éticas da pesquisa; agradecimento, quanto à disponibilidade).
- Bloco 2: obter dados sobre as formas de previsão do tempo. Questão orientadora: de que meios/instrumentos/objetos se utilizam, para a previsão do tempo?
- Bloco 3: identificar sinais de previsão do tempo. Questão orientadora: quais são os sinais de previsão do tempo?
- Bloco 4: identificar os ritos associados à chuva. Questão orientadora: que tipo de cerimónias se praticam, para a ocorrência de chuva?
- Bloco 5: obter dados sobre a aceitação do conhecimento científico. Questão orientadora: acham que é importante, a previsão do tempo veiculada pela TV e pela rádio?
- Bloco 6: obter dados sobre a possibilidade de inserir o conhecimento popular na escola. Questão orientadora: como é que este conhecimento, que nos transmitiram, pode ser inserido na escola?

Fonte: elaborado pelos autores (2017)

Para além dos objetivos e da questão orientadora, havia, no guião, perguntas de recurso e de aferição, para clarificar e para reforçar ideias. Feita a tradução do texto, foi possível obter os resultados, que passamos a apresentar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os objetivos da pesquisa, a recolha de dados foi efetuada, tendo em conta os indicadores locais de previsão do tempo, os ritos associados à chuva, a importância que as populações de Marracuene e de Manhiça dão à previsão do tempo veiculada pelos meios de comunicação social e a possibilidade de inserção do conhecimento popular sobre o clima na escola. É a volta destes assuntos que passaremos a discutir, de seguida.

Indicadores locais de previsão do tempo

A análise das entrevistas efetuadas, em Marracuene e em Manhiça, fornece indicações de que existe um conhecimento popular sobre o clima, que foi sendo construído, pela permanente observação da natureza e pela transmissão oral, de uma geração para a outra, pois, de acordo com os entrevistados, estes beneficiaram-se dos conhecimentos dos seus avós e dos seus pais. O conhecimento relatado diz respeito ao comportamento dos animais e da vegetação, à observação da direcção do vento, das nuvens, das estrelas (Quadro 2, Quadro 3 e Quadro 4) e às características da lua, os quais são utilizados como indicadores de previsão do tempo.

Quadro 2: Indicadores de chuva

Indicador	Sinais utilizados relacionados com a chuva
Pássaros (Andorinha, Águias)	Em número elevado e juntos, a brincar/cantar
Andorinha	Em grupo, a passearem, no firmamento
Sapos	Canto frequente
Patos	Batem as asas
Formigas	Anunciam mudança do tempo seco para chuvoso ⁶
Frutos silvestres⁷	Escassos
Árvores	Início da floração, em agosto

Fonte: Pesquisa de Campo.

⁶ Não ficou claro de que modo as formigas anunciam a mudança de tempo.

⁷ Phimbi (*Garcinia livingstonei*); Macuacua (*Strychnos madagascariensis*); Tsintsiva; Mapfílua (*Vangueria infausta*); Massala (*Strychnos spinosa*); Swikelekele – fruto semelhante à uva.

⁸ Marula (*Sclerocarya birrea*).

Quadro 3: Fenómenos meteorológicos e astros celestes

Indicador	Sinais relacionados com a chuva
Nuvens	Deslocamento do oceano para a terra. Nuvens altas e escuras, na base
Vento	Sentido Este-Oeste e Sul
Lua	Círculo esbranquiçado, à volta, e com a parte côncava virada para o Norte

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quadro 4: Indicadores de seca

Indicador	Sinais relacionados com a seca
Frutos silvestres	Abundância
Árvores (Canhoeiro⁹)	Florescimento abundante
Pássaros (Perdiz)	Aparecem, cantando a grandes altitudes
Aves (galinhas e patos)	Redução, na produção de ovos, e, por vezes, não chocam os ovos

Fonte: Pesquisa de Campo.

Entre os comportamentos que anunciam chuva, por parte dos animais, destacam-se o canto frequente do sapo, o movimento dos pássaros, sobretudo quando um grupo de andorinhas⁹ “passeia” pelo firmamento ou quando os patos batem as asas. Pelo contrário, quando a perdiz¹⁰ canta, a grandes altitudes, é prenúncio de seca. Embora não tenha ficado claro, sobre o comportamento das formigas, na previsão do tempo, alguns estudos, como os efetuados por Bastos & Fuentes (2015), na região de Retirolândia, dão indicações de que “a mudança de ninho, o transporte dos filhotes, a construção e a posição do ninho, andando em fila e quando as formigas criam asas para voar” são alguns dos sinais de chuva.

A vegetação anuncia chuva, quando a sua floração acontece em agosto, e, quando há abundância de frutos silvestres, significa seca e fome. Para os agricultores, a intrusão salina é prenúncio da falta de produção e, conseqüentemente, de fome. A direção do vento é importante, na previsão do tempo, tendo sido destacados o de Este¹¹ e o de Sul¹², como os que “trazem” muita chuva, enquanto o vento de Oeste¹³ foi apontado, como sendo devastador e o vento de Norte¹⁴ raramente é associado à chuva. Os entrevistados realçaram a duração da chuva. Para eles, a chuva do Sul dura mais tempo, enquanto a do Oeste, que é muito forte, dura menos tempo. Em relação ao vento de Oeste, referiram que, estando no mar (a pescar), a pessoa apercebe-se, através de nuvens distantes, ligeiras e escuras, que deve voltar imediatamente para a terra. Os pescadores referem que o barulho do vento informa-os sobre a direção do vento.

As nuvens apontadas, como anunciadoras de chuva, são as de desenvolvimento vertical, nas altitudes baixas e médias. Quanto às características da lua, foi apontado que, na fase de meia-lua, quando este astro está com a parte côncava virada para o Norte, há abundância de chuva, naquele mês, e quando a lua tem um círculo branco a sua volta, significa que a chuva está para breve.

Apesar do fornecimento desta lista detalhada dos principais indicadores do tempo atmosférico, os entrevistados apercebem-se das alterações que ocorrem, em relação aos mesmos, ao afirmarem que determinado tipo de vegetação, sobretudo a nativa, de terras altas (*tlava*), desapareceu. Este desaparecimento de alguns indicadores pode contribuir para a diminuição da qualidade da previsão do tempo, pois, de acordo com o grupo focal 4, a maior parte das árvores existentes, na Josina Machel, não demonstra nada, uma vez que foi plantada pelo Homem. São plantações de eucaliptos.

⁹ Mbaulane

¹⁰ Ngungua

¹¹ Wuxene

¹² Nhinguitimu

¹³ Pheladjambu

¹⁴ Nwalungu

O desaparecimento de espécies, causado pelo desflorestamento, e a conseqüente diminuição de indicadores de previsão, sobretudo os bióticos (flora e fauna), são apontados em praticamente todos os estudos sobre o conhecimento popular. Este facto chama a atenção aos estudiosos deste conhecimento, a registrar e a monitorar, continuamente, estes indicadores e a expandir as análises para outras áreas do país (KIJAZI et al., 2013). Para além disso, e tendo em conta que os indicadores não são estáticos, a população pode, com o tempo, identificar novos indicadores.

Na verdade, o relato sobre os indicadores (ambientais e astronómicos) que servem para fazer a previsão do tempo atmosférico, em Maputo, é comum, ao que já foi encontrado por outros pesquisadores, como Maia & Maia (2010), Nasuti et al. (2013), Fuentes & Bastos (2015), Fuentes, Bastos & Santos (2015), no Brasil, no Kénia e na Austrália, o que demonstra que:

(...) a partir da capacidade de observar e de registrar na memória as impressões sobre o estado momentâneo da atmosfera (calor, frio, ensolarado, nublado, chuvoso, ventado,...), o ser humano vai colecionando dados e fatos relativos ao comportamento do tempo atmosférico do lugar onde vive ou visita (JÚNIOR, MALYSZ & LOPES, 2016).

Este conhecimento acumulado, de pescadores artesanais e de agricultores familiares, de Marracuene e de Manhiça, e o seu método (observação) podem ser aproveitados, pela escola, no processo de ensino e de aprendizagem do Tempo e do Clima, em Geografia. Neste sentido, a exploração do conhecimento popular poderia ser feita, solicitando que os alunos fizessem, a partir de um questionário, recolha de dados sobre as formas de previsão do tempo, junto aos seus familiares e à comunidade.

Ao mesmo tempo, poder-se-ia, tal como sugerem Júnior et al. (2016), fazer com que eles observassem e registrassem alguns elementos do clima, tais como a temperatura, a nebulosidade, os tipos de nuvens, a direção e a intensidade do vento, durante um determinado tempo, e em determinados momentos do dia, o que possibilitaria uma aprendizagem sobre os diferentes tipos de conhecimento e, como afirmam Maia & Maia (2010), a aquisição de habilidades para leitura e para interpretação dos diferentes tipos de tempo.

A exploração de diversos tipos de conhecimento incluindo, o dos familiares e da comunidade local, de acordo com Kaya & Seleti (2013), citando Battiste (2002), iria permitir: primeiro, fornecer aos alunos oportunidades para aprender atitudes e valores comunitários apropriados para a sobrevivência; segundo, os alunos aprenderiam através da cultura, pois o conhecimento popular encontra-se armazenado, em diversas manifestações culturais, tais como histórias folclóricas, canções, peças teatrais, lendas, provérbios, mitos, etc.; terceiro, o envolvimento de detentores do conhecimento popular em pesquisa habilita os alunos a aprenderem através de gerações, fazendo com que estes aprendam a respeitar o conhecimento dos mais velhos e dos outros membros da comunidade.

Estes autores vêm demonstrar que, em tempos de crise de valores, como os actuais, os benefícios da integração do conhecimento popular, na escola, situar-se-iam, não só, a nível cognitivo, mas, também, a nível afectivo ou do saber ser/estar.

Ritos associados à chuva

A análise do conhecimento popular abrange, também, o estudo do significado dos fenómenos atmosféricos e astronómicos existentes, na mitologia e nos rituais da população (NASUTI et al., 2013). Foi com base neste aspecto que decidimos saber, da população da área de estudo, quais eram os ritos de evocação de chuva.

Num país eminentemente rural, de pesca artesanal e de agricultura de subsistência, a população de Marracuene e de Manhiça vive na expectativa da chuva, já que ela está relacionada com a produção de alimentos. Os entrevistados são unânimes em afirmar que praticam ou que praticavam o *kuphalha*, uma

⁴⁵ Campas: segundo o dicionário Online de Português Aurélio, significa Laje ou pedra que cobre o túmulo. O local em que se sepulta os mortos. Neste caso, são os túmulos da família real.

cerimónia que envolve sacrifícios de animais, bebidas tradicionais, que são entornadas no chão de campas¹⁵ da família real ou em florestas sagradas, onde se fazem as preces aos antepassados, para que a chuva caia.

Esta cerimônia, que, antigamente, era infalível, hoje, de acordo com o grupo focal, já não funciona, por várias razões. Alguns dos entrevistados acreditam que a população já não respeita a tradição e, por isso, na cerimónia da evocação da chuva, não se segue todo o ritual, havendo mistura do tradicional e do moderno. Outros, acreditam que houve troca de papéis, conforme aponta o depoimento de um dos entrevistados:

“Antigamente os régulos (líderes tradicionais) eram considerados administradores e tinham os seus adjuntos, os chefes de terras. Hoje todo o poder foi delegado aos secretários (figuras político administrativas) e estes dão ordens aos chefes de terras e, é por isso que os ritos já não produzem seus efeitos aqui. Os líderes tradicionais desta região eram os Timane e os Hobjanas, e esses é que realizavam, por direito, a cerimónia de kuphalha. A chuva caia logo no fim da cerimónia.” (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Josina Machel, em 14/07/2017)

Importância da previsão do tempo veiculado pelos meios de comunicação social

Os entrevistados destacaram a importância da previsão meteorológica veiculada pela rádio e pela televisão, tendo, alguns, lamentado o facto de toda informação ser transmitida em língua portuguesa, o que dificulta a compreensão, pelos potenciais utilizadores da mesma, já que a maioria tem dificuldades de se comunicar, na língua nacional (português).

“As previsões de tempo que ouvimos na rádio ou na televisão têm valor para as nossas vidas. O reparo que gostaria de fazer é que os termos e a língua utilizados dão a entender que a informação é direccionada apenas para as pessoas que estudaram. Cá temos pessoas idosas que ainda praticam a agricultura e precisam de perceber a informação da previsão do tempo. É um erro.”

“Nós como pescadores (Calanga) usamos a informação que nos é útil na nossa actividade de pesca. Porque evitamos surpresa no meio do mar. De contrário você não volta mais para a terra.” (Depoimentos dados por integrantes do grupo focal de Macaneta, em 01/07/2017)

Estes depoimentos demonstram que os pescadores acreditam que a informação meteorológica veiculada pela rádio e pela televisão é útil, nas suas atividades diárias. Porém, os termos técnicos utilizados para veicular a informação meteorológica são desconhecidos, por eles, razão pela qual, para realizarem suas atividades com segurança, se baseiam nos indicadores aprendidos de geração para geração, ou seja, de seu conhecimento popular.

Possibilidade de inserção do conhecimento popular na escola

Mais acima, referimos que o conhecimento sobre o clima é lecionado em Geografia, na 8ª e na 11ª classes. Nestas classes, são analisados os elementos e os fatores do clima e, dentre os elementos do clima, destacam-se a temperatura, a umidade, a nebulosidade, a precipitação, a pressão atmosférica, o vento e as massas de ar. Estes elementos são observáveis, no meio circundante, registrados na memória e servem para a orientação das atividades e para os modos de agir da população. Neste sentido, os entrevistados afirmam que o conhecimento popular deve ser utilizado, na escola, e que, para tal, ele deve ser registrado e divulgado, pois eles têm a consciência de que o seu conhecimento é transmitido de forma oral, em contraste com o conhecimento científico, como demonstram os depoimentos, a seguir:

“Vocês devem registrar esta informação e divulgar para a sociedade.”

“Há sim uma necessidade de se transmitir esse conhecimento na escola porque algumas coisas nós é que vivemos [...] para isso, vocês é que devem saber quais os conhecimentos a inserir. Por exemplo, houve cheias em tempos passados que aconteceram antes de nós nascermos, mas soubemos através da transmissão oral, mas, quando esses fenómenos são escritos, a qualquer momento poderão saber.” (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Macaneta, em 01/07/2017)

"Nós nos beneficiamos dos ensinamentos que recebemos dos nossos avós e pais. Eles (os alunos) também devem encontrar algum benefício nisso. Principalmente devem saber conciliar positivamente estes conhecimentos tradicionais com o conhecimento convencional." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Calanga, em 28/06/2017)

Os entrevistados observam que as gerações atuais priorizam mais o conhecimento convencional, dada a influência da escola, no sector do trabalho, em detrimento do conhecimento popular. Contudo, eles (os entrevistados) acreditam que os alunos podem tirar proveito, igualmente, aprendendo os dois tipos de conhecimentos, convencional e popular, simultaneamente. Para tal, de acordo com os depoimentos, é importante que se investigue o conhecimento popular e que os pesquisadores o registrem e que encontrem mecanismos para utilizá-lo, na sala de aula.

Alguns pesquisadores desta área do conhecimento, como assinalado acima, destacam a importância de registro dos indicadores de previsão do tempo e da necessidade de monitorá-los, durante um período de, pelo menos, 10 anos. Os pescadores artesanais da área de estudo comungam com estas ideias, ao afirmar que:

"O que podemos dizer sobre isso é que vocês recolham esta informação, levem e vão analisar, de modo a ver qual é realmente a informação útil. Se ouves o sapo com tanta frequência é porque a chuva está para breve, então peguem nesse aspecto, analisem a autenticidade dessa informação, através de experiências. Observarem também para as andorinhas e associarem isso à chuva. Verifiquem quantos dias a chuva leva a chegar e daí poderão tirar as vossas conclusões. Todas estas informações vocês precisam peneirar para terem provas." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Calanga, em 28/06/2017).

De facto, tanto o registro do conhecimento popular, assim como a sua divulgação, devem ser encarados com maior seriedade, pois os pescadores artesanais e os agricultores familiares da área de estudo acreditam que este é útil para a sobrevivência, por um lado, e como legado cultural de um povo, de outro. Neste contexto, o conhecimento etnoclimático possui um papel fundamental para as comunidades, na medida em que ele auxilia, na tomada de decisões, quanto as suas atividades diárias:

"É preciso ensinar porque pode acontecer que você esteja a caminhar e se não domina esses sinais do tempo pode ser encontrado de surpresa, mas, se dominas podes procurar esconderijo a tempo." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Macaneta, em 01/07/2017)

"É fundamental que as crianças aprendam a sua cultura. Mas, isso só é possível a partir da língua. As crianças devem estudar as línguas da sua origem na escola. Mas, hoje nem o professor nem a criança não falam a sua língua tradicional, isso porque os portugueses quiseram matar a nossa cultura." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Hobjana, em 14/07/2017)

Na verdade, os entrevistados acreditam que a aprendizagem do conhecimento popular, ou seja, a transferência da cultura de uma geração para a outra, sobre os fenómenos climáticos auxilia, na previsão do tempo. Todavia, verifica-se, nos depoimentos, uma certa apreensão, ao considerar-se que a língua tem um papel fundamental, na transmissão do conhecimento popular.

Na tentativa de compreender a opinião dos pescadores e dos agricultores, sobre a importância do conhecimento popular, estes referem que é importante não descartar um do outro. O conhecimento popular serviria, assim, para complementar o conhecimento científico e vice-versa, como atestam os seguintes depoimentos:

"Juntando os dois conhecimentos é melhor. Porque nem sempre a pessoa terá acesso aos meios de comunicação a toda hora para poder ouvir sobre o estado do tempo. No campo, é muito bom a pessoa ter o conhecimento tradicional, onde vai saber definir as épocas." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Calanga, em 28/06/2017)

"[...] Esses aspectos podiam fazer parte dos livros escolares. As misturas, isto é, livros que trazem os conteúdos dos dois modelos, seria bom, mas seria útil se este conhecimento local fosse transmitido em língua local porque vai permitir maior aprendizagem por parte dos nossos filhos." (Depoimento dado por integrante do grupo focal de Calanga, 28/06/2017)

O acesso ao jornal, à internet, à rádio e à televisão, importantes meios de comunicação, para a difusão da previsão do tempo, é ainda problemático, para a maioria dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares, em Moçambique, daí vem a importância do domínio do conhecimento popular, para a organização das atividades da pesca e da agricultura.

Em relação à possibilidade de integrar o conhecimento popular à Geografia escolar, enfatiza-se a ideia do registro e, neste caso, em livros escolares. Neste sentido, comungamos com a ideia de Kaya & Seleti (2013) citando Shivji (2003), de que: "ao utilizarmos estes dois tipos de conhecimento estaremos contribuindo para a justiça cognitiva, promovendo o pluralismo epistémico, que por si só será benéfico".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do conhecimento popular sobre o clima, com os pescadores artesanais e com os agricultores familiares, na província de Maputo, destacou, em primeiro lugar, que os indicadores para a previsão do tempo e do clima são o comportamento dos animais e da vegetação, a direção do vento, a observação das estrelas e das características da lua. Entre o comportamento dos animais que anuncia a chuva encontra-se o canto frequente do sapo e o movimento dos passaros, sobretudo o das andorinhas. A abundância dos frutos silvestres e o canto da perdiz, à grandes altitudes, pelo contrário, é prenúncio de seca. Sublinha-se que estes resultados são os mesmos que já foram encontrados por outros pesquisadores, em diferentes contextos.

Em segundo lugar, mesmo considerando a importância do conhecimento popular para a sobrevivência e como legado cultural de um povo, os pescadores e os agricultores consideram que as previsões meteorológicas transmitidas pela televisão, pela rádio, pela internet e através do jornal, são fundamentais e, ao mesmo tempo, de acesso restritivo, para grande parte da população moçambicana, por causa da língua. A escola deve estudar formas de conciliar os dois tipos de conhecimento.

Em terceiro lugar, este estudo revelou que ainda existem muito poucos trabalhos sobre o conhecimento popular do clima e sobre a possibilidade de integrá-lo à Geografia escolar, resultando, daí, ser pertinente expandir esta análise para outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; FERREIRA, S. A entrevista na investigação em Educação. In: AMADO, J. (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em Educação**. Universidade de Coimbra, 2017.
- BAQUETE, A. M.; GRAYSON, D.; MUTIMUCUIO, I. V. An exploration of indigenous knowledge related to physics concept held by senior citizens in Chókwé, Mozambique. **International Journal of Science Education**, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/>. Acedido em: 05 jun. 2017.
- BARROS, J. R.; ZAVATTINI, J. A. Bases conceituais em climatologia geográfica. **Revista de Geografia da UFC**, 2009. Disponível em: www.mercator.ufc.br. Acedido em: 12 abr. 2017.
- BASTOS, S.; FUENTES, M. C. O uso da etnoclimatologia para a previsibilidade de chuvas no Município de Retiroândia. **Revista do CERES [Online]**, 2015. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufm.br/ceres/>. Acedido em: 20 mar. 2017.
- BASTOS, S.; FUENTES, M. C.; SANTOS, N. M. Estudo do conhecimento climático popular na região semi-árida do Estado da Bahia. **Revista de Ciências Humanas**, 2015. Disponível em: www.cch.ufv.br. Acedido em: 2 jan. 2017.
- BOGALE, H. D.; BIKIKO, S. S. The role of indigenous knowledge in climate change adaptation: the case of Gibe Woreda, Hadiya zone, **Ethiopia**. **International Journal of Environmental Protection and Policy**, 2018. Disponível em: <http://www.sciencepublishinggroup.com/j/ijepp>. Acedido em: 20 jan. 2018.
- CELESTINO, E.; ANDRADE, I. L.; FIALHO, E. S. O ensino de climatologia nos livros didáticos do 6º ano do ensino fundamental das escolas municipais e estaduais de Viçosa. **Anais do X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica**, 2014. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/>. Acedido em: 20

mar. 2017.

CHERINDA M. **Integrating indigenous knowledge into Mathematics school curriculum: what is the story so far?**, 2015. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/>. Acedido em: 20 jan. 2018.

FREIA, Al. C. B.; MAHUMANE, F.; BERNARDO, B. J. In: DUARTE, S. M.; DIAS, H. N. (orgs.). **Ensino básico em Moçambique: Políticas, Práticas e Qualidade**. Maputo: EDUCAR-UP, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano. **Programas de Ensino**. Maputo, 2010.

JÚNIOR, P. F.; MALYSZ, S. B.; LOPES, C. S. Práticas de ensino em climatologia: observação sensível do tempo atmosférico. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, p. 335-351, 2016.

KAYA, H. O.; SELETI, Y. N. **African indigenous knowledge systems and relevance of higher education in South Africa**, 2013. Disponível em: www.iejcomparative.org. Acedido em: 20 jan. 2018.

KIJAZI, A. L.; CHANG'A, L. B.; LIWENGA, E. T.; KANEMBA, A.; NINDI, S. J. The use of indigenous knowledge in weather and climate prediction in Mahenge and Ismane wards, Tanzania. **Academic Journals**, 2013. Disponível em: <http://www.academicjournals.org/JGRP>. Acedido em: 20 jan. 2018.

LUSENO, W. et al. Assessing the value of climate forecast information for pastoralists: evidence from Southern Ethiopia and Northern Kenya. In: **World Development**, v. 31, n. 9, p. 1477-1494, Feb. 2003. Disponível em: www.researchgate.net. Acedido em: 07 jan. 2017.

MAIA, D. C.; MAIA A. C. **A utilização dos ditos populares e da observação do tempo para a climatologia escolar no ensino fundamental II**. 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br>. Acedido em 2 jan. 2017.

Ministério da Agricultura. **Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário PEDSA, 2011 – 2020**, Moçambique.

NASUTI, S. et al. **Conhecimento tradicional e previsões meteorológicas: agricultores familiares e as experiências de inverno no semi-árido Potiguar**. 2013. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br>. Acedido em: 2 jan. 2017.

NYONG, A.; ADESINA, F.; ELASHA, B. O. **The value of indigenous knowledge in climate change mitigation and adaptation strategies in the African Sahel, 2007**. Disponível em: www.researchgate.net. Acedido em: 05 jan. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico (recurso eletrônico): métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SPERANZA, C. I.; KITEME, B.; AMBENJE, P.; WIESMANN, U.; MAKALI S. **Indigenous knowledge related to climate variability and change: insights from droughts in semi-arid area of former Makueni district, Kenya**, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk>. Acedido em: 7 jan. 2017.

QUANDO O QUILOMBO É RIO: TERRITORIALIDADES DA PESCA ENTRE QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS NO BAIXO TOCANTINS (PA)

WHEN KILOMBO IS RIVER: TERRITORIALITIES OF FISHING BETWEEN RIBEIR CHILDREN IN LOWER TOCANTINS (PA)

CUANDO KILOMBO ES RÍO: TERRITORIALIDADES DE PESCA ENTRE NIÑOS DE CINTA EN TOCANTINAS INFERIORES (PA)

LOPES, Carla Joelma de Oliveira

RESUMO

Propomos uma análise geográfica capaz de pensar a relação entre rio, pesca e pescador no Baixo Tocantins, contudo é a condição espacial experienciada pelo quilombola ribeirinho que nos interessa entender. Procuramos nas tramas espaciais compreender as territorialidades que despontam nesses sujeitos, territorialidades da pesca, onde o rio assume a função pedagógica de forjar o pescador em um processo dialógico no qual o espaço é produto e produtor, palco e condicionante da existência. Para tanto, usamos as lentes dadas pela comunidade de Araquembaua em Baião- PA, por entender que as experiências territoriais dessa comunidade são compartilhadas por outras revelando traços do processo de formação territorial da Amazônia e, ao mesmo tempo, evidenciando uma profunda interlocução entre os que margeiam o Tocantins. O estudo foi realizado entre os anos de 2015 a 2017. Os dados primários foram construídos a partir da pesquisa de campo e os secundários derivam de revisão bibliográfica. As conclusões indicam que, ainda que, enfrentando cotidianamente constantes desafios, os quilombolas ribeirinhos de Araquembaua desenvolveram/desenvolvem estratégias de resistência territorial para garantir a existência.

Palavras-Chave: Baixo Tocantins. Quilombo. Territorialidades da pesca.

ABSTRACT

We propose a geographical analysis capable of thinking the relationship between river, fishing and fisherman in the Lower Tocantins, however it is the spatial condition experienced by the riverside quilombola that we are interested in understanding. We seek in spatial plots to understand the territorialities that emerge in these subjects, territorialities of fishing, where the river assumes the pedagogical function of forging the fisherman in a dialogical process in which space is a product and producer, stage and conditioner of existence. Therefore, we use the lens given by the Araquembaua community in Baião-PA, understanding that the territorial experiences of this community are shared by others revealing traces of the process of territorial formation of the Amazon and, at the same time, showing a deep interlocution between those who border the Tocantins. The study was conducted between 2015 and 2017. The primary data were built from field research and the secondary data derive from literature review. The conclusions indicate that, while facing daily constant challenges, the Araquembaua riparian quilombolas have developed / developed strategies of territorial resistance to ensure their existence.

Keywords: Lower Tocantins. Quilombo. Territorialities of fishing.

RESUMEN

Proponemos un análisis geográfico capaz de pensar la relación entre el río, la pesca y el pescador en el Bajo Tocantins, sin embargo, es la condición espacial experimentada por la quilombola ribereña que estamos interesados en comprender. Buscamos en parcelas espaciales para comprender las territorialidades que surgen en estos temas, las territorialidades de la pesca, donde el río asume la función pedagógica de forjar al pescador en un proceso dialógico en el que el espacio es un producto y productor, escenario y acondicionador de la existencia. Por lo tanto, utilizamos la lente dada por la comunidad de Araquembaua en Baião-PA, entendiendo que las experiencias territoriales de esta comunidad son compartidas por otros que revelan rastros del proceso de formación territorial de la Amazonía y, al mismo tiempo, muestran una profunda interlocución entre quienes bordean los Tocantins. El estudio se realizó entre 2015 y 2017. Los datos primarios se construyeron a partir de la investigación de campo y los datos secundarios se derivan de la revisión de la literatura. Las

conclusiones indican que, mientras enfrentan desafíos constantes diarios, las quilombolas ribereñas de Araquembaua han desarrollado / desarrollado estrategias de resistencia territorial para asegurar su existencia.

Palabras Clave: Baixo Tocantins. Quilombo Territorios de la pesca.

INTRODUÇÃO

O Tocantins é um rio que ocupa uma centralidade importante entre os povos da Amazônia. A nascente fica localizada no planalto de Goiás, mas em seu curso ele atravessa o restante do estado de Goiás, além dos estados do Tocantins e Maranhão, desembocando na Baía do Marajó, no Pará. É um rio caudaloso, imponente, marcado por “[...] perigosas corredeiras, inúmeras cachoeiras e trechos pedregosos, até desembocar em um curso manso em seu trecho final” (NUNES, 2018, p. 14). Suas águas correm do Sul para o Norte atravessando o bioma amazônico e o cerrado.

É um rio-mar que se divide em três trechos, o do Alto, Médio e Baixo Tocantins. Neste último, que se estende de Tucuruí (PA) a foz, o percurso é todo navegável no período da cheia. A diversidade que marca o rio “[...] confere ao meio, do solo à vegetação e à fauna, características específicas. Confere ainda, modos de vida que devem ser percebidos em suas particularidades” (FLORES, 2006, p. 10). Assim, a majestade alardeada só se completa na relação homem-rio. Nele, os povos ribeirinhos encontraram/produziram os elementos que constituíram as bases materiais de sobrevivência, ora por conta dos alimentos que fornece, ora por conta do abrigo, do caminho e da possibilidade de comunicação.

Os recursos ofertados pelo rio, todavia, têm sido disputados das mais variadas maneiras ao longo do tempo. Rio, várzea, floresta, solo e subsolo configuram alguns dos elementos estruturadores dos processos espaciais que compõem as tramas territoriais tecidas no Baixo Tocantins e que tem sido alvo da disputa de inúmeros grupos e interesses diversos.

Na análise geográfica que nos propomos a fazer destacamos a condição espacial experienciada por aqueles que descendem do povo africano que ocupou o Baixo Tocantins, os quilombolas. Os quilombolas representam, sobretudo, os filhos de “[...] gente sem a posse da terra [...] e que, desse modo, reproduzia nesta parte do país a estrutura agrária contraditória, onde quem tem a posse não usa e quem usa não tem a posse” (NAHUM, 2011, p. 83).

Tomamos como exemplo o quilombo de Araquembaua, comunidade localizada no município de Baião (PA) (Figura 1), formada por aproximadamente 200 famílias. A principal atividade dos habitantes de Araquembaua é a pesca. São quilombolas ribeirinhos que ocupam ancestralmente essa fração do território amazônico.

Nosso pressuposto é de que as lentes de Araquembaua configuram experiências territoriais compartilhadas por outras comunidades revelando traços do processo de formação territorial da Amazônia e, ao mesmo tempo, evidenciando uma profunda interlocução entre os que margeiam o Tocantins. Mais que isso. Araquembaua exhibe em sua dinâmica territorial os sintomas que abateram os povos do Baixo Tocantins resultado de uma série de políticas de Estado direcionadas a região desde a segunda metade do século XX e que foram responsáveis pela introdução dos Grandes Projetos na Amazônia.

Objetivamos de forma geral compreender esse cenário territorial tomando como ponto de partida para esta análise a dinâmica pesqueira desenvolvida pela comunidade. O estudo foi realizado entre os anos de 2015 a 2017. Os dados primários foram construídos a partir da pesquisa de campo e os secundários derivam de revisão bibliográfica. De lá para cá, permanecemos em diálogo e estamos avançando na construção de novas reflexões.

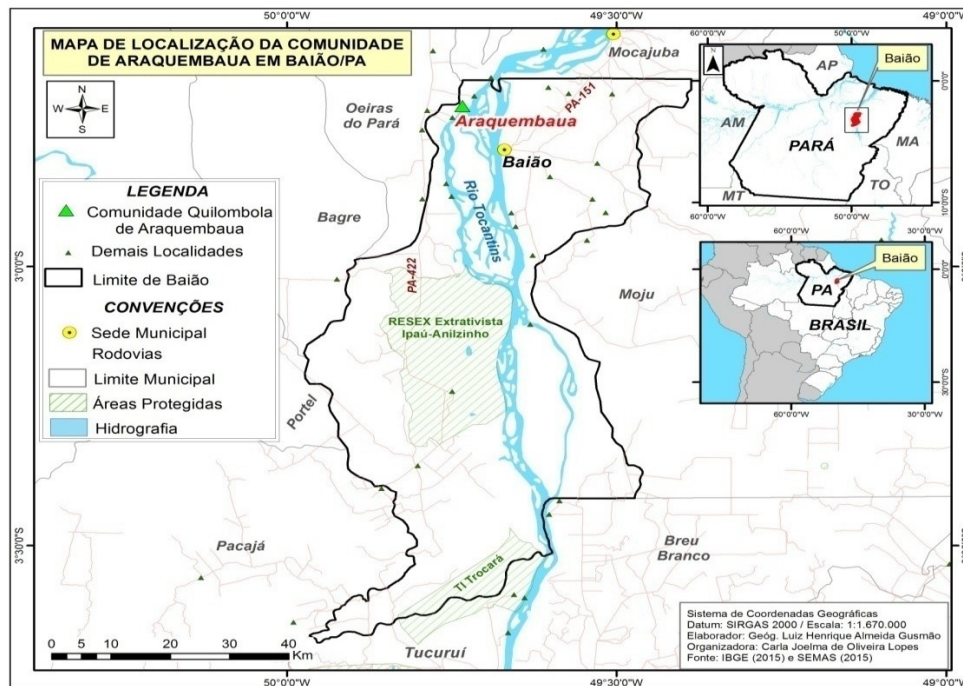


Figura 1: Localização da Comunidade de Araquembaua em Baião - PA

Fonte: IBGE, 2015. Organizado pela autora, 2017.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira procura compreender, do ponto de vista geográfico, o processo de formação territorial que amalgamou quilombolas e o Baixo Tocantins. A segunda mergulha na dinâmica do lugar e busca dar visibilidade ao cotidiano da pesca, principal expressão da relação entre terra, trabalho e família em Araquembaua antes dos Grandes Projetos. A última procura enxergar as mudanças e permanências que se expressam no território quilombola depois da chegada dos Grandes Projetos.

QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS

A demarcação das terras quilombolas é um episódio relativamente recente na Amazônia e deriva de mudanças nos marcos legais brasileiros, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu através do artigo 68 do ADCT (Ato de Disposições Constitucionais Transitórias), os direitos territoriais aos remanescentes de quilombos. Contudo, a luta pelo domínio territorial antecede as conquistas no âmbito jurídico. De acordo com Souza (2008, p. 12)

O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político. Traz em seu íntimo uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente em contraponto à lógica escravista.

A conquista legal evidencia, assim, um intenso processo de resistência territorial e a capacidade que os quilombolas conquistaram de recriar suas estratégias territoriais sobrevivendo com ou sem um território físico definido. A titulação quilombola também representou “[...] a garantia da continuidade do homem no seu meio, a preservação da identidade étnica e cultural do grupo, a visibilidade de um modo de vida particular [...]” (LOPES, 2017, p. 64). Mas não somente. A titulação quilombola, como afirma Nahum (2011, p. 80)

[...] é uma conquista. Forjada em séculos de resistência e enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção gêneros de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros, que usam a terra como bem comum, cultivado e cultuado pela comunidade. Portanto, modos de vida que usam a terra/território para viver e não a reduzem a capital.

Esse modo de vida quilombola reúne um conjunto de técnicas e de objetos técnicos que atados ao meio geográfico natural consolidam a relação com o rio e com a terra. Onde as terras de várzea, rios, lagos e

igarapés tornaram-se meios de produção. Onde os atos de criar, cultivar, extrair e produzir são ritmados pelos ciclos mineral, vegetal e animal (NAHUM, 2019). Onde a estrutura fundiária se divide entre uso e posse, onde as epistemologias dos povos originários são negadas, mas contraditoriamente, utilizadas para a materialização do trabalho. Meio, como afirma Tocantins (2000), onde o rio é rua e comanda a vida.

É no meio natural que o quilombola chega ao Baixo Tocantins. Pinto (2015) relata que o entorno do rio foi palco de um intenso processo de formação de quilombos e mocambos. A autora destaca os quilombos do Mola em Cametá, o quilombo de Paxibal em Mocajuba, o quilombo de Igarapé Preto em Baião. Todos configuraram importantes focos de resistência africana contra a escravidão e deles derivaram inúmeros quilombos menores.

O mapeamento das comunidades negras rurais do Pará realizado entre os anos de 1998 e 2000 revelou a densidade da presença negra no Estado (MARIN, CASTRO, 1999). Na ocasião 76 comunidades foram identificadas no Baixo Tocantins, divididas entre os municípios de Baião, Cametá, Mocajuba e Oeiras do Pará. Pouco tempo depois, os dados cedidos por Treccani (2006) exibem um número bem mais expressivo. Em Baião, por exemplo, 24 comunidades quilombolas já haviam sido tituladas, em Mocajuba, havia 11 delas, em Abaetetuba, 18, em Moju, 17, só para citar algumas.

Atualmente uma nova regionalização adotada pelo Estado do Pará identifica o que era antes a Região do Baixo Tocantins ou Território da Cidadania Baixo Tocantins como Região de Integração do Tocantins ou Região Integrada Tocantins (RI Tocantins). É composta por onze municípios, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A somatória da população chega a 803.899 (10% do índice populacional do Pará) e ocupa uma área correspondente a 35.965 km² (IBGE, 2016). O percentual de terras corresponde a 3% do território paraense. Adotaremos, contudo, neste trabalho a denominação mais usual – Baixo Tocantins.

Um levantamento mais recente sobre a população quilombola na região confirma as informações anteriores e dá pistas da longa trajetória de ocupação e formação de quilombos no local, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Levantamento da quantidade de quilombos existentes na RI Tocantins

Municípios do Baixo Tocantins	Quantidade de Quilombos
Baião	34
Cametá	28
Acará	25
Moju	25
Oeiras do Pará	25
Abaetetuba	24
Mocajuba	24
Igarapé-Miri	02
Barcarena	01
Tailândia	00
Limoeiro do Ajuru	00

Fonte: IBGE, 2014. Organizado pela autora, 2017.

O quadro 1, para além de exibir o quantitativo de quilombos existentes no Baixo Tocantins, revela nas entrelinhas o adensamento do processo de reconhecimento étnico das comunidades negras rurais. Os dados atualizados pela Fundação Palmares podem, inclusive, indicar uma adesão mais significativa.

Os quilombolas que margeiam o Baixo Tocantins apresentam dinâmicas diversificadas e tem demonstrado um alto grau de capacidade criativa, de mobilização política e articulação territorial. Constituíram-se em um cenário onde predominou historicamente a exclusão aos recursos do território, a precariedade, o uso de sistemas técnicos obsoletos, a subordinação ao mercado, o isolamento geográfico estratégico, a ausência de políticas públicas. Mas, sobreviveram, principalmente, no diálogo com o rio.

O rio tem sido um mestre. Tem sido condição para a produção e reprodução das práticas pesqueiras e da vida em seu entorno, dessa forma, o espaço produz o homem e o homem produz o espaço. Para Silva (2011, pp. 39-40):

Desde há muitas épocas passadas os seres humanos vêm utilizando os recursos aquáticos como forma de atender suas necessidades materiais. [...]. O pescador, em geral, tem íntima relação com o local onde realiza suas atividades, pois do reconhecimento dos territórios da pesca, repassados de geração em geração, de pescador para pescador, esses indivíduos percebem seus espaços de maneira eficaz, guiando-se por fenômenos naturais, incrementados no momento atual com a utilização de tecnologias mais avançadas [...]

A pesca no rio Tocantins é ancestral. No período colonial os franceses, contrariando o Tratado de Tordesilhas, chegaram à foz do rio com o intuito de explorá-lo em direção ao interior do Brasil. Na Amazônia contaram com o apoio dos Tupinambá, aprenderam a língua e os hábitos indígenas e fundaram feitorias no Médio e Baixo Tocantins. De acordo com Almeida (2013, p. 23) “[...] Os franceses estabeleceram inúmeras colônias de povoamento, dentre as mais destacadas (após São Luís) estava a de Cameté as margens do rio Tocantins”.

Os indígenas foram os primeiros interlocutores entre o rio e os colonizadores. Todavia os escravos africanos que foram deslocados para a região trouxeram conhecimentos da pesca que se associaram aos outros, alargando as epistemologias da pesca. Da cultura africana, de acordo com Diegues (1983), veio a variedade de cestos e de outros utensílios utilizados para a captura dos peixes. Mas não apenas.

O africano trouxe também uma sagacidade própria. Produziu no/e com o rio e em seu entorno, territórios de resistência. Delineou e criou arranjos espaciais. Construiu quilombos e mocambos. Fincou territorialidades próprias e se afirmou como ser vivente que dialoga intensamente com o meio líquido. Recriou laços identitários reproduzindo modos de vida originais dos povos africanos e usou o rio como professor.

A identidade/territorialidade quilombola se uniu a identidade/territorialidade ribeirinha. Santos (1999, p.8) afirma que “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Assim, ocorreu o encontro entre quilombo e rio, quilombola e pescador, constituindo o quilombola ribeirinho. Esse encontro não esteve e nem está livre de tensões, contradições e disputas, não é homogêneo e nem acontece da mesma maneira nos diversos tempos e espaços, mas configura um modo de vida particular, modo de vida onde “[...] conhecimentos e práticas se confundem na vida cotidiana, que é lugar de viver e sobreviver” (PAULA; SUERTEGARAY, 2018, p. 103).

A DINÂMICA DA PESCA EM ARAQUEMBAUA ANTES DOS GRANDES PROJETOS

O município de Baião (PA) comporta 101 comunidades rurais, entre elas, Araquembaua, uma população ribeirinha que associou, por tempos, sua origem histórica e étnica a presença ancestral de indígenas. O nome do lugar resulta de um esforço comum no sentido de reconstituição da memória local, assim, predominou o mito de origem atado no imaginário coletivo a um homem chamado “Araquem” e sua companheira “Baua”.

A narrativa dos moradores não está dissociada da realidade experimentada no Baixo Tocantins, sobretudo, antes da chegada do colonizador europeu. Marin e Castro (1999, p.91), afirmam que “Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se um Lugar de Índio que, como os demais no Vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório dos Índios em 1758”.

Contudo, esse imaginário sofreu alterações nas últimas décadas do século XX. No período, a Amazônia Oriental sentia os impactos da Operação Amazônia deflagrada em 1966. O Estado brasileiro agia na região adotando diversos paradigmas de desenvolvimento e estimulando a exploração desenfreada de recursos que até então não eram reclamados pelo capital de maneira tão contundente. Segundo Nahum (2019, p. 37)

[...] forma-se uma representação de fronteira amazônica enquanto fração do território nacional, cujas riquezas naturais estavam parcialmente aproveitadas em função da baixa densidade técnica e demográfica.

Próteses espaciais foram construídas para atender a demanda produzida entre os que desejavam aproveitar os recursos do solo, subsolo, rios e florestas. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), apenas para rememorar uma delas, provocou mudanças na vazão do rio Tocantins atingindo pelo menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cameté e Igarapé-Miri.

Ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos que viviam da atividade extrativista e da agricultura foram os mais atingidos e denunciaram o fato de que a chegada da Usina alterou modos de vida ancestralmente construídos na região. Configurou-se um cenário de conflitos e tensões territoriais marcado por disputas, violência e avanço sobre o território usado.

O processo demandou a organização dos moradores, que passaram a dialogar com outras comunidades e com instituições de defesa dos direitos dos povos tradicionais, entre elas, o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará). O Cedenpa representava o Movimento Negro urbano e promovia uma significativa interlocução entre as demandas da cidade e as do campo. Além disso, procurava divulgar a experiência exitosa de Oriximiná, o primeiro município paraense a titular uma terra quilombola, demonstrando que a titulação das terras quilombolas representava uma perspectiva importante de proteção territorial.

Muitas comunidades rurais que apenas viam seu passado ligado a etnicidade indígena tiveram a oportunidade de ouvir e refletir sobre a ancestralidade negra nos territórios do Baixo Tocantins. Foi o caso de Araquembaua. Em 2000, juntamente com outras 25 comunidades, um documento solicitando a titulação das terras quilombolas foi enviado ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Em 2002 a titulação foi efetivada e a ancestralidade negra passou a compor o imaginário coletivo.

Araquembaua está localizada de frente com a margem esquerda do Rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu. O cotidiano ribeirinho demandou a construção de um trapiche - conhecido como Porto da Trindade - para ancoragem das embarcações e deslocamento das pessoas. No passado, era a principal via de acesso a vila (ver Figura 2).



Figura 2: Porto da Trindade. Araquembaua, Baião - PA.

Fonte: Diário de campo, 2015.

A longa escada de mais de 80 degraus foi, por tempos, a trajetória obrigatória dos que precisavam e/ou desejavam acessar a comunidade. A memória ativada dos moradores indica que, gradativamente, formou-se uma vila, elemento que juntamente com outros poucos objetos geográficos marcou a configuração espacial do lugar até o final do século XX.

O contato com o rio e floresta demandou práticas prenches de especificidades. Produzir, cultivar, coletar e criar, associando terra/água, trabalho e família representaram as principais estratégias para a reprodução do grupo, seja pelo autoconsumo ou troca mercantil. A unidade entre terra de trabalho e terra de família, a produção ritmada pelos ciclos mineral, vegetal e animal, a pluriatividade como mecanismo de subsistência dão mostras de como o território foi usado ao longo do tempo, evidenciam aspectos importantes de sua dimensão espacial. De acordo com Nahum (2019, p. 25)

[...]. As formas espaciais são dotadas de conteúdo que se torna testamento, testemunho e condição da existência humana [...]. Toda sociedade é espacialmente determinada. Longe de determinismo geográfico, apenas notamos que a dimensão espacial não pode ser tratada como sinônimo de área ocupada por uma atividade, como se o espaço fosse passivo a qualquer ação e não reagisse [...],

As reflexões do autor indicam o caráter pedagógico do espaço. Ele ensina e aprende, é produto, palco e condicionante da existência. Dessa forma, em Araquembaua, a atividade pesqueira configurou a principal expressão do desenvolvimento do trabalho. Rio e pescador se entrelaçaram. Um aprendendo com o outro,

mediados por inúmeras dimensões simbólicas e espaciais. O profundo conhecimento do ambiente, a intimidade forjada na relação cotidiana, fez do pescador um sujeito ativo e imponente, subordinado, contudo, ao imperativo dos ciclos da água.

Utilizava-se quase que exclusivamente técnicas manuais servindo-se do caniço, linha e anzol, do espinhel, da mocooca, práticas consideradas tradicionais que, apropriadas ancestralmente, sinalizam a densidade das pedagogias da pesca (Quadro 2). O trabalho coletivo era comum. No caso da mocooca, por exemplo, os pescadores isolavam uma área com uma parede de barro colhida do próprio lugar fazendo surgir um lago onde os peixes, presos, ficavam a disposição do grupo.

Quadro 2: Técnicas utilizadas na pescaria tradicional em Araquembaua

Técnicas	Descrição da técnica	Tipo de pescado/ Período
Manual c/caniço	É necessário o uso do caniço (vara), linha e anzol.	Tucunaré, jacundá (verão); Acará (verão);
Manual c/espinhel	O espinhel é formado pela linha principal, Linhas secundárias (alças) e anzóis. A linha do espinhel era colocada no rio com os anzóis e as iscas (na maré, no início da enchente (a água crescendo).	Traira (verão); Caratinga, curimatã, jaraqui, pescada branca (inverno e verão),
Mocooca	Isola-se a área com uma parede de barro colhida no próprio lugar e improvisa-se o surgimento de uma espécie de lago onde o peixe fica cercado por homens e barro.	Jutuarana, aracu, mandubé, apapá (sardá), surubin, filhote, dourada, mandii, pacu, matrixã, piranha branca e vermelha, pirapitinga, mapará, etc. (inverno e verão)

Fonte: Diário de campo, 2015-2016.

As técnicas tradicionais compõem um conjunto de saberes e epistemologias próprias da relação entre rio e pescador, configurando um tipo de pesca artesanal que é típico na Amazônia. Atividade que se dá em profunda relação com a natureza e seus ciclos, que respeita a disponibilidade de recursos naturais e que busca a adequação às práticas culturais desenvolvidas pelo grupo. Dessa forma, a parceria para a realização da mocooca era não apenas necessária, mas assumia uma função de reprodução da existência simbólica e material da comunidade.

Nem todos eram pescadores profissionais, por isso, a pescaria ganhava uma dimensão pedagógica onde o mais velho iniciava o mais jovem. Essa dinâmica, comum entre ribeirinhos indica, segundo Moraes (2005, p. 147) que:

Aprender a pescar pressupõe aprender outros sentidos além do esforço físico de puxar uma rede ou um espinhel. As crianças iniciantes, quando acompanham as pescarias, mesmo não participando efetivamente da captura de peixes, seguramente podem desenvolver outras habilidades, tanto em função de ouvir as conversas dos mais velhos, como também por meio de associações entre o barulho produzido pelos peixes, o cheiro, o movimento das águas, enfim, diversos fatores que advêm da observação acerca do comportamento da natureza, que é desenvolvida à medida que os pescadores vão crescendo e tornando-se mais experientes, sempre tendo num primeiro momento o acompanhamento de um pescador mais experimentado.

A atividade era desenvolvida principalmente pelos homens, o que sinaliza uma divisão sexual do trabalho. Muito embora fosse conduzida pela unidade familiar, o papel da mulher era secundário. Em geral, cabia-lhes o preparo do alimento das famílias. Esse dado indica que a pesca assumia uma função diferenciada dentro da lógica de organização e realização do trabalho. O relato da moradora traz algumas pistas sobre isso:

Eu sou cadastrada como pescadora e recebo junto com meu marido o seguro defeso. Outras mulheres da comunidade também são, mas acho que só eu sei pescar. As pessoas falam que se fossem fazer um teste pra pescador só eu passava. Já fui várias vezes pro rio com os pescadores, acompanhada do meu marido, é claro. Aqui os homens não gostam de misturar mulheres na pescaria. Acham que a mulher pode trabalhar na roça, na criação, na coleta das flores, mas a pesca é só pra homens, só que de alguma forma me aceitam (Trabalho de campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Esse modo de vida onde as pessoas assumem funções mediadas pelo sexo, pela faixa etária, pelo grau de familiaridade que apresentam com determinada atividade, demonstra que as práticas do trabalho incorporam elementos simbólicos e culturais que são fundantes na relação entre o grupo e seu meio geográfico. Relações mediadas pela produção das técnicas, pelo estabelecimento de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza. "É um modo de vida que considera o tempo da água para a realização da pesca, o tempo da floresta para a caça e o extrativismo e o tempo da terra para a agricultura" (LOPES, 2017, p. 60).

O ribeirão constituiu assim, no estabelecimento de relações profundas com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção que privilegiava a autonomia do grupo, a sobrevivência, a reprodução de suas bases materiais, o bem viver. Todavia como afirmamos alhures, a chegada dos Grandes Projetos, em atendimento aos interesses estatais na segunda metade do século XX, provocou uma mudança substancial na dinâmica pesqueira em Araquembaua. Pescadores e pescaria tiveram que resistir e, não raramente, se reinventar.

RIO, PESCA E PESCADOR DEPOIS DOS GRANDES PROJETOS

Foram vários os projetos direcionados para o Baixo Tocantins. Traziam em comum o discurso de que eram portadores de desenvolvimento. Foi assim que a notícia da construção da UHT chegou a Araquembaua, associada a ideia de progresso, a conquista da energia elétrica (tão esperada por todos!), ao desenvolvimento de serviços de infraestrutura para a comunidade e, fundamentalmente, a possibilidade de emprego para os moradores. Mas, as expectativas ficaram longe de se cumprir, segundo o morador:

Quando começaram a falar da hidrelétrica por essas bandas, agente se animou. Nós pensamos que ia ter energia em Baião, aqui. Agente tá bem na frente de Tucuruí! Mas nada disso aconteceu, só conseguimos luz elétrica em 2007 e por causa do Programa Luz para Todos. Nem em Baião tinha. Lá eles ligavam a luz só de noite, mas de dia não tinha (Trabalho de campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

O campo revelou que a construção da hidrelétrica arregimentou uma parcela considerável da população local. Os jovens, principalmente, migraram para Tucuruí em busca de trabalho com "carteira assinada" provocando um esvaziamento no lugar, entretanto a maioria não permaneceu por muito tempo empregado. De Tucuruí, vários partiram em direção a outros municípios que ofertavam possibilidades de emprego. As migrações não ocorreram por acaso.

Os que ficaram em Araquembaua sofriam os impactos da diminuição do pescado, da perda da cobertura vegetal, da alteração do hidrossistema, do avanço da pesca predatória, das madeireiras e frentes agrícolas. As mudanças foram profundas. Segundo os relatos dos moradores, dezessete espécies de peixe desapareceram com a barragem, dessa forma, pescadores de outras localidades, também impactados pela barragem, passaram a concorrer pelo pescado que restou. Além disso, o governo municipal permitia a presença de barcos de empresas de pesca o que tornou a concorrência pelo pescado muito desigual.

As alterações foram sentidas em todo o município de Baião, pois "[...] a escassez de pescado, propiciada pela construção da UHT, o aumento da exploração dos estoques pesqueiros devido ao crescimento populacional e a grande demanda urbana pelo pescado [...]" (BORDALO; CRUZ, 2011, p. 93) retirou o peixe da mesa do morador de Araquembaua e das demais comunidades rurais. Além disso, as migrações em busca de trabalho impactaram o desenvolvimento das atividades tradicionais como o extrativismo e a agricultura. A resistência se deu através da organização:

Tucuruí foi um desastre pra nós. A comunidade ficou tão feliz com a ideia de que ia chegar energia pra cá, mas só o que aconteceu foi que o nosso peixe sumiu. Agente teve que se associar ao Movimento dos Atingidos por Barragem de tanta coisa ruim que veio. A energia mesmo só chegou mais de vinte anos depois (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 15.07.2016).

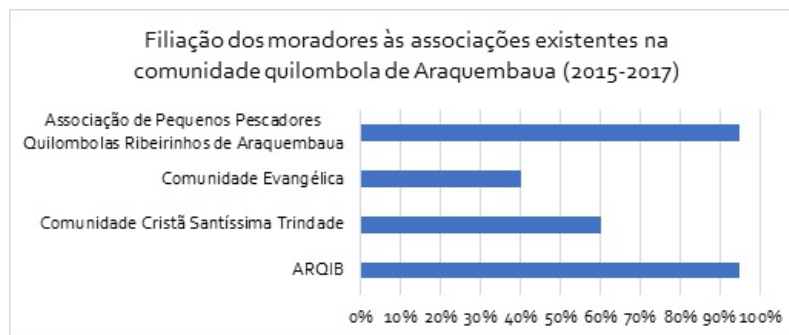
O quilombola ribeirão de Araquembaua, porém, não foi afetado apenas pela barragem. Teve que lidar com o avanço das madeireiras, com os conflitos provocados pela presença de novos personagens em suas

terras, pelo surgimento de interesses alienígenas e pelo profundo reordenamento territorial evocado após a chegada dos Grandes Projetos.

A configuração espacial do quilombo mudou. Novas ruas surgiram, outros objetos geográficos foram incorporados ao lugar, os moradores tiveram que se reinventar. A resistência demandou a adesão a titulação quilombola como estratégia territorial e ao processo de aquilombamento em si, uma vez que, existem setores agrários interessados em desqualificar essas titulações. O gráfico 1 exibe o percentual de moradores filiados às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua entre os anos de 2015 a 2017.

Um olhar mais detalhado sobre o gráfico 1 permite acompanhar o adensamento do processo de resistência territorial desenvolvido, sobretudo, pelos pescadores. A Associação de Pescadores após a titulação quilombola em 2002 passou a se chamar Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua e apresenta uma adesão de aproximadamente 95% dos pescadores locais. A mudança de nome não é apenas simbólica, ela representa a afirmação da identidade étnica quilombola, ainda que esse processo não seja homogêneo ou livre de conflitos.

Gráfico 1: Filiação dos moradores às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua



Fonte: Diário de campo, 2017.

De forma semelhante, um percentual aproximado da população de Araquembaua é hoje filiado a ARQIB – Associação dos Remanescentes de Quilombo do Igarapé Preto a Baixinha. A associação tem sido responsável pela representação dos interesses das comunidades, lutando pela defesa dos direitos sociais do povo quilombola. Assim, a titulação quilombola ou

[...] a nova demarcação territorial expressa um processo de apropriação do espaço, onde as dimensões culturais, políticas, simbólicas e identitárias assumem um importante valor, configurando uma estratégia territorial para garantir a permanência e sobrevivência do grupo no território". (LOPES, et al, 2019, p. 44).

O quilombo amalgamado ao rio e a pesca, de tal maneira, permanece sobrevivendo como exemplo de resistência. Lutando por dias melhores, por reconhecimento étnico e cultural, pela superação da desigualdade territorial e, pela consolidação efetiva dos direitos de cidadania. A conquista de políticas públicas tem colaborado para melhorar a condição das moradias (ver gráfico 2)

Gráfico 2: Condições sanitárias de habitação em Araquembaua (2015-2017)



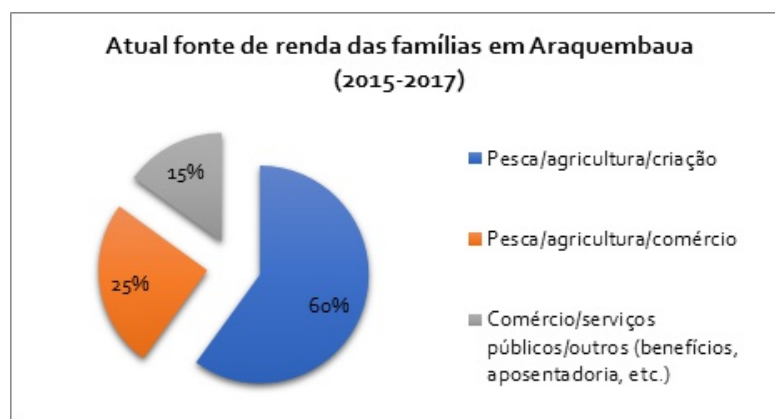
Fonte: Diário de campo, 2017.

O gráfico 2 demonstra que a comunidade atualmente dispõe de água encanada, rede e abastecimento de energia, poço artesiano comunitário, a maioria das casas possui banheiro interno e fossa e já é construída em alvenaria. Parte importante dessas conquistas deve-se a mobilização em torno da associação quilombola.

O caso dos pescadores impressiona. Eles utilizam uma estratégia para melhorar as suas casas. Como as famílias são numerosas, na época do recebimento do seguro defeso eles juntam a quantia recebida e, de forma coletiva, as constroem ou reformam, o que confirma que as práticas de solidariedade, permanecem ativas entre os quilombolas ribeirinhos. Solidariedade que se espalha não apenas no núcleo familiar, mas por toda a comunidade.

O fio condutor de toda essa dinâmica, é preciso recordar, é rio. O ribeirinho utiliza os recursos da natureza para sobreviver, desenvolve a pluriatividade, mas a pesca permanece sendo a principal fonte de renda, ainda que associada a outras. Em Araquembaua, pesca, agricultura e criação representam a maior fonte de renda dos moradores, em seguida a associação entre pesca, agricultura e comércio e, por último, o comércio, os serviços e outros cargos públicos, conforme gráfico 3.

Gráfico 3: Atual fonte de renda das famílias em Araquembaua (2015-2017)



Fonte: Diário de campo, 2017.

Assim, na narrativa local rio, pesca e pescador estão intimamente atados. Do rio se extrai a vida, o ensinamento, o caminho. No rio se encontram as forças para prosseguir. Ele banha não apenas o corpo, mas revigora a alma. Com ele também chega a novidade, a contradição, a esquizofrenia espacial e o estranhamento. Araquembaua experimenta atualmente uma nova situação geográfica.

Ocorreram mudanças semânticas nas relações territoriais. Novos/velhos sujeitos. Novas/velhas demandas. Hoje, a comunidade incorpora temporalidades diferentes, de um lado, dialoga com os estímulos dados pelo tempo do mundo, mas mantém, em grande medida, o tempo lento, respeitando os imperativos da natureza. Permanece o casquinho ancorado no trapiche do pescador esperando por ele durante a madrugada. Mas, a torre da internet, o hi-fi, a sinergia das mídias eletrônicas já demanda a compra da moto, quem sabe do carro.

Sente os efeitos de um movimento territorial que é produtor de territorialidades nem sempre homogêneas. A gestão da propriedade coletiva é um desafio que se ressignifica a cada dia. A titulação quilombola trouxe ganhos, mas também provocou inquietações. A ARQIB conseguiu avanços indiscutíveis, mas muitas das expectativas que se formaram em torno das políticas públicas prometidas ainda não se cumpriram.

Pesca e pescador prosseguem desafiados a cada momento. Não foi apenas o curso do rio que mudou, a configuração espacial da comunidade, a arquitetura das casas ou a dinâmica de participação política. As políticas de Estado e seus Grandes Projetos exigiram um retorno a um passado invisível, passado silenciado pelo medo, pela negação de ser negro, pela adoção da defesa estratégica como principal mecanismo de sobrevivência. O aquilombamento em curso na comunidade de Araquembaua representa alegria e sofrimento. Os ganhos são reais, mas a revisitação da memória apagada recupera episódios traumáticos que a Amazônia sufocou e propositalmente não discutiu.

CONCLUSÕES

A formação territorial da Amazônia Paraense está profundamente atada a episódios dramáticos que envolvem suas populações. A região do Baixo Tocantins é um caso exemplar. Reclamada a partir dos recursos ofertados pelo rio e floresta, sofre seus primeiros abalos ainda no meio natural. O elemento exógeno no processo de colonização territorial subordinou o nativo, imprimiu novos padrões de conduta, forjou a novidade, mas não conseguiu apagar a herança.

Sobreviveram ignorados pela história, pela memória, pelas políticas públicas, inúmeros povos que, como estratégia de resistência e para garantir a reprodução material do grupo, constituíram objetos geográficos encravados entre os rios e a mata. Nasceu o quilombo, o mocambo, novas tribos indígenas. Mas foi o rio que os conduziu, a floresta que os escolheu. Não viviam onde queriam, mas onde podiam, sinalizando o enorme potencial produtor do espaço.

O rio foi o professor, o meio líquido ensinou. A pesca tornou-se a principal atividade dos povos dos rios e florestas. No município de Baião até a segunda metade do século XX, ela era a responsável, quase que exclusiva, pela sobrevivência dos ribeirinhos. Mas, um novo tempo chegou acompanhado de outras racionalidades. A ideia da Amazônia como fronteira a ser amansada, como recurso inesgotável, como espaço areal ávido por investidores e investimentos tal qual Nahum (2019) denuncia, foi recuperada.

A principal estratégia territorial encontrada por comunidades rurais negras baionenses para frear o avanço do capital sobre suas terras foi a titulação quilombola. A titulação trouxe a promessa da garantia do domínio territorial, porém exigiu uma revisitação às origens étnicas de muitos grupos. Caso de Araquembaua onde, até então, a memória da ancestralidade negra estava apagada.

O processo foi doloroso, marcado por conflitos, avanços e recuos. Ser negro, quilombola e ribeirinho representa agregar identidades socioterritoriais tratadas com desprezo historicamente na Amazônia. A conquista da autonomia e do reconhecimento de si tornou-se um imperativo, mas implica conforme Paula (2019) em um processo de promoção da emergência dos sujeitos e dos grupos que habitam o território, desafio ainda a ser cumprido, embora esteja em curso.

A dinâmica pesqueira dos quilombolas de Araquembaua mantém atadas territorialidades que nem sempre são harmônicas, homogêneas ou livres de conflitos. Mas, sem sombra de dúvidas, aglutina pessoas em torno de um projeto de vida que revisita e ressignifica as origens étnicas, as lutas territoriais, o convívio e usufruto do meio líquido e os desafios para o futuro.

O que vemos em nossa base empírica, portanto, é um cenário marcado por tensões territoriais entre os que usam a terra e o rio tradicionalmente e os que os consideram apenas como recurso. A constatação sugere novas investigações. Quem sabe o caminho mais coerente seja o de tentar vislumbrar as marcas destas tensões ao longo do rio-mestre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C. **O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: o caso do município de Mocajuba – PA.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2013. 121 f. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

BORDALO, C. A. L.; CRUZ, M. N. Territorialidade e gestão dos recursos de uso comum no Baixo Tocantins: o caso dos acordos de pesca em Jaracuera Grande-Cametá/PA. In: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N. (Org). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira.** Belém: GAPTA/UFGA, 2011. pp. 91-103

DIEGUES, A. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil.** Belo Horizonte: Programa de pós-graduação em História - PPGHIST/UFMG, 2006. 202 f. Tese de doutorado em História.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento das comunidades quilombolas do Estado do Pará.** 2014.

LOPES, C. J. O. **O território quilombola de Araquembau, Baião-PA.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2017. 141 f. Dissertação de mestrado em Geografia.

LOPES, C. J. O. SOUZA, C.; MASCARENHAS, M. D. M. S.; SENNA, D. Ol.. Identidade Territorial na Amazônia Paraense. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs). **Produção Espacial e Dinâmicas Socioambientais no Brasil Setentrional.** Belém: GAPTÁ/UFPA, 2019. pp. 43-69.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. R. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v 2, n 2, pp. 73-106, dez, 1999.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste.** Belém: EDUFPA, 2005.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia Paraense. **Campo Território:** revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, pp. 79-103, ago., 2011

NAHUM, J. S. Notas sobre a formação territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs). **Produção Espacial e Dinâmicas Socioambientais no Brasil Setentrional.** Belém: GAPTÁ/UFPA, 2019. pp. 23-42.

NUNES, F. Al. Domingos Soares Ferreira Penna e os indicativos de uma moderna plantação no Vale do Tocantins Oitocentista: o rio, o agente público, a natureza e as populações. In: NUNES, F. Al. (Org). **Nas margens do Tocantins: história, memória e ambiente amazônico.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. pp. 13-35.

PAULA, C. Q.; SUERTEGARAY, D. M. A. Modernização e pesca artesanal brasileira: a expressão do "mal limpo". **Terra Livre.** São Paulo, v. 1, n 50, pp. 97-130, 2018.

PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. **Historiografia: novos debates, novas perspectivas.** Cameté: UFPA, 2015. pp. 24-42.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia.** São Paulo, v1, n.1, pp. 7-13, 1999.

SILVA, C. N. Percepções ambientais-territoriais de pescadores artesanais do estuário amazônico. In: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N. (Org). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira.** Belém: GAPTA/UFPA, 2011. pp. 39-52.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se.** Panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Universidade de Brasília, 2008. 204 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida.** Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TRECCANI, G. D. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

AS MUDANÇAS E AS PROBLEMÁTICAS NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS NA PESCA ARTESANAL

THE CHANGES AND THE PROBLEMS AT THE ACCESS OF SOCIAL RIGHTS IN ARTISAN FISHING

*LOS CAMBIOS Y LAS PROBLEMÁTICAS EN EL ACCESO A LOS DERECHOS SOCIALES EN LA PESCA
ARTESANAL*

SAMPAIO, Karla da Silva

PINTO, Pedro Benício Almeida

SILVA, Catia Antonia da

RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender de que maneira o Estado brasileiro direciona as suas ações, no que se refere aos direitos sociais e à aplicação de políticas públicas, a comunidades de pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba - RJ. Serão utilizados os conceitos de território, de geografia das existências, de direitos sociais e de políticas públicas, para compreender de que forma a pesca artesanal, enquanto posto de trabalho e de referências culturais, está inserida nos contextos de luta por direitos sociais e trabalhistas, relativo às problemáticas socioambiental e urbana. A fim de entender sobre os limites e sobre as possibilidades, em relação ao acesso aos direitos sociais, por parte dos pescadores artesanais, foram realizados: curso junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); trabalho de campo com os pescadores artesanais e levantamentos bibliográficos e documentais. Tivemos, como ponto de partida, os relatos de experiências adquiridas através de entrevistas, por meio de oficinas e de estudos, no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), mediante os projetos de pesquisa e de extensão, com a realização de oficinas e de eventos, que permitiram a compreensão direcionada a tal temática. Como resultado foi possível verificar que o sistema técnico que organiza as políticas públicas para a pesca artesanal tem dificultado o acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Território normado. Direitos. Trabalho.

ABSTRACT

The article aims to understand how the Brazilian State directs its actions, with regard to social rights and the application of public policies, to artisanal fishing communities the Pedra de Guaratiba - RJ. The concepts of territory, geography of stocks, social rights and public policies will be used to understand how artisanal fishing, as a workplace and cultural references, is inserted in the context of struggle for social and labor rights, regarding socio-environmental and urban issues. In order to understand the limits and possibilities regarding access to social rights for artisanal fishermen, have gone realize: course near to Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); fieldwork with artisanal fishing and bibliography survey and documentary. We have, as a starting point, the reports of experiences gained through interviews, workshops and studies within the framework of the Center for Research and Urban Extension, Territory and Contemporary Change (NUTEMC), Faculty of Teacher Training, University of Rio de Janeiro State (UERJ-FFP), through research and extension projects, with workshops and events, which allowed the understanding directed to such theme. How result it was possible verify that the method that organize the public policies to the artisanal fishing have complicate the access of social rights..

Keywords: Artisanal fishing. Normed territory. Rights. Job.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender cómo el Estado dirige sus acciones, con respecto a los derechos sociales y la aplicación de políticas públicas, a las comunidades de pescadores artesanales de la Pedra de Guaratiba - RJ. Los conceptos de territorio, geografía de las poblaciones, derechos sociales y políticas públicas se utilizarán para comprender cómo la pesca artesanal, mientras referencia laboral y cultural, se inserta en el contexto de la lucha por los derechos sociales y

laborales, sobre cuestiones socio ambientales y urbanas. Para comprender los límites y las posibilidades de acceso a los derechos sociales para los pescadores artesanales fueron realizados: curso junto al Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); trabajo de campo con los pescadores artesanales levantamiento bibliográfico y documentales. Hemos tenido, como punto de partida, los informes de las experiencias obtenidas a través de entrevistas, talleres y estudios en el marco de la Centro de Investigación y Extensión Urbana, Territorio y Cambio Contemporáneo (NUTEMC), Facultad de Formación Docente, Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ-FFP), a través los proyectos de investigación y extensión, con la realización de talleres y eventos, que permitieron la comprensión dirigida a tal tema. Como resultado fue posible verificar que el sistema técnico que organiza las políticas públicas para la pesca artesanal tiene dificultado lo acceso a los derechos sociales.

Palabras clave: Pesca artesanal. Territorio normado. Derechos. Trabajo.

INTRODUÇÃO

No período de realização das tarefas de pesquisa do NUTEMC, foram realizados trabalhos de campo, junto a comunidades de pescadores artesanais, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. Durante esse período, constatamos problemáticas, de diferentes naturezas, que atingem estes profissionais. Estes trabalhos foram atividades desenvolvidas, dentro do projeto de extensão *Pescando por meio de redes sociais: Promoção e facilitação aos pescadores artesanais sobre acesso aos direitos e políticas públicas e sobre capacitação de organização social e de apoio a autogestão e do projeto de pesquisa Modernização, território e cartografia da ação social: Análise da Cadeia produtiva, das condições de trabalho e das formas de luta dos trabalhadores da Pesca Artesanal no Rio de Janeiro*.

Além das atividades de campo, que ocorreram na região da Baía de Sepetiba, desde 2011, foram realizadas entrevistas, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), à Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério de Agricultura, e foram realizadas várias atividades, em conjunto com o Ministério Público Federal, visando a atuar sobre os direitos/deveres dos pescadores artesanais. Atuando diretamente junto ao Fórum dos Pescadores em Defesa da Pesca Artesanal, trabalhamos, objetivando a realização de oficinas, nas localidades de pesca, para realizar a educação previdenciária, de modo que os pescadores e as pescadoras participantes soubessem dos seus direitos, relacionados à aposentadoria, ao auxílio-saúde, ao auxílio-defeso, à legalização da documentação do Registro Profissional de Pesca (RGP) e à legalização da embarcação. O problema era muito grande, devido a dois fatos: (1) o pescador não conseguir acessar o sistema público; e (2) falta de documentação.

Esses problemas eram, e são, os principais referenciais, nos conflitos, entre a atividade da pesca e sua normatização, por parte do Estado. O RGP começou a ser solicitado pelo governo brasileiro no ano 1967 com o código de pesca firmado pelo Decreto-lei nº 221, que houve a regularização da atividade pesqueira. A partir do ano de 2004, os pescadores que solicitavam a RGP não a conseguiam, por causa da intervenção do Estado, estes, além de não terem direitos (previdenciário, defeso), estavam irregulares e acabavam sendo multados, pelos órgãos fiscalizadores (IBAMA, INEA, Polícia Federal, Marinha). A mesma dificuldade ocorria, em relação à documentação da embarcação.

A partir de 2015, o sistema de regulação da pesca artesanal se intensificou, pela informatização e, ao mesmo tempo, o Estado, no âmbito federal, nos governos de Lula e de Dilma Rousseff, interligou os sistemas da Receita Federal, do INSS, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho e Emprego.

No que se refere ao trabalhador da pesca artesanal, enquadrado, pelo INSS, na categoria de segurado especial, tal qual o pequeno agricultor, este fazia a sua inscrição, junto ao Ministério da Agricultura, pelo RGP, e, ao INSS e à Receita Federal, pelo Cadastro Específico do INSS (CEI), o qual funciona como um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, ao segurado especial. O quadro de benefício do INSS como o segurado especial surge no ano de 1991 com a lei de planos beneficiários da Previdência Social de nº 8.213. Além disso, para acessar aos benefícios previdenciários, o segurado especial precisa do Número de Identificação do Trabalhador (NIT), atribuído pela Previdência Social ao cidadão que pretenda se cadastrar no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para contribuir mensalmente. É válido salientar que os sistemas não eram interligados era necessário ir a vários órgãos do governo para a realização dos procedimentos.

A partir de 2018, no âmbito do governo de Michel Temer, a matrícula no CEI começou a ser substituída pela inscrição no Cadastro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (CAEPF), com informações sobre as atividades econômicas exercidas pela pessoa física, quando dispensada de inscrição CNPJ.

Essa substituição se iniciou em fins de 2018 e seguiu, durante 2019, tornando-se obrigatória, porque a matrícula no CEI será desativada. Como nossas atividades de pesquisa e de extensão já vêm ocorrendo, nas comunidades, desde 2011, os pescadores e suas lideranças procuraram o NUTEMC, para buscar assistência técnica, sobre essa mudança.

O presente artigo tem como finalidade apresentar os principais desafios enfrentados pelos pescadores artesanais no acesso ao sistema público de direitos, avaliando duas oficinas, realizadas na localidade de Pedra de Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro, em 2019, e avaliando o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) que é um instrumento de unificação das prestação de conta das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, que permite o acesso ao CAEPF. Também realizamos o esforço de pensar o papel da Geografia, na produção socioespacial dos lugares de pesca, identificando conflitos, entre o território da norma e as geografias das existências.

O artigo é dividido em duas seções: a discussão teórico-conceitual e a análise da problemática do acesso aos direitos, no âmbito do sistema informacional estabelecido pelo Estado.

A PESCA ARTESANAL E O TERRITÓRIO

Apesar de a pesca artesanal ser reconhecida, pelo Estado, como uma categoria profissional, existem diversas imposições verticais, que a limitam e a fragmentam. Com isso, podemos compreender que a problemática da pesca advém dos conflitos, presentes na escala do lugar, promovidos por diferentes visões e leituras de mundo, os quais nos levaram a trabalhar o conceito de território.

Os conflitos, que estão ocorrendo no tempo presente, decorrem da compreensão da forma de agir do Estado, nos seus sentidos temporal e espacial, a partir de diferentes escalas de análise. Silva (2014) nos lembra que a geografia é produzida por meio do desencantamento do mundo, e nos apresenta a geografia das existências, que possibilita uma nova forma de pensar e de

aprofundar a análise de geograficidade das populações subalternas, ouvindo e registrando seus problemas, suas práticas, seus valores e suas visões de mundo, de desenvolvimento e de secularização [...]. Desse modo, a geografia das existências ajuda a pensar o confronto com a geografia das normas [...], para intencionar que nem tudo é orientado pela prática coercitiva do território normado, a totalidade mais ampla, a ela cabe também o território da vida coletiva. (idem, p.33).

Usando a ideia de território, de Milton Santos (2005), buscamos compreender a existência dos diferentes sujeitos, ressaltando a relação conflituosa com a produção social desse mesmo espaço, por meio dos diferentes sujeitos que o compõem.

Para que possamos pensar na atividade pesqueira e na sua relação com as políticas públicas e os direitos sociais, é necessário entender a forma como essas relações acontecem, dentro do território. De acordo com Santos (2000), o território é mais do que um espaço delimitado, porque não existe a possibilidade de analisar qualquer pedaço do espaço, sem estabelecer uma relação intrínseca com a materialidade e com as ações humanas.

Para Santos (2000), o território deve ser entendido, a partir da categoria de território usado, uma vez que se faz como abrigo de todas as instituições e dos homens, sendo dotado de um sistema de objetos e de ações, sinônimos de espaço habitado. O território usado estaria imbuído da responsabilidade de mediar o local e o global, sendo fundamental para a construção de um futuro.

No território, concebido como um campo de forças, segundo Santos (2000), as tensões são sentidas, especialmente na escala do lugar, porque é aonde estão presentes os conflitos, sendo estes provenientes dos diferentes tipos de usos e de atores presentes, ou seja, onde há o estabelecimento, de fato, da lógica global.

No entanto, é na escala do lugar que encontramos os pescadores artesanais, com seu trabalho, com sua construção social, assim como com suas limitações de acesso aos direitos sociais, além das tensões, ligadas à atividade pesqueira.

Na perspectiva de se pensar o território como um campo de forças, Santos (2005; 2006) nos revela o território como norma e o território normado. O território como norma aparece na perspectiva da solidariedade, do cotidiano da sociedade.

O território normado, evidencia a figura do Estado e das empresas, como agentes que constroem suas ações pautadas nas agendas do mercado, por consequência dos interesses hegemônicos. Os agentes hegemônicos, ou homens rápidos, enxergam e utilizam o território como recurso; os agentes hegemonzados, como abrigo.

O território serviria como abrigo e como recurso, aos pescadores artesanais, porque é dele que deriva a possibilidade de sustento de sua vida, de sua família e o seu trabalho. Os diferentes tipos de pensamentos e de utilizações do território trazem, consigo, interesses, que geram conflitos. De acordo com Rainha et al. (2014):

a normatização do território tende a gerar inúmeras dificuldades para aqueles que reproduzem suas relações num tempo lento, o tempo do lugar. Suas práticas espaciais se fragmentam e as dificuldades encontradas para o seu exercício promovem, aos seus sujeitos, a deterioração de suas relações e da manutenção/perpetuação de seus saberes e heranças culturais (idem, p. 90).

Paz (2018) afirma que o conflito, à luz do processo modernizador, está relacionado aos movimentos de territorialização do homem. Entendemos que o conflito vai acontecer, justamente, pela expressão das diferentes formas de uso dos recursos, gerando disputas pelo território. De uma forma geral, a disputa tem ocorrido no tempo rápido dos agentes hegemônicos, gerando complicações para o homem lento, o pescador artesanal, que vive o tempo do cotidiano.

Pensando na perspectiva histórica, na visão do Estado, o pescador artesanal vai ser reconhecido em 1846, segundo afirma Resende (2014). O pescador artesanal vai aparecer, quando acontece a sistematização da atividade pesqueira e a regulamentação dos distritos de pesca. Os distritos de pesca ficavam subordinados à Marinha, que controlava a atividade, por meio da Capitania dos Portos. Segundo o autor:

A vinculação dos pescadores às capatazias e, por conseguinte, à Capitania dos Portos, já os tornava parte da armada imperial brasileira, pois cada pescador tinha uma matrícula, e sua embarcação era catalogada inicialmente pela Capitania dos Portos e, posteriormente, pelos capatazes, que controlavam a frota pesqueira; tudo isso é para que a Marinha, se precisasse, pudesse sem demora requisitá-lo e à sua embarcação. [...] Nesse período, não se reconhecia à pesca o caráter de atividade econômica, e se impunha aos pescadores andar fardados, para se evidenciar a subordinação deles à capatazia, chegando-se ao ponto de tornar obrigatório o uso de emblemas ou divisas para a identificação de patentes. (RESENDE, 2014, p. 58-59).

A pesca passa a ser valorizada, como atividade profissional, a partir do início do século XX. A relação do Estado com a pesca remonta à época imperial brasileira, período que afetou bastante a atividade pesqueira, por conta das mudanças territoriais.

No ano de 2009, é criada a Lei nº 11.959, que, em seu artigo 4º, caracteriza a atividade pesqueira e todos os seus processos: pesca, exploração, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa. A atividade compreende, ainda, a confecção e o reparo de artes e de petrechos. A pesca artesanal é classificada como atividade comercial, segundo o artigo 8º, quando for praticada por um pescador profissional.

A burocracia continua sendo um entrave para os pescadores artesanais, apesar de terem o reconhecimento, pelo Estado. Rainha et al. (2014) afirma que a burocracia do Estado se apresenta, como para a ossatura, negando a história dos lugares e as diferentes formas de vida e de trabalho, no território.

PESCA ARTESANAL: CATEGORIA PROFISSIONAL, GARANTIA DE DIREITOS E MUDANÇAS INFORMACIONAIS, NO SISTEMA ESTATAL

Os direitos sociais objetivam garantir aos indivíduos o exercício e o usufruto dos direitos fundamentais em condições de equidade, para que estes possam gozar de uma vida digna, tendo como prerrogativa a proteção e as garantias, dadas pelo estado de direito. O pescador artesanal, como segurado especial, detém direitos garantidos pela Previdência Social, que são: auxílio-acidente, auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensão por morte, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade.

O pescador, para o INSS, poderá ter acesso ao Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial, entre outros. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por sua vez, que lhe concede o seguro-desemprego, durante o período em que as espécies estão em reprodução.

O Estado tem apresentado, de maneira confusa, o acesso aos direitos sociais, por mais que este seja um direito do cidadão. Ainda mais, se considerarmos que faz parte da sua alçada promover a cidadania e a justiça social. O processo burocrático criado pelo agente regulador dificulta e impõe uma barreira ao cidadão que busca acessar aos seus direitos.

Àqueles que possuem as suas profissões reconhecidas pelo Estado, ou seja, os cidadãos, são disponibilizados os direitos sociais. Observamos que a Lei nº 11.959, de 2009, reconhece a pesca como categoria profissional:

CAPÍTULO I - NORMAS GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E DA PESCA

Art. 1º

[...]

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

[...]

Art. 2º

[...]

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

[...]

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica. (Fonte: Lei nº 11.959).

Compreende-se, dessa forma, que o cidadão é o indivíduo que possui a sua profissão reconhecida por lei e, por consequência, está regularizado. Assim sendo, entende-se que este pode exercer as suas atividades de forma legal, além de ter acesso a todos os direitos que lhe são devidos. Inclusive, um dos direitos dos pescadores é o de poder dar entrada no seguro-defeso, que é um seguro desemprego exclusivo da categoria de segurado especial, que, segundo Buch (2016) é uma forma da política pública atender aos pescadores, assim como dar a devida visibilidade legal.

Buch (2016) afirma que as políticas públicas criadas pelo Estado servem como uma maneira de reconhecimento e enquadramento dos sujeitos na sociedade. O seguro-defeso aparece como um importante movimento de cidadania e reconhecimento do trabalho dos pescadores artesanais. Dessa maneira, há a inclusão e legalização da categoria e da sua atividade na sociedade. Portanto,

as leis, normativas e regulamentações que definem o trabalho de pescador artesanal se dão como instrumento do Estado para efetivá-los, através das políticas públicas. A cidadania é devida aos sujeitos que a categoria de trabalho é reconhecida pelo Estado e dentro destes limites, o que exclui

parte dos pescadores mais empobrecidos, que não se enquadram dentro das normativas estipuladas pelo Estado. O sujeito não é trabalhador (reconhecido) e portanto não é cidadão, enquanto não se profissionaliza, enquadrando-se nas regulamentações estatais. Os direitos sociais, que deveriam ser de todos, encontram barreiras para serem alcançados (BUCH, 2016, p. 14, grifo nosso).

O pescador artesanal recebe uma assistência financeira, no valor de um salário mínimo, durante o tempo em que a espécie está no período de reprodução biológica, sendo esse auxílio conhecido como seguro-defeso. Atualmente, o pescador regulamentado tem acesso ao auxílio, desde comprove, no mínimo, 1 (um) ano de atividade (Lei nº 13.134, de 1º de junho de 2015, conversão da MP nº 665, de 2014), mediante o pagamento das contribuições e pelo Cadastro Específico do INSS, a chamada matrícula CEI, por meio da Guia da Previdência Social (GPS), com o Número de Identificação do Trabalhador (NIT). No entanto, a CEI será substituída pelo CAEPF, sendo a CEI obrigatória, até que todos os processos sejam readequados, para se relacionar apenas ao CAEPF. Essa informação será divulgada, com antecedência, pela Receita Federal.

Com o objetivo de acessar aos direitos, o trabalhador necessita estar na qualidade de segurado especial, pelo INSS (contribuindo como pescador artesanal). Contudo, esse cadastro, junto à Previdência Social, acontece, mediante a comprovação da profissão, com a apresentação de vários documentos, entre eles, o Registro Geral de Pesca (RGP), cuja emissão é realizada pelo governo federal, por intermédio da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), vinculada ao MAPA.

A legitimação desse sujeito como profissional tem sido impedida, pelo Estado, que, desde 2004, paralisou a emissão do RGP (documento que permite o acesso a todos os demais). No lugar deste, a SAP/MAPA/RJ está oferecendo, apenas, um protocolo de requerimento de registro, alegando que este funciona como forma de isenção às autuações, por parte da fiscalização ambiental. No entanto, esse protocolo não possui valor para a comprovação da profissão, logo, não contribui para o acesso aos direitos.

À medida que o Estado não permite a regularização da atividade de pesca, essa atividade é enfraquecida e se fragmenta. O pescador vai de encontro ao Estado, que se coloca como aquele ente hegemônico, que exerce controle sobre as atividades realizadas no território e, também, sobre os sujeitos que o compõem. Além de cercear a prática, no território, essa barreira imposta é um impedimento para que os pescadores acessem aos seus direitos, os quais são garantidos pelo próprio Estado. Essa dinâmica constrói um cenário de incertezas e enseja lutas, pelo direito ao território.

A dificuldade imposta pelo Estado, na legalização da atividade dos pescadores artesanais, contribui para que esses trabalhadores permaneçam na ilegalidade e impossibilitados de dar entrada no seguro-defeso e nos demais direitos previdenciários. Dessa forma, estes sujeitos têm sido invisibilizados e têm tido os seus direitos negados, tendo em vista que, no trabalho considerado como rural, o reconhecimento do trabalhador como cidadão acontece, mediante a certificação da profissão.

A fim de suavizar os efeitos das desigualdades sociais, determinados grupos sociais atuam, intervindo, no sentido de promover a proteção social (tentando restabelecer, por exemplo, o acesso dos pescadores aos direitos previdenciários). Nesse contexto, as políticas públicas atuam como instrumento de mediação social, diante de um conjunto de objetivos que darão suporte a determinadas ações governamentais.

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Segundo Silva (2014), a pesca tem sofrido forte crise de precarização, apesar das lutas de seus trabalhadores e de reivindicações, junto ao Estado, por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor. Por conta disso, o grupo de pesquisa NUTEMC tem realizado atividades de

extensão (oficinas, cursos), a fim de auxiliar na efetivação de políticas públicas que possam dar visibilidade aos pescadores artesanais, suas lutas e reivindicações.

AS OFICINAS, COMO POSSIBILIDADES DE ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

De acordo com Silva (2015), as oficinas apresentam o objetivo de compreender a estruturação da política da pesca e, acrescentamos, auxiliar na transmissão dos direitos dos pescadores. O maior contato com o cotidiano dos pescadores, por meio das oficinas, nos auxilia na compreensão da leitura que as classes dominantes fazem, acerca das classes populares, dos hegemonzados.

As oficinas foram realizadas na baía de Sepetiba, com pescadores artesanais das localidades nas quais ocorrem as maiores dificuldades de acesso às políticas públicas, por parte dos habitantes. As dificuldades presenciadas nas oficinas foram das mais variadas, indo desde a burocracia; a falta de compreensão, por parte dos servidores públicos do sistema de informação; as frequentes mudanças, nas legislações; a extinção de órgãos públicos; a transferência de responsabilidades, que influencia no repasse de informações e de dados (que já acontece de forma deficiente, trazendo diversos transtornos, tanto para o servidor, que atua no órgão, quanto para o cidadão).

Vale destacar que, por mais que estejamos falando de um contexto metropolitano, a exclusão social é presente e atuante, no espaço, mesmo que os pescadores tenham vínculos com as áreas centrais, associados, principalmente, à compra de alimentos, de bens e/ou de petrechos.

Na execução do projeto *Pescando Por Meio de Redes Sociais (...)*, entre 2016 e 2018, atuamos, junto aos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba, bairro da zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em duas frentes, auxiliando: (1) na regulamentação das permissões de pesca, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), com a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura (SEAP) e com a Associação de Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba (APAPG); e (2) na disseminação do conhecimento, sobre a política de seguridade social, em parceria com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com a APAPG.

Na primeira frente do projeto, constatamos que os pescadores têm dificuldades para regularizar as suas embarcações (conforme estabelece o art. 2º, VI, da INI nº 10/2011) e que, devido a esse fato, muitos acabam sendo penalizados, pela fiscalização dos órgãos ambientais (do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA)). Desse modo, com o propósito de reduzir os conflitos, entre as práticas desses trabalhadores e o território normado, trabalhamos para auxiliar na regularização das embarcações de pesca, desenvolvendo as seguintes ações: a) reunião com o Ministério Público Federal, no sentido de promover a regularização das embarcações pesqueiras, conforme determina o ordenamento pesqueiro nacional. Dessa ação, surgiu a Ação da Pesca Legal, envolvendo as associações de pescadores da baía de Sepetiba e a SEAP; b) reunião com a SEAP, para que o órgão disponibilizasse os formulários para cadastramento das embarcações e procedesse com as emissões das PPP; c) realização da Ação da Pesca Legal, em Pedra de Guaratiba, para a qual a APAPG forneceu o espaço e organizou os pescadores, para cadastramento. Nesta ação, os bolsistas do NUTEMC orientaram os pescadores, quanto aos procedimentos para a regularização da permissão de pesca, e fizeram o preenchimento dos formulários, concedidos pela SEAP, com posterior encaminhamento, para este órgão, a ser feitos pela APAPG.

Como resultado deste trabalho, foram emitidas 289 permissões de pesca, para a comunidade pesqueira da baía de Sepetiba, pela SEAP, as quais foram entregues, em evento organizado pelo MPF, no dia 13 de julho de 2017, no Teatro Municipal de Itaguaí.

Na segunda frente do projeto, constatamos que os pescadores também têm dificuldades no acesso às informações, quanto aos seus direitos de seguridade especial do INSS (Lei nº 8.213/1991). Decorre, disso, o grave problema social de que muitos pescadores não são assegurados, tendo que continuar a trabalhar, em casos de doença, de acidentes graves ou durante a velhice, o que os coloca em vulnerabilidade social.

Desde 2013, temos parceria com o INSS, para auxiliar os pescadores artesanais, no acesso aos seus direitos de seguridade especial e para disseminar as informações, junto a estes, por meio das seguintes ações: a)

habilitação dos bolsistas do NUTEMC, no curso *Disseminadores do Programa de Educação Previdenciária (PEP)*, do INSS; b) confecção da cartilha *Pesca Artesanal Legal*; c) distribuição da cartilha, nas comunidades de pescadores da baía de Sepetiba, e realização de uma oficina, para explicar as informações nela contidas, na localidade de Pedra de Guaratiba.

Mudanças do CEI para o CAEPF: modernização e dificuldades de acesso

Em 05 de julho de 2019, por demanda das entidades de pescadores – a Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba (APAPG), do município do Rio de Janeiro, e a Associação dos Pescadores e Agricultores da Ilha da Madeira (APLIM), do município de Itaguaí, foram realizadas oficinas, na sede da APLIM e em Pedra de Guaratiba, com o objetivo de auxiliar os pescadores artesanais dessas comunidades, quanto ao funcionamento do Cadastro de Atividade Econômica de Pessoa Física (CAEPF), que substituirá o Cadastro Específico do INSS (CEI). Esse cadastro é importante para que os segurados especiais tenham acesso aos direitos sociais e a outras políticas públicas, incluindo o acesso ao seguro-defeso e aos direitos previdenciários. O CAEPF representa a integração entre sistemas da Receita Federal, do INSS e do MAPA.

Ao longo do período da realização das oficinas, dos trabalhos de campo, entre outros eventos da pesquisa, foi possível identificar a dificuldade de acesso ao sistema informacional de cadastro do INSS e da Receita Federal. As atualizações e os cadastros são realizados de forma digital, atualmente. No entanto, vários pescadores apresentam dificuldades em entender como acessar os sites e em como realizar o preenchimento de formulários *online*, tendo em vista que a diagramação das plataformas digitais não tem colaborado para que estes consigam utilizá-la de forma simples e objetiva; em vez disso, a formatação do novo sistema tem confundido e complicado os processos.



Figura 1: Oficina sobre o CAEPF, em Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro

Fonte: NUTEMC (julho de 2019)

As estratégias de atualização e de entendimento dessa modificação, entre a matrícula CEI e o CAEPF, foram feitas pelos membros do NUTEMC, visando à atualização da reestruturação do Estado, no que se refere ao direito do pescador. Tal tarefa de atualização, para a prestação de assistência técnica aos pescadores, não é simples. Vale ressaltar que a primeira cartilha, sobre direitos dos pescadores artesanais, feita pelo Núcleo, em 2013, já caiu em desuso, devido às mudanças na legislação e nos formatos dos cadastros instituintes. Já realizamos a atualização da cartilha e, agora, montamos uma cartilha específica, sobre a mudança do CEI para o CAEPF, porém são tantos procedimentos e é tão vasta, a descrição dos passos, para o preenchimento dos formulários, que, de fato, é muito difícil, o cadastramento. O sistema, em geral, poderia (ou deveria) ser simplificado, pois não é trivial e falta clareza, quanto à inserção de inúmeros dados.

Em relação à equipe de pesquisa, os pesquisadores realizaram dois cursos: um, junto ao Programa de Educação Previdenciária, do INSS, em 2018, e o curso de treinamento, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que foi realizado no dia 13 de junho de 2019, na sede da Fundação Instituto de Pesca, do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), que continha, entre as suas temáticas, o Cadastro Econômico de Pessoa Física (CAEPF), além dos seguintes pontos: quem é o Senar; Legislação Tributária Rural (FUNRURAL); eSocial e suas mudanças, que atingem o produtor rural e os benefícios previdenciários rurais.



Foto 2: Treinamento dos bolsistas do Núcleo, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

Fonte: NUTEMC (junho de 2019)

Sobre o sistema eSocial

O pescador artesanal faz parte da categoria de segurado especial, tendo em vista que pratica a atividade de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria.

O eSocial é uma ação conjunta, entre os seguintes órgãos e entidades, do governo federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério do Trabalho (MTE), e tem como objetivo a unificação da prestação das informações, referente às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e tem por finalidade padronizar a transmissão, a validação, o armazenamento e a distribuição destas informações, constituindo um ambiente nacional.

A partir de outubro de 2019, está prevista a substituição da Guia da Previdência Social (GPS) pelo Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF), que será gerado, automaticamente, a partir do sistema informacional institucional. Tanto o produtor quanto o adquirente da produção terão que informar a comercialização, junto ao eSocial: o produtor terá de utilizar o seu CPF e o adquirente utilizará o seu CNPJ, se for pessoa jurídica (atravessador, peixaria). Na omissão de informações de vendas, por uma das partes (produtor ou comprador), o sistema digital realizará o cruzamento de dados (através do CPF e do CNPJ). Em caso de comercialização não informada ou com valores divergentes, as partes poderão ser autuadas, podendo gerar multa, que constará, no momento da emissão do DARF.

As informações, relativas à comercialização ou à aquisição de produção rural, serão inseridas no eSocial, para o produtor (pessoa física), e na Escrituração Digital Tributária, para fins previdenciários e retenções na fonte (EFD-Reinf), para agroindústria (pessoa jurídica). O eSocial substituirá diversos dos procedimentos atualmente em uso, como a Guia de Recolhimento do FGTS, a Guia de Informações à Previdência Social (GFIP) e a Guia do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP).

Os valores informados serão apropriados pela Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (através do DCTFWeb), sendo determinada a alíquota destinada ao Funrural e, na emissão da DARF, as taxas destinadas ao recolhimento das demais contribuições.

A prestação de informações, aos trabalhadores da categoria de segurado especial, aconteceria da seguinte maneira: o trabalhador acessaria o sistema, para informar a sua produção, por conta própria. Porém, essa plataforma é complexa e burocrática e as informações que a descrevem são extensas e apresentam linguagem rebuscada, termos desconhecidos e técnicos. Por ser uma plataforma digital, exige que os usuários tenham prévio conhecimento de informática, para utilizar o computador, além do acesso à Internet, para conseguirem acessar ao site do eSocial e para fornecer dados, quanto à comercialização de sua produção.

No entanto, essa não é a realidade dos pescadores artesanais: muitos sequer sabem manusear o computador e acessar à Internet. Percebe-se que o acesso aos direitos está relacionado ao acesso à informação, fator limitante, para a maioria dos trabalhadores inseridos nessa categoria, tendo em vista que estes não possuem a qualificação para utilizar essa ferramenta, decorrente, entre outros fatores, da

inexistência de computadores, de pontos de acesso à internet, no contexto da comunidade, bem como de dificuldades em compreender a linguagem utilizada no site e nas apostilas digitais, que foram disponibilizadas pelo eSocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática do acesso aos direitos dos pescadores artesanais precisa ser refletida em contextos geográficos, visto que o Estado cria uma série de normas que impõe a sociedade formas de controle sobre o acesso às políticas públicas que muitas vezes se tornam inacessíveis, sobretudo aos pescadores que moram nas periferias, nas áreas sem infraestrutura para acesso às redes globais de informações. O processo de informatização do sistema de direitos previdenciários, articulados aos sistemas de controle da produção e de riqueza, tem ampliando as possibilidades de direitos dos trabalhadores, sendo que o sistema e-social faz essa tarefa de acessibilidade aos cadastros de atividades econômicas (CAEPF) para os segurados especiais (agricultores e pescadores artesanais). No entanto o sistema informacional precisa ser problematizado porque a sociedade informacional repassa aos usuários a responsabilidade pelo cadastramento da informação, confirmação e impressão. Uma tarefa nem sempre fácil por remeter a racionalidade instrumental e que faz do espaço geográfico um meio que Milton Santos (1996) denominou de meio técnico científico informacional. Nesse meio técnico informacional, o espaço virtual, sistêmico é uma das dimensões do espaço geográfico. Torna-se espaço rede que materializa as redes sociais e as redes institucionais, criando um sistema de ações indissociáveis aos sistemas de objetos.

O presente artigo teve essa finalidade de trazer ações estatais do tempo presente que vem avançando no acesso aos direitos e aos mesmos tempos torna-se empecilho nos contextos de acesso ao sistema informacional, visto que muitos pescadores e pescadoras não dominam as técnicas de computador e técnicas de internet.

REFERÊNCIAS

- BUCH, C. L. **As lutas dos pescadores artesanais pelo acesso aos direitos sociais**: estudo sobre as Políticas Previdenciárias e Trabalhistas. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- EUZÉBIO, R. C.; PAZ, Mi. O. C. Modernização na Ilha da Madeira: efeitos da ação estratégica na vida dos pescadores artesanais. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 153-171.
- PAZ, M. O. C.. **Território, conflitos e pesca artesanal**: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira – Itaguaí (2010-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.
- RAINHA, F. A. Território e políticas públicas: contradições e Luta dos pescadores artesanais pela garantia dos seus direitos. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 43-68.
- RESENDE, A. T. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**, Ano 6, nº 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: **Território**, ano V, nº 9, 2000, p. 103-109.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, C. A. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a sociologia do tempo

presente. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. D. (Orgs.). **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. **Política pública e território: passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Ano VIII, nº 16, jul./dez. 2006. p. 20-45.

PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA: PESQUISA, CONFLITOS E DILEMAS, UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NO BRASIL E NA COLÔMBIA

ARTISANAL FISHING IN LATIN AMERICA: RESEARCH, CONFLICTS AND DILEMMAS, A BIBLIOGRAPHIC REVIEW WITH FOCUS IN BRASIL AND COLOMBIA

PESCA ARTESANAL EN AMÉRICA LATINA: INVESTIGACIÓN, CONFLICTOS Y DILEMAS, UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA DESDE BRASIL Y COLOMBIA

BONFÁ NETO, Dorival

SUZUKI, Júlio César

RESUMO

A pesca artesanal é uma atividade extremamente significativa entre as sociedades tradicionais latino-americanas, sobretudo por conta de sua prática ancestral entre povos ameríndios e os que com eles se miscigenaram. Assim, com o objetivo de compreender as perspectivas de análise da pesca artesanal na América Latina, optamos por realizar uma pesquisa documental por meio de revisão bibliográfica sistemática, centradas em pesquisa no Brasil e na Colômbia, com uso do Scholar Google, levando em conta artigos, monografias, dissertações, teses e livros. Verificou-se que há abordagens diversas de análise que podem ser identificadas como ambiental, territorial e de governança, políticas públicas e Estado, dentre outras classificações possíveis.

Palavras-chave: Pesca artesanal. América Latina. Brasil. Colômbia.

ABSTRACT

Artisanal fishing is an extremely significant activity among traditional Latin American societies, especially because of its ancestral practice among Amerindian peoples and those who mingled with them. Thus, in order to understand the perspectives of analysis of artisanal fishing in Latin America, we chose to conduct a documentary search through systematic literature review, with focus in Brazil and Colombia, using Scholar Google, taking into account articles, monographs, dissertations, theses and books. It was found that there are several approaches to analysis that can be identified as environmental, territorial and governance, public policy and State, among other possible classifications.

Keywords: Artisanal fishing. Latin America. Brasil. Colombia.

RESUMEN

La pesca artesanal es una actividad extremadamente significativa entre las sociedades tradicionales latino-americanas, especialmente debido a su práctica ancestral entre los pueblos ameríndios y aquellos que se mezclaron con ellos. Por lo tanto, para comprender las perspectivas de análisis de la pesca artesanal en América Latina, optamos por realizar una búsqueda documental a través de una revisión sistemática de la literatura, desde las investigaciones en Brasil y Colombia, utilizando Scholar Google, teniendo en cuenta artículos, monografías, disertaciones de maestría y de doctorado y libros. Se encontró que existen varios enfoques de análisis que pueden identificarse como ambientales, territoriales y de gobernanza, políticas públicas y Estado, entre otras posibles clasificaciones.

Palabras clave: Pesca artesanal. América Latina. Brasil. Colômbia.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma atividade presente nas mais diversas comunidades tradicionais, populações rurais e/ou mestiças na América Latina, pois a atividade já era praticada pelos indígenas e com os diversos fluxos migratórios para o continente a atividade se manteve e foi um elemento estruturador dos mais diversos modos de vida nas mais diversas comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas). Atualmente, a atividade encontra-se em vulnerabilidade, junto com os seus modos de vidas associados, que dependem completamente das condições que afetam o ambiente e os sistemas sociais. Nesse sentido, com o objetivo de compreender as perspectivas de análise da pesca artesanal na América Latina, optamos por realizar uma pesquisa documental por meio de revisão bibliográfica sistemática.

Como a América Latina é uma região muito ampla e diversa, estabelecemos 2 países como centro do levantamento, sendo Brasil e Colômbia, pois ambos possuem um litoral ocupado por comunidades tradicionais, bem como uma formação étnico-cultural semelhante, com a histórica presença de etnias indígenas, negras e brancas.

Sendo assim, realizamos uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), conforme as ideias e os métodos propostos por alguns autores, como Denyer, Tranfield e Smart (2003) e Conforto, Amaral e Silva (2011). Primeiramente, descreveremos a metodologia adotada para esse tipo de revisão e posteriormente os resultados da análise bibliométrica. Após essas etapas, realizamos uma análise do conteúdo encontrado e das informações que foram levantadas nos documentos selecionados (incluindo artigos, monografias, dissertações, teses e livros). Por último, foram colocadas as principais discussões e resultados encontrados na literatura acadêmica e científica acerca da temática da pesca artesanal na América Latina.

A REVISÃO BIBLIOGRAFIA SISTEMÁTICA – RBS (ARCABOUÇOS TEÓRICOS)

A revisão de literatura¹ ou revisão bibliográfica² refere-se ao levantamento da produção acadêmica relevante para uma determinada área ou tema, que resume o estado atual da sua compreensão. É um processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimentos que busca fornecer resposta a uma pergunta específica. Nesse sentido, a revisão bibliográfica pode ser considerada como um passo inicial para qualquer pesquisa científica (CONFORTO, AMARAL e SILVA, 2011), já que o método se resume à análise dos estudos publicados anteriormente, em que, por meio de um procedimento de coletar, organizar, avaliar e sintetizar a produção acadêmica, cria-se um embasamento teórico-metodológico e histórico (estado da arte) sobre determinada área ou tema.

Com vista em obter maior rigor teórico e mais confiabilidade em uma revisão de literatura, sugere-se o uso da Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) que é um procedimento capaz de organizar um grande volume de informação, permitindo a síntese de suas principais diretrizes, pois esse tipo de revisão tem o potencial de identificar padrões, tendências, lacunas de pesquisa e novas áreas a serem pesquisadas por meio da localização da existência de estudos, avaliação de suas contribuições e análise e síntese de dados encontrados no levantamento e análise dos documentos, reportando assim as evidências (DENYER, TRANFIELD e SMART, 2003). Além disso, a RBS permite que outros pesquisadores possam fazer uso de seus dados com maior confiança e rigor teórico-metodológico, sobretudo identificando contribuições potenciais das pesquisas, a partir da identificação de lacunas nas teorias e metodologias da área que não foram demonstradas em estudos semelhantes, portanto, que podem ser exploradas por outros pesquisadores (CONFORTO, AMARAL e SILVA, 2011).

¹ Entendemos como literatura todo o material escrito que é relevante para o entendimento de um determinado tema, como livros, artigos de periódicos, anais, registros históricos, relatórios Governamentais e de ONG's, monografias, teses, dissertações, entre outros tipos de documentos oficiais.

² Ainda que esteja sendo utilizado o termo "bibliográfico", seu entendimento, no momento atual de divulgação acadêmica, extrapola o levantamento de documentos em papel, considerando, sobretudo, a disponibilidade de textos em versão digital.

Em relação aos procedimentos utilizados para a RBS, com o intuito de obter resultados satisfatórios e mais rigorosos, identificamos a proposta metodológica de Denyer, Tranfield e Smart (2003), que compreende três etapas principais:

- Etapa 1 (planejando a revisão): a) Definir o problema; b) Definir o objetivo; c) Definir um protocolo de revisão (palavras-chave e critérios de inclusão e exclusão).

- Etapa 2 (conduzindo a revisão): a) Definição da base de dados; b) Realização das buscas; c) Seleção e avaliação da qualidade dos estudos (aplicando critérios de inclusão e exclusão e filtros); d) Extração dos dados; e) Categorização.

- Etapa 3 (relatório e divulgação dos resultados): a) Extração dos dados; b) Relatório e recomendações; c) Evidências da pesquisa.

A realização da revisão, segundo cada uma das etapas indicadas pelo metodologia de Denyer, Tranfield e Smart (2003), está detalhada no próximo tópico.

PROTOCOLO (COMO A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA FOI REALIZADA?)

O planejamento da revisão se iniciou com a seguinte pergunta: “Como a pesca artesanal está estruturada socialmente e culturalmente na América Latina e o que têm sido produzido a respeito do tema? ”, e com o seguinte objetivo: “Identificar e discutir as dinâmicas sociais e culturais das comunidades pesqueiras latino americanas”.

Após a definição do problema e do objetivo, realizou-se a definição das palavras-chave que estão baseadas nos principais conceitos que abrangem o tema da pesquisa. As palavras-chave utilizadas para a busca foram definidas em reunião com o professor Dr. Júlio César Suzuki³, realizada no dia 20 de maio de 2019, seguindo a indicação de Conforto, Amaral e Silva (2011) em consultar especialista ou pesquisador da área do trabalho para a definição das palavras-chave. Como resultado da reunião foram definidas em coerência com essa pesquisa as seguintes palavras-chave: *Pesca artesanal* (espanhol e português), *Pescadores artesanales* (espanhol), *Pescadores artesanais* (português), *Pesca* (espanhol e português), *Território* (português), *Territorio* (espanhol), *Modo de Vida* (espanhol e português), *Colombia* (espanhol), *Brasil* (espanhol e português) e *América Latina* (espanhol e português). Como o levantamento a partir dessas palavras-chave isoladas demonstrou um grande número de resultados (de 150 para pescadores artesanales até 511.000 resultados para Brasil - em uma busca simulada realizada no *Scholar Google*), optamos por fazer as buscas com as palavras-chave em conjunto. Nesse sentido, a seleção das palavras-chave possibilitou a construção de termos para as expressões de busca (*strings*), unindo 2 das palavras-chave selecionadas e resultando nas seguintes expressões de busca: 1) *Pescadores artesanales Colombia*; 2) *pesca artesanal Colombia*; 3) *Modo de vida pescadores*; 4) *Modo de vida pesca*; 5) *Territorio pesca*; 6) *Território pesca* e 7) *Pesca artesanal América Latina*.

Após a definição das expressões de busca, seguindo o método proposto por Denyer, Tranfield e Smart (2003), foram aplicados os critérios de seleção e exclusão para decidir os artigos que foram selecionados para a revisão. Os critérios definidos estão sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1: Categoria, critérios de inclusão e exclusão

Categoria	Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Acesso	Acesso gratuito e na íntegra do texto; Idioma Espanhol e/ou Português.	Impossibilidade de acesso gratuito ao texto integral; Outros idiomas.
Foco	Coerência com o tema da pesquisa.	Assunto impertinente para o tema.
Tema	Abordagem do conceito de pesca artesanal ou pescadores artesanais; Abordagem dentro da área das Ciências Humanas ou das Ciências Ambientais.	Abordagem que não fosse dentro da área de Ciências Humanas ou Ciências Ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

³ Departamento de Geografia - USP e Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM - USP.

O passo seguinte consistiu na seleção da base de dados, sendo que a selecionada para a nossa busca foi o Google Acadêmico (*Scholar Google*), pois em algumas simulações realizadas antes da efetivação da RBS, a base de dados escolhida foi a que trouxe resultados mais amplos, levando em conta o número total de resultados das buscas e a diversidade maior dos periódicos que apareciam entre os resultados. A comparação foi feita em relação a outras bases de dados, como as seguintes: *SciELO*, *Periódicos Capes*, *Portal de busca integrada USP*, *Scopus* e *La referencia*.

Para a realização da busca no *Scholar Google*, utilizou-se a ferramenta *Pesquisa Avançada*. Na opção *encontrar artigos*, foram buscados aqueles que continham todas as palavras do campo de busca, anteriormente definidas. Nesse sentido, foram buscados documentos que apareciam todas as palavras listadas na expressão de busca (*streaming*), juntas ou separadas e em qualquer ordem, segundo orientações de Thelma Guimarães (2012). Na opção *onde minhas palavras ocorrem*, foi selecionado *no título do artigo*, restringindo as palavras do campo de busca apenas ao título dos artigos, podendo elas estarem juntas ou separadas, mas presentes unicamente no título. Não fizemos a busca de autores, nem de locais específicos de publicação, como algum periódico, também não houve uma determinação das datas de publicação dos artigos. A busca foi feita por artigos em qualquer idioma, e não foram incluídas citações e nem patentes. Os resultados apareceram nos idiomas português, espanhol, inglês e italiano, sendo que os artigos em italiano foram descartados, seguindo os critérios de inclusão e exclusão.

Além disso, todas as publicações que não eram de acesso aberto, ou seja, que necessitavam de pagamento para seu acesso ou que exigissem a assinatura dos periódicos (também pagos), foram descartadas (também seguindo os critérios de inclusão e exclusão), pois acreditamos que uma cobrança para o acesso dos artigos causa uma grande limitação na divulgação da ciência, e isso confronta com a nossa visão e ideia acerca do conhecimento científico, que deve ser divulgado de maneira democrática, universal e ampla. A busca da literatura encontrada e que aqui será discutida foi realizada entre os dias 17 e 23 de maio de 2019. Como resultado desta etapa, obtivemos um total de 77 documentos (artigos, monografias, dissertações, documentos de ONG's e teses⁴), desse total, 27 foram descartados por não terem acesso aberto, serem artigos duplicados (repetidos), não serem pertinentes ao tema da pesquisa ou serem de outro idioma (apareceram artigos em inglês e italiano), restando, assim, um total de 50 textos selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Esses dados estão detalhados na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1: Documentos selecionados como resultados das buscas na base de dados Scholar Google.

Expressão de busca (no título)	Resultados	Descartados	Selecionados
<i>Pescadores artesanales Colombia</i>	1	0	1
<i>Pesca artesanal Colombia</i>	15	6	9
<i>Modo de vida pescadores</i>	10	2	8
<i>Modo de vida pesca</i>	8	2	6
<i>Territorio pesca</i>	17	13	4
<i>Território pesca</i>	22	3	19
<i>Pesca artesanal América Latina</i>	4	1	3
TOTAL	77	27	50

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Após a seleção, foram aplicados os filtros de pesquisa para a realização das últimas etapas da Fase 2, que consiste na aplicação dos filtros, critérios de seleção e categorização dos artigos. Para isso foi seguido o modelo de filtragem proposto por Conforto, Amaral e Silva (2011), presentes no Quadro 2. Para cada artigo rejeitado nos processos de filtragem são atribuídos critérios de inclusão ou de exclusão conforme detalhado no protocolo e no Quadro 1.

⁴ Os artigos descartados no processo de busca realizado no Scholar Google foram os que atingiram os critérios de exclusão dentro das categorias de Acesso e Tema presentes no Quadro 1.

Quadro 2: Processo de filtragem dos artigos. Fonte: Conforto, Amaral e Silva (2011).

Filtro 1	Filtro 2	Filtro 3
Leitura do título, resumo e palavras-chave.	Leitura de título, resumo, palavras-chave, introdução e conclusão.	Leitura na íntegra

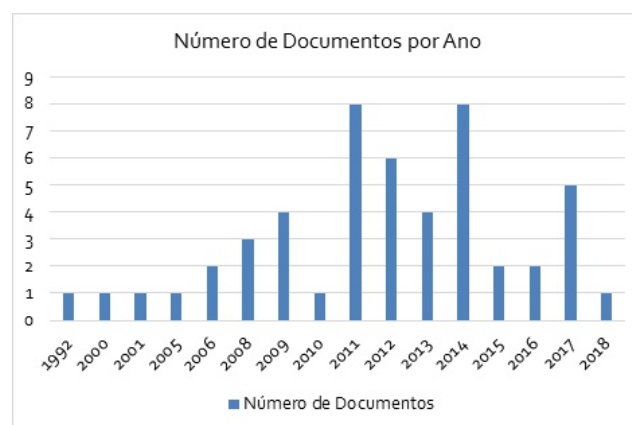
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão (quadro I) e dos filtros 1, 2 e 3 (quadro II) passa-se à fase de categorização, extração e síntese dos dados. A categorização ocorre por meio da criação de um conjunto de categorias para agrupar os documentos por assuntos, facilitando a extração e síntese dos dados para a discussão.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Para o início da análise bibliométrica, consideramos os 50 documentos (documentos de ONG's, artigos, monografias, dissertações e teses) selecionados a partir das buscas por expressões definidas e submetidos aos critérios de filtragem, cujas datas de publicação se estenderam de 1992 a 2018. Os anos de publicação dos 50 documentos encontrados estão expressos no Gráfico 1 (abaixo), em que se pode visualizar a maior concentração entre os anos de 2011 e 2014, principalmente nos dois extremos deste período.

Gráfico 1: Número de documentos encontrados nas buscas X ano



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A Tabela 2 demonstra os números totais de documentos em relação a cada uma das 3 etapas do processo de filtragem. É importante ressaltar que embora tenham sido seguidos critérios objetivos para a seleção dos artigos, como exposto e detalhado anteriormente, durante a seleção há um grande nível de decisão pessoal que influi no julgamento e na análise do artigo, pois o pesquisador, como sujeito social, tem uma consciência arraigada e que influi em processos de julgamentos, baseados no que conhece, vê, sabe e se interessa, cuja mediação principal está em sua história pessoal e social.

Tabela 2: Resultados dos filtros.

Filtros (forma de seleção)	Nº total de documentos	Documentos eliminados
Filtro 1 - Leitura do título, resumo e palavras-chave	50	14
Filtro 2 - Leitura de título, resumo, palavras-chave, introdução e conclusão	36	12
Filtro 3 - Leitura completa	24	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em relação ao filtro 1, os documentos que foram eliminados não eram compatíveis com o tema da pesquisa, sendo que eram principalmente das áreas de biologia, oceanografia ou economia, e abordaram a questão da pesca a partir de uma análise das espécies de peixes (como seus ciclos reprodutivos), taxonomias, ou sob um viés econômico, a partir de uma análise do comércio de peixes, sua abundância e volume. É necessário ressaltar que, em muitos artigos, não foi possível obter seu entendimento suficiente a partir do filtro

1, fazendo-se necessária também a leitura de suas introduções e conclusões.

Quanto aos documentos que foram analisados a partir do filtro 2, 12 deles foram excluídos após a leitura da introdução e considerações finais (ou conclusão), todos esses que foram eliminados discutiam temas como: a) incorporação de novas práticas por pescadores artesanais de comunidades tradicionais (como a pesca esportiva e do turismo); b) etnoarqueologia dos pescadores; c) aquicultura relacionada com a atividade pesqueira artesanal. Foi constatado que a maioria dos artigos que tratavam sobre a Colômbia eram da área de biologia ou ecologia, e eram pesquisas quantitativas sobre os volumes de peixes, e por não estarem de acordo com objetivo definido inicialmente, foram excluídos. Com base no filtro 3, foram analisados 24 documentos (teses, artigos, monografias, dissertações, documentos de ONG's e 1 livro) e todos eles foram selecionados para a análise bibliométrica, os quais foram incluídos no Quadro 3.

Quadro 3: Artigos selecionados para a análise.

Documento	Título	Ano	Instituição de publicação	Autor (es)
Artigo (periódico)	La pesca y los pescadores artesanales en Colombia	2018	Pegada - revista de Geografia do Trabalho - UNESP	MORENO, Larissa Tavares.
Artigo (periódico)	Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade de Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Brasil)	2017	Revista NERA - Departamento de Geografia - UNESP	SILVA, Christian Nunes da; SOUZA, Hugo Pinon de; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Marcio Palheta da; VILHENA, Thiago Maciel.
Artigo (periódico)	Pescadores de Manoel Urbano e a construção de um território de pesca numa perspectiva etnoecológica	2017	Revista Ciências da Sociedade (RCS) - Universidade federal do Oeste do Pará	OVIEDO, Antonio Francisco Perrone.
Artigo (periódico)	A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas	2017	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento - UFPA	MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães; FERREIRA, Wilson Tadei Brito.
Documento ONG	El mar como territorio y la pesca como actividad tradicional en el Pacífico chocoano	2016	ONG Mar Viva	DÍAZ, Juan Manuel; CARO, Natalia.
Artigo (periódico)	Um resort na restinga de Maricá / RJ: Modernização do território e destruição da pesca artesanal em uma área de proteção ambiental	2015	Espaço e Economia - Revista brasileira de geografia econômica - UFG	SOUZA, Erich Moura Soares de.
Artigo (periódico)	Território da pesca no lago de Itaipu: estudo de caso da Colônia Z11	2014	Boletim Gaúcho de Geografia - UFRGS	SOUZA, Edson Belo Clemente de.; FERREIRA, Grazielle.
Artigo (periódico)	Dos siglos de desecación en Laguna de Fúquene (Colombia): Impactos en la pesca artesanal	2014	Periódico Água y Territorio (Universidad de Jaén - Espanha)	GUERRERO-GARCÍA, Paula Kamila.
Artigo (periódico)	Fortalecendo o ecosystem stewardship na pesca artesanal: perspectivas para a América Latina e Caribe	2014	Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPR	MCCONNEY, Patrick; MEDEIROS, Rodrigo Pereira; SERAFINI, Thiago Zagonel.
Artigo (periódico)	Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina	2014	Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPR	DELAPORTE, Anne; HELLEBRANDT, Denis; ALLISON, Edward.
Dissertação (Mestrado)	Aportes para la construcción de una política pública de pesca en Colombia. El caso del grupo interinstitucional y comunitario de pesca artesanal del pacífico norte en Bahía Solano – Chocó	2014	Universidad EAFIT-Maestría en gobierno y políticas públicas	VALENCIA, Fredy Mosquera.
Artigo (resumo congresso)	A comunidade Açaizal e a escassez de recursos naturais à jusante da Barragem de Tucuruí: conflitos e mudanças no modo de vida dos pescadores do município de Baião, estado do Pará	2013	ABA - Cadernos de Agroecologia - Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia	SIMÕES, Aquiles; AMORIM, Bianca; MEDEIROS, Matheus Benassuly.

Documento	Título	Ano	Instituição de publicação	Autor (es)
Artigo (seminário)	Território da pesca e aquicultura: a experiência do Assu - Mossoró no semi-árido potiguar	2012	I Seminário de Geoecologia e planejamento territorial- Universidade Federal de Sergipe	BESSA, Ambrósio Paula Júnior; MAIA Ivanilson de Souza; OLIVEIRA NETO José Tavares de.
Artigo (periódico)	Território e mar: os paradoxos na pesca em "currais" Cabedelo-PB	2012	Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais - UFPB	NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do.
Dissertação (mestrado)	Território da pesca: o uso do espaço aquático no baixo Rio Solimões - município de Manacapuru - AM	2011	Universidade Federal do Amazonas - Programa de pós graduação em Geografia	ABREU, Georgete Cabral de.
Artigo (seminário)	Industrialização e Pesca artesanal na baía de Guanabara – Metrópole do Rio de Janeiro: limites e conflitos nos usos do território	2011	1º Seminário de espaços costeiros - Universidade Federal da Bahia	SILVA, Cátia Antonia da.
Monografia (graduação)	Do Dourado à Tilápia: Compensação ou imposição? Mudanças no modo de vida dos pescadores atingidos pela UHE Funil	2010	Ciências sociais - Universidade Federal de Minas Gerais	CARVALHO, Natan Ferreira de.
Artigo (Boletim)	Desafios do modo de vida da pesca artesanal em uma região de crescimento: a comunidade Tanquã, Piracicaba/SP	2009	Boletim do Instituto da Pesca	VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; VENTURATO, Raquel Duarte.
Artigo (Boletim)	O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal	2008	Boletim do Instituto da Pesca	VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de.
Artigo (periódico)	Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes	2006	Mercator - Revista de Geografia da UFC	LIMA, Maria do Céu.
Artigo (periódico)	Tempo e Espaço: Considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS em um contexto de conflito ambiental	2006	Revista Iluminuras - UFRGS	ADOMILLI, Gianpaolo K.
Dissertação (mestrado)	Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará)	2005	Universidade Federal do Pará - Programa de Pós Graduação em desenvolvimento sustentável	NOGUEIRA, Cristiane Silva.
Documento (Circular)	Promoción de la ordenación de la pesca costera: Aspectos socioeconómicos y técnicos de la pesca artesanal en El salvador, Costa Rica, Panamá, Ecuador y Colombia.	2001	FAO Circular de Pesca. No. 957/2.	BELTRÁN TURRIAGO, Claudia Stella.
Livro	Contribuciones para el estudio de la pesca artesanal en América Latina	1992	International Center for Living Aquatic Resources Management	AGUERO, Max (org.)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

ANÁLISE SISTEMÁTICA DO CONTEÚDO

Essa parte diz respeito à realização da última etapa da 2ª fase (categorização) e ao início da 3ª fase (extração de dados) da metodologia proposta por Tranfield, Denyer e Smart (2003), que consiste na categorização, extração e síntese dos dados levantados nos documentos selecionados para a análise sistemática. Para a realização da categorização dos trabalhos selecionados, foi levado em conta o assunto debatido pelo artigo e a abordagem do problema, além das principais apreensões teóricas utilizadas nos trabalhos, que foram possíveis de ser identificadas com o auxílio das perguntas "quais conceitos que foram utilizados no trabalho e como foram aplicados?", "qual foi o problema central do trabalho?" e "quais foram os conflitos ou os dilemas apontados na pesquisa?". A partir dessas perguntas foram criadas as seguintes categorias para agrupar os estudos selecionados, segundo as suas abordagens que podem ser: a) Abordagens Territoriais: enfatizam a relação das comunidades com o território, são utilizados conceitos como território, territorialidade, territorialização, podendo ter relacionado o conceito de espaço e modo de vida, já que boa

parte dos artigos discutem as relações de poder e territórios em disputas; b) Abordagens ambientais: enfatizam a relação entre sociedade e natureza na pesca artesanal, aparecendo conceitos como modo de vida, território e sustentabilidade, além da referência aos conhecimentos tradicionais, em sua maioria discutindo algum elemento que causou impacto, conflito ou alteração socioambiental nas comunidades pesqueiras; c) Governança, políticas públicas e Estado: discutem ações que envolvem políticas estatais ou comunitárias aplicadas à pesca artesanal, podendo envolver também a questão da governança e do manejo dos recursos naturais.

Abordagens territoriais

Fazem uma abordagem nesta classe os artigos de Moreno (2018), Silva, Souza, Lima, Silva e Vilhena (2017), Díaz e Caro (2016), Nascimento (2012), Souza e Ferreira (2014), Abreu (2011), Silva (2011), Nogueira (2005) e Lima (2006). Todos eles se utilizam do conceito de território para suas discussões e suas análises têm como base trabalhos de campo, exceto Díaz e Caro (2016) que se valeram somente da revisão de literatura. Em relação à área de concentração dos artigos, temos principalmente a Geografia (ABREU, 2011; LIMA, 2016; MORENO, 2018; SILVA; SOUZA; LIMA; SILVA; VILHENA, 2017; SOUZA; FERREIRA, 2014), além de análises interdisciplinares (DÍAZ; CARO, 2016; NASCIMENTO, 2012; NOGUEIRA, 2005; SILVA, 2011).

Além do conceito de território, outros são empregados, como modo de vida (ABREU, 2011; LIMA, 2006; SOUZA; FERREIRA, 2014; SILVA; SOUZA; LIMA; SILVA; VILHENA, 2017), territorialidade, territorialização (ABREU, 2011; LIMA, 2006; SILVA, 2011; SILVA, SOUZA, LIMA, SILVA; VILHENA, 2017), marítório⁵ (DÍAZ; CARO, 2016), crise ambiental (LIMA, 2006) e saberes tradicionais (ABREU, 2011; SILVA; SOUZA; LIMA, SILVA; VILHENA, 2017).

Em relação à metodologia utilizada nas pesquisas, a revisão de literatura foi uma constante em todos os trabalhos, sendo que, para os trabalhos de campo, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: observação direta e intensiva e entrevistas não estruturadas (NASCIMENTO, 2012; SOUZA; FERREIRA, 2014), cartografia social participativa (SILVA; SOUZA; LIMA, SILVA; VILHENA, 2017), história oral e entrevistas estruturadas (NOGUEIRA, 2005), história oral, entrevistas semi-estruturadas, fotodocumentação e observação participante (ABREU, 2011).

Nogueira (2005) faz um estudo interdisciplinar das comunidades negras quilombolas e de pescadores, utilizando-se também de procedimentos metodológicos quantitativos (utilização de aspectos demográficos das comunidades estudadas, quantificações sobre a pesca etc.). A dissertação (NOGUEIRA, 2005) demonstra e discute o principal conflito vivido pelos pescadores e quilombolas da área estudada, que é a restrição de uso das águas pela oligarquia local, os agropecuaristas. Porém também são identificados e caracterizados outros conflitos dos pescadores artesanais com fiscais de órgãos ambientais, como o IBAMA⁶, com atravessadores, com a pesca industrial, e até conflitos entre os pescadores artesanais comerciantes com pescadores artesanais de subsistência.

O artigo de Maria do Céu de Lima (2006) demonstra uma desagregação do modo de vida tradicional em função do conflito com diversos sujeitos sociais (especuladores imobiliários, atravessadores, intermediários, veranistas, empreendedores do turismo e turistas). Como resultado, a análise aponta para um cenário em que "Os moradores das comunidades pesqueiras marítimas, estão diante da chamada 'crise da pesca', da degradação das condições de trabalho e de subsistência das suas famílias" (LIMA, 2006, p.44).

⁵ Conceito formulado por Miguel Chapanoff, que faz referência ao território marítimo apropriado pelos pescadores, que demonstra como as significações do mar estão arraigadas com a experiência e com os conhecimentos locais (DÍAZ e CARO, 2016).

⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

A dissertação de Abreu (2011) discute a territorialidade pesqueira, compreendendo como a pesca é realizada, dentro do sistema de parcerias, bem como a sua rede de comercialização. Assim, o autor defende que, desde a captura até a comercialização, existem espaços territorializados pelos pescadores, e nesses espaços ocorre o conflito com empresas pesqueiras e com pescadores de outras localidades. Abreu (2011) aponta para apropriação da atividade pesqueira pela lógica de reprodução capitalista, defendendo como essa lógica se utiliza de práticas não capitalistas para a sua reprodução.

Cátia Antonia da Silva (2011) se utiliza da economia política para criticar a modernização, que se materializa por meio dos grandes empreendimentos (portuários e industriais) que afetam os pescadores artesanais. A autora discute o limite nos usos do território, apontando para uma disputa de território no contexto metropolitano, expresso no circuito produtivo da pesca. Silva (2011) também afirma a falta de estudos sobre o trabalho da pescaria artesanal e sobre a atividade em si, a maioria se concentrando na pesca industrial, biodiversidade e mercado pesqueiro.

O texto de Nascimento (2012) se apoia no conceito de território e na ideia da "tragédia dos comuns" formulada por Garret Hardin em 1968 para demonstrar que os recursos naturais de uso comum teriam um fim trágico, pois seriam usados por todos de modo indiscriminado e individualista, como acontece na área em que o autor estudou (Cabedelo-PB), em que há uma disputa dos "currais de pesca", entre os proprietários, pescadores funcionários dos proprietários e pescadores invasores.

No artigo de Souza e Ferreira (2014), é feita uma discussão acerca do conceito de território e rede, tratando aquele como associado a relações de apropriação simbólicas e de poder, cujo principal agente é o Estado, que atua sobre os pescadores. Para o desenvolvimento da análise, são realizadas consultas a documentos do antigo Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA - Brasil). A discussão se faz em torno da pesca no lago de Itaipu, sendo que a construção do lago foi vista pela população desterritorializada como uma oportunidade para a realização da atividade pesqueira, como trabalho e como modo de vida. Após o estabelecimento de pescadores, iniciou-se o conflito com os pescadores amadores que praticam a pesca esportiva.

Em um artigo de caráter interdisciplinar, Díaz e Caro (2016) fazem uma caracterização das artes de pesca, dos conhecimentos tradicionais, dos barcos e apetrechos utilizados nas pescarias, demonstrando que os principais conflitos que abrangem a pesca são espacializados no território e estão relacionados com a presença da dinâmica capitalista, levando em conta a inserção das comunidades pesqueiras na lógica de mercado que impõe equipamentos e técnicas modernas, gerando conflitos e mudanças.

No artigo de Silva, Souza, Lima, Silva e Vilhena (2017), faz-se uma discussão sobre os conceitos de território, modo de vida e técnicas de pesca, evocando autores clássicos da geografia. Ao contrário da maioria dos artigos, teses, monografias e dissertações dessa categoria, este artigo não discute os impactos à pesca artesanal.

O artigo de Larissa Moreno (2018) possui uma abordagem fundada no materialismo histórico crítico e faz um panorama sobre os aspectos históricos e institucionais da pesca na Colômbia. A partir de estudos de caso, a autora pode constatar mudanças ocorridas no território causadas pela instalação de portos da marinha e pela atividade turística, tendo consequências como a redução dos cardumes e a migração de pescadores para outras atividades. Outros problemas, identificados por Moreno (2018), foram a presença de intermediários, chamados de atravessadores, também presentes na realidade brasileira (DIEGUES, 1983, 1995), a falta de incentivos para o manejo, a produção da pesca e a comercialização dos seus resultados, a falta de acesso à saúde e a concorrência com os barcos de pesca industrial (muitos estrangeiros), impacto também identificado na dissertação de mestrado de Valência (2014) e no artigo de Díaz e Caro (2016). Moreno (2018) também descreve algumas formas de organização política dos pescadores na Colômbia, assim como o faz Lima (2006), ao contextualizar o surgimento de movimentos de pescadores no Ceará como uma alternativa às ameaças em seus modos de vida.

Abordagens Ambientais

Realizaram uma abordagem ambiental, os artigos de Oviedo (2017), Souza (2015), Guerrero-García (2014), Simões, Amorim e Medeiros (2013), Valencio e Venturato (2009) e Adomilli (2006), e a monografia de Carvalho (2010). Em relação ao campo de estudo dos documentos, temos: interdisciplinares (OVIEDO, 2017; SIMÕES; AMORIM; MEDEIROS, 2013), geografia (SOUZA, 2015), antropologia (ADOMILLI, 2006; GUERRERO-GARCÍA, 2014) e sociologia (CARVALHO, 2010; VALENCIO e VENTURATO, 2009).

Quanto aos conceitos e categorias utilizados, temos: modo de vida (ADOMILLI, 2006; CARVALHO, 2010; SIMÕES; AMORIM; MEDEIROS, 2013; VALENCIO e VENTURATO, 2009), paisagem (ADOMILLI, 2006; GUERRERO-GARCÍA, 2014), lugar (VALENCIO; VENTURATO, 2009), território e territorialidade (OVIEDO, 2017; SOUZA, 2015; SIMÕES; AMORIM; MEDEIROS, 2013) e conhecimentos tradicionais (CARVALHO, 2010; OVIEDO, 2017).

A metodologia utilizada nas pesquisas se resume em revisão de literatura e trabalhos de campo com técnicas diversas, sendo: observação participante (CARVALHO, 2010; OVIEDO, 2017; SIMÕES; AMORIM; MEDEIROS, 2013), entrevistas informais (CARVALHO, 2010; GUERRERO-GARCÍA, 2014; OVIEDO, 2017; SOUZA, 2015), entrevistas semi-estruturadas (OVIEDO, 2017; SIMÕES; AMORIM; MEDEIROS, 2013; VALENCIO; VENTURATO, 2009), etnografia (ADOMILLI, 2006; GUERRERO-GARCÍA, 2014; OVIEDO, 2017) e fotodocumentação (VALENCIO e VENTURATO, 2009)

Adomilli (2006) aborda, em seu artigo, o conflito gerado entre pescadores e estabelecimento de um Parque Nacional no estado do Rio Grande do Sul, fazendo uma crítica à política de gestão ambiental, que acabou por causar “um processo de extinção do modo de vida desses grupos e de sua relação com o meio ambiente, mediante suas práticas culturais específicas, ou seja, de todo o seu processo ecossistêmico” (ADOMILLI, 2006, p.23).

Carvalho (2010) faz uma discussão acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, das políticas ambientalistas brasileiras para então adentrar em seu estudo de caso, sobre os impactos da construção de uma hidrelétrica no modo de vida dos pescadores. Assim como em outros trabalhos, o de Carvalho (2010) também identificou uma drástica alteração no modo de vida dos pescadores após a implementação do megaprojeto, que contaminou os recursos hídricos e causou uma drástica redução dos peixes, além de mudar toda a dinâmica do território, por meio da chamada modernização.

O artigo de Simões, Amorim e Medeiros (2013) também aborda a situação dos grandes projetos de desenvolvimento, sendo que o grande projeto em tela é a construção da barragem do Tucuruí, assim como o artigo de Valencio e Venturato (2009), que analisa os impactos na pesca artesanal pela construção da barragem da hidrelétrica em Barra Bonita-SP e o artigo de Souza (2015) que discute a “modernização” do território de uma Área de Proteção pela chegada de empreendimentos turísticos. A monografia de Carvalho (2010) também discute a instalação de um megaprojeto, a Hidrelétrica do Funil, que alterou profundamente o modo de vida dos pescadores, diminuindo a atividade pesqueira.

O artigo de Paula Guerrero-García (2014) faz uma análise dos impactos causados na atividade pesqueira artesanal, devido à seca de uma lagoa, na Colômbia, e a principal causa disso foram os megaprojetos de desenvolvimento, por meio de irrigações voltadas principalmente para a pecuária. Como megaprojetos de desenvolvimento, a autora entende (2018, p.52): “aquele tipo de iniciativas o empresas de gran magnitud que buscan transformar voluntaria y rapidamente el paisaje para responder a determinadas necesidades económicas”.

Souza (2015) também faz um debate acerca da modernização de territórios pesqueiros em uma APA (Área de Proteção Ambiental), sendo feita uma análise da chegada de novos elementos da modernização, desde os instrumentos de pesca, às máquinas de cartão de crédito, até os resorts. No artigo, Souza (2015) demonstra que há uma grande resistência, pois a pesca não é extinta e o pescador se mantém em função da luta pelo território. O autor chega a conclusão que deve ser levada em conta para os estudos de impactos ambientais e comunidades tradicionais:

[...]além do impacto social e econômico no mercado imobiliário, o exorbitante empreendimento poderá ocasionar uma série de impactos ambientais irreversíveis. É necessário, portanto, haver um acompanhamento crítico de tal processo com o intuito de analisar os efeitos do mesmo, além de pensar formas mais conscientes de uso e gestão do espaço urbano que não desintegram o “modo de vida” dos grupos tradicionais. (SOUZA, 2015, p.13).

No artigo de Oviedo (2017), é demonstrado como os conhecimentos tradicionais dos pescadores podem ser utilizados para formular estratégias de manejo dos recursos. Situando-se na área de Etnoecologia (interdisciplinar), alerta para necessidade de coparticipação entre pesquisadores, gestores públicos e cidadãos locais, o que pode gerar estratégias relevantes para o uso e conservação dos recursos principalmente em lugares de conflito pelo acesso e uso destes recursos.

Governança, Políticas públicas e Estado

Os documentos que se enquadram na abordagem “Governança, Políticas públicas e Estado” são os de Max Aguero (1992) (capítulo de livro), Beltrán Turriago (2001) (um documento da FAO), os artigos de Valencio e Mendonça (2008), Bessa, Maia e Oliveira Neto (2012), McConney, Medeiros e Serafini (2014), Delaporte, Hellebrandt e Allison (2014), e Maneschy, Ribeiro e Ferreira (2017) e a dissertação de mestrado de Valencia (2014). As metodologias dos trabalhos são a pesquisa documental e trabalhos de campo (BESSA; MAIA; OLIVEIRA NETO, 2012; MANESCHY; RIBEIRO; FERREIRA, 2017; VALENCIA, 2014), pesquisa documental (AGUERO, 1992; MCCONNEY, MEDEIROS, SERAFINI, 2014; VALENCIO e MENDONÇA, 2008), pesquisa documental com estudo de caso (BELTRÁN TURRIAGO, 2001) e pesquisa documental, com estudos de caso, questionários e entrevistas semi-estruturadas (DELAPORTE; HELLEBRANDT; ALLISON, 2014). Todos esses documentos são interdisciplinares e eles não se utilizam de conceitos em comuns, embora, de uma maneira geral, apareçam os conceitos já citados nas abordagens territoriais e ambientais.

O capítulo de livro escrito por Max Aguero (1992) traz um panorama histórico da pesca artesanal na América Latina, citando a falta de registros da atividade antes da chegada dos europeus, bem como o uso da prática como subsistência até a década de 1940, fazendo um panorama do atual estado da pesca artesanal em cada país. O enfoque é para o período posterior a 1950, quando a prática começa a se expandir como consequência da introdução de tecnologias (motores, redes de nylon etc). Aguero (1992) aponta para um estancamento da pesca artesanal em contraponto a um dinamismo da industrial, que acaba sendo alvo das políticas públicas e exclui aquelas dos projetos de desenvolvimento.

O documento oficial da FAO, da autora Beltrán Turriago (2001), intitulado *Promoción de la ordenación de la pesca costera - Aspectos socioeconómicos y técnicos de la pesca artesanal en El salvador, Costa Rica, Panamá, Ecuador y Colombia*, é constituído por estudos de caso mais descritivos e menos analíticos nos países, fazendo uma análise de alguns aspectos da atividade pesqueira nos países determinados.

Como aspectos semelhantes entre as comunidades pesqueiras costeiras dos países estudados por Beltrán Turriago (2001) e por Max Aguero (1992), na América Latina, estão⁷: a) falta de serviços públicos de saúde e segurança social; b) aumento paulatino da escolaridade; c) importante fonte de emprego nas zonas rurais costeiras; d) pesca artesanal associada a alguma outra atividade como a principal atividade local; e) em todos os lugares estudados, os pescadores reclamaram da diminuição dos estoques de peixes; f) importância insignificante na economia nacional; g) baixo nível tecnológico e econômico; h) diversidade cultural e social; i) desarticulação social e econômica com o país; j) forte dependência no circuito comercial; k) inadequado acesso a fontes de capital e crédito; e l) grande contribuição na segurança alimentar local.

Em relação à parte do documento (BELTRÁN TURRIAGO, 2001) que aborda a Colômbia, é apontado o Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR) como sendo responsável pela gestão da pesca e aquicultura no país, já que o Instituto Nacional de Pesca y Acuicultura (INPA) é o responsável pela execução das políticas do MADR. Valencia (2014) afirma que no país a pesca é regulamentada pelas seguintes normas: Ley 13 de 1990 y Decreto 2256 de 1991.

⁷ Levando-se em vista que os artigos são de 1992 e 2001.

Em sua dissertação Valencia (2014) analisa a atuação do movimento social denominado GICPA (Grupo Interinstitucional y Comunitario de Pesca Artesanal), que surge em 1998 e teve um de seus maiores logros a criação das ZEPA's (Zonas Exclusivas de Pesca Artesanal) em 2013, sendo que, como resultado da dissertação, é constatado que o processo de estabelecimento e desenvolvimento do GICPA se enquadra no conceito de co-governança, em que "los actores trabajan unidos por un bien común, [...] establece formas organizadas de interacción y porque ningún actor tiene el control total del proceso sino que las relaciones de poder se dan en el plano horizontal" (VALENCIA, 2014, p.29). Díaz e Caro (2016) (abordagem territorial) também discutem o estabelecimento das ZEPA's.

Valencio e Mendonça (2008), por meio do debate entre o limite da fronteira da tradição e modernidade, buscaram discutir como o conhecimento e as práticas relacionadas à pesca artesanal são dissolvidas pelo Estado, por meio de políticas públicas cujo alvo é o setor pesqueiro. O artigo faz uma discussão acerca do processo de modernização brasileira por meio de uma análise crítica dos principais acordos internacionais que envolveram a pesca artesanal, sendo eles:

1 - Conferência do Direito do Mar, em Montego Bay, no ano de 1982, com a introdução das ZEE's na década de 1980:

Um novo regime jurídico para o oceano passou a regulamentar os direitos e responsabilidades dos Estados Nacionais em matéria de ordenação e aproveitamento dos recursos pesqueiros dentro das suas respectivas zonas econômicas exclusivas (ZEE). A aplicação das jurisprudências nacionais constituiu um passo importante, mas não suficiente, para a ordenação de um desenvolvimento objetivando maior sustentabilidade da pesca. (VALENCIO e MENDONÇA, 2008, p.111)

2 - Conferência de Cancun (em 1992, foi adotado o princípio da "pesca responsável", objetivando-se um impacto mínimo aos ecossistemas). Em 1993, numa nova conferência, a FAO formulou o *Código de Conduta para a Pesca responsável* (1995), que

[...] atribui à pesca um importante valor do setor pesqueiro para a economia e sociedade global. Por ser o pescado uma importante fonte de alimentos e geração de renda (através do trabalho, comércio e lazer para as populações de todo o mundo), [...] fez-se necessário uma política de ordenamento e gestão do setor que levasse em conta princípios e normas internacionais [...] que respeitassem o ecossistema e a biodiversidade [...] (VALENCIO e MENDONÇA, 2008, p.111)

Porém, mesmo muitos Estados Nacionais firmando esses acordos, na prática ocorreu o oposto, como apontam Valencio e Mendonça (2008), pois o setor pesqueiro mundial se tornou um setor da indústria alimentícia, principalmente em países como Peru, Espanha e Japão, havendo expansão da pesca industrial predatória. Frente a isso, a partir da década de 1980, emerge a necessidade de reformular novos caminhos, que respeitassem a conservação do ambiente, e então, a aquicultura é impulsionada em todo mundo e é revalorizada frente à pesca, inclusive frente à pesca artesanal, que sofre uma desvalorização nas políticas públicas (VALENCIO; MENDONÇA, 2008).

No artigo de Bessa, Maia e Oliveira Neto (2012), com base no uso das categorias território e saberes tradicionais, com entrevistas semiestruturadas, é discutida a relação do território com as políticas institucionais para os pescadores artesanais. Os autores apontam para uma falência das instituições formais e informais relacionadas com a pesca artesanal, que causam impactos nos modos de vidas e apropriações inadequadas dos recursos naturais, além disso, afirmam que as políticas territoriais não são capazes de enfrentar a expansão do capital (expresso nos empreendimentos). É feita uma crítica à estrutura institucional da pesca no Brasil, pois não é uma forma livre e democrática. Por fim, são apontadas algumas reivindicações feitas pelos pescadores, como mais programas de créditos e maiores investimentos em pesquisas que possam auxiliar a pesca artesanal.

McConney, Medeiros e Serafini (2014) afirmam a necessidade de adotarem-se novas possibilidades para a gestão e pesquisa sobre a pesca artesanal em toda a América Latina, para isso apresentam a perspectiva do *ecosystem stewardship*. O conceito pode substituir a ideia de gestão ou manejo, trazendo à responsabilidade todos os sujeitos que se utilizam de determinado recurso, mesmo que esse recurso não possua donos, além de trazer a responsabilidade também pelo direito à vida de outras espécies e outras gerações e uma cogestão

sobre os recursos. Como uma referência à ser seguida, os autores citam a rede *Too big to ignore* (TBTI)⁸ que vem buscando mobilizar conhecimentos sobre a importância socioeconômica da pesca e a questão ecossistêmica relacionada.

O artigo de Delaporte, Hellebrandt e Allison (2014) é o único a debater a questão da segurança alimentar na pesca artesanal, tratando a atividade como um sistema alimentar. É feita uma análise das práticas de governança da pesca artesanal (sobretudo em organizações da sociedade civil, como cooperativas e ONG's, os setores governamentais e privado apenas figuraram indiretamente), sob o prisma da segurança alimentar, analisando 9 iniciativas em países latino americanos. Como resultado, notou-se uma ausência de elementos de segurança alimentar e nutricional na maioria das iniciativas analisadas.

No artigo de Manesch, Ribeiro e Ferreira (2017) é feita uma análise do uso e gestão de uma Reserva Extrativista (RESEX) marinha, que tenta integrar pesquisadores, comunidade, pescadores e gestores públicos. Utilizando o conceito de território e comunidades tradicionais, os autores demonstram as experiências e os desafios para a gestão da RESEX e refutam a ideia da "tragédia dos comuns", como apareceu no artigo de Nascimento (2012) (abordagem ambiental), demonstrando experiências positivas nos usos da Reserva.

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES

Neste estágio, que diz respeito a última fase (3ª) da metodologia de Denyer, Smart e Tranfield (2003), foram relatadas as evidências, apontamentos e recomendações presentes nos textos analisados, e por meio da avaliação do problema aqui proposto e das necessidades de pesquisa que foram identificadas, foram realizadas outras recomendações para a discussão do tema.

Em relação aos impactos produzidos na pesca, os artigos e outros tipos de trabalhos dos autores Agüero (1992), Nogueira (2005), Abreu (2011), Silva (2011), Valencio e Mendonça (2014), Valencia (2014), Díaz e Caro (2016), Oviedo (2017), Manesch, Ribeiro e Ferreira (2017), Moreno (2018) apontam para os conflitos dos pescadores artesanais com a pesca industrial. Abreu (2011), Nascimento (2012) e Souza e Ferreira (2014) demonstram um conflito dos pescadores artesanais com outras modalidades de pescadores (esportivos, clandestinos, de "fora" da comunidade).

Lima (2006), Valencio e Mendonça (2008), Silva (2011), Bessa, Maia e Oliveira Neto (2012), Souza (2015) e Manesch, Ribeiro e Ferreira (2017) caracterizam como principal conflito a disputa de território dos pescadores com as empresas de turismo, ou com turistas, ou grandes empreendimentos imobiliários ou industriais. Guerrero-García (2014) e Simões, Amorim e Medeiros (2013), Carvalho (2010), Valencio e Venturato (2009) indicam para os conflitos com os megaprojetos, como sistemas de irrigação, barragens, hidrelétricas, que alteram a estrutura e dinâmica do ecossistema aquático interrompendo rotas migratórias e levando ao desaparecimento de espécies e diminuição dos estoques pesqueiros.

Moreno (2018), Díaz e Caro (2016), Valencia (2014), Silva (2011), Valencio e Mendonça (2008), Beltrán Turriago (2001) e Lima (2006) apontam para uma falta de políticas públicas que planifiquem de maneira ordenada a atividade pesqueira, alertando também para a falta de participação e representação política dos pescadores, ausência de diálogo do Estado com os mesmos, falta de políticas públicas para a pesca artesanal ou para um cenário em que as políticas para a pesca artesanal não incorporam o saber e o fazer tradicional, superando o valor da tradicionalidade e de modos de vida não urbano-industriais na pesca artesanal. Assim, evidenciando um grande conflito entre a existência de políticas públicas que não condizem com as reais necessidades dos pescadores e da pesca artesanal. Frente a esse problema, é afirmado por boa parte dos trabalhos que uma maior participação política e uma atuação mais justa do Estado poderiam trazer mais garantias e direitos aos pescadores (BELTRÁN TURRIAGO, 2001; DELAPORTE; HELLENBRANDT; ALLISON, 2014; MCCONNEY; MEDEIROS; MORENO, 2018; SERAFINI, 2014; SILVA, 2011; VALENCIA, 2014; VALENCIO; MENDONÇA, 2008).

⁸ Disponível em: <<http://toobigtoignore.net/>> Acesso em: 16/06/2019.

Em relação à atuação do Estado, Delaporte, Hellenbrandt e Allison (2014) percebem, no caso da pesca artesanal, uma corrente influente que propõe a limitação nos usos e acessos dos recursos e a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil como fundamentos para gestão pesqueira sustentável. Nesse sentido, deve-se tomar esse cuidado, para não cair na armadilha neoliberal travestida de empoderamento da sociedade civil. Os autores (DELAPORTE; HELLENBRANDT; ALLISON, 2014) defendem que é na articulação entre Estado e sociedade civil que reside o maior potencial de desenvolvimento de ações efetivas.

Nogueira (2005), Adomilli (2006) e Díaz e Caro (2016) debatem o conflito de pescadores com Unidades de Conservação, pois os órgãos de fiscalização proíbem determinadas pescarias em determinados períodos do ano que são infundadas e baseadas em um modelo de preservação imposto pelo Estado que não abrange os modos de vidas das comunidades tradicionais. Nesse sentido, Adomilli (2006) e Díaz e Caro (2016) fazem uma crítica às políticas ambientalistas do Estado. Nogueira (2005) também a faz, porém este aponta como principal conflito o da pesca artesanal com uma oligarquia local de agropecuaristas, que restringem o uso das águas pelas comunidades de pescadores.

McConney, Medeiros e Serafini (2014) afirmam que a América Latina compartilha características e desafios em comuns, como a sobreexploração dos recursos pesqueiros, conflitos entre tipos de pescarias e dificuldades de infraestrutura (desembarque, processamento e comercialização). Além disso, alertam para as pesquisas estarem interpretando a atividade como sistema socioecológico, e deveria incorporar a perspectiva dos sistemas adaptativos complexos, como também apontado por Delaporte, Hellenbrandt e Allison (2014), recomendando a perspectiva do *ecosystem stewardship*. Nesse sentido, os autores fazem as seguintes recomendações: a) fortalecer os arranjos institucionais, promovendo a colaboração de todos os atores; b) abordagens colaborativas de monitoramento, que adotem os saberes tradicionais dos pescadores; c) fortalecimento das capacidades locais para a autorregulação e auto-organização dos pescadores; d) reconhecimento da relevância de outros atores nos problemas de pesquisa;

Quanto às recomendações identificadas nos trabalhos, se destacam as de que o setor pesqueiro necessita ser incorporado aos planos de desenvolvimento e ordenamento territorial do país e que os pescadores não devem ser olhados apenas como “operadores econômicos” (MORENO, 2018, p. 349), mas a questão cultural e social desses trabalhadores também deve ser revisada e incorporada nas pesquisas e políticas (DELAPORTE; HELLENBRANDT; ALLISON, 2014; MCCONNEY; MEDEIROS; SERAFINI, 2014; SILVA, 2011). Silva (2011) afirma que, no Brasil, os estudos acerca da pesca artesanal são escassos e imprecisos, ressaltando a necessidade da elaboração de estudos sobre a pesca artesanal, especificamente sobre a cadeia produtiva e o trabalho. Segundo Valencia (2014), as questões de governança, políticas públicas e organização comunitária também são pouco trabalhadas dentro da questão da pesca e pelos acadêmicos na Colômbia, ressaltando a necessidade de mais estudos nessas áreas.

Para os autores Delaporte, Hellenbrandt e Allison (2014) e McConney, Medeiros e Serafini (2014), não adianta debater os impactos de redução dos pescados e deixar de lado os problemas de saúde pública, da desnutrição e da marginalização dos pescadores nos processos políticos. Além disso, nas pesquisas sobre a pesca artesanal, é importante dar atenção a iniciativas locais e de menor escala, que tendem a ser efetivas na mobilização popular e a promover a inclusão social, mas são difíceis de documentar e avaliar, em contraponto às ações de organizações internacionais, que recebem maior exposição midiática e o reconhecimento de atores influentes nas pesquisas e no ativismo (DELAPORTE; HELLENBRANDT; ALLISON, 2014)

O documento de Beltrán Turriago (2001) constata as necessidades de: a) uma maior diversificação das atividades realizadas pelas comunidades de pescadores, para não sobreexplorar os estoques pesqueiros, de preferência as atividades que incorporem as mulheres; b) capacitação dos pescadores para além dos assuntos de pesca, mas também sociais e necessidades das comunidades; c) ação de profissionais da área social (antropólogos, assistentes sociais e outros) para ajudar a compreender as necessidades e desafios das comunidades; d) maior divulgação dos programas estatais de créditos para pescadores e auxílio para a sua realização.

Valencio e Mendonça (2008) também sustentam alguns caminhos que podem ser tomados em relação à pesca artesanal: a) alfabetização dos pescadores; b) criação e fiscalização de um ambiente de coresponsabilidade com os pescadores em que sejam valorizados seus saberes tradicionais; c) uso dos conhecimentos tradicionais como fonte de informações para estudos ecológicos e alterações ecossistêmicas.

Nascimento (2012) defende que a criação de Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX), semelhantes às Zonas Exclusivas de Pesca Artesanal (ZEPA's), na Colômbia, seria a solução para os conflitos que envolvem território e pesca. Assim, as RESEX seriam um instrumento essencial para o desenvolvimento e manutenção dos territórios sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação sobre a temática da Pesca artesanal na América Latina, foi possível constatar algumas evidências, perante as pesquisas que têm sido realizadas, bem como pudemos identificar necessidades, tendências e recomendações para pesquisas futuras.

Em relação às áreas dos estudos, a predominância é de artigos de Geografia, Antropologia, Sociologia e interdisciplinares (ecologia, agroecologia e ciências ambientais). Constatou-se uma predominância absoluta de pesquisas qualitativas, já que todos os documentos analisados tratam-se de estudo de caso, sendo que a maioria com trabalhos de campo que são desenvolvidos com diversas metodologias, como entrevistas, fotodocumentação, mapeamento participativo, observação participante etc. Além disso, para todos os estudos também foram realizadas pesquisas documentais acerca das temáticas e das áreas de estudos.

Entre os principais conceitos utilizados para as discussões estão o território e o modo de vida, discutidos principalmente por meio dos autores Rogério Haesbaert, Marcos Saquet e Claude Raffestin. Em relação aos conceitos referentes à pesca, como pesca artesanal, pescadores, pequena produção mercantil, a definição para esses conceitos foi semelhante em todos os documentos, sendo que o autor mais evocado para tratar do assunto e de seus conceitos relacionados com as comunidades marítimas foi o antropólogo Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (1983, 1995).

Outros autores brasileiros que apareciam muito nos trabalhos, especialmente naqueles produzidos no Brasil, foram Milton Santos (para tratar do espaço, território, circuitos da economia, modernização), Simone Carneiro Maldonado e Alpina Begossi (para tratar da pesca artesanal) e Paul Elliot Little (no debate das comunidades tradicionais e das políticas ambientais). No entanto, constatou-se uma predominância de autores dos países do norte desenvolvido, como Fikret Berkes, Elinor Ostrom, Clifford Geertz, Maurice Godelier, Lévi-Strauss e Anthony Giddens. Por se tratar de trabalhos desenvolvidos no contexto latino-americano, notamos uma ausência do uso de epistemologias latino-americanas, como correntes teóricas sobre o decolonialismo, ou mesmo o uso de autores latino-americanos para o debate ambiental, que também se mostrou ausente (exceto de autores brasileiros).

Em todos os artigos, as definições dos conceitos de pesca artesanal e pescadores artesanais demonstraram-se semelhantes, a maioria dos artigos apontou para uma drástica diminuição da pesca artesanal, ou seja, uma visão pessimista, porém realista, acerca da continuidade da atividade, que aparenta não poder competir com as atividades relacionadas à reprodução ampliada do capital. Em geral, os artigos tratam os pescadores como camponeses, pois aqueles também realizam uma atividade que possui características não capitalistas no processo de produção da mercadoria (pescado). No Brasil, os pescadores artesanais aparecem como sujeitos que pertencem a distintas culturas, como os quilombolas, caiçaras, camponeses, ribeirinhos, já na Colômbia, os pescadores são classificados principalmente como afrocolombianos. Boa parte dos artigos também tratou a questão das mulheres pescadoras, demonstrando que mesmo que aquele que realiza efetivamente a pesca seja sempre o homem, a mulher muitas vezes realiza coleta de mariscos, caranguejos ou ostras, sendo a responsável pela limpeza do pescado e por procedimentos pós-pescaria, bem como de socializar os filhos com o modo de vida de pescador e auxiliar o homem no preparo para a saída.

Todos os artigos que tratavam da pesca na Colômbia traziam documentos da FAO e/ou da OCDE sobre a atividade pesqueira. Em todos aqueles trabalhos (teses, artigos, dissertações e monografias) em que foram discutidos conflitos socioambientais no Brasil, entre pesca e grandes projetos, observamos que por trás da instalação de todos os megaprojetos havia empresas envolvidas em grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez.

Uma dificuldade que se faz presente, nas pesquisas sobre a pesca artesanal na América Latina, é a falta de bases de dados que contenham informações precisas e organizadas sobre a atividade, como ressaltado por diversos autores. Além disso, as pesquisas devem ser interdisciplinares e tentar integrar as ciências humanas com as ambientais, fazendo o cruzamento de dados sobre os aspectos humanos, mas também naturais e ecológicos.

O resultado obtido a partir da RBS constitui o “estado da arte” e demonstra que a pesquisa em questão contribui com algo novo e inédito para a área do conhecimento em que a pesquisa é realizada (CONFORTO, AMARAL e SILVA, 2011), bem como pode ser um aporte para novas pesquisas na área, sendo importante salientar que além dos documentos analisados, as suas referências poderão abrir um leque para o conhecimento de novos trabalhos na área e novos referenciais teóricos.

REFERÊNCIAS

AGUERO, M. La pesca artesanal en América Latina: Una visión panorámica. p.1 - 27. In.: AGUERO, M (org.). **Contribuciones para el estudio de la pesca artesanal en América Latina. Manila (Philippines):** International Center for Living Aquatic Resources Management, 1992. Disponível em: <<https://digitalarchive.worldfishcenter.org/bitstream/handle/20.500.12348/3010/Pub%20CP6%2035.pdf?sequence=1&isAllowed=>>>. Acesso em: 17/05/2019.

ABREU, G. C. **Território da pesca: uso do espaço aquático no baixo rio solimões - município de Manacapuru – AM.** 2011. 105 f. Dissertação (Mestre em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2011. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2797>>. Acesso em: 17/05/2019.

BELTRÁN TURRIAGO, C. S. Promoción de la ordenación de la pesca costera: Aspectos socioeconómicos y técnicos de la pesca artesanal en El salvador, Costa Rica, Panamá, Ecuador y Colombia. Roma: Departamento de pesca, FAO, **Circular de pesca nº 957/2**, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/AD056S/ado56Soo.htm>>. Acesso em: 17/05/2019.

BESSA, A. P. J.; MAIA I. S.; OLIVEIRA NETO J. T. Território da pesca e aquicultura: a experiência do Assu - Mossoró no semi-árido potiguar. In.: **I Seminário de Geoecologia e planejamento territorial-** Universidade Federal de Sergipe, p.1-13, 2012. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/22705826/territorio_da_pesca_e_aquicultura.pdf> Acesso em: 18/05/2019.

CARVALHO, N. F. **Do Dourado à Tilápia:** Compensação ou imposição? Mudanças no modo de vida dos pescadores atingidos pela UHE Funil. 2010. 80 f. Monografia (graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2010.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: **Anais do 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://vision.ime.usp.br/~acmt/conforto.pdf>> Acesso em: 13/05/2019.

DELAPORTE, A.; HELLEBRANDT, D.; ALLISON, E. Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina. **Revista desenvolvimento e meio ambiente** - UFPR, n. 32, p. 7 -27, dez.2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35548>>. Acesso em: 19/05/2019.

DENYER, D.; TRANFIELD, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review*. **British Journal of Management**, v. 14, p. 207–222,

2003. Disponível em: <<https://www.cebma.org/wp-content/uploads/Tranfield-et-al-Towards-a-Methodology-for-Developing-Evidence-Informed-Management.pdf>> Acesso em: 13/05/2019.

DÌAZ, J. M.; CARO, N. El mar como territorio y la pesca como actividad tradicional en el Pacífico Chocoano. p. 27 - 33. In.: DÌAZ, J.M.; GUILLOT, L.; VELANDIA, M.C. (orgs.). **La pesca artesanal en la costa norte del Pacífico colombiano: un horizonte ambivalente**. Fundación MarViva, 2016. Disponível em: <http://marviva.net/sites/default/files/documentos/la_pesca_artesanal_final_web.pdf>. Acesso em: 19/05/2019.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUP-USP, 1995.

ADOMILLI, G. K. Tempo e Espaço: Considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS em um contexto de conflito ambiental. **Revista Iluminuras**, v.7, ano 15, p.1-28, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1263/Tempo%20e%20espa%C3%A7o%20considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20modo%20de%20vida%20dos%20pescadores%20do%20Parque%20Nacional%20da%20lagoa%20do%20Peixe%20-%20RS%20em%20um%20contexto%20de%20conflito%20ambiental.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20/05/2019.

GUERRERO-GARCÍA, P. K. Dos siglos de desecación en Laguna de Fúquene (Colombia): impactos en la pesca artesanal. **Agua y territorio**, n.4, p.47-58, julio-diciembre/2014. Disponível em:<<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atma/article/view/2163>> Acesso em: 21/05/2019.

GUIMARÃES, T. C. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2012.

LIMA, M. C. Pescadoras e pescadores artesanais no Ceará: Modo de vida, confrontos e horizontes. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 5, n.10, p. 39-54, 2006. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/66>>. Acesso em: 21/05/2019.

MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G.; FERREIRA, V. T. B. A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas. **RAF - Revista de Agricultura Familiar**, v.11, nº 02, jul-dez 2017, p. 49-56. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5326/0>> Acesso em: 20/05/2019.

MCCONNEY, P.; MEDEIROS, R. P.; SERAFINI, T. Z. Fortalecendo o ecosystem stewardship na pesca artesanal: perspectivas para a América Latina e Caribe. **Revista desenvolvimento e meio ambiente - UFPR**, n. 32, p. 181-191, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/38819>> Acesso em: 20/05/2019.

MORENO, L. T. La pesca y los pescadores artesanales en Colombia. **Revista Pegada**, v. 19, n.2, p.343-377, maio-agosto/2018. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5514>> Acesso em: 21/05/2019.

NASCIMENTO, Gl. C. C. Território e mar: os paradoxos na pesca em "currais" Cabedelo-PB. **Caos - Revista eletrônica de Ciências Sociais da UFPB**. n. 21, p.165-171. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n21/14.%20Territorio%20e%20Mar%20Cabedelo.pdf>>. Acesso em: 22/05/2019.

NOGUEIRA, C. S. **Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará)**. 2005. 179f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém-PA, 2005.

OVIEDO, A. F. P. Pescadores de Manoel Urbano e a construção de um território de pesca numa perspectiva etnoecológica. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 1, n. 2, p.103-126, Jul/Dez 2017. Disponível em: <www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/.../324>. Acesso em: 22/05/2019.

SILVA, C. A. Industrialização e Pesca artesanal na baía de Guanabara–Metrópole do Rio de Janeiro: limites e conflitos nos usos do território. **1º seminário de espaços costeiros**. UFBA, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/14687>> Acesso em: 23/06/2019.

SILVA, C. N.; SOUZA, H. P.; LIMA, J. B.; SILVA, J. M. P.; VILHENA, T. M. Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Brasil). **Revista NERA**, ano 20, n.40, p. 246-272, Set-Dez/2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5017>>. Acesso em: 23/06/2019.

SIMÕES, A.; AMORIM, B.; MEDEIROS, M. B.. A comunidade Açaizal e a escassez de recursos naturais à jusante da barragem de Tucuruí: conflitos e mudanças no modo de vida dos pescadores do município de Baião, estado do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-5, nov. 2013.

SOUZA, E. M. S. Um resort na restinga de Maricá / RJ: modernização do território e destruição da pesca artesanal em uma área de proteção ambiental. Espaço e Economia - **Revista brasileira de geografia econômica**, ano 3, n. 6, p.1-16, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1713>> Acesso em: 23/05/2019.

SOUZA, E. B. C.; FERREIRA, G. Território da pesca no lago de Itaipu: estudo de caso da Colônia Z11. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.41, n.2, p.361-383, maio de 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/download/44246/29480>>. Acesso em: 23/05/2019.

VALENCIA, F. M. **Aportes para la construcción de una política pública de pesca en Colombia**. El caso del grupo interinstitucional y comunitario de pesca artesanal del pacifico norte en Bahía Solano - Chocó. 42 f. Dissertação de mestrado: Universidad EAFIT Mestrado em gobierno y políticas públicas, Medellín, 2014. Disponível em: <<https://repository.eafit.edu.co/handle/10784/5409>>. Acesso em: 22/05/2019.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T. O papel da modernidade no rompimento da tradição as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Boletim do Instituto de Pesca**, n.34, v.1, p.107-116, 2008. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/34_1.pdf>. Acesso em: 22/05/2019.

VALENCIO, N. F. L. S.; VENTURATO, R. D. Desafios do modo de vida da pesca artesanal em uma região em crescimento: a comunidade Tanquã, Piracicaba/SP. **Boletim do Instituto de Pesca**, n.35, v.2, p.319-333, 2009. Disponível em: <https://www.pesca.agricultura.sp.gov.br/35_2_319-333.pdf>. Acesso em: 23/05/2019.

OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA, A MARINHA DO BRASIL E A VIOLÊNCIA BIOÉTNICA

ARTISAN FISHERS OF GUANABARA BAY, BRAZILIAN NAVY AND BIOETHNIC VIOLENCE

PESCADORES ARTESANOS DE LA BAHÍA DE GUANABARA, ARMAS BRASILEÑAS Y VIOLENCIA BIOETÉNICA

FERREIRA, Cesar Bernardo

PUGGIAN, Cleonice

RESUMO

Este artigo é o desdobramento de minha tese de doutoramento e apresenta um estudo qualitativo, de base etnográfica, sobre os casos de violência relatados por pescadores artesanais na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O objetivo geral deste estudo foi investigar como a violência advinda das delimitações territoriais da Marinha do Brasil, interferem no trabalho do pescador artesanal. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como "bola de neve". Os instrumentos para coleta de dados foram observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos 21 pescadores artesanais, das colônias Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Associação de Pescadores de Tubiacanga, pescadores sem afiliação e um representante da FEPEJ. A análise dos dados coletados intercorreu através da figuração da tematização dos discursos. Os resultados indicam que os casos de violência relatados estão relacionados ao avanço das fronteiras das edificações e aquartelamentos navais da Marinha do Brasil sobre o espaço de pesca e coleta artesanal. Percebemos a complexidade da multiterritorialização, de configuração complexa na região da baía de Guanabara. Alegamos que os pescadores e coletores artesanais perpassam por um estado de violência bioétnica, resultando na devastação dos ecossistemas no epistemicídio étnico, a aniquilação cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais. Marinha do Brasil. Baía de Guanabara. Violência Bioétnica.

ABSTRACT

This article is the outcome of my doctoral thesis and presents a qualitative, ethnographically based study of the cases of violence reported by artisanal fishermen in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The general objective of this study was to investigate how the violence arising from the territorial delimitations of the Brazilian Navy interferes with the work of artisanal fishermen. The sample was built using the methodology known as "snowball". The instruments for data collection were participant observation and semi-structured interviews. We interviewed 21 artisanal fishermen from colonies Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Associação de Pescadores de Tubiacanga, fishermen without affiliation and a representative of FEPEJ. The analysis of the collected data was carried out through the figuration of the discourse themes. The results indicate that the reported cases of violence are related to the advance of the frontiers of naval buildings and barracks of the Brazilian Navy over the space of fishing and artisanal collection. We noticed the complexity of multi-territorialisation, of complex configuration in the Guanabara Bay region. We claim that the fishermen and artisanal collectors go through a state of bioethnic violence, resulting in the devastation of ecosystems in the ethnic epistemicide, the cultural, labor and existential annihilation of these men and women.

Keywords: Artisanal Fishermen. Brazilian Navy. Guanabara Bay. Bioethnic Violence.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de mi tesis doctoral y presenta un estudio cualitativo y etnográfico de los casos de violencia denunciados por pescadores artesanales en la Bahía de Guanabara, Río de Janeiro. El objetivo general de este estudio fue investigar cómo la violencia que surge de las delimitaciones territoriales de la Armada Brasileña interfiere con el trabajo de los pescadores artesanales. La muestra se construyó utilizando la metodología conocida como "bola de nieve". Los instrumentos para la recopilación de datos fueron la observación participante y las entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos a 21 pescadores artesanales de las colonias Z-8, Z-9, Z-10, Z-11, Asociación de Pescadores de Tubiacanga,

pescadores sin afiliación y un representante de FEPERJ. El análisis de los datos recogidos se realizó a través de la figuración de los temas del discurso. Los resultados indican que los casos de violencia denunciados están relacionados con el avance de las fronteras de los edificios navales y cuarteles de la Armada brasileña en el espacio de la pesca y la recolección artesanal. Hemos notado la complejidad de la multiterritorialización, de la configuración compleja en la región de la Bahía de Guanabara. Afirmamos que los pescadores y recolectores artesanales atraviesan un estado de violencia bioétnica, que resulta en la devastación de los ecosistemas en el epistemicida étnico, la aniquilación cultural, laboral y existencial de estos hombres y mujeres.

Palabras clave: Pescadores Artesanales. Marina de Brasil. Bahía de Guanabara. Violencia Bioétnica.

INTRODUÇÃO

(Pescador Antônio) A pesca artesanal é a minha vida, ela é linda! Você poder pegar um guaiamum, pegar dentro do período que pode, você sabe que não pode pegar a fêmea... É lindo! Todo mundo acha estranho o cara estar ali dentro do mangue... É uma delícia, cara! Você estar ali dentro daquele manguezal, cheio de raízes, meter a mão no buraco para pegar um guaiamum é uma alegria quando consegue pegar, você vê a alegria dos outros companheiros, é uma delícia! E, na pesca do peixe, quando você dá um lance na rede e ela vem cheia de peixes, que coisa linda! O peixe pulando, se manifestando, muita alegria que traz! É lindo! Que bom seria se eu pudesse voltar no tempo há 100 anos atrás e pescar!

Neste artigo apresentamos uma análise das narrativas dos pescadores artesanais acerca da violência sofrida, na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro, pela Marinha do Brasil, por conta das disputas territoriais existentes na região. A questão norteadora foi: como se dão os casos de violência enfrentados pelos pescadores artesanais das colônias de pescadores da baía de Guanabara durante a realização do seu trabalho, nas imediações dos aquartelamentos da Marinha do Brasil na baía de Guanabara?

Para dar conta desta pergunta, elegi a metodologia da pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica. Segundo Mattos (2011), o estudo etnográfico é uma abordagem de investigação científica que permite ao pesquisador revelar importantes detalhes na pesquisa qualitativa, principalmente nos estudos das desigualdades sociais. Ainda, segundo a autora, a metodologia etnográfica nos permite aprofundar a pesquisa dentro dos limites de uma realidade peculiar, buscando premissas e maior compreensão acerca da temática estudada.

Nos dias atuais, os pescadores artesanais da baía de Guanabara precisam conviver com inúmeros problemas socioambientais. Esses problemas, quando são postos pelos pescadores através de denúncias produzem represálias, inclusive com o risco de morte, pois vários pescadores já perderam suas vidas na militância sobre seus direitos constitucionais. Outros, por sua vez, já sofreram ameaças, ou sofreram algum tipo de vingança, tendo que se mudar da localidade onde moravam, ou abandonar a atividade pesqueira.

Por conta dos inúmeros problemas sociais que os pescadores artesanais estão expostos, que ora proponho o conceito de "violência bioétnica", tendo como justificativa, a estreita conexão com a metrópole e suas mazelas sociais em que os pescadores estão sujeitos. Ainda, sobre o conceito de violência bioétnica, assumimos uma concepção mais próxima da vertente socioambiental, edificada através das interrelações dos pescadores com a Marinha do Brasil, na baía de Guanabara.

MATERIAIS E MÉTODOS: A ÁREA DE ESTUDO

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa em maio de 2017, sendo aprovado em outubro, momento em que comecei a realizar as entrevistas em campo, iniciando a fase de coleta de dados. Elegi como principais instrumentos para coleta de dados a observação participante e as entrevistas semiestruturadas. Realizei visitas semanalmente às colônias de pescadores, com o consentimento dos líderes. Geralmente, as visitas aconteciam nos finais de semana, durante o turno da manhã, quando os pescadores estavam presentes. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como "bola de neve". Esta forma de amostragem consiste na identificação pelo pesquisador de um ou mais colaboradores que possam ser entrevistados primeiro e que, por sua vez, indiquem outros para participar (BAILEY, 1982; BALDIN;

MUNHOZ, 2011). Para preservar a identidade dos pescadores que aceitaram participar como interlocutoras da pesquisa, demos-lhes pseudônimos, para assim, mantermos o compromisso ético firmado entre eles e o Comitê de Ética. Adotamos dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados.

Optei por conduzir as entrevistas nas próprias colônias de pescadores, locais de onde partem e chegam do mar, ou seja, um local de trabalho. Os aspectos temáticos emergentes nestas conversas e relatos foram anotados no caderno de campo. Conduzi aproximadamente 200 dias de trabalho de campo, compreendidos entre os períodos de outubro de 2017, quando o projeto foi aprovado pelo comitê de ética, a abril de 2018.

Quanto ao número de participantes da pesquisa, foram entrevistados 21 pescadores artesanais, sendo: cinco da Colônia Z-8, quatro da Z-9, quatro da Z-10, quatro da Z-11, dois da Associação de Pescadores de Tubiacanga, dois pescadores sem afiliação, ou seja, pescadores que não fazem parte de nenhuma organização de pescadores (colônia ou associação) e um representante da FEPERJ. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. As entrevistas tiveram durações variadas, de 48 minutos a duas horas. Algumas foram interrompidas em momentos de emoção, para alimentação, necessidades fisiológicas e até mesmo trabalho. Após a coleta dos dados, entre os meses de maio de 2018 e novembro de 2018, dediquei-me à transcrição das entrevistas e à análise dos dados.

A MARINHA DO BRASIL, OS PESCADORES ARTESANAIS E A BAÍA DE GUANABARA: UM BREVE PANORAMA

O Brasil, possui uma extensão costeira de aproximadamente 4,5 milhões de km² e uma linha costeira de mais de 8.000 Km, abrigando neste espaço a maior extensão contínua de manguezais do mundo, com aproximadamente 1,3 milhões de hectares. O Brasil também abriga os únicos ambientes recifais do oceano Atlântico Sul, distribuídos no decorrer de mais de 3.000 km da costa nordeste, sendo a grande maioria dessas espécies de cnidários, serem consideradas endêmicas¹ para o Brasil. Segundo a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), todo este espaço territorial é denominado de Amazônia Azul (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

A baía de Guanabara, segunda maior do litoral brasileiro, possui uma hidrologia única, sendo cheia de contrastes. Desde o século XVI, com a chegada dos europeus, colonizadores dessa terra, que a tradição pesqueira se faz presente nas águas da baía de Guanabara, assim como de seus rios navegáveis, de suas enseadas, recôncavos e manguezais. A influência europeia, principalmente dos portugueses e espanhóis, também contribuiu para o crescimento da pesca (AMADOR, 1997), ela ocupa uma área de cerca de 380 km², incluindo ilhas, ilhotas e pedras, com um perímetro de 131 km, com uma capacidade hídrica marinha de 3 bilhões de m³. Nesse espaço, existem aproximadamente 82 km² de áreas de manguezal, sendo que 80%, ficam dentro da área de Proteção Ambiental em Guapimirim (APA Guapimirim), área sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizada na região nordeste da baía, sendo a região mais preservada.

A Marinha do Brasil é o órgão responsável em garantir a soberania nacional através de ações de patrulhamento e guarda do espaço marinho. Para tanto, a Marinha subdivide-se em 9 Distritos Navais, que são localizados no decorrer da costa brasileira, de forma estratégica. O 1º Distrito Naval é que tem a função de coordenar e gerir o espaço costeiro/marítimo do estado do Rio de Janeiro. A Marinha ocupa uma grande

¹ Espécie endêmica é aquela que tem distribuição natural restrita a um determinado lugar, o que a torna mais vulnerável à extinção se o seu habitat está ameaçado (CERQUEIRA et al., 2003).

extensão territorial na região da baía de Guanabara. São muitos quartéis, batalhões, unidades de ensino e pesquisa, que edificam suas instalações à beira dos costões e praias. São nesses locais que muitos peixes bentônicos², como garoupas e badejos, assim como os peixes nectônicos marisqueiros, ou seja, aqueles que se alimentam dos organismos bioincrustados³ nos costões rochosos, como os xereletes, corvinas, anchovas, dentre tantos outros, são atraídos pela fartura de alimento no local, característico daquele ecossistema.

Junto às instalações da Marinha na baía de Guanabara ocorrem constantes conflitos e tensões com os pescadores artesanais, especialmente na área de dois aquartelamentos: o Centro de Munição da Marinha do Brasil (conhecido como Boqueirão, que é o nome da ilha onde se encontra) e a Estação Rádio da Marinha do Brasil (figura 1), que possui suas edificações na entrada da colônia de pescadores Z-10, na Ilha do Governador. Além da restrição de aproximação da ilha do Boqueirão, há ainda o terminal da petroquímica Suzano, responsável pela produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e gases químicos derivados de petróleo.



Figura 1: Área ocupada pela Marinha do Brasil na baía de Guanabara com seus principais quartéis, batalhões e unidades de ensino e pesquisa, sendo: 1 – Ilha do Boqueirão, 2 – Estação Rádio da Marinha do Brasil, 3 – Batalhão de Blindados dos Fuzileiros Navais, 4 – Base dos Fuzileiros Navais da Ilha do Governador, 5 – Escola Técnica da Marinha, 6 – Complexo Naval, Caxias Meriti, 7 – Grupamento de Fuzileiros Navais, 8 – Comando da Marinha, 9 – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), 10 – Base de Fuzileiros Navais de Ilha das Flores, 11 – Base dos Fuzileiros Navais, 12 – Ilha de Mocanguê, 13 – Centro de Hidrografia da Marinha, 14 – Comando da Marinha do Brasil, 15 – Ilha das Enxadas, 16 – Primeiro Distrito Naval, 17 – Clube Naval Charitas. Destaque em vermelho aos quartéis com os maiores índices de incidentes envolvendo militares e pescadores (Boqueirão e Estação Rádio).

Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado do programa Google Earth Pro (2017).

O Centro de Munição da Marinha do Brasil (Boqueirão) foi instituído como organização militar na ilha do Boqueirão e na ilha do Rijo com a finalidade salvaguardar a munição da Marinha do Brasil em local seguro. Outra atribuição do Boqueirão é atender a quase todas as organizações militares da Marinha brasileira em todo

² Organismos bentônicos são aqueles que vivem no substrato dos fundos dos cursos de água, lagos, rios ou oceanos. Estes organismos, também designados por 'bentos', podem estar ou não fixos ao substrato, o sedimento que compõe o fundo. Organismos nectônicos são o conjunto dos animais aquáticos que se movem livremente na coluna de água, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção: as barbatanas ou outros apêndices (BARNES, 1994).

³ A bioincrustação marinha ou biofouling é vista atualmente como um processo resultante da colonização ou do crescimento de bactérias, algas e/ou invertebrados sésseis sobre superfícies submersas, sejam elas naturais, tais como rochas, madeira, outros organismos, etc. ou feitas pelo homem (cais, plataformas, cascos de navios, boias, cabos, etc.) (DA GAMA et al., 2009).

o território nacional, dando apoio logístico através da parceria com a Força Aérea Brasileira para a distribuição de munição, de armas portáteis e não-portáteis, granadas, explosivos e pirotécnicos, exercendo as tarefas de controle, gerenciamento e contabilidade dos materiais estocados sob sua responsabilidade. Vale ressaltar que devido à estocagem e manutenção de armamentos bélicos com grande potencial destruidor, suas instalações foram reconstruídas no ano de 1998, após um grave acidente, em 1995⁴, que devastou todo o complexo, matando um número desconhecido de militares, que a imprensa destacou em nota o “desastre” ocorrido no referido aquartelamento.

Entre os anos de 1919 e 1924, durante a primeira grande guerra, os pescadores artesanais eram considerados “guardiões da costa” pelo Estado, devido ao seu vasto conhecimento sobre o território da baía de Guanabara. Os pescadores prestavam um importante serviço ao Estado, pois os conhecimentos que possuíam acerca do litoral, possibilitava aos militares traçarem seus planos de defesa do continente. Eles eram um segmento da sociedade tido historicamente como “tutelados”, devido aos bons serviços que prestavam ao Rio de Janeiro, durante a guerra (HERCULANO, 2012).

REGULAÇÃO DO ESPAÇO MARÍTIMO NA BAÍA DE GUANABARA E A BUSCA PELO PESCADO: DESTERRITORIALIZAÇÕES E IMPEDIMENTOS A REALIZAÇÃO DA VIDA

Primeiramente cabe observar que a Marinha do Brasil é a força federal que regulamenta as normas do tráfego de embarcações em meios aquaviários fluviais e marinhos. Para tanto, define inúmeras regras de comportamento, tanto para as embarcações militares, quanto para as civis. Essas regras são descritas nas Normas de Autoridade Marítima (NORMAM) que foram criadas para a regulamentação da navegação e fundeio voltada para amadores, embarcações de esporte e recreio, clubes, entidades esportivas e demais embarcações civis, devendo ser respeitadas em todo o território nacional.

Existem inúmeros aquartelamentos edificadas às margens da baía de Guanabara, conforme falamos anteriormente. São locais onde há armas de guerra, munições e explosivos capazes de causar um grande estrago e que são acondicionados nesses espaços como parte de uma estratégia militar para salvaguardar a soberania do país.

A NORMAM utilizada para a proteção dos quartéis e batalhões da Marinha também serve para impor limites à aproximação das embarcações de portos, aeroportos, plataformas e navios da indústria do petróleo e petroquímica. A NORMAM contribui para a segurança nacional, protegendo espaços militares de possíveis atentados, como roubos e furtos de materiais bélicos, haja vista sua grande vulnerabilidade e potencial destrutivo, já que contém artefatos explosivos e armas que podem ser utilizadas contra a população/país.

Por outro lado, a NORMAM-03 0108, que regulamenta a distância das embarcações civis das suas instalações, diz que nenhuma embarcação pode se aproximar a menos de duzentos metros sob risco da Capitania dos Portos ser alertada ou mesmo da intervenção por parte das guarnições da guarda armada da Marinha (Fuzileiros Navais), para que possam tomar as providências necessárias para garantir a segurança das instalações (Quadro 1).

⁴ O acidente aconteceu numa tarde de domingo, dia 16 de julho de 1995, por volta das 17h25m, quando ocorreu uma forte explosão, seguidas de outras de menores proporções, causando um grande abalo nos bairros adjacentes à baía de Guanabara, principalmente na Ilha do Governador, além de Niterói e São Gonçalo, num raio de 50 quilômetros. Outras explosões se seguiram: eram os paióis de munição da Marinha do Brasil na Ilha do Boqueirão, resultando em choque, medo, pânico, correria e muita desorientação. Jornal o Globo de 17 de julho de 1995 (TARTAGLIA, 1995)..

Quadro 1: NORMAM-03 0108, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, Áreas de Segurança, com ênfase a letra "a".

Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações nas seguintes áreas consideradas de segurança:

- a) a menos de duzentos (200) metros das instalações militares;
- b) áreas próximas às usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleoeletricas, cujos limites serão fixados e divulgados pelas concessionárias responsáveis pelo reservatório de água, em coordenação com o CP, DL ou AG da área;
- c) fundeadouros de navios mercantes;
- d) canais de acesso aos portos;
- e) proximidades das instalações do porto;
- f) a menos de 500 (quinhentos) metros das plataformas de petróleo;
- g) áreas especiais nos prazos determinados em Avisos aos Navegantes; e
- h) as áreas adjacentes às praias, reservadas para os banhistas, conforme estabelecido no item anterior.

Fonte: Marinha do Brasil - Diretoria de Portos e Costas (2017).

Todavia, esses espaços de grande interesse nacional são também cobiçados pelos pescadores artesanais, que não os veem como alvos para atentados terroristas, nem tão pouco desejam adentrar esses locais com intenções diferentes das de pescar o sustento de sua família. Os pescadores artesanais aspiram esses locais por serem preservados, onde há possibilidade de uma pesca farta. Nota-se, portanto, que pescadores e militares da Marinha possuem visões divergentes quanto ao mesmo espaço, o que acaba gerando graves embates.

Esse "encolhimento" do território de trabalho dos pescadores se deve à expansão territorial dos aquartelamentos da Marinha, assim como à edificação de outros empreendimentos igualmente desterritorializadores como a indústria do petróleo e petroquímica, assim como os portos e aeroportos, poluição e degradação ambiental.

(Pescador Antônio) Aí, você vai passar na saída da boca da Barra, pelo lado de lá a Marinha, do lado de cá a Escola Naval, "tudo Marinha", que já está escrito nas boias de marcação: "Não encoste!" E o canal é passagem de navios para o cais do porto, o canal é o canal é o que, navios com contêineres entrando e saindo e saindo o dia todo! Você não pode nem pensar em largar a rede ali! O que te restou? Nada! Então, o pescador ele não tem mais nada, ele não tem mais o mar para pescar, ele é teimoso e vai para as áreas proibidas para pescar! É aí que eles tomam tiro de borracha, são oprimidos... É a realidade que está acontecendo, por que é um descaso tanto dos militares, quanto da Petrobras, eu digo dos líderes da Petrobras com relação aos pescadores artesanais. Lá fora, não, lá fora eles fazem um serviço de tubulações, que são de mar aberto, isso aí não prejudica o pescador artesanal, por que a pescaria dele é aqui na baía.

Outro pescador, sob a mesma ótica, complementa a análise, revelando a multidimensionalidade que, segundo Haesbaert (2011), a tomada do território das comunidades tradicionais, pode se dar através de diversas formas, como a política, o poder econômico, de forma simbólica ou até mesmo, naturalmente, porém, destacamos ainda, o Estado como sendo um desses atores desterritorializadores na região da baía de Guanabara.

(Pescador Gilson) Você vê, da boia da Marinha a gente não pode passar para pescar, que é onde tem algum peixe. Ali na Shell o vigia expulsa a gente... Eu fui numa reunião da Petrobras lá em São Cristóvão, que aí chegou um capitão do porto, mostrando uns slides, lá, e tal, ele disse: Essa área aqui é da Marinha, vocês não podem pescar, essa aqui também não, nem aqui, blábláblá... Aí ele falou: Se alguém tiver alguma pergunta pode fazer! Eu levantei o dedo, me identifiquei, eu sou o pescador fulano de tal e perguntei, onde vamos pescar então? Ele respondeu: Eu não sei te responder isso não! Então, você vê como é o negócio... Ele respondeu isso...

Fato interessante aconteceu durante a minha chegada numa colônia de pesca logo no início do trabalho de campo. Assim que cheguei à entrada percebi um alvoroço porque um grupo de onze pescadores foram presos por estarem pescando dentro dos limites do Boqueirão. Eles, os pescadores, foram levados ao presídio de Bangu, após serem autuados na delegacia por invasão de propriedade federal. Da mesma forma, sua embarcação com todos os petrechos de pesca foi apreendida pela Capitania dos Portos.

(Pescador Luciano) A embarcação foi apreendida pela Capitania dos Portos. Eles entraram no local e largaram a rede... Aquele papo de pescador... Foi a maré que levou a rede... Como é crime federal, levaram eles para Bangu... Acabou de acontecer... Eles entraram ali no Boqueirão... Todo mundo preso.

Nota-se que apesar do conhecimento da lei, os pescadores acabam se arriscando devido à necessidade de sobreviver, de pegar o peixe, de comercializá-lo para se manter, pagar as contas, sustentar a família. O discurso deles reafirma os desafios e dificuldades da pesca artesanal na baía de Guanabara, frente aos obstáculos existentes, como as barreiras e limites territoriais impostos pela Marinha. São discursos permeados por tristeza, decepção e frustração.

(Pescador Francisco) Aqui é assim, a capitania bate e diz que não pode pescar naquela área, né? Às vezes a capitania apreende os barcos deles, nós já tivemos vários barcos apreendidos aqui...

Na citação abaixo, acerca da mesma temática, percebemos um sentimento de pertencimento que caracteriza a cultura e o modo de vida desses pescadores. Conforme Furtado (2008) nos elucida, os territórios de pesca são delineados por marcações metafóricas, ligadas às tradições elencadas através do sentimento de pertencimento do território pelos pescadores artesanais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) A gente chegou aqui primeiro, a gente não pode ser proibida a pesca nesses lugares! Não podemos pescar no boqueirão, tem certos lugares que a gente não pode pescar, estamos restritos a certos lugares de pesca. Nem todo lugar de pesca é bom! Os melhores locais são proibidos, como o boqueirão, as ilhas que ficam as indústrias de petróleo, a ponte Rio e Niterói... Só nos restam os piores lugares, aqueles que não tem mais peixe, os lugares mais poluídos... Uma vez no boqueirão, era carnaval, eu estava pescando com um companheiro, o Gil, aí nós entramos no boqueirão para dar um lance e os fuzileiros expulsaram a gente de lá, vieram com uma lancha em cima da gente e mandaram a gente se afastar. Noutra vez eles vieram armados, apontando as armas e mandaram a gente sair e falaram "se vocês voltarem nós vamos dar tiro em cima!" Sempre temos esse atrito naquela região, se se aproximar, passar do limite das boias nós temos logo problemas com eles.

Vale destacar que a marinha do Brasil, através de suas cartas náuticas, delimita os quadrantes de segurança de acordo com as Normas de Autoridade Marítima, com ênfase nos aquartelamentos de maior interesse de segurança nacional, como os depósitos de combustível e munição, justamente para evitar a aproximação de qualquer embarcação na região, inclusive as embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais. Além das instituições militares, as cartas náuticas delimitam ainda a CEDAE, a Infraero e as edificações e embarcações petroquímicas.

Segundo o relato dos pescadores, os peixes de maior valor comercial, como o robalo (*Centropomus undecimalis*), dentre outras espécies, encontram-se nas costas guardadas pela Marinha do Brasil, sendo consideradas como mais preservadas e capazes de abrigar inúmeras espécies que procuram esses espaços, não só como um refúgio, mas também como áreas de forrageamento. Por outro lado, existem aqueles que dizem não entrar nas áreas demarcadas pela Marinha, por medo de sofrer algum tipo de violência ou sanção penal.

(Pescador Carlos) O peixe que tem o maior valor para a gente aqui é o robalo, que está entrando aqui, agora... Mas pra gente que não gosta muito de arriscar a vida, eu não pesco ele, por que ele dá muito lá na encosta da Marinha... Entendeu? E eu tenho amor à minha vida, então eu não vou...

Embora os pescadores reconheçam o perigo, alguns assumem o risco de trabalhar nesses locais devido às más condições de pesca em outros locais da baía, seja pela poluição, desmatamento dos manguezais que são locais de reprodução das espécies, seja pela criação das outras áreas de exclusão pesqueira, como a dos portos e aeroportos, favelas e edificações da indústria petroquímica que, a título de exemplo, citamos o trabalho de Lopes (2013) acerca dessas áreas de exclusão pesqueira.

A pesca na baía de Guanabara, apesar do intenso processo de eutrofização, se mantém em boas condições, em alguns pontos específicos, graças às suas características físicas, que possibilitam uma melhor troca de água, favorecendo assim, a existência de vida nesses locais. Esses pontos, cuja qualidade da água se torna favorável para a estabilização do ecossistema são na grande soma geográfica localizados em espaços da Marinha, justamente pela proibição de acesso a esses espaços.

Quando o pescador artesanal não consegue pescar o suficiente para manter-se, ele acaba por assumir o risco de entrar em águas proibidas, mesmo sabendo que pode sofrer sérias consequências, por desobedecer às normas de segurança, impostas pela Marinha. Constatamos, através dessa pesquisa, que os pescadores artesanais da baía de Guanabara, devido ao encolhimento dos locais de pesca, são obrigados a se submeterem a riscos de serem presos ou até mesmo feridos ou mortos, durante a realização de suas atividades laborais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) Teve uma época aqui, estávamos sem recurso, era final de ano, véspera de Natal, saímos para o mar, sem a carteira de pescador, pois para darmos entrada na documentação de pescador artesanal é muito caro, eles cobram muito caro! (colônias de pescadores), então nós corremos o risco de sair para pescar e sermos pegos pela Capitania dos Portos... Aí saímos para pescar e fomos no Boqueirão e conseguimos pegar três tabuleiros de corvina e um de camarão, daqueles grandões, que é o camarão verdadeiro... Então esse Natal foi muito bom, foi bem próspero! Deus nos ajudou.

Os resultados apresentados e os relatos dos pescadores indicam que eles decidem se arriscar, aventurando-se muitas vezes, em locais perigosos, sob a eminência de serem presos, feridos ou mortos. Arriscam-se diuturnamente devido à falta de condições de trabalho e de pescado em outras regiões da baía de Guanabara.

(Pescador Roberto) Eu já cansei de ir, a gente encostava o barco até na areia do quartel, por que não tinha tiro, só tinha aviso: Senhor, saia daí! E olha só, vou dar tiro para cima! Aí, meu pai gritava: Espere aí, estou com minha filha aqui, eu me perdi! Conversa fiada! Mas aí, era o tempo de largar a rede, dois panos de rede, uns zoom de rede, e era o tempo de largar a rede e a rede já vinha com muito peixe mesmo! Aí, era só ir embora para casa. [...] Então, você pesca ali no Boqueirão, em 30 minutos você faz mil reais, no outro dia você faz 30 reais o dia inteiro. Está entendendo a diferença? Por isso o pescador vai para ali, ele não vai para invadir por que ali é área da Marinha, por que tem munição, ele não vai ali com essa intenção, vai com a intenção de pescar.

Quando perguntamos sobre as motivações para arriscar a vida adentrando nas áreas de Marinha, diversos pescadores relataram suas experiências pessoais. Tivemos pescadores que alegam que os locais onde estão os aquartelamentos são os melhores locais por abrigarem os melhores peixes, assim como os de maior valor econômico, cuja captura diminuiria muito o tempo de trabalho, de permanência no mar, além de dirimir os gastos com combustível, alimentação e exposição aos agentes do intemperismo que são fatores de grande desgaste físico e psicológico (ROSA; MATTOS, 2010).

(Pescador Antônio) Em relação a outro perigo que nós pescadores artesanais corremos, é em relação às áreas de Marinha [...] A gente sofre com esse tipo de coisa, pois está cada vez mais difícil levar o sustento para a família. Tem a área de 500 metros que você não pode se aproximar [...] Aí, as costas a Marinha usa, tem o depósito de combustível da Marinha do Brasil, gás, depósito de munição no Boqueirão, todas as ilhas, que são locais mais rasos, você não pode encostar por que elas pertencem à Marinha. Aí o pescador ficou sem um local de trabalho, aí o que acontece? Todos os dias temos que correr riscos! Por que? Nós somos obrigados a pescar nos locais que são proibidos! Qual outro lugar que restou para pescar? Nenhum! A não ser que a gente pesque aqui na lama... Onde não tem peixe! Ou então, nos locais de Marinha onde tem os melhores peixes... Peixe não quer água poluída, peixe quer água corrente, onde tem mudança de águas todos os dias, por que a água sai da boca da barra e volta, tem um movimento de água na baía, devido às marés... Aqui dentro a água é poluída, aqui não tem peixe para trabalhar, e nessas áreas que tem peixe foram ocupadas pela Marinha e Petrobras. Então, o pescador artesanal passa por esse problema aí, essa realidade!

Outro pescador artesanal entrevistado relata a fatura de peixes nas áreas da Marinha e assume que pesca nesses espaços, mesmo sabendo das possíveis consequências. Ele explica ainda a sua estratégia para tentar escapar da fiscalização das forças federais.

(Pescador Figueiredo) Tem armas, tem pólvora, tem tudo, beleza! Mas para que que a gente vai entrar lá? A gente não quer entrar lá! A gente só quer pescar! Os peixes vão ali e a gente não pode entrar para pescar lá. Entendeu? A gente joga a rede aqui, mas aí a gente olha para lá e vê os peixes pulando, tainha, parati, pulando que nem doido, mas a gente não pode ir lá, por que é área militar. Eu já dei um lance lá, mesmo sabendo que não pode... A gente solta a rede, liga o motor na lenta e vem... E depois tem que dar sorte para recolher rápido... Eu tinha um amigo que fez isso a noite, deu o lance, aí eles vieram... Mandaram ele tirar... Ele foi tirando rápido...

Todavia, corroborando com uma das observações feitas em campo, durante as entrevistas nas colônias, outros pesquisadores já percorreram o caminho etnográfico em busca de respostas às suas inquietações acadêmicas, o que foi confirmado por um dos pescadores colaboradores deste trabalho. Ele contou que seu irmão fora atingido por disparos de arma de fogo com munição de borracha e que, além de ser preso e processado, foi internado e teve que passar por uma cirurgia no membro atingido. Segundo o pescador que nos contou o caso, o próprio irmão entende que ele não deveria estar ali naquele local, por tratar-se de área de segurança militar. Vale a pena ressaltar que o pescador que foi baleado, ficou tão traumatizado por ter sido ferido, preso e processado, que se recusa a dar qualquer tipo de entrevista, seja lá para quem for, que, sendo assim, só fiquei sabendo do seu caso pelo seu irmão e outros pescadores colaboradores deste trabalho.

(Pescador Roberto) Teve uma pesquisadora aqui que veio perguntar, queria colocar essas informações no trabalho dela... Mas o meu irmão está sendo processado pela Marinha, foi errado, levou um tiro, mas ele foi para a delegacia, ficou preso em uma cela, ia ser transferido para o presídio de Bangu, assim como outros pescadores já foram, amigos sócios daqui já foram presos lá. Raspam a cabeça, procedimento de bandido, por estar fazendo isso, entrando na área que não pode. Mas, eles estão errados! Os militares estão protegendo... Não era para você estar ali, não era para ninguém mais estar! Por que se eu estou vendo que você está, eu também posso! É assim que o pescador entende!

Sob outra perspectiva, existem pescadores que afirmam que não se aventuram em áreas da Marinha, justamente pela certeza de que algo ruim irá lhes acontecer. São pescadores visivelmente fragilizados pelos diversos problemas inerentes à profissão que preferem se submeter a uma maior jornada de trabalho na atividade de pesca, do que sofrer algum tipo de violência.

Assim, ao analisar os motivos pelos quais os pescadores artesanais da baía de Guanabara arriscam suas vidas invadindo o território da Marinha do Brasil, constatamos que é ali, naqueles locais, onde há uma maior diversidade pesqueira, devido a um ecossistema mais equilibrado em comparação a outros pontos da baía. Eles adentram essas áreas com a finalidade de capturar os peixes para serem vendidos e com isso garantir seu sustento. Esse risco é voluntário, pois os pescadores conhecem as possíveis consequências da desobediência às NORMAMs. Suas ações ocorrem sob a égide de uma estratégia de sobrevivência, que estabelece o contexto de desigualdades socioambientais que os pescadores artesanais estão sujeitados, conforme nos elucidou Maia (2014, p. 134).

A regressão, descumprimento ou flexibilização de estatutos regulatórios e a violação de direitos que costumam acompanhar a chegada de megaempreendimentos em territórios periféricos revelam a condição de sujeito das políticas econômicas nacionais atribuída ao grande capital, bem como evidenciam o papel do Estado, em suas esferas executiva, legislativa e judiciária, na viabilidade dos mecanismos de direcionamento dos ônus do crescimento a parcelas específicas da sociedade e de reprodução das desigualdades socioambientais como condição para a acumulação capitalista.

Não obstante, os pescadores têm medo do tipo de repreensão que podem sofrer caso ultrapassem os limites estabelecidos pela Marinha do Brasil. Por isso, vários deles não se aventuram nos limites territoriais definidos pela Marinha e, em consequência, pescam menos, sendo muitas vezes obrigados a trabalhar em locais mais distantes, com maior esforço pessoal.

(Pescador Paulo) Se você chegar no Boqueirão você não pode encostar, não! No lado de Paquetá, agora tem favela... Se você se aproximar à noite o vagabundo vai apertar o dedo em você! Eu já passei por isso... [...] Eles nem precisam falar: Sai! Você já escuta o estampido e dá linha na pipa, sai fora! Todos dão tiro em cima da gente, Marinha, empresas, vagabundos, se estiver no lugar deles...

Os incidentes que acontecem com os pescadores artesanais em áreas de Marinha geralmente se dão no meio da noite, que é o horário em que o pescador mais se dedica ao trabalho, por considerar a madrugada como o melhor momento de produção pesqueira. Nesses horários acontece a maioria dos conflitos entre pescadores e militares. São situações que envolvem fatores como baixa visibilidade, barulho excessivo dos motores dos barcos e proximidade com algumas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas. Em certas circunstâncias, a atividade nas áreas da Marinha pode levar a graves consequências, como disparo de armas de fogo que vem a ferir e matar o pescador artesanal.

(Pescador Luciano) Quanto ao tiro que eu levei na perna, do fuzileiro da Marinha, eu fiz o registro na delegacia e ele ficou junto comigo... Fiquei sentado do lado dele no julgamento... Igual a gente está sentado aqui, ele algemado, lá no Primeiro Distrito Naval...

Além dos danos físicos, como os ferimentos provocados pelas armas de guerra, há ainda o prejuízo financeiro, pois muitas vezes os militares atiram com a intenção de parar as embarcações dos pescadores, alvejando-as com seus fuzis.

(Pescador Marcos) Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomaram tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso ... Ali é outra área de terrorismo...

(Pescador Ramiro) Em setembro de 2010, meu barco foi "arregaçado" de tiros.

Há ainda aqueles que dizem não se aventurar em águas demarcadas pela Marinha, justamente pelo medo de experimentar alguma ação desproporcional por parte dos soldados sentinelas, pois já sofreram algum tipo de ataque com armas de fogo, ou são conhecedores de casos envolvendo mortes de pescadores que tentavam ganhar a vida, se arriscando em locais proibidos.

(Pescador Carlos) Eu pesco a uns trezentos metros do boqueirão... Eu estava uma vez pescando lá e eles deram tiro... Eu falei, cara, está doido!? Isso aqui não é para mim não! No outro dia apareceu um camarada morto dentro de um barco, não era o meu camarada não, era outro, em outro barco... Estava lá morto com tiros... Ele estava pescando lá... Estava ele e o filho dele de uns doze ou treze anos, que contou que escutou os tiros e viu o pai caído no fundo do barco... Sangue para caramba dentro do barco... Ele ligou o motor e veio embora...

Todavia, a desproporcionalidade da ação dos soldados da Marinha para com os pescadores artesanais não ocorre apenas com disparos de armas de guerra, mas também com armamento de controle de massa urbana, como as balas de borracha que, apesar de serem menos letais do que os armamentos convencionais utilizados pelos marinheiros, podem causar danos físicos irreversíveis, como hemorragias, cegueiras, lacerações e até mesmo fraturas. Podemos citar o caso de um pescador da colônia de pescadores Z-10, que foi ferido por disparos desse tipo de arma. Ele ficou sabendo por meio de outros pescadores da colônia acerca deste nosso estudo e disse que faria questão de dar o seu depoimento, mas infelizmente veio a falecer por conta da idade e dos ferimentos provocados pelos disparos da arma de borracha.

Em linhas gerais, a partir do que foi exposto, cabe-nos agora formular algumas questões que fomentem a reestruturação de políticas públicas para a baía de Guanabara, partindo do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas emergentes como resultados desta pesquisa.

Percebemos que tais conflitos poderiam ser minimizados se houvesse aproximação e diálogo entre os pescadores e a Marinha do Brasil, com a finalidade de mitigar os conflitos existentes, entre os povos tradicionais que já foram grandes aliados durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, a Marinha é o órgão responsável, dentre tantas outras coisas, por defender a soberania do país.

Para tanto, uma revisão das leis e normas (NORMAMs) de aproximação das costas militares deveria ser feita, sugerindo alternativas a partir de novas perspectivas que vão ao encontro das demandas dos pescadores artesanais, quanto das políticas de segurança das forças armadas.

Da mesma forma, acreditamos que existem outras maneiras de se tratar os pescadores artesanais que adentrem aos espaços delimitados pelas NORMAMs. O uso de armamento de guerra ou mesmo os armamentos não letais configura-se como um tipo de ação desproporcional no trato com esses povos.

Sugerimos novas formas de interpelação aos pescadores, que não sejam tão invasivas e que respeitem a Declaração Universal dos Direitos do Homem (2009, p. 6), que diz: “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, contribuindo para a preservação da vida e dos direitos humanos.

Sob outro prisma, percebemos que a metrópole se edifica sobre as ruínas do meio ambiente e da história das comunidades tradicionais através de um processo autofágico da memória dos seus ancestrais, ignorando as conquistas, esforços, tradições, conhecimentos e criações, promovendo a insustentabilidade social.

Propomos discutir as possibilidades e limitações de uma proposta de política pública que se adeque às necessidades dos pescadores artesanais da baía de Guanabara devido às suas singularidades, levando em consideração a territorialização desses povos tradicionais, articulando qualidade de vida e respeito aos direitos humanos, as diferenças culturais, as condições socioeconômicas, serviços de saúde, educação e saneamento básico para esses homens e mulheres.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi investigar como a violência e os conflitos ambientais envolvendo pescadores artesanais e a Marinha do Brasil podem interferir no cotidiano do pescador, explorando a conformação das injustiças ambientais na baía de Guanabara. Os relatos dos pescadores entrevistados indicaram que a Marinha do Brasil, com presença maciça na baía de Guanabara, produz inúmeras formas de violência contra os pescadores artesanais, com destaque a: 1) ocupação do território de pesca, gerando uma crescente desterritorialização; 2) insultos; 3) ameaças de diversos tipos; 4) ferimentos por arma de fogo, 5) ferimentos por armas não letais. Ressalto que, das formas de violências citadas, as armas de fogo e as não letais são as que mais se destacam, quanto à sua letalidade.

Procuramos caracterizar os conflitos ambientais e os casos de violência envolvendo pescadores, identificando os sujeitos, tempos e espaços. Quanto aos casos de violência que registramos ao longo do estudo, estes revelam que sua gênese está fortemente relacionada ao avanço das atividades militares sobre os locais de pesca e coleta tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude da perda do território, por ser este, área de proteção federal onde se armazena armamentos, munições e explosivos. Notamos a existência de uma multiterritorialidade, a qual nos elucidou Haesbaert (2005, 2006, 2007), de configuração complexa, por conta da realidade pesquisada, onde estão inseridos os pescadores artesanais e a Marinha do Brasil, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam em danos físicos e até mesmo à morte do pescador artesanal.

Defendo, neste artigo, o raciocínio de que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas decorrências vão desde a aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos tradicionais, incluindo diversas formas de extinção cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres. Segundo o estudo, a peculiaridade das relações entre os pescadores artesanais e o processo de metropolização é o que subjaz a violência bioétnica na baía de Guanabara, seja pela poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, agressões, assassinatos, invisibilidade social e todas as formas de extermínio empreendidas contra o pescador e seu território.

O conceito de violência bioétnica proposto pode ser vislumbrado em outros contextos socioambientais, como o maior desastre ambiental do país, ocorrido em 05 de novembro de 2015, quando houve o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco Mineração S/A. A magnitude do desastre, fez com que o material que vazou da barragem e chegou ao Rio Doce, impactou grande parte do estado de Minas Gerais, Espírito Santo até a Bahia. O acidente ainda comprometeu o abastecimento de água potável para diversas regiões, onde aconteceu o transbordo das substâncias, até a sua chegada ao mar.

Sendo assim, as áreas de segurança impostas pelas NORMAMs impedem que esses homens e mulheres tenham acesso aos recursos pesqueiros, afetando sua renda familiar, além de imputar-lhes sanções severas,

até mesmo com a perda da vida, quando os mesmos as desobedecem, logo, a continuação dessa pesquisa poderá ser uma análise crítica às NORMAMs, proporcionando uma revisão de suas linhas gerais de ação, através da modernização das mesmas, por ser capaz de facilitar a conciliação entre os interesses dos pescadores e da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, E. S.. **Assoreamento da Baía de Guanabara, Subsídios para a Elaboração do Plano Diretor de Controle**. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências da UFRJ, 1997. 149P.
- BAILEY, K. **Methods of Social Research**. New York: The Free Press. 2 ed. New York: McMillan Publishers. 1982.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 27: 46-60. 2011.
- BARNES, R. S. K. **The brackish-water fauna of Northwestern Europe**. Cambridge University Press: 1-287. 1994.
- CERQUEIRA, R.; BRANT, A.; NASCIMENTO, M. T.; PARDINI, R. Fragmentação: alguns conceitos. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (org.). **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003. p. 23-40.
- DA GAMA, B. A. P.; PEREIRA, R. C.; COUTINHO, R. Bioincrustação marinha. In: PEREIRA, R.C.; SOARES-GOMES, A. (orgs.) **Biologia Marinha**. 2ª edição, editora Interciência, Rio de Janeiro, 2009. pp. 299-318.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Artigo V. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 29 nov. 2018
- FURTADO, L. G. Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. São Paulo: AGB/USP, 2005. p. 6774-6792.
- HAESBAERT, R. R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R. R. O território e a nova des-territorialização do Estado. in: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. Pp 17-38.
- HAESBAERT, R. R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, p. 117-124, 2006.
- HERCULANO, S. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em 10 ago. 2018.
- HERCULANO, S. Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral Fluminense. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n. 1, p. 39-52, 2012.
- LOPES, A. P. **Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil**: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). São Paulo. Universidade de São Paulo. 2013. 109 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental.
- MAIA, A. B. Ministério Público, **Megaempreendimentos e Conflitos Socioambientais**: A atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara-RJ. Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014. 156 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- MATTOS, C. L. G.. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G., and CASTRO, P.

Al. Orgs. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. SciELO Books.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Cuidar das Zonas Úmidas**: uma resposta às mudanças climáticas. Versão e adaptação do texto da revista comemorativa do Dia Mundial das Zonas Úmidas 2010. 27 p. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 05 mar. 2018.

MONTEIRO, V. D. P. **Paisagem e memória**: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pescadores na Ilha do Governador. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2005. 223 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Memória Social e Documento.

Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, **NORMAM-03 0108**. Áreas de Segurança. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dpc/sites/www.marinha.mil.br/dpc/files/normas/normamo3.pdf> Acesso em: 12 dez. 2018.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, junho 2010, p.1543-1552.

TARTAGLIA, C. O Rio Tremeu: Barulho e reflexos da explosão de paiol da Marinha na Ilha do Governador são sentidos em diversos bairros cariocas. **Jornal O Globo** de 17 de julho de 1995. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-rio-tremeu-9000849> Acesso em 07 jun. 2018.

ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO: EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E MARÉS DE LUTA NA COMUNIDADE PESQUEIRA E QUILOMBOLA CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

"ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO": TERRITORIAL EXPROPRIATION AND TIDES OF STRUGGLE IN THE FISHING AND QUILOMBOLA COMMUNITY OF CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

"ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO": EXPROPIACIÓN TERRITORIAL Y MAREAS DE LUCHA EN LA COMUNIDAD PESQUERA Y QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

SACRAMENTO, Elionice Conceição

SILVA, Ana Tereza Reis da

RESUMO

O presente artigo, analisa elementos da luta histórica da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, do município de Salinas de Margarida-BA, contra a expropriação de seu território e em defesa de sua identidade. Para tanto, partimos de uma análise sobre o ciclo de desenvolvimento econômico que se estabeleceu em Salinas a partir de 1800, um ciclo que possui uma lógica de produção pautada pela expropriação da terra, pela exploração da natureza e cuja violência assumiu diferentes feições e se expandiu, ao longo do tempo, sobre as dimensões materiais e imateriais da vida na comunidade. Por fim, discorremos sobre as estratégias de resistência do povo de Conceição contra esse processo histórico de violência e violação de direitos. Uma resistência que tem sido forjada por meio da valorização e da continuidade de seu modo de vida e da afirmação da identidade pesqueira e quilombola.

Palavras-chave: Expropriação territorial. Marés de luta. Identidade. Comunidade pesqueira e quilombola. Conceição de Salinas.

ABSTRACT

In this paper we analyze elements of the historical struggle of the Conceição de Salinas Fishing and Quilombola Community, located in the region of Salinas de Margarida-BA, Brazil, against the expropriation of its territory and in defense of its identity. We start from an analysis of the economic development cycle that was established in Salinas since 1800, a cycle that is characterized by a logic of production based on the expropriation of the land, the exploitation of nature and whose violence has assumed different forms and invaded the material and immaterial dimensions of life in the community over time. Finally, we discuss the resistance strategies of the people of Conceição against this historical process of violence and violation of rights. A resistance based on the valorization and preservation of the traditional way of life of this people and the affirmation of the fishing and quilombola identity.

Keywords: Territorial expropriation. Marés de luta. Identity. Fishing and quilombola community. Conceição de Salinas.

RESUMEN

En este artículo analizamos elementos de la lucha histórica de la Comunidad de Pesca y Quilombola Conceição de Salinas, ubicada en la región de Salinas de Margarida-BA, Brasil, contra la expropiación de su territorio y en defensa de su identidad. Partimos de un análisis del ciclo de desarrollo económico que se estableció en Salinas desde 1800, un ciclo que se caracteriza por una lógica de producción basada en la expropiación de la tierra, la explotación de la naturaleza y cuya violencia ha asumido diferentes formas e invadido el dimensiones materiales e inmateriales de la vida en la comunidad a lo largo del tiempo. Finalmente, discutimos las estrategias de resistencia de la gente de Conceição contra este proceso histórico de violencia y violación de derechos. Una resistencia basada en la valorización y preservación del estilo de vida tradicional de este pueblo y la afirmación de la identidad pesquera y quilombola.

Palabras clave: Expropiación territorial. Marés de luta. Identidad. Comunidad pesquera y quilombola. Conceição de Salinas.

INTRODUÇÃO

Pescadoras (es) e quilombolas são povos e comunidades tradicionais que forjam um modo próprio de vida por meio de elementos específicos que os constituem. Referenciamos essa afirmação com as palavras de Mãe Zezé, pescadora da comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas, as quais dão sentido à luta das mulheres em defesa desse território e de seus modos próprios de ser/estar no mundo:

Tenho 69 anos, eu nasci e me criei em um território sem limites e sem cercas, eu, e tantas meninas do meu tempo, catava tudo que desse no mato e não fosse venenoso. A gente saía daqui para Enseada, da Enseada até a Pirajuia, meus filhos (vocês) tiveram um pouco desse privilégio, mas meus netos não estão tendo o privilégio sequer de catar caju e mangaba sem ser chamado de invasor de terra (Maria José, Sacramento, 2018)¹.

O movimento de pescadoras e pescadores acrescenta a esse modo específico de viver as marcas da resistência: “No rio e no mar, pescadoras na luta. Nos açudes e barragens, pescando a liberdade. Hidro negócio, resistir. Cercas nas águas e na terra, derrubar!” Esse grito, que reafirma e atualiza a identidade por meio da luta e da resistência, traduz a mudança de postura dos povos tradicionais (pescadores/as quilombolas e indígenas) no enfrentamento dos interesses do capital e em defesa de seus territórios, como sugere o pesquisador Denilson ALCÂNTARA:

Durante anos as comunidades tradicionais viveram na terra, sem a menor preocupação com a regulamentação destas posses, para transforma-las em propriedade. É justamente no embate contra as forças opressoras do capital que estas comunidades, se encontram e se organizam para reivindicar o direito de permanecerem nas terras que habitam a sua ancestralidade (2011, p. 81).

Neste artigo, trataremos da luta histórica da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, do município de Salinas de Margarida-BA, em defesa do território, da ancestralidade, do seu modo de vida, assim como do rebatimento dessa luta nos corpos das mulheres e homens – povos das águas. É nesse sentido que falamos de águas de fevereiro e março, como uma metáfora que representa os conflitos territoriais e ambientais que a comunidade enfrenta historicamente.

Para tanto, acionamos elementos do processo de colonização e os marcadores de construção dos arredores da comunidade, da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo de modo geral. Lançamos mão da cronologia salinense de Almir Oliveira (2000) para situar os caminhos da expropriação do território e dos conflitos que afetam os povos tradicionais da região. Também nos apoiamos em outras (os) autoras (es) que se ocupam desse tema e em pesquisa cartorial sobre a cadeia sucessória das Fazendas Conceição e Santa Luzia, para reconstruir a rota da grilagem de terra e da expropriação no território. Para situar os processos de resistência da comunidade, acionamos as narrativas do próprio povo negro de Conceição.

Propomos uma viagem pela história da comunidade, embalada pelos ventos e pelo vai e vem das ondas. Como nos ensina o pescador Edmundo Fernandes, as marés e o vento atravessam a vida e a r-existência. Para ele, a pesca, assim como a vida, é muitas vezes impulsionada por ventos que não dialogam com as marés, de modo que as mulheres e os homens das águas apreendem desde cedo a navegar lado a lado com o vento contrário.

Nas primeiras remadas deste artigo, retomamos o ciclo de desenvolvimento econômico que se estabeleceu em Salinas a partir de 1800, em uma lógica de produção pautada pela expropriação do território e pela exploração da natureza e dos povos tradicionais que com ela coexistem. Buscamos demonstrar como a violência do capital e dos interesses econômicos se atualiza e expande, ao longo do tempo, sobre as dimensões materiais e imateriais da vida. Nas segundas remadas, buscamos explicar os processos de resistência do povo

Coerente com nossa posição político-epistêmica, optamos por referenciar, ao longo do artigo, nome e sobrenome das autoras e dos autores. Embora em desacordo com as normas convencionadas e amplamente adotadas pelos periódicos científicos, essa estratégia funciona aqui como um marcador de gênero que visa a dar visibilidade à intelectualidade feminina com a qual dialogamos.

de Conceição que se dão tanto por meio da valorização e continuidade de seu modo de vida, quanto pela afirmação da identidade pesqueira e quilombola, na luta em defesa do território.

EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE PESQUEIRA E QUILOMBOLA CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

Para compreender as ameaças contra as quais a comunidade de Conceição se mobiliza atualmente, é necessário falar do privilégio dado à Manoel de Souza Campos e a Horácio Urpia, para explorar sal na região. Embora remonte ao século XIX, esse fato histórico está relacionado a processos mais recentes de exploração ostensiva do pescado, criação de camarão em cativeiro, grilagem de terras e especulação imobiliária.

Analisando as atas da fundação da Companhia Salinas, informações encontradas na cronologia salinense de Almir de Oliveira (2000) e relatórios da Santa Casa de Misericórdia, tomamos conhecimento que esse processo iniciou em 1877, quando, através da lei provincial nº 1744, foi concedido aos comendadores Manoel de Souza Campos e a Horácio Urpia Júnior, permissão para exploração de sal por meio de evaporação natural. Essa concessão, que deveria durar apenas cinco anos, perdurou por décadas, expandiu-se sobre outras áreas e foi repassada à terceiros como propriedade. Tal fato, constitui um divisor de águas no processo histórico de expropriação da Fazenda Conceição, que é parte do território da comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas.

Em 1891, Manoel de Souza Campos e Horácio Urpia constituíram a Companhia Salinas e apresentaram a Fazenda Conceição como parte do seu capital, de modo que as terras a eles concedidas para exploração passaram a ser propriedade da Companhia e de seus sócios. Anos mais tarde, em 1932, a Companhia Salinas requereu à delegacia do Tesouro Nacional da Bahia o aforamento de seus supostos terrenos.

No ano de 1980, 83 anos depois da concessão, foi aberta a matrícula de nº 1.820, referente a Fazenda Conceição, que resultou no primeiro loteamento ilegal nas terras da comunidade. Em 1981, Oscar Pereira Magalhaes Neto e Fernando Alves Torinho, na condição de sócios representantes da Agropecuária Salinas da Margarida, venderam a Benedito Dourado da Luz as terras das Fazendas Conceição e Santa Luzia. No mesmo ano, Benedito Dourado da Luz registrou um memorial descritivo de suas supostas terras, onde aparecem novos imóveis fazendo limites com as Fazendas Conceição e Santa Luzia.

Esse processo histórico de grilagem e expropriação, que remonta a 1877, está diretamente relacionado à chegada e à instalação de diversos empreendimentos na região que colocaram em movimento gravíssimas violações de direitos, como expulsões forçadas, assassinatos e crimes ambientais. Elionice Sacramento, documenta e analisa vastamente esse processo em sua dissertação intitulada *DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA* (2019).

A autora revela a cadeia sucessória e o esquema fraudulento de propriedade que interligam vários empreendimentos envolvidos na exploração das terras e das pessoas na comunidade de Conceição e no Recôncavo Bahiano, dentre as quais estão: Companhia Química do Recôncavo (CQR), Pescon, Agropecuária Salinas das Margaridas (sucessora da Companhia Agropecuária), M.R Empreendimentos Imobiliários, Maricultura da Bahia S.A, Companhia Salinas, Loteamento Nossa Senhora do Carmo, Gasoduto Manati, Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Costa Dourada da MR Empreendimentos Imobiliários LTDA, Parque das Margaridas da Bahiana Reis.

Sacramento (2019) constata, por meio de pesquisas cartoriais, a existência de diversos loteamentos ilegais no município de Salinas da Margarida, a exemplo do Parque das Margaridas da Bahiana Reis que se instalou sem licença e, com o apoio da prefeitura, conseguiu um licenciamento ambiental irregular para suprimir vegetação nativa. Além de não fazer consulta prévia à comunidade e de autorizar a supressão de mata atlântica e restinga, desconsiderando a legislação ambiental, o empreendedor articulado com a prefeitura, omitiu informações sobre a sobreposição com a área que é de uso tradicional a comunidade, bem como sobre o tamanho do empreendimento e seus impactos (GEOGRAFAR, 2019). Essas irregularidades, ademais, revelam uma relação promiscua entre o poder público local e o empreendimento.

O loteamento Costa Dourada da M.R. Empreendimentos Imobiliários LTDA, chegou abrindo a comunidade em lotes, expulsando as famílias de suas roças e vendendo áreas de uso coletivo como rios e poços. Até a área do cemitério velho da comunidade foi loteada. O poço que tinha a melhor água, onde as mulheres da Rua das Palmeiras/Beco, Alda de Maria, Iraci de Goi e Nonoca de Aurita, colocavam água de ganho, foi cercado impedindo o acesso da comunidade. Nas áreas próximas às Ilhotas, nos fundos da Igreja, nas proximidades dos campos, acima do poço e nas imediações dos rios da Praia Grande, poucas famílias resistiram com suas roças. Azeildo Mendes, o irmão de Edmundo, conta que um pescador foi violentamente expulso de sua roça no Maguinho e faleceu de banzo/tristeza.

Mais recentemente, para abrir caminhos à implementação do loteamento imobiliário Parque das Margaridas, as estratégias de expropriação se intensificaram. Áreas de beira de praia foram cercadas, impedindo e/ou limitando o acesso à Coroa do Garro, que é um importante território de pesca da comunidade. Várias famílias tiveram suas roças queimadas, seus ranchos derrubados e seus materiais de pesca destruídos. Apesar das ameaças e da violência, a comunidade resistiu e continuou lavando nas brechas dos rios, muitas vezes cortando cercas ou mergulhando arames.

O cercamento das áreas de uso comum é uma violência do capital que o povo de Conceição conhece bem. Segundo pesquisa desenvolvida por Elionice Sacramento (2019), um dos antigos produtores de gado da região, cuja presença tinha como marca as cercas, estacas e arames, comprou terras da Fazenda Conceição e Fazenda Santa Luzia em 1989 dos sócios da Companhia Agropecuária Salinas Margarida. Ele instalou em Conceição a presença de um latifúndio que se utiliza do cercamento para impedir, especialmente as mulheres, de se relacionarem com as águas e com a mata. Lavar no rio e catar frutas passaram a ser atividades extremamente perigosas para as mulheres de Conceição.

Além da expropriação de terras, a comunidade de Conceição, assim como os demais povos e comunidades tradicionais da região, precisam lidar com o avanço de outras fronteiras do capital sobre os seus territórios e sobre seus corpos, como é caso do estaleiro Enseda do Paraguaçu, da Maricultura e do Gasoduto Mantai.

Para a instalação do estaleiro, o governo Federal alterou o polígono da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguapé, gerando sobreposição com as áreas do Quilombo São Francisco do Paraguaçu. Além disso, uma vasta área de manguezais foi desmatada, o Rio Paraguaçu foi dragado e sedimentos tóxicos foram lançados em Conceição de Salinas, próximo ao Maguinho.

A construção do empreendimento também impôs à população da região outras violências como o aliciamento de menores, o narcotráfico, o extermínio da juventude negra e a exploração sexual. O estaleiro deixou para Conceição, para as comunidades de Salinas de modo geral e para os municípios do entorno do município de Maragogipe, um passivo de violência e morte, marcado pela presença ostensiva da polícia que protege a propriedade em detrimento da vida.

Seguindo a mesma lógica *neoextrativista* do capital, a Maricultura, empresa de produção de camarão em cativeiro, tem desmatado manguezais e expropriado territórios de mariscagem, especialmente utilizadas pelas mulheres. Em Salinas da Margarida, a maricultura se apropriou de uma faixa de praia de extrema importância para o sustento das famílias locais, o que obriga as mulheres a buscarem mariscos em áreas afastadas de suas residências.

Essa situação agrava os níveis de adoecimento das mulheres que tem a jornada de trabalho aumentada, como apontam dez anos de estudos realizados pelo Serviço de Saúde Ocupacional, da Universidade Federal da Bahia (SESAO/UFBA). Além de crimes ambientais, o empreendimento também é acusado do assassinato de lideranças e de não cumprir normas que resguardam a saúde das (os) trabalhadoras (es). Tal como tem feito o Parque das Margaridas, em dois anos de violento processo de implantação, durante muitos anos a carcinicultura se utilizou de milícia, da força policial e do aparato institucional do Estado para intimidar, ameaçar e operar com total desprezo às pessoas e às legislações ambientais e trabalhistas.

Não só em Salinas da Margarida, mas em todo o nordeste brasileiro, as indústrias camareiras tem deixado um rastro de violência e morte nas comunidades Tradicionais de Pesca. Conselheiros da Rede Manglar tem denunciado o impacto desses empreendimentos e o Movimento de Pescadoras e Pescadores tem mobilizado, desde 2004, uma grande Campanha Nacional e Internacional contra o consumo de Camarão cultivado em Cativeiro e pela vida dos Manguezais, das mulheres e dos territórios tradicionais. Por meio de um documento intitulado Grito de Fortaleza (2007), o movimento divulgou as razões para não se consumir camarão da carcinicultura. Além disso, com o apoio da Rede Mangue Mar Brasil e Rede Manglar Internacional, o movimento construiu uma grande mobilização para proibir novas licenças de Carcinicultura no Brasil. Mas, com as mudanças impostas pelo Código Florestal, em 2011, os empresários da carcinicultura foram anistiados de suas dívidas e receberam injeção de recurso para retomar suas atividades com mais força.

Outra frente de exploração e crimes ambientais é o gasoduto Montai, instalado pelo grupo Queiroz Galvão para escoamento de petróleo. O duto, que vai do Sul da Bahia, cortando a mata entre a Comunidade de Conceição e Cairu de Salinas, desce a Baía de Todos os Santos até chegar a Baía de Aratu, raspou a laje da Machadinha, um importante costeiro de pesca e mariscagem. Além de terem suas redes de pesca cortadas pelo gasoduto, os pescadores relatam o sumiço de vários tipos de pescados.

A privatização das águas também é uma estratégia do capital para a pilhagem da natureza. Na baía de Todos os Santos, dentre as áreas cotadas para serem privatizadas estava a Ilha do Meio. Ocorre que essa ilha, que pertencente à Itaparica, é importante território de pesca e local de refúgio (onde pescadoras (es) das baías se protegem de tempestades) e de lazer para milhares de famílias de pescadoras (es). É um importante território de uso comum e coletivo, que é compartilhado por várias comunidades da região.

Assim como outras comunidades, Conceição é um território tradicional sobreposto pela grilagem e pelos projetos do capital econômico. Como afirmou a professora Tatiana Dias Gomes, durante aula de direito agrário, na Universidade Federal da Bahia, a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor:

Como o racismo é um fenômeno nacional, que não pode ser lido apenas como um “problema dos(as) negros(as)”, é importante observar os dividendos políticos e econômicos dos(as) brancos(as) nesse processo, como já nos alertou Maria Aparecida Bento (2014), psicóloga social e pesquisadora negra. Brancos(as) acumularam terras a partir dos genocídios dos povos originários e africanos, a partir da escravização dos africanos articulada a uma rede capitalista transcontinental, a partir de uma arquitetura jurídica que atribuiu o direito de propriedade privada sobre a terra apenas aos(ás) que pudessem pagar por ela ou dispusessem dos meios para fraudá-las/grilá-las. E, a partir de suas redes nos três poderes, direcionaram as políticas governamentais, e os recursos do orçamento público aos seus interesses, em detrimento de outros pontos. Por exemplo há registros historiográficos de comunidades quilombolas no Brasil desde o período colonial, no entanto, políticas públicas direcionadas a elas só contaram com previsão orçamentária de 2005 a 2011. Considerando todos esses elementos proponho a ideia de racismo fundiário para tratar dessa complexa rede que articula ações violentas dos brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) índios(as), as formas jurídicas, limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo (Tatiana Gomes, 2019).

As (os) pescadoras (es) quilombolas do Recôncavo tem vivenciado o racismo fundiário nas suas múltiplas formas. Na visão das pescadoras Barbara Ramos e Vania Conceição, a ausência de políticas sociais nas comunidades tradicionais incidem negativamente sobre os vínculos das (es) pescadoras (es), especialmente dos jovens, com seus territórios. A mão do Estado opera para produzir a perda de interesse pelas suas identidades, o deslocamento para os centros urbanos e o abandonando de seus espaços de vida, o implica deixar o caminho livre para o capital.

Não por acaso, desde 2013, quando o Brasil deixou de emitir documentos de pesca com regularidade, jovens pescadoras (es) a partir de 18 anos foram impedidas (os) de acessar seus direitos trabalhistas e previdenciários. É importante ressaltar, contudo, que apesar dessa fragilização de seus direitos, muitos seguem desenvolvendo as atividades dos sistemas produtivos da pesca, somadas a outras atividades complementares, como é próprio dos territórios pesqueiros e quilombolas.

Contrariando os projetos desenvolvimentistas, atualmente cerca de 80% da população de Conceição vive direta e indiretamente da pesca artesanal. Todos os membros dos grupos familiares da comunidade realizam pelo menos uma das atividades do sistema produtivo da pesca e outras atividades associadas, como a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais.

A pesca, nas suas múltiplas artes e abrangências, é a mais potente expressão identitária e cultural da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. A produção pesqueira artesanal, além de ser saldável, é rica em diversos nutrientes e expressa os conhecimentos ancestrais das mulheres e dos homens das águas. Como sugere Elionice Sacramento (2019), a dinâmica das águas e de seus sistemas produtivos equivalem a uma agroecológica dos pescados e dos mariscos.

Os moradores da comunidade de Conceição são hospitaleiros e tem um modo peculiar de ser e viver, vivenciam uma conexão profunda com o território, com a ancestralidade, colocando em prática princípios de solidariedade, comunitarismo e reciprocidade. Andam de roupas bem lavadas e de pés no chão, sentam nas portas de suas casas e acolhem sem distinção. Devotos de São Roque e de Nossa Senhora da Conceição, fé e labuta marcam sua história. Uma população que vive da pesca artesanal é essencialmente uma população de fé. Solidariedade e partilha são marcas do caráter de quem se permite determinar pela mãe-maré, pelos ventos, pelas dinâmicas e tempos da natureza.

O povo de Conceição se move pelos horários das marés e por determinação dos ventos. Entendem profundamente de conjuntura, pois, muito cedo, tiveram que aprender a ler os sinais e as viradas do tempo e do vento (GRAHAM, 2013). A necessidade de navegar para sobreviver lhes forneceu conhecimentos específicos sobre as águas, o mar, as marés, as luas.

Esse modo de r-existir, próprio/singular, tem sido profundamente impactado pela introdução de interesses externos que constantemente se impõem no território, alterando não só os limites geográficos, a vegetação nativa, a paisagem, como a própria vida e as formas de produzi-la. A cooptação também é uma estratégia utilizada pelo capital, que instala um tipo distinto de conflito, mais potente e avassalador que os demais porque produz divisões internas e transforma o parente, o igual, em antagonico.

O empreendimento Parque das Margaridas, visando desqualificar o pertencimento tradicional da comunidade, alega que as famílias não mantêm mais relação com suas roças, rios, pedras e mata. Entretanto, seus caminhos, saberes e práticas de pesca, espaços de uso comum, festejos e formas comunitárias de conviver, demonstram justamente o contrário. Demonstram, ademais, que existe uma relação entre territorialidades de terra e territorialidades de água, que expande o território ancestral para além da área que hoje é reivindicada pela comunidade.

O fortalecimento da identidade e a reivindicação da titulação das terras da Fazenda Conceição como quilombo, é hoje uma das principais estratégias de luta e resistência da comunidade. Não por acaso, quanto mais eles se afirmam diante do poder público como comunidade pesqueira e quilombola, mais se intensificam os ataques das forças econômicas e políticas locais.

MARÉS DE LUTA: AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E LUTA POR TERRITÓRIO NA COMUNIDADE PESQUEIRA E QUILOMBOLA CONCEIÇÃO DE SALINAS-BA

A comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas é um território de terra-água, com espaços de usos comuns e coletivos onde pescadoras (es) e quilombolas produzem seus modos de vida por meio do extrativismo de pescados, frutos, folhas, raízes e cultos. Uma territorialidade exercida nos limites da Fazenda Conceição (que compreende as comunidades de Cairu, Conceição, Salinas) e para além dela.

Ter em conta o histórico de expropriação das terras na comunidade, bem como as conexões entre as identidades pescadoras e quilombolas que aí têm sido afirmadas, ajuda-nos a compreender como a territorialidade e a ancestralidade são mutuamente atravessadas e centrais na luta por direitos. Nesse sentido, se de um lado os empreendimentos que se instalaram na região têm dividido o território, inclusive produzindo e potencializado conflitos internos, por outro, não foram capazes de romper as conexões, alianças, relações de

apoio mútuo e redes de cuidado que são praticados na comunidade há gerações, em razão de uma ancestralidade comum.

Como sabemos, a pilhagem da natureza, os neo extrativismos capitalistas, os genocídios-ecocídios, acontecem justamente nos espaços onde os povos e as comunidades tradicionais vêm construindo suas territorialidades e seus modos de vida e fortalecendo suas identidades. Não por acaso “essas comunidades foram e são excluídas sistematicamente do processo de produção capitalista uma vez que o seu modo de vida não corresponde ao ideal competitivo de acumulação, e constantemente não usufruem dos benefícios do capital” (ALCÂNTARA, 2011, p. 82).

Para povos e comunidades tradicionais, o território é vida e não é possível ser/estar e ter saúde longe dele. O território é onde o pescado está e onde os ventos favorecem a pescaria. Ou, nos termos de Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como um território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (2007, p.14).

Contrariando interesses utilitaristas e economicistas, para os povos e comunidades tradicionais “o território é primeiro o valor”, pois a “existência é mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida” (BEKER, 2007, p. 50). Nesse sentido, o território tradicional não é um lugar de atraso, mas, sim, de vida e de conexão com a ancestralidade.

De forma antagônica, o capital impulsiona um modelo de produção e consumo que desde o escravismo até os dias atuais, reproduz um sistema de dominação e classificação das pessoas em razão da classe, da raça e do gênero. O capitalismo gera a colonização de corpos e pensamentos, em peles negras com máscaras brancas, como argumenta Frantz Fanon:

A colonização quer mais que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ela identifica isso entre termos radicais no que cerne a linguagem e até no método pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico (2008, p. 15).

Estamos falando de mais de 500 anos de luta contra as colonialidades do poder, do ser e do saber, isto é, contra a violência econômica que invisibiliza outros modos de vida, contra a descartabilidade dos corpos negros e indígenas e contra o silenciamento de seus saberes (Aníbal QUIJANO, 1992). Mas, decolonizar é uma postura político-epistêmica que bate de frente com os poderes e interesses hegemônicos, por isso mesmo, é de suma importância dar visibilidade à luta dos povos das águas contra as diversas violências que lhes foram impostas. Como afirma Mercedes Solá Pérez:

As comunidades agrárias camponesas, indígenas, afrodescendentes tradicionais, têm sido historicamente subalternizadas, inferiorizadas ou pretendidas como força de trabalho, e, portanto, possíveis de serem incluídas na lógica de proletarianização. Apesar disso, essas comunidades têm resistido no campo, algumas nas suas terras (ainda que a maior parte sem título de propriedade, outras em terras de latifundiários e outras lutando pelo acesso a terra) (2017, p. 37).

O Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia tem proposto um desenvolvimento pautado no respeito ao território, por meio de um diálogo constante com os modos de vida tradicionais que tomam emprestado da natureza apenas o suficiente para a sobrevivência, que não extermine a Juventude Negra, que não seja violento com as mulheres, que não propague genocídios, ecocídios e epistemicídios e que seja capaz de dialogar com a tradicionalidade dos povos. Mas, o que os povos tradicionais vivem como alternativas ao desenvolvimento é visto pelos interesses hegemônicos como sinônimo de atraso.

Desde os tempos coloniais, Conceição, o recôncavo e a Bahia têm seus ciclos econômicos pautados por modelos desenvolvimentistas que não consideram as práticas e os saberes dos povos tradicionais e, de igual modo, não contabilizam o valor das atividades produtivas artesanais.

Com a marca de um capitalismo avassalador, que se impõe exterminando, invisibilizado e negando, as atividades artesanais não são consideradas trabalho e os seus resultados não são considerados como ganhos econômicos. O peso dessa exclusão é sentido especialmente na produção das mulheres. A desvalorização do trabalho das mulheres, levou o movimento de mulheres trabalhadoras rurais a produzir uma cartilha para contabilizar a sua produção. Conceição de Salinas, por exemplo, tem cerca de 302 anos de história e cultura, marcada por muita luta e resistência protagonizadas especialmente pelas mulheres. A pesca, tanto no passado como no presente, é uma dimensão importante da identidade dessas mulheres e constitui a sua principal fonte de renda.

As relações de trabalho na comunidade, que se estabeleceram através de *terças e meias*² e da exploração das riquezas naturais, evidenciam tanto as marcas da colonização como a colonialidade que se reatualiza nos projetos de poder do capital. A expropriação e exploração das últimas cinco décadas, realizadas por grupos que invadiram o território, têm traços diferentes das impostas pela companhia Salinas e pelos sujeitos que a antecederam, como Manoel de Souza Campos e Horácio Uripia. A partir de 1970, as famílias foram obrigadas a pagar arrendamento das terras à Companhia Salinas, com autorização do Estado. Não é demais lembrar que parte significativa dessas terras eram da União ou mesmo, no sentido tradicional do uso, das mulheres e dos homens que estabeleceram uma relação histórica com elas.

Entre o século XVII e XVIII, na produção de cana de açúcar, cada engenho era uma unidade econômica de organização social e era dividido entre: os senhores de engenho, donos dos meios de produção; a força de trabalho negra e indígena; os lavradores que moíam ou cultivavam cana de açúcar no engenho do senhor e, portanto, estava de alguma maneira submetidos a eles, os foreiros, a população rural livre que pagava uma taxa pelo uso de um pedaço de terra para fazer um roçado para alimentação e era considerado força de trabalho de reserva (ANDRADE, apud PEREZ 2017, p.98).

A Família de Dona Antonieta Lucia dos Santos, nos mostrou um documento de cobrança feita a ela em 02 de outubro de 1968 pela Companhia Salinas da Margarida, referente a aluguéis do arrendamento da uma área na Rua do Fogo. Vale dizer que Tieta era uma mulher afro-indígena que, como sua mãe, nasceu e se criou na comunidade.

Vado, filho de seu Ricardo, conta-nos que, até anos recentes, além de pagar os impostos para trabalhar e morar na terra, ele e sua família tinham que dedicar um dia por semana para o fazendeiro, suposto proprietário das terras da Fazenda Conceição (Companhia Salinas da Margarida e Salinas Agro Pecuária), plantando dendezeiro em área perto do poço de cima do cemitério. A fala de Vado se refere ao período anterior a presença de Benedito Dourado da Luz na área, que tinha como negócio gado e cercas.

Apesar desses processos históricos de expropriação do território e de exploração do trabalho e da natureza, ao longo dos anos, a pesca artesanal se fortaleceu na comunidade em oposição à pesca mecanizada, baseada em produtos químicos nocivos à saúde, que são vetores de doenças ocupacionais que acometem, sobretudo, as mulheres pescadoras. As doenças ocupacionais em mulheres pescadoras tem sido uma preocupação constante e bandeira de luta da Articulação das Mulheres Pescadoras desde sua fundação, em 2005.

A Rede Mangue Mar-Bahia fez um mapeamento dos conflitos socioambientais e dos impactos da carcinicultura no estado da Bahia, especialmente nos municípios de Canavieiras, Salinas da Margarida, Acupe, Santo Amaro, Jandaia, Valença e Canavieiras. A publicação traz várias denúncias de violações de direito, violências diversas e até assassinato. Relata, por exemplo, que um pescador de 25 anos, abordado pelo chefe da segurança pública e também pela polícia militar, foi agredido com várias coronhadas de pistola no crânio. Em março de 2005, nas proximidades da Valença Maricultura, um pescador de 26 anos foi alvejado com vários

² Chamamos *terças e meias* as relações de trabalho impostas à povos e comunidades tradicionais pelas oligarquias locais, no período de pós escravidão oficial. Essas relações se assemelham a regimes de semiescravidão, já que as famílias são obrigadas a entregarem entre 30 e 50% de tudo que produzem para o autossustento aos supostos proprietários das terras e/ou aos detentores dos meios de produção (embarcações, artefatos de pesca, dentre outros).

tiros de escopeta. Em março de 2005, Paulo Marinho de Almeida, um pescador de 33 anos, pai de quatro filhos, foi sequestrado em praça pública por seguranças da empresa Valença Maricultura. Mantido em cárcere privado na guarita da empresa durante toda a noite, Paulo Marinho de Almeida, foi torturado e foi executado com um tiro na cabeça. O corpo foi jogado dentro de um tanque de camarão da Valença Maricultura. Seus familiares não tiveram acesso ao corpo, que foi entregue em caixão lacrado pago pela própria empresa.

Nos últimos anos, outros empreendimentos vêm se instalando nos Territórios Tradicionais do Brasil, como a Indústria Naval do Petroleiro, o Turismo de Massa, a Especulação Imobiliária, a Aquicultura. Os impactos desses empreendimentos levaram o movimento nacional de pescadores e pescadoras a lançar uma Campanha Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros (2012), por meio de um Projeto de Lei de iniciativa popular para demarcar e regulamentar estes territórios e, a partir de objetivos estratégicos, mobilizar um debate junto à sociedade referente a importância da pesca e das (os) pescadoras (es) como produtores de alimentos.

Kassia Rios (2017), em sua pesquisa de doutorado, constatou que a campanha tem contribuído para animar e fortalecer a luta das (os) pescadoras (es) da Ilha de Maré em defesa dos seus direitos. As Comunidades de Ilha de Maré são referências de luta para as demais comunidades ligadas ao movimento de pescadoras (es) da Bahia. Mulheres como Marizelha Carlos Lopes e Eliete Paraguassu, mesmo ameaçadas, seguem na luta em defesa de seus territórios e pelo direito à saúde de sua gente.

A política desenvolvimentista em curso, fruto da lógica iniciada no Brasil pela coroa portuguesa e continuada pelos imperialismos contemporâneos, é exterminadora de Povos e Comunidades Tradicionais. Assumindo diferentes feições ao longo do tempo, essa lógica tem se intensificado e se tornado mais perversa. Na Bahia, e de resto no país como um todo, os conflitos que se instalam nos territórios dos povos do campo, das águas e das florestas, têm vínculos históricos com a lógica moderno/colonial de expropriação de terras para enriquecimento das elites econômicas e políticas.

No caso de Conceição, como vimos, o modelo hegemônico de desenvolvimento desmata manguezais, restingas e a mata atlântica, aterra e assoreia rios e nascentes, limita o acesso da comunidade aos seus espaços de vida e a seus territórios ancestrais, dispara processos de super exploração da natureza, enfim descarta vidas humanas e não humanas. Contudo, em que pese a força devastadora dessa política morte, e em resposta a ela, a comunidade se insurge, resiste, e segue afirmando sua identidade e lutando pelo território, no que podemos chamar de uma luta histórica decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ressaca desta maré de resistência, compreendemos que o que se materializa diariamente na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salina é uma luta transatlântica, atemporal, ancestral, geracional e multiétnica (dos povos e indígenas e negros), protagonizada pelas mulheres, em parceria com homens, velhos, jovens e crianças e em interação com a natureza da qual fazem parte, pois de modo alguns são compreendidos como seres desassociados. Trata-se de uma resistência respaldada pelo direito constitucional de lutar, pelo modo ancestral de passar e pela forma própria de viver e criar, em reciprocidade com as outras formas de vida.

Em razão das muitas ameaças que a cercam, a comunidade tem construído uma consciência aguda de que não é possível lutar sozinha, isolada em suas bases. Nesse sentido, ao longo dos anos, além de se articular com movimentos estaduais e nacionais, o povo de Conceição tem ocupado outros espaços de luta, como as universidades, por exemplo, que fortalecem suas estratégias de resistência, ampliam suas alianças e articulações com outros povos, além de dar maior visibilidade às denúncias de violências violações de seus direitos.

A comunidade, consciente de que a violência que sofre não é um ato isolado, mas é constitutivo de um projeto global de poder que alcança outros povos e seus espaços de vida, tem mobilizado aliados dentro e fora do território. Mulheres e homens sensíveis à luta do povo das águas. Por esse caminho, a comunidade tem

tecido, para além de Conceição, do Recôncavo, da Bahia e do Brasil, redes de cuidado que contribuem para o fortalecimento de sua dupla identidade (quilombola-pescadora), em defesa do território. Essas redes têm sido capazes de gerar boas pescarias de resistência, mesmo quando os ventos da conjuntura não estão favoráveis.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, D. M. **Entre A Forma Espacial e a Racionalidade Jurídica**: Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho - Uauá/BA. 2011. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora Edufba, 2008.

GEOGRAFAR - Geografia dos Assentamentos da Área Rural. **Relatório Técnico Preliminar**. Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas, 2019.

GOMES, T. D. **Racismo fundiário**: A elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Disponível em: <<https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>>. Acesso em: 24 Mai. 2019.

GRAHAM, R. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780 - 1860). Tradução Berilo Vargas. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, A. **Salinas da Margarida**: Notícias Históricas. Araguari: Editora Minas, 2000.

PEREZ, M. S. **R-Existências sociais pela vida** – Camponesas e Camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reservas Camponesas (Colômbia). Curitiba: CRV, 2017.

RIOS, K. A. **A questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais**: Desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 2017. 466 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SACRAMENTO, E. **Da diáspora negra ao território das águas**: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA, 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2019.

SANTOS, M. **Ensaio sobre Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. *Peru Indigna*, 13(29): 11-20, 1992.

"POLÍTICA PÚBLICA E TERRITÓRIO"

"PUBLIC POLICY AND TERRITORY"

"POLÍTICA PÚBLICA Y TERRITORIO"

MORENO, Larissa Tavares

Resenha de: SILVA, Catia Antonia da. **Política Pública e Território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

Catia Antonia da Silva é geógrafa, mestra em Planejamento Urbano e Regional e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora associada do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente se dedica aos seguintes temas de pesquisa: trabalho urbano; movimentos sociais e trabalho; qualificação profissional; metropolização; metrópole; modernização e gestão urbano-metropolitana: conflitos com pescadores artesanais, economia política da pesca artesanal.

É importante mencionar que o livro *Política Pública e Território* é fruto de resultados finais de um projeto de pesquisa e extensão intitulado "Pescando por meio de redes sociais: promoção e facilitação aos pescadores artesanais sobre acesso aos direitos e políticas públicas e sobre capacitação de organização social e de apoio à autogestão", desenvolvido entre os anos de 2012-2015. Na obra a autora traz, para o nosso conhecimento, a fundamental discussão sobre a ação estatal, mediante as políticas públicas relacionadas a pesca artesanal brasileira. Como pano de fundo tem-se os marcos regulatórios institucionais e as conjunturas políticas que se relacionam ao acesso de direitos sociais e trabalhistas dos pescadores artesanais.

O livro é subdividido em três partes: Apresentação, Parte I "A produção política dos elos entre Estado e pesca artesanal", e Parte II "Políticas públicas e direitos sociais dos pescadores artesanais: no contexto do estado do Rio de Janeiro".

Dando início à Parte I a autora apresenta o conceito de "geografias das existências", que diz respeito ao entendimento dos pescadores e pescadoras artesanais enquanto sujeitos que existem no espaço e na história. Ao mesmo tempo em que existe o "território normado", aquele regulado por diferentes normas (políticas, financeiras, técnicas, constitucionais), mas que normalmente se deve as ações do Estado e de grandes empresas. O debate tem como cerne apontar como na escala do lugar e do cotidiano, mediante as relações de trabalho, vivências, sociabilidade e heranças culturais, os quais compõem as "geografias das existências", há influências das dinâmicas de ordens e normas globais, que abarca o "território normado". E como isso pode influir, por exemplo, nos limites institucionais e políticos ao acesso dos direitos sociais dos pescadores.

Diante disso, o texto trata sobre o processo histórico de normatizações do Estado que regulam a atividade pesqueira artesanal brasileira. Desde o período colonial no Brasil, até o século XXI. Isto é, apontando os instrumentos legais que ao longo dos anos foram produzindo ações e atos sobre a pesca e os pescadores. Como destaque, são discutidos no texto a respeito de quando os pescadores passaram a ser regulados e controlados pela Marinha Brasileira; perpassando pela fase de institucionalização com a criação do sistema representativo dos pescadores (as colônias, federações e confederações), a fase de industrialização e

modernização massiva do setor pesqueiro, sobretudo com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE); posteriormente uma fase ligada mais as questões ambientais com as atribuições do setor ligadas ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); entre outros rearranjos de ministeriais até a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o ano de 2015 quando novas leis, instruções normativas, decretos foram elaborados.

No último capítulo desta Parte I o foco principal foi apresentar de maneira minuciosa a questão dos limites à efetivação das políticas públicas e dos direitos sociais dos pescadores artesanais. No contexto dos anos de 2003 a 2014 a autora elucida a luta pelo registro geral da pesca, o seguro defeso, os direitos previdenciários, o acesso ao programa de apoio ao crédito o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, por sua vez, os conflitos decorrentes disso em relação ao papel do Estado, de gestores, da ilegitimidade das colônias, ou outros segmentos como os aquicultores.

A Parte II do livro faz referência ao contexto do estado do Rio de Janeiro, trazendo reflexões sobre as formas legais, a problemática do acesso aos direitos dos/pelos pescadores e como isso se realiza no território. O primeiro capítulo desta parte demonstra as oficinas realizadas, entre 2012 e 2015, junto aos pescadores de diferentes localidades, como: Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Muriqui, Ilhas de Jaguanum, de Itacuruçá e Marambaia, Ilha da Madeira, Itaipu, Macaé e Paraty. Desta forma, a autora expôs, sinteticamente, a metodologia dessas oficinas, das atividades, localidades e problemas identificados em relação aos direitos sociais e trabalhistas dos pescadores.

Dando continuidade as reflexões e apontamentos anteriores a autora no último capítulo ressalta a importância do território, enfatizando o reconhecimento dos lugares e histórias que envolvem o território das comunidades pesqueiras, que por sua vez, rebate diretamente no direito ao exercício do trabalho e de vida desses sujeitos. Posto que território e trabalho estão interligados, são elementos de uma mesma luta por direitos, que neste caso, como exemplifica a autora, pode contrastar com o crescente número de Unidades de Conservação no país, com forte tendência a proibição das tradicionais áreas de pesca, a criminalização dos pescadores artesanais, o que gera de um lado uma política de exclusão, e do outro a criação de áreas de interesse e uso por parte de grandes empresas.

A autora finaliza o livro com oito considerações, que ao nosso ver, podem ser reagrupados em três grandes aspectos reflexivos. O primeiro deles é o apontamento de que a ciência, sobretudo a geográfica e historiográfica, ainda pouco estuda (e estudou) a pesca no país, daí a dificuldade em aportes epistemológicos e metodológicos para nossas análises, que devem, segundo a autora, visar as vivências, no cotidiano com as comunidades, a fim de permear pelas “geografias das existências” dos pescadores. Aliás, são necessários as pesquisas científicas nesta temática, inclusive, no sentido de apreender esse diverso e complexo universo da pesca artesanal.

Outro ponto central é o papel do Estado, de controle e regulação da atividade pesqueira e do território ao longo dos anos, assim como, de suas ações punitivas aos pescadores artesanais e, de um outro lado, conveniente aos interesses de grandes empresas e do capital. O que por sua vez tende a ampliar as problemáticas e dificuldades para a realização de direitos dos pescadores.

Os conflitos e a complexa trama de ações, valores, usos e interesses são outro grande tema que menciona a autora ao final do livro. No sentido de nos remeter as dificuldades do acesso aos direitos sociais, trabalhistas e as políticas públicas, ainda hoje no século XXI, bem como no déficit de dados estatísticos atualizados que retratem a realidade da pesca artesanal brasileira.

Por essa abordagem, o livro representa extrema contribuição aos estudantes, pesquisadores, militantes, pescadores e pescadoras artesanais e demais interessados sobre na temática, bem como revela o envolvimento e contribuição do grupo de pesquisa junto as comunidades estudadas.

Embora alguns marcos regulatórios e institucionais tenham sido reajustados mais recentemente – como é o caso da extinção do MPA em outubro de 2015, passando suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entretanto entre março de 2017 a abril de 2018 a Secretaria de

Aquicultura e Pesca (SAP) vinculou-se ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo que atualmente está vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República –, o livro também possibilita compreender outros elementos históricos, e também teóricos e de método, os quais são essenciais para pensar a concretude e conjectura atual. Sobretudo, recentemente, no momento em que vários direitos conquistados historicamente pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira, vide os direitos previdenciários e trabalhistas, estão sendo atacados. Daí o grande desafio que nos alerta a autora em refletirmos sobre política pública, direitos e território dos pescadores artesanais, não enquanto questões ultrapassadas, mas sim como urgentes e necessárias.

Por isso, e tantos outros elementos que esse livro abarca, não só de instrumentos de reflexão, mas também nos “chamando a atenção” para a ação, a práxis, é que nós, estudantes, pesquisadores e militantes envolvidos na área da pesca artesanal devemos nos somar a luta em defesa dos direitos sociais, trabalhistas e territoriais dos pescadores e das pescadoras, assim como, do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIA

SILVA, C. **Política Pública e Território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

ESCOLA DAS ÁGUAS: UMA EDUCAÇÃO PELAS ÁGUAS

Edielso Barbosa dos Santos

Kassia Aguiar Norberto Rios

Maurício Sacramento Santos

Merivaldo Menezes de Salles

Taíse dos Santos Alves

RESUMO

A Escola das Águas é um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que tinha dificuldades na escrita, mas possuía um saber e ampla "leitura de mundo". Ela via a necessidade das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas em adotar uma escola que se adequasse aos modos de vida, aos horários das marés e à ida para as roças e, para, além disso, através do MPP, que constituísse num espaço de discussão e fortalecimento da luta dessas comunidades frente às suas inúmeras contradições. Ou seja, essa escola deveria ter como princípio a articulação dos conhecimentos científicos e tradicionais, em que jovens, adultos e idosos das comunidades pudessem se apropriar do conhecimento científico, mas sem distanciá-los das raízes e da rica base de conhecimento empírico presente historicamente nas comunidades. É desse breve contexto que surge o desejo da escrita desse artigo, cujo objetivo consiste em explicitar o contexto de criação da Escola das Águas, suas perspectivas, metodologias, princípios, desafios e principais resultados alcançados no decorrer dos últimos sete anos. Para tal, recorreremos, metodologicamente, à pesquisa bibliográfica, documental e, principalmente, à pesquisa de campo, em que os depoimentos da coordenação, estudantes e integrantes das comunidades envolvidas foram à base para articulação e sistematização das ideias aqui apresentadas.

Palavras-chave: Educação. Escola. Águas. Pescadores (as) Artesanais. Território Pesqueiro.

INTRODUÇÃO

No Brasil, existem, atualmente, cerca de 6 milhões de pessoas que compõem as inúmeras comunidades tradicionais que se encontram espalhadas pelo país, a saber: indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto, caiçaras, extrativistas, pescadores e/ou ribeirinhos (CPT, 2014). De acordo com a Constituição Federal de 1988, os povos e comunidades tradicionais são "grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal" (BRASIL, 1988).

Para Diegues (2000), "um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular (DIEGUES, 2000, p. 84). Cabe destacar que o modo de vida é compreendido, aqui, como a maneira a qual essas comunidades se reproduzem economicamente, socialmente e culturalmente. A cultura desenvolvida por essas comunidades "se distingue daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes" (DIEGUES, 2000, p. 21).

Os povos e comunidades tradicionais possuem características comuns que lhes atribuem o conceito de tradicional, mesmo que tais características não sejam idênticas. Para Little (2002, p.23), pensar os povos tradicionais pressupõe a existência de fatores como a "existência de regime de propriedade comum, o sentido

de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que refletem pontos comuns de diversos povos e contribuem para a conceituação de populações tradicionais". São grupos que "guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, [...] tradições, [...] crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos" (MPP, 2014, p.7).

A relação com a natureza, a forma com que praticam suas atividades produtivas, o conhecimento sobre os espaços apropriados – território –, a liberdade, a propriedade dos meios de produção, dentre outras características, asseguram modo de vida tradicional dessas comunidades, a exemplo das comunidades tradicionais pesqueiras. Os pescadores artesanais integram as denominadas "sociedades tradicionais", que são construídas por "grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente" (DIEGUES, 2000, p. 58).

No estado da Bahia, de acordo com a última estatística pesqueira, publicada pelo extinto MPA, existem cerca de 130.641 mil pescadores(as) cadastrados(as) no Registro Geral da Pesca (RGP) (MPA, 2015). A Bahia ocupa, atualmente, o terceiro lugar na classificação geral dos estados com o maior quantitativo de pescadores cadastrados no RGP e o segundo da Região Nordeste, equivalendo a mais de 12% do total cadastrado no Brasil (MPA, 2015).

Considerada a principal atividade econômica de mais de 600 comunidades tradicionais que se encontram espalhadas no litoral e ao longo dos rios do estado, a prática da pesca artesanal é compreendida para além de uma profissão, os pescadores constroem verdadeiros laços de identidade, pertencimento, respeito e conhecimento dos espaços historicamente ocupados. "Ser pescador artesanal é torna-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos" (RAMALHO, 2006, p. 52).

A pesca artesanal representa uma arte, que possibilita historicamente a reprodução social dos(as) pescadores(as) artesanais. Ser pescador(a) artesanal não se restringe a uma profissão, há nessa prática a construção de inúmeros laços de identidade, pertencimento e, principalmente, respeito, pelos diversos espaços historicamente apropriados. Daí a necessidade de pensarmos o território pesqueiro na sua múltipla espacialidade e funcionalidade, no qual os espaços marítimos e terrestres representam a base histórica da sustentação e reprodução social, econômica e cultural dessas comunidades.

Esse cenário está diretamente relacionado a um contexto mais amplo de negações de direitos que envolve os(as) pescadores(as) artesanais em todas as esferas das políticas públicas e, dentre elas, a educação, ganhando assim um destaque significativo. Sobretudo, é importante trazer alguns dados sobre as comunidades tradicionais pesqueiras na Bahia e no Brasil, para dimensionar a questão educativa destinada aos pescadores(as) artesanais.

Ao analisarmos algumas informações estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) sobre a educação/escola do ano de 2016, em municípios caracterizados pela presença de comunidades tradicionais. Observamos, além da ausência e/ou precariedade de espaços escolares nas comunidades, um significativo número de evasão e reprovação. Ao dialogarmos com as comunidades sobre esses dados, as respostas são incisivas, a destacar: i) não há escola na comunidade; a mais próxima fica a quilômetros de distância e não há transporte com frequência; ii) as poucas escolas existentes encontram-se em situação precária e muitas estão fechando; iii) os alunos reclamam que, na escola, são objetos de piadas e brincadeiras inadequadas por parte de colegas e professores; iv) não há como trabalhar e estudar; o horário da maré, da roça, do manguezal não permite estudar no modelo de escola formal.

Este cenário também é confirmado quando observamos os dados de população alfabetizada e não-alfabetizada do Censo Demográfico do IBGE, cujo resultado aponta altos índices de baixa escolaridade dentro das comunidades tradicionais e, na distribuição de unidades escolares por localidade nos municípios.

Nessa perspectiva, a fim de explicitar o contexto de criação da Escola das Águas, suas perspectivas, metodologias, princípios, desafios e êxitos ao longo dos últimos sete anos, este artigo se organiza em duas seções principais: a seção intitulada Os de ontem e os de hoje: história da escola das águas, em que é traçado um caminho histórico que se inicia no desejo de Dona Maria do Paraguaçu, até chegar à criação da Escola das Águas e suas intervenções nas comunidades pesqueiras; e a seção seguinte, Educação das águas: ações formativas e pedagógicas, em que são apresentadas as concepções pedagógicas e curricular em torno da Escola das Águas, além de evidenciar como ocorre seu trabalho pedagógico. Na sequência, para não concluir uma discussão que extrapola os limites do presente artigo, é retomada a importância da proposta da Escola das Águas, através da sua educação das águas, ratificando a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos(as) pescadores(as) artesanais e o seu trabalho.

OS DE ONTEM E OS DE HOJE: HISTÓRIA DA ESCOLA DAS ÁGUAS

A Escola das Águas é um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), tinha dificuldades na escrita, mas, possuía um saber e uma ampla "leitura de mundo". Ela via a necessidade das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas, em adotar uma escola que se adequasse aos modos de vida, aos horários das marés e da ida para as roças, além do intuito de fortalecer a luta dentro das comunidades pesqueiras e do próprio MPP, preparando os(as) filhos(as) de pescadores e pescadoras, com os saberes acadêmico, mas sem os distanciar das (nossas) raízes das comunidades, fazendo assim um processo de resistência.

Alguns anos antes do projeto sair do papel, Dona Maria "tomba na luta" devido aos constantes conflitos - ataques envolvendo a imprensa (rede globo) e fazendeiros - que oprimiam a comunidade quilombola São Francisco do Paraguaçu em todas as formas, desde a cooptação das lideranças a violências físicas e psicológicas. Dona Maria foi uma guerreira, mulher forte, que ajudou e ainda ajuda as comunidades pesqueiras, mesmo não estando fisicamente entre nós. O seu corpo morreu, mas os seus ideais e, mais ainda, tudo o que acreditava continua vivo. Com isso, o MPP tem continuado a luta de Dona Maria, levando seu legado através da Escola das Águas.

Dona Maria é lembrada como uma mulher que representa resistência e conhecimento pelo MPP, ou seja,

Através do sonho de Dona Maria nós pudemos realizar muitas conquistas, entre elas a articulação da juventude pesqueira, e agora um grande avanço, a conquista da Universidade, que até então, era um sonho distante, para muitos inalcançável (Thico Menezes, aluno da Escola das Águas, Militante do MPP, Liderança da Comunidade de Acupe, Santo Amaro - Ba).

A partir de 2011, algumas lideranças das comunidades e do MPP decidem colocar a ideia de Dona Maria em prática e convidam, então, os(as) filhos(as) dos(as) pescadores(as) de diversas regiões da Bahia (definidas pelo governo do estado da Bahia como Territórios de Identidade), como, São Francisco, Extremo Sul, Baixo Sul, Baía de Todos os Santos e Recôncavo. Eram, aproximadamente, 40 pessoas de todas as idades, de ambos os sexos e gêneros de diferentes religiões.

A Escola funcionaria em regime de alternância, ou seja, no período entre 10 a 12 dias por mês, "confinados" em uma casa localizada no bairro da Ribeira, na cidade do Salvador (Ba). Essa casa, ganhou carinhosamente o nome de "Casa das Águas", e os outros dias as pessoas passariam nas comunidades, colocando em prática os aprendizados durante o período de "confinamento". A proposta da Escola era permitir a conclusão do ensino médio a quem precisava, além da formação técnica e política para todos e

todas, sem exceção. “É importe dizer que houve uma boa aceitação dos pescadores e pescadoras pela Casa das Águas por estar localizada na Cidade Baixa, território pesqueiro urbano de Salvador onde se manifesta a ancestralidade dos manguezais e das águas (uma casa de frente para o mar)” (Depoimento da Coordenação da Escola, obtido por meio da Pesquisa de Campo, 2018).

Para os(as) estudantes, participar da Escola das Águas já se configura como um engajamento na luta, então, acreditaram no Projeto e a ida à Escola potencializa o que já sabem, com o objetivo de adquirir mais conhecimentos para resistir aos embates e conflitos nas comunidades pesqueiras.

Um dos diferenciais da Escola é o respeito ao tempo das marés, o que as escolas convencionais não têm e, por isso vários(as) pescadores(as) e seus filhos abandonam a escola “formal” e não conseguem concluir o ensino médio por irem pescar, mariscar e fazer outras atividades ligadas à agricultura, para sustentar a família. Outro diferencial da Escola das Águas consiste no fato de que,

Ao mesmo tempo que estávamos confinados em aulas, éramos solicitados para participar de atividades quando precisava, então era meio que teoria e prática imediata e era isso que nos fortalecia e nos formava ainda mais enquanto militantes (Maurício Sacramento, Aluno da Escola das Águas, Militante do MPP e, atualmente, Estudante do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB).

Sobre essas atividades destaca-se a ida a órgãos públicos, reuniões com pesquisadores de diversas Instituições, ocupações, manifestações, passeatas, eventos acadêmicos, feiras, etc.

Com isso, a Escola das Águas aparece como um elemento propulsor na luta dos(as) pescadores(as) artesanais e, efetivamente, está acontecendo o desejo de Dona Maria, a formação educativa e, principalmente, formação política. Nota-se a autonomia em muitos âmbitos e ações, como participação em reuniões com órgãos públicos para colocar as pautas do MPP, reuniões com empresas devido a conflitos e impactos causadas pelas mesmas e o fortalecimento das bases. A escola é “um sonho” realizado, Dona Maria também queria que os seus (pescadores(as) e quilombolas das comunidades pesqueiras) adentrassem os espaços acadêmicos e os ocupassem para adquirir a ciência das letras e com isso retornar às suas bases, as comunidades, para disseminar o conhecimento adquirido nos espaços acadêmicos.

Antes de passar pelas formações proporcionadas pela escola, as lideranças do movimento não se sentiam seguras para participar de reuniões em órgãos, diálogos ou processos de incidência sem a presença da assessoria, hoje, o movimento está mais autônomo e já faz articulações e incidências com suas próprias pernas, mesmo compreendendo a importância estratégica de algumas parcerias (Depoimento da Coordenação da Escola, obtido por meio da Pesquisa de Campo, 2018).

A partir de 2016, começam a acontecer outros avanços: nesses 3-4 anos de existência da Escola, os estudantes conseguem ingressar no ensino superior, em 2017, 14 estudantes nas universidades públicas da Bahia, fruto dessa mobilização e da “educação das águas”. Recentemente, em 2018, ingressaram mais quatro estudantes, todos e todas carregam a ideia e o sonho de Dona Maria do Paraguaçu.

As primeiras turmas da Escola das Águas levaram os nomes de “Dona Maria do Paraguaçu” e “Seu Altino da Cruz”. Ambos eram grandes companheiros de luta e eram extremamente ligados. Seu Altino, morreu alguns meses depois após Dona Maria. Os dois lutavam pelos mesmos ideais, que são os mesmos “de todos e todas nós alunos da Escola das águas, Dona Maria vive, e o sonho dela também, então não deixaremos morrer nunca, seu Altino da Cruz presente, presente, Dona Maria do Paraguaçu presente, presente!” (Mauricio Sacramento).

EDUCAÇÃO DAS ÁGUAS: AÇÕES FORMATIVAS E PEDAGÓGICAS

Para Santos (2015), a partir das ideias de Saviani (2005), a escola (pública) concebida para a classe trabalhadora não dá conta de “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2005, p. 15). Santos (2015) evidencia que, os rudimentos (mencionados por Saviani) dizem respeito ao saber ler e escrever, a ler o espaço e a conhecer a linguagem dos números, das letras, da natureza e da sociedade. Assim, Santos (2015)

indaga: qual seria a melhor forma de manter a classe trabalhadora conformada e pacífica? Negando-lhe o conhecimento produzido pela própria humanidade, negando-lhe uma escola que mexa com as suas funções psíquicas. Isso os impede de entender as bases estruturais que conduziram o processo real da sociedade.

Essas questões explicam a fragilidade do ensino escolar público, o qual não tem interesse de trazer à tona a explicação das questões sociais tão latentes que se expressam no cotidiano da sociedade, como a fome, a estrutura fundiária, a questão da escravidão, a expropriação das terras indígenas e o projeto colonizador, dentre outras (SANTOS, 2015).

Por outro lado, outros segmentos que lutam por uma educação problematizada, a partir da realidade cotidiana e do contexto dos sujeitos (educação popular, educação libertária, educação do campo, por exemplo) seguem na contramão do que é proposto pela escola pública e suas bases formais do processo de ensino-aprendizagem e abordagem curricular - advindos dos interesses pontuado por Santos (2015). O objetivo aqui não é tecer discussões sobre esse processo de maneira mais profunda, mas (re)afirmar que essas "faltas" fazem com que outros sujeitos, grupos, movimentos sociais, organizações, pastorais e demais segmentos caminhem por uma educação que contemple as demandas e necessidades das classes trabalhadora de maneira mais expressiva, como é o caso da Escola das Águas.

Dentre este cenário, a Escola das Águas possui um quadro pedagógico/formativo ainda em construção, mas que tem se configurado como uma "educação das águas", pois, sua dimensão perpassa por três eixos principais: pesca artesanal, território pesqueiro e trabalho.

É importante destacar que se trata de um processo de formação específico para a população das águas e depois de amplas reflexões do Movimento, elenca-se que a água deve ser o elemento fundamental e articulador de todo o currículo.

Por outro lado, a Escola transita pelas bases da educação formal, pois seu objetivo principal é a alfabetização dos pescadores(as) e isso requer a necessidade de dialogar com as bases formais do ensino. Nesse sentido, a Escola das Águas e o MPP têm deixado explícito que é preciso dialogar com a realidade vivenciada pelos(as) pescadores(as) nos seus territórios, dando subsídios à formação política dos(das) pescadores(as) para agregar as lutas e demandas do Movimento, por isso, os(as) professores(as), colaboradores(as), parceiros(as) e outros sujeitos que fazem a Escola acontecer, precisam "conversar" com os eixos principais elencados.

Outra dimensão que é importante frisar neste debate, é o trabalho feito na água e na terra pelos(as) pescadores(as) artesanais, pois a Escola entende as especificidades dos tempos, tanto das marés, quanto da alternância (da terra). Sendo que, parte dos(as) pescadores(as) trabalha todos os dias nas águas e/ou mangue. Este se torna um dos principais desafios da Escola das Águas, pois os pescadores(as) artesanais possuem a dimensão do trabalho na água, no mangue e na terra, o que configura uma educação do campo e das águas ao mesmo tempo.

Desse modo, a Escola das Águas adere, a princípio (como foi evidenciado no histórico), à estrutura formativa proposta nas bases da Educação do Campo: (I) A Pedagogia da Alternância. Segundo Pinto (2014), a mesma foi criada a partir da necessidade de uma educação contextualizada com o meio rural, promovendo a inter-relação trabalho-educação-vida. Ideia esta que se estrutura, metodologicamente, na alternância de tempos de estudo e de trabalho. A proposta articula Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), assim, após o período de internato escolar o estudante retorna à comunidade onde mora, para realizar práticas e vivenciar aprendizados familiares e comunitários.

Um dos instrumentos propostos pela metodologia da pedagogia da alternância é o (II) Plano de Estudo (PE). O mesmo é elaborado a partir de um diagnóstico participativo, que integra a comunidade no levantamento de temas norteadores que deverão ser trabalhados ao longo do ano letivo, sendo estes diferentes conforme o ano escolar, pois constitui um Plano de Formação. São exemplos dessas temáticas: família, casa, minha comunidade, animais de pequeno porte, organizações sociais, entre outros. Este processo de definição das temáticas a serem estudadas proporciona que os sujeitos do campo construam e interajam com as atividades escolares (PINTO, 2014).

Outra metodologia importante, que nasce no seio das experiências formativas dos movimentos sociais (a exemplo das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas em Assentamentos Rurais do Movimento Sem Terra - MST) é a (III) leitura da realidade como base da produção do conhecimento. O MST destaca que esse é um dos princípios mais populares da educação para a população do campo e evidencia ainda que as questões da realidade têm levado à construção do conhecimento porque são os que geram as necessidades de aprender. O Movimento reconhece que um ensino centrado apenas em conteúdos estanques “nunca vai levar ao conhecimento. Foi desta reflexão que surgiu o chamado método de ensino através de temas geradores que são extraídos da realidade” (MST, p. 1996, p. 14).



Figura 1: Organização do trabalho pedagógico da Escola das Águas.

Fonte: MPP, 2015; 2017. Elaboração: autores, 2018.

A Escola das Águas também parte do princípio da realidade para atingir seu objetivo, o qual é calcado em desenvolver uma,

[...] Educação crítica/reflexiva para indivíduos oriundos das comunidades tradicionais pesqueiras do estado da Bahia, com a finalidade de superar a baixa escolaridade, tendo como referência uma pedagogia que dialogue com os saberes tradicionalmente construídos e os modos de vidas destas comunidades, contribuindo assim para o fortalecimento do Movimento de Pescadores(as) em defesa dos territórios pesqueiros (MPP, p. 19, 2017).

A Escola das Águas vem provocando um currículo, que ousamos chamar de “educação das águas”, pois o mesmo se encontra em construção. Configura-se como um currículo oculto, por isso requer construir um amplo debate entre a Escola das Águas e pensadores da educação uma vez que é necessário um aprofundamento teórico-metodológico, visto a especificidade entre educação do campo e educação das águas. Uma educação não nega a outra, ambas se complementam, mas, por outro lado, estamos vivenciando, na prática e no cotidiano das comunidades pesqueiras e do próprio trabalho pedagógico da Escola das Águas, que a literatura da educação do campo não contempla especificidades do tempo das águas, das marés, do trabalho dos pescadores(as) nos territórios pesqueiros. E isso merece um amplo debate. Sobretudo, mesmo diante dessa limitação, vem se delineando o currículo da Escola das Águas da seguinte forma,

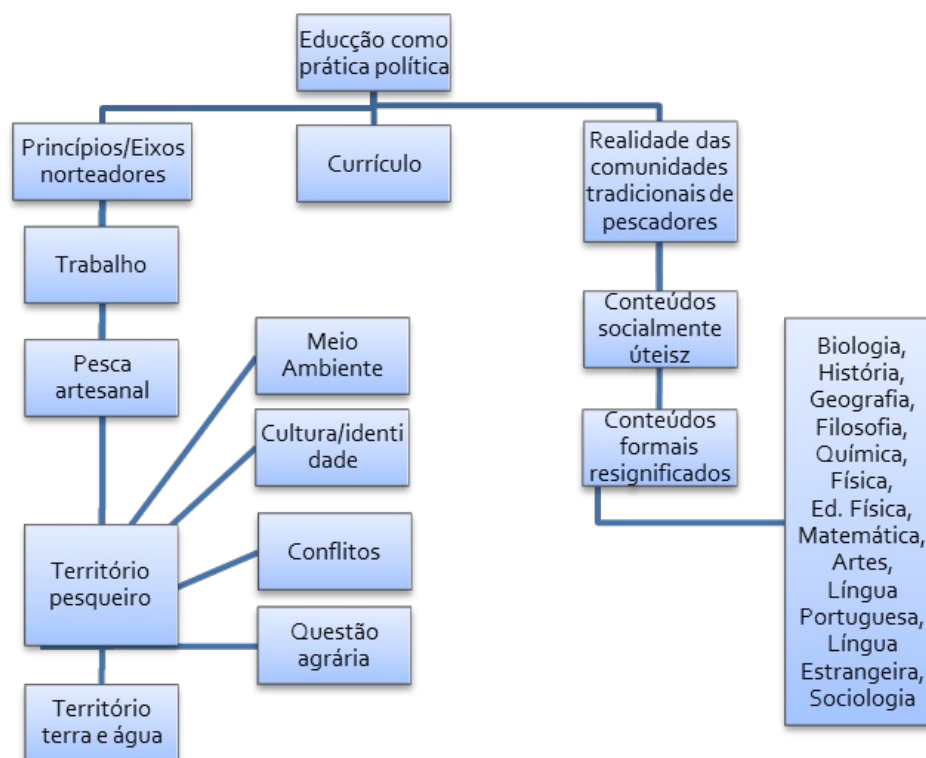


Figura 2: Currículo oculto da Escola das Águas

Fonte: MPP, 2015; 2017. Elaboração: autores, 2018.

Um ponto que merece, também, algumas notas é a ausência de uma legislação/diretrizes dessa educação voltada aos pescadores(as) artesanais. Mesmo não tendo essa dimensão, a Escola das Águas se correlaciona nas especificidades da Educação Quilombola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola remetem algumas considerações que permitem essas correlações, quando destaca alguns pontos,

(I) Ao se analisar a realidade educacional dos quilombolas, observa-se que só o fato de uma instituição escolar estar localizada em uma comunidade remanescente de quilombos ou atender a crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes nesses territórios não assegura que o ensino por ela ministrado, seu currículo e Projeto Político-Pedagógico dialoguem com a realidade quilombola local nem tampouco que tenha conhecimento dos avanços e dos desafios da luta antirracista e dos povos quilombolas no Brasil;

(II) É preciso também reconhecer que estudantes quilombolas, principalmente aqueles que estudam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, frequentam escolas públicas e privadas fora das suas comunidades de origem. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola possui abrangência maior. Além de focalizar a realidade de escolas enraizadas em territórios quilombolas e no seu entorno, ela se preocupa com a inserção dos conhecimentos sobre a realidade dos quilombos no Brasil em todas as escolas da Educação Básica;

(III) é possível encontrar também escolas que, localizadas ou não nesse contexto, desconsideram a realidade da população atendida, discriminam os estudantes quilombolas que estão no seu interior, sua expressão cultural, sua linguagem, seu pertencimento étnico-racial, seu modo de vestir, comportamento, etc. Desconhecem, discriminam e desconsideram ainda pais, mães e responsáveis dos estudantes quilombolas e suas tradições, bem como o histórico das lutas quilombolas do passado e do presente;

(IV) Tais diretrizes curriculares orientam os sistemas de ensino, as Universidades e as escolas de Educação Básica a desenvolver propostas pedagógicas em sintonia com a dinâmica local, regional e nacional da questão quilombola no Brasil. Ao dialogar com a legislação educacional geral e produzir uma normatização específica para as realidades quilombolas, o CNE orienta Estados e municípios na construção das próprias diretrizes curriculares em consonância com a nacional e que atendam à

história, à vivência, à cultura, às tradições, à inserção no mundo do trabalho próprios dos quilombos da atualidade, os quais se encontram representados nas diferentes regiões do país. (BRASIL, p. 27-29, 2011).

Esses pontos permitem perceber que as orientações das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, a Educação Escolar Quilombola, devam seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas, como a cultura, as tradições, o mundo do trabalho, a terra, a territorialidade, a oralidade e a memória, ou seja, dialoga nas mesmas vertentes dos princípios/eixos norteadores do trabalho pedagógico da Escola das Águas, mas, por outro lado, a especificidade da água não é contemplada. Nesse sentido, a Escola das Águas se destaca e se diferencia das educações do campo e quilombola. Nessa perspectiva, a Escola das Águas tem potencializado debates significativos advindos dessas especificidades; sua “educação das águas” tem gerado debates dentro das universidades, das quais os(as) estudantes fazem parte atualmente e, mais do que isso, tem destacado a importância deste contexto e conjuntura nas escolas da educação básica das comunidades pesqueiras atendidas. É possível afirmar que a Escola das Águas tem provocado mudanças e transformado a realidade destes sujeitos e de suas comunidades ao longo destes quase sete anos de existência, uma vez que

Tem sido bastante importante para o fortalecimento da juventude pesqueira e Quilombola para fazer a defesa de seus direitos e suas vidas que é o território tradicional, toda sua biodiversidade que está sendo atacada pelo os grandes empreendimentos. A Escola das Águas tem feito uma formação para um fortalecimento da identidade das comunidades e também fazendo com que entenda sobre seus direitos garantidos por lei, essa contribuição para os militantes do Movimento tem sido muito importante para o enfrentamento com as empresas, sabendo de seus direitos. A Escola também tem feito formações para sermos menos machistas, nos chamado atenção para divisão de tarefas e outros comportamentos machistas (Edielso Barbosa, aluno da Escola das Águas, Militante do MPP, Liderança da Comunidade Guai, Maragogipe - Ba).

A Escola das Águas propõe uma educação “que abala as estruturas” propostas pela educação formal, já que “caminha” para a abertura da fala, dá voz à população pesqueira, negra, mulheres e homens, quilombolas, sujeitos historicamente silenciados na sociedade brasileira. Djamila Ribeiro (2017), ao refletir sobre o lugar de fala, nos questiona o porquê existe o silenciamento de outras vozes em determinados espaços. Em um país machista e racista, qual o sujeito autorizado a falar? Por outro lado, quando há abertura da fala, os sujeitos historicamente autorizados a proferirem as palavras se incomodam. Ações educativas, desta natureza, potencializam as falas dos silenciados e “abalam as estruturas” dos lugares em que são produzidas.

PARA NÃO CONCLUIR...

Luckesi (2001) afirma que a educação tem força. E tem força de redimir a sociedade. Ao investir seus esforços nas gerações novas, formando suas mentes e dirigindo suas ações a partir dos ensinamentos, estará sendo adaptada ao ideal de sociedade através da educação. Nota-se que essa força é reconhecida pelos movimentos sociais. Cada seguimento potencializa suas bases através das práticas educativas (desde a educação infantil), investindo em suas escolas, pautando em um currículo que dialogue com as suas realidades por meio de seus cotidianos praticados e, principalmente, suas pautas e bandeiras de lutas, por entenderem que isso é um legado na formação dos sujeitos conscientes, desde suas potencialidades, defensores de suas culturas, suas identidades de seus territórios, as suas cosmologias e produções.

Assim, a proposta da Escola das Águas, através da sua “educação das águas”, afirma a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos pescadores(as) artesanais em seus territórios e, principalmente, com o seu trabalho. Isso é processo educativo, pois as linguagens do mar possibilitam logo cedo a construção de entendimentos humanos acerca da natureza marinha e das forças para lidarem com as águas e compreenderem os tipos de ventos e os movimentos das marés, explicitando habilidade pesqueiras para ouvir e sentir essas mudanças. Esse diálogo tende a participação de todos e todas envolvidos(as), buscando estimular a autonomia dos(as) estudantes, a solidariedade, o respeito aos mais velhos, aos mestres do mar e,

de modo específico, aos saberes dos territórios pesqueiros. E, além disso, propõe uma educação participativa e cidadã, que busca intervir na sociedade de modo colaborativo e respeitando as diversidades dos(as) pescadores(as) artesanais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, Brasília, DF, 2016.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil, 2013**. CPT Nacional – Brasil, 2014. 198 p.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: OLIVEIRA, L. R. C. (Orgs.) **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas**. MPA, 2015.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro**. MPP, 2014.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Projeto Político Pedagógico – Escola das Águas**. MPP, 2017.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Projeto Político Pedagógico – Escola das Águas**. MPP, 2015.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios da Educação no MST**. MST, 1996.
- PINTO, M. P. A. **A questão agrária e a Escola Família Agrícola de Riacho de Santana – Ba**. Dissertação de Mestrado. 254f. Universidade Federal da Bahia, 2014.
- RAMALHO, C. W. N.. Ah, esse povo do mar! um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: **Polis**. Campinas, SP: Ceres, 2006.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017
- SANTOS, J. B. **Questão agrária, educação do campo e formação de professores: territórios em disputa**. Tese de Doutorado. 252f. Universidade Federal da Bahia, 2015.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 13-35.

WATERS'S SCHOOL: EDUCATION BY WATERS

ABSTRACT

The School of Water is a project that originates in the dreams and wishes of Dona Maria do Paraguaçu, a black woman, quilombola, and activist of the Artisanals Fishermen's Movement (MPP), who had difficulties in writing, but had a knowledge and broad "world reading". She saw the need for traditional fishing and quilombola communities to adopt a

school that would suit the lifestyles, tidal schedules and field trips and, furthermore, through the MPP, which constitute a space for discussion and strengthening the struggle of these communities in the face of their many contradictions. That is, this school should have as its principle the articulation of scientific and traditional knowledge, in which young people, adults and elderly people in the communities could appropriate scientific knowledge, but without distancing them from the roots and the rich base of empirical knowledge historically present in the communities. It is from this brief context that arises the desire to write this article, whose purpose is to explain the context of creation of the School of Water, its perspectives, methodologies, principles, challenges and main results achieved over the past seven years. For such, we resorted, methodologically, to bibliographic, documentary research and, mainly, to field research, in which the testimonies of the coordination, students and members of the communities involved were the basis for articulation and systematization of the ideas presented here.

Keywords: Education. School. Waters. Artisanal Fishermen. Fishing Territory.

ESCUELA DE LAS AGUAS: EDUCACIÓN POR LAS AGUAS

RESUMEN

La Escuela de Aguas es un proyecto que se origina en los sueños y deseos de doña María do Paraguaçu, una mujer negra, quilombola, activista del Movimiento de Pescadores y Pescadores Artesanales (MPP), que tenía dificultades para escribir, pero tenía un conocimiento y amplia "lectura del mundo". Ella vio la necesidad de que las comunidades tradicionales de pesca y quilombola adoptaran una escuela que se adaptara a los estilos de vida, horarios de mareas y excursiones y, además, a través del MPP, que constituyen un espacio para la discusión y el fortalecimiento de la lucha de estas comunidades ante sus muchas contradicciones. Es decir, esta escuela debe tener como principio la articulación del conocimiento científico y tradicional, en el que los jóvenes, adultos y personas mayores en las comunidades puedan apropiarse del conocimiento científico, pero sin distanciarlos de las raíces y la rica base del conocimiento empírico históricamente presente en las comunidades. Es a partir de este breve contexto que surge el deseo de escribir este artículo, cuyo propósito es explicar el contexto de creación de la Escuela del Agua, sus perspectivas, metodologías, principios, desafíos y principales resultados logrados en los últimos siete años. Para ello, recurrimos, metodológicamente, a la investigación bibliográfica, documental y, principalmente, a la investigación de campo, en la cual los testimonios de coordinación, estudiantes y miembros de las comunidades involucradas fueron la base para la articulación y sistematización de las ideas presentadas.

Palabras clave: Educación. Escuela de aguas. Pescadores artesanales. Territorio de pesca.

LAÇOS DE CIDADANIA: FORMAÇÃO DE REDES SOLIDÁRIAS E PRESERVAÇÃO DE SABERES TRADICIONAIS NO LITORAL PIAUIENSE

Victor Bruno Barbosa Silva

Ana Cláudia dos Santos Barros

Simone Cristina Putrick

RESUMO

Esse trabalho se propõe a apresentar as atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão Laços de Cidadania no litoral do estado do Piauí, bem como demonstrar a importância desta iniciativa para a preservação dos saberes tradicionais, geração de renda, sustentabilidade e a troca de saberes. O programa, por meio da organização e da execução de atividades como a Feira Laços de Cidadania, o Encontro Entrelaços e outras atividades culturais e formativas, visa consolidar e fortalecer a Rede Solidária entre a comunidade pesqueira, os artesãos, os agricultores familiares e os demais setores sociais. Dentre os seus beneficiados estão associações de pescadores, catadores de caranguejo, artesãos, entre outros. O presente trabalho foi desenvolvido a partir do diálogo entre a comunidade participante e os acadêmicos membros do Programa Laços de Cidadania.

Palavras-Chave: Rede solidária. Feira solidária. Povos Tradicionais. Troca de saberes.

INTRODUÇÃO

Atualmente convivemos em uma sociedade que busca cada vez mais o lucro individual, onde o sucesso e riqueza é somente alcançado através da exploração, onde o capitalismo sustenta uma lógica de competição, individualização de tarefas, retirando do trabalhador a sua criatividade para realização de seu ofício (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006).

Em consequência dessa dinâmica desigual que ocorre atualmente, e que também é presente na realidade de Parnaíba no estado do Piauí, pensou-se em uma iniciativa que atue na contramão do que é imposto por essa economia atual, tendo seu enfoque na valorização do que é produzido, mas com ideais que se diferem das que buscam benefícios individuais e lucro obtido através da opressão das pessoas economicamente mais pobres, criando-se um empreendimento solidário, e atuando como um apoio para que a comunidade conquiste sua autonomia.

Singer (2002) fala sobre uma diferença entre o empreendimento solidário e o capitalista, onde o primeiro nega a separação entre trabalho e posse que é a base do capitalismo, e o segundo como aquele que fornece lucro somente aos investidores. Em vista dessa diferenciação e com o propósito de possibilitar um comércio justo, participativo e colaborativo, onde ocorra aprendizado e trocas de saberes é que surge o Programa Laços de cidadania, como uma atividade de extensão, atuando desde de 2014.

Vinculado ao curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí, o Programa atua na cidade de Parnaíba-PI, tendo como objetivo consolidar e fortalecer a Rede Solidária entre a comunidade pesqueira, os artesãos, os agricultores familiares e a sociedade parnaibana por meio de iniciativa inovadora que proporcione o crescimento da renda, das condições e da qualidade do trabalho das famílias envolvidas, promovendo ainda a soberania alimentar para exercício pleno da cidadania.

Para a concretização deste objetivo, o programa se baseia nos pressupostos teóricos da economia solidária por meio a Feira Laços de Cidadania onde o grupo-alvo do Programa comercializa seus produtos, e

oficinas de trocas de experiências por meio do Encontro Entrelaços, assim forma-se, uma rede solidária que segundo Mance (2002) entende-se como uma organização de empreendimentos de cunho social que se ajudam mutuamente e que são contrários as ideias individuais em vista do igual desenvolvimento de todos os participantes e pautado em objetivos autossustentáveis.

Em seus estudos sobre redes de colaboração solidária, Mance (2002) aponta ainda que existem quatro critérios básicos de participação na rede solidária, sendo eles: 1º) Nos empreendimentos não deve haver qualquer tipo de exploração, seja ela, do trabalho, política ou cultural. 2º) Essas iniciativas devem sempre buscar a preservação dos ecossistemas. 3º) Compartilhar o excedente do que for produzido para o fortalecimento da rede. 4º). Autogestão dos meios, cooperação e colaboração.

Visando o fortalecimento da rede solidária, o programa faz seleção da comunidade por meio de edital, tendo como requisito a renda e produto comercializado. Seguindo os critérios propostos pelo conceito de rede solidária, os participantes exercem sua autonomia, uma vez que seu trabalho tem retorno financeiro para eles próprios e para a manutenção do empreendimento solidário, sendo respeitadas suas crenças e a valorização da sua cultura, há também o incentivo em produtos oriundos da pesca artesanal, artesanato local e agricultura de origem familiar, como é o caso de uma das participantes que comercializam plantas e frutas, oriundas de seu próprio quintal.

Existe no programa um fundo, onde mensalmente os participantes pagam um valor de R\$ 15 reais para a compra dos materiais de uso comum: crachás, toucas, luvas, aventais, dentre outros materiais, com a prestação de contas mensal e com o propósito que os participantes do programa cooperem e se ajudem mutuamente. O público-alvo são pescadores, artesãos e agricultores familiares que vivem em localidades próximas a Parnaíba-PI, o alcance do programa atualmente é de duas cidades, além de Parnaíba participa também o município Ilha Grande do Piauí.

O programa conta com duas modalidades de participantes, os fixos que são os que estão presentes em todas as atividades e os que não cumprem totalmente os requisitos exigidos, mas que entram como convidados por terem proximidade com a proposta do programa. Atualmente existem 28 participantes, oriundos das associações e de pessoas autônomas.

Para fortalecer esse elo entre os pescadores, artesãos e agricultores familiares com os consumidores e alcançar essa rede de colaboração conjunta, a divulgação do programa é feita através das redes sociais: Facebook na Fanpage oficial, Instagram onde é realizado sorteios com a adesão da hashtag para que um público maior tenha uma visualização e uma aproximação com o programa, WhatsApp por meio de grupos, além de Blogs, sites e programas de Televisão que mostram uma forte parceria em comunicar para a população como é desenvolvido o trabalho.

Algumas das reportagens divulgadas na Televisão e no YouTube encontram-se nos links: <https://youtu.be/4R8HISjv5gc> e <https://youtu.be/-t35WJm5XHc>. Essa divulgação também é feita por meio das redes sociais da universidade em vista de alcançar os docentes e discente do Campus.

Esse artigo é desenvolvido por meio do diálogo entre a comunidade participante e os alunos que são membros do Programa Laços de Cidadania, referindo-se aos saberes locais e conhecimentos tradicionais trazidos pela comunidade. No decorrer desse trabalho será demonstrado as principais atividades desenvolvidas pelo Programa de extensão.

DESENVOLVIMENTO

O programa Laços de Cidadania é pautado na economia solidária levando em conta o que é proposto por ela, nesse sentido Gadotti define economia solidária como sendo

Um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (GADOTTI, 2009, p.13)

A partir desse conceito é importante destacar a preservação da natureza e das práticas de manejo por parte dos povos tradicionais que devido a sua proximidade com o meio criam-se sentimentos em relação a ela, e conseqüentemente, um maior cuidado e sua preservação. Dentre os participantes do programa é comum perceber a familiaridade que existe entre eles e seu meio, muitos relatam que a origem de seus conhecimentos e técnicas usadas, são oriundas de saberes repassados por gerações anteriores, de seus pais e avós, representando uma ligação sentimental entre os sujeitos, seus familiares e o meio.

Com base no que é vivenciado no programa foi percebido que os conhecimentos tradicionais são importantes, principalmente no que diz respeito a preservação dos recursos naturais uma vez que o aproveitamento é de subsistência e não há a exploração em larga escala, tendo-se um maior cuidado e respeito. Como relatam Pereira e Diegues (2010, p. 40) "Existe uma relação de respeito, gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, o que se apresenta como causa direta da preservação ambiental das localidades nas quais as populações tradicionais habitam".

Analisando o que é percebido entre a comunidade que participa do Programa e passando pelos termos de identidade e lugar, Arcaro e Gonçalves (2012, p. 40) apontam que: "O lugar tem um significado para o indivíduo que o incorpora à própria identidade". Essa afirmação corrobora com a discussão levanta sobre a familiaridade das populações tradicionais com o meio, e conseqüentemente o cuidado por parte dos mesmos, considerando o lugar onde esses sujeitos vivem como parte indissociável de sua própria existência, uma vez que se tem esses laços sentimentais.

Um ponto crucial para fortalecimento dessa rede de colaboração conjunta entre a universidade, profissionais, pescadores, artesãos e agricultores familiares e o surgimento do Programa Laços de Cidadania é motivada principalmente através dos dados fornecidos pelo IBGE da realidade econômica do Piauí, pois comparado aos demais estados brasileiros, o Piauí se apresenta como um dos mais vulneráveis no que diz respeito a renda e trabalho.

Em um dos levantamentos realizados IBGE (2017) mostram que as famílias do Piauí têm como renda média R\$1.290,00, a segunda menor renda do país, e a fonte de renda depende principalmente de programas sociais como bolsa família e serviço de prestação continuada, totalizando 13,8% da fonte de renda dos domicílios piauienses, mostrando-se como o estado com maior indicador nessa categoria.

Foram feitos levantamentos por intermédio de questionários com 17 expositores que atuam na Feira, a fim de verificar se os dados condizem com a realidade das pessoas atendida pelo Programa, e verificou-se que a média de renda domiciliar deles chega somente a R\$1.712,00 ficando pouco acima da média do estado, o que é considerado pouco quando dividido para a subsistência de até 5 pessoas, como é o caso de alguns. A partir disso, verifica-se a necessidade de projetos e programas que atuem para buscar novas propostas para essas famílias, o Programa Laços de Cidadania surge nesse contexto, buscando trazer possíveis soluções para a questão da baixa renda no litoral do estado.

Como foi apontado um dos objetivos do Programa é a Soberania Alimentar, nesse sentido Meirelles (2004, p.11) diz que soberania alimentar é o "Direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações" a soberania alimentar, diz respeito ao acesso aos alimentos necessários às pessoas. O autor aponta ainda que esse direito tem sido negado relatando: "Este inalienável direito de todo ser humano tem sido negligenciado de forma sistemática por nossa sociedade" (MEIRELLES, 2004, p. 11). A questão apontada pelo autor nos remete mais uma vez a pensar sobre a baixa renda de grande parte da população Piauiense que é vista como uma forma de negar o acesso da população à alimentação, pois com uma renda inferior não se tem essa soberania, não conseguindo consumir os alimentos que lhes são necessários.

Assim sendo, para que continue ocorrendo o cuidado com a natureza, a promoção da economia solidaria entre os participantes do Programa, a valorização dos seus trabalhos e cultura, geração de renda e a troca experiência, é desenvolvido duas atividades: a Feira Laços de Cidadania e o Encontro Entrelaços, como forma de auxiliar na preservação dos saberes e manter os conhecimentos ao alcance das futuras gerações de

pescadores, agricultores familiares e artesãos. A Feira, o Encontro Entrelaços, bem como a avaliação da eficácia das atividades serão abordadas nas sessões a seguir.

FEIRA LAÇOS DE CIDADANIA

A Feira Laços de Cidadania consiste em um espaço destinado à comercialização e ao consumo de produtos confeccionados e oferecidos de acordo com os princípios da economia solidária, facilitando a interlocução direta entre os produtores e consumidores. Na feira os consumidores podem encontrar pescados in natura, petiscos e refeições a base de pescado, produtos do artesanato, dentre outros.

Por se tratar de um programa de extensão, toda a Feira é organizada pela equipe de extensionistas provenientes dos cursos de Turismo, Psicologia, Administração e Economia, que atuam na parte de apoio logístico, auxiliando desde o transporte dos expositores e seus produtos, bem como em todo o processo de execução da Feira. Sua programação é quinzenal e ocorre no campus da Universidade Federal do Piauí, campus Parnaíba.

Com esse objetivo de que a feira seja esse espaço não só para a venda dos produtos, mas para a promoção da cultura local, a partir de 2018 foram incluídas atrações culturais e rodas de conversa, compreendendo uma iniciativa inovadora que já apresenta consequências positivas não apenas no âmbito do estímulo ao crescimento verde e sustentável, mas também do desenvolvimento humano, empoderamento das mulheres e espírito cooperativo. Dentre as apresentações a feira conta com declamação de poemas, danças oriundas da cultura local, e o palco aberto com bandas da cidade que divulgam seus trabalhos, além de ser aberto para que os alunos do campus exponham também seus talentos como desenhos, pinturas e fotografias.

O objetivo principal da Feira é dar visibilidade ao que é produzido pela comunidade local, bem como incrementar a renda dos expositores, pois através do contato direto deles com o consumidor final, percebem-se benefícios como um comércio justo, visto que os preços se tornam mais baratos por não precisar de atravessadores (Figura 1). No primeiro semestre de 2019 foram executadas 07 feiras, e está em sua 44ª edição.



Figura 1: Feira Laços de Cidadania, Parnaíba-PI, 2018.

Fonte: Arquivos do Programa Laços de Cidadania

ENCONTRO ENTRELAÇOS

Como já citado acima, há também como proposta de atividade dentro do Programa, o Encontro Entrelaços que funciona como um evento onde há a troca de experiência entre a comunidade, associações, alunos e profissionais. Dentre as oficinas ofertadas ao público, encontram-se as de culinária regional com mariscos e manjubas, artesanato com macramê e palha, uso de couro para fabricação de bolsas, bordado, dentre outras oficinas que são ofertadas anualmente dentro do evento.

Na Figura 2 consta uma dessas oficinas realizadas no ano de 2017 onde membros da Associação dos Pescadores de Manjuba do Igaracu ensinam receitas á base da manjuba. Os profissionais e estudantes contribuem trazendo minicursos sobre empreendedorismo, marketing, e ensinam técnicas de divulgação dos

produtos através do uso de mídias sociais, além de outras oficinas nas mais variadas modalidades e necessidade da população tradicional.

A proposta do evento é conhecer mais a fundo o trabalho da comunidade, aprendendo com eles, e ensinando técnicas que ajudarão na melhoria da qualidade de seu ofício e produtos. O objetivo é um intercâmbio de saberes, não é transformar o conhecimento tradicional em científico, mas auxiliar em formas de melhoria do que já é feito por eles, conhecendo e mostrando a importância de seus conhecimentos, em vista de sua preservação.

O Entrelaços tem como finalidade proporcionar um local de trocas de saberes onde os estudantes e profissionais auxiliam para potencializar o conhecimento da comunidade, e por sua vez a comunidade mostra aos demais seus conhecimentos que perpassam várias gerações.



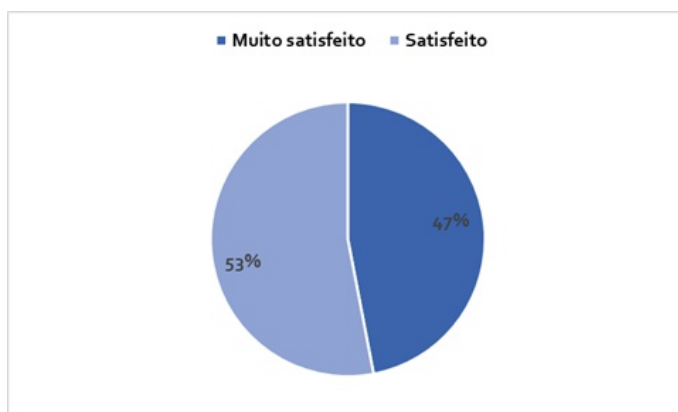
Figura 2: Oficina de Culinária Típica à base de manjuba no Encontro Entrelaços, Parnaíba-PI, 2017.

Fonte: Arquivo do Programa Laços de Cidadania.

AVALIAÇÃO DA FEIRA

Há uma avaliação semestral das atividades do Programa como forma de verificar a eficácia das atividades propostas, e se a comunidade que participa está satisfeita com o trabalho realizado. O levantamento foi feito com 17 expositores por meio de questionário, abordando sobre o nível de satisfação em participar da Feira, mostram resultados positivos. Os participantes foram orientados a apontar respostas que mais se aproximasse do que ele (a) pensa ou sente a respeito da sua satisfação em participar da Feira. Essa avaliação foi realizada no primeiro semestre de 2019. O resultado desse levantamento está descrito no gráfico da Figura 3.

Figura 3: Nível de satisfação em relação a participação na Feira.



Fonte: Avaliação da Feira Laços de Cidadania, 2019.

A questão da satisfação em relação a Feira foi levantada como forma de avaliar a participação deles nessa atividade em específico. Foi apontado pelos 17 expositores entrevistados uma avaliação positiva, onde 8 relataram estar “Muito Satisfeito” representando um total de 47,1% e 9 relataram estarem “Satisfeito” representando um total de 52,9% dos entrevistados. Como demonstra o gráfico 1, estamos alcançando um bom desempenho, pois não tivemos avaliações apontadas como “Insatisfeito” ou “Muito Insatisfeito”. E isso fica evidente quando em conversas e reuniões entre a equipe e os participantes escutam-se devolutivas positivas a respeito da Feira, falando sobre o acolhimento proporcionado pela equipe, o espaço acessível, e sobre a autonomia financeira, ou seja, a oportunidade de ter uma melhoria da renda.

CONCLUSÕES

Como mostra o levantamento apresentado no Gráfico 1, ainda é preciso melhorar o trabalho da Feira para que se consiga uma aprovação totalmente satisfatória. Sabemos que é necessário que haja uma constante melhoria e que o Programa busque sempre renovar suas práticas. Há alguns pontos que precisam ser aprimorados como o aumento da abrangência na região da planície litorânea, chegando ao menos a metade dos municípios que estão nesse território, engajando o maior número possível de pessoas.

Com a execução da Feira e o auxílio por meio do Entrelaços percebemos que a construção da rede solidária está acontecendo, pois há geração de renda, valorização do que é produzido pela comunidade local, por meio da exposição de sua mercadoria para os mais variados públicos que circulam pela universidade, e assessoria por parte de alunos e profissionais na contínua melhoria dos produtos ofertados.

O plano futuro é fazer com que os participantes do Programa Laços de Cidadania se desenvolvam e otimizem seus produtos, conquistando principalmente sua autonomia, soberania alimentar e que cada vez mais a comunidade possa ocupar esse comércio justo e solidário, participar de outras feiras, e até que seja capaz de criar seu próprio negócio.

Muito já foi alcançado pelas ações do Programa, Melhoria da renda dos expositores por meio de um comércio justo e participativo, incentivo das manifestações das culturas locais, além das oficinas promovidas pelo Entrelaços que possibilitam um espaço de divulgação, preservação e acúmulo de saberes.

Vemos essa iniciativa que é feita em Parnaíba pelo Programa Laços de Cidadania como importante para que ocorra uma maior inserção dos saberes tradicionais, geração de renda e preservação dos conhecimentos tradicionais, uma vez que com sua valorização as novas gerações continuem o que é feito por seus antecedentes.

Esperamos que com esse breve relato seja despertado nos leitores ideias para melhoramento e até criação de novos projetos que auxiliem na autonomia das comunidades, para que ocorra a superação dessa prática econômica opressora em que vivemos e que os conhecimentos que são produzidos pelos pescadores, agricultores e artesãos sejam preservados pelas futuras gerações, por meio desse intercâmbio de conhecimento entre a academia, comunidade, profissionais e estudantes das mais variadas áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARCARO, R.; GONÇALVES, T. M. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 25, 2012.
- BARFKNECHT, K. S.; MERLO, Á. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 54-61, 2006.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Produção de terceiros sobre Paulo Freire. São Paulo: Série Livros, 2009.

GAIGER, L. I. G. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 313-335, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua: **Rendimento de todas as fontes 2017**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/dfeaf40d4002b0dc82313d93f9003b32.pdf> Acesso em: 25 de jul. 2019.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente** n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

CITIZENSHIP TIES: FORMATION OF SOLID NETWORKS AND PRESERVATION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE IN THE COAST OF THE PIAUÍ'S STATE

ABSTRACT

This paper aims to present the activities developed by the Citizenship Ties Extension Program on the coast of the state of Piauí, as well as to demonstrate the importance of this initiative for the preservation of traditional knowledge, income generation, sustainability and the exchange of knowledge. The program, through the organization and execution of activities such as the Laços de Cidadania Fair, the Entrelaços Encounter and other cultural and educational activities, aims to consolidate and strengthen the Solidarity Network between the fishing community, artisans, family farmers and others social sectors. Among its beneficiaries are fishermen's associations, crab catchers, craftsmen, among others. The present work was developed from the dialogue between the local community and the academic members of the Citizenship Ties Program.

Keywords: Solidary network. Solidarity Fair. Traditional People. Exchange of knowledge

LAZOS DE CIUDADANÍA: FORMACIÓN DE REDES SÓLIDAS Y PRESERVACIÓN DE CONOCIMIENTOS TRADICIONALES EN COSTA DE PIAUIENSE

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo presentar las actividades desarrolladas por el Programa de Extensión lazos de ciudadanía en la costa del estado de Piauí, así como demostrar la importancia de esta iniciativa para la preservación del conocimiento tradicional, la generación de ingresos, la sostenibilidad y el intercambio de conocimiento. El programa, a través de la organización y ejecución de actividades como la Feria Laços de Cidadania, el Encuentro Entrelaços y otras actividades culturales y educativas, tiene como objetivo consolidar y fortalecer la Red Solidaria entre la comunidad pesquera, artesanos, agricultores familiares y otros sectores sociales. Entre sus beneficiarios se encuentran asociaciones de pescadores, recolectores de cangrejo, artesanos, entre otros. El presente trabajo se desarrolló a partir del diálogo entre la comunidad participante y los miembros académicos del Programa lazos de Ciudadanía.

Palabras Clave: Red solidaria. Feria de la Solidaridad. Gente tradicional. Intercambio de conocimientos.

"SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER": OFICINAS DE FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE UBATUBA / SP

Ricardo "Papu" Martins Monge

Luiz Claudio Bernardes "Santiago"

Gabriela Murua

Henrique Callori Kefalas

Ana Carolina S. Barbosa

Ana Flávia Sallai de Oliveira

Antônio Fialho

Carolina Santos Natividade

Marcio R. Santos

Dara de Oliveira

Dario B. Santos

Hellen Diana S. Souza

Mario R. de Oliveira

RESUMO

Este artigo tem como objetivo detalhar as atividades realizadas pelo projeto "Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras" que tem sua área de atuação no município de Ubatuba-SP, e é realizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), com parceria da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Associação dos Moradores da Almada (AMA). Por meio de oficinas de formação coletiva intituladas de "Semeando o saber, adquirindo o poder", uma equipe de técnicos, lideranças comunitárias e pescadores(as) aprenderam juntos sobre leis e normativas assim como as principais ameaças relacionadas à pesca artesanal. Destaca-se nesse processo a atual disputa na elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Marinha do Litoral Norte (APAMLN) do Estado de São Paulo. O objetivo principal do projeto é empoderar as comunidades pesqueiras para atuação da luta pelos seus direitos.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Comunidades Tradicionais. Pescador(a). Fortalecimento. Fórum de Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO: DAS ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO E LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS E RECURSOS PESQUEIROS

O contexto político atual que incide sobre o modo de vida dos pescadores tradicionais é preocupante. A promessa de flexibilização das legislações ambientais, sem o devido diálogo com o conhecimento tradicional e os dados científicos, e a retomada da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP-MAPA), sendo que o secretário é da família que possui uma das maiores empresas de pesca industrial do país, apontam para um cenário de incentivo ao crescimento econômico privilegiando a aquicultura e a pesca industrial oceânica, em detrimento da pesca artesanal. Por outro lado, é perceptível a

baixa participação dos pescadores artesanais naqueles espaços públicos (comitês permanentes de gestão, grupos de trabalho sobre ordenamento pesqueiro, conselhos gestores, entre outros) que definem as regras sobre as práticas e os usos de seus territórios tradicionais¹. Não é para menos! Os poucos que aceitam entrar na disputa, compreendendo a necessidade de ocupar os espaços decisórios a fim de defender a pesca artesanal e seus territórios, são violentamente expulsos seja pelo espaço inóspito, seja pelo linguajar incompreensível, ou ainda pelas longas reuniões com pautas infundáveis e todas defendidas sob a lei do saber técnico acadêmico, excluindo e desmerecendo cada pronunciamento dos pescadores artesanais que carregam consigo “apenas” todo o saber ancestral e tradicional que manteve esses territórios vivos e conservados.

Essas evidências exigem dos movimentos sociais a construção de estratégias que permitam enfrentar o contexto político adverso e garantir formas de uso dos recursos pesqueiros que estejam baseadas na manutenção da disponibilidade dos mesmos para as futuras gerações. Além disso, é primordial a ampliação da participação social qualificada e fundamentada na reflexão crítica e popular dos pescadores artesanais (no caso do litoral paranaense, paulista e sul fluminense, auto-identificados como caíçaras²) nos espaços públicos decisórios, que só poderá ser efetivada mediante uma formação técnica e, sobretudo, um reconhecimento político dos comunitários tradicionais.

A pesca artesanal é um trabalho ancestral que compõe o mosaico de atividades culturais que dão sentido ao viver comunitário e que interage com o meio natural de forma equilibrada e sustentável (DIEGUES, 2004). Partindo da necessidade de fortalecer o movimento social e ampliar sua participação junto aos sujeitos locais envolvidos no tema da pesca artesanal, nasceu o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras”³.

Este projeto é fruto de uma articulação entre os movimentos sociais do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) – Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), com a Associação de Moradores da Almada (AMA), uma comunidade tradicional caiçara localizada na região norte de Ubatuba/SP. Conta com o apoio financeiro do Instituto Linha D’Água⁴ e do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS)⁵, que é uma parceria do movimento social FCT com a Fundação Oswaldo Cruz.

O FCT é um movimento social fundado em julho de 2007 no território da Bocaina / Serra do Mar (Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba), com o intuito de unir os povos tradicionais⁶ presentes na região na luta em defesa

¹ Segundo o Decreto Federal nº6040/2007 Territórios Tradicionais são os “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007).

² Caiçara é uma denominação das comunidades e indivíduos que vivem ao longo do litoral dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, formada pela mescla de populações indígenas, europeus e negros trazidos da África escravizados (DIEGUES, 1988). São grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social (BRASIL, 2007).

³ Este é o nome afetivo do projeto, construído pela equipe em diálogo com os pescadores artesanais, uma vez que o nome original era muito longo: “Afirmação e garantia dos direitos socioambientais e da sustentabilidade dos territórios e recursos pesqueiros das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Litoral Norte do Estado de São Paulo e sul do Estado do Rio de Janeiro”.

⁴ O LDA é uma organização da sociedade civil, fundada em 2013, com sede em São Paulo (SP). Realiza investimento social privado, por meio do repasse voluntário de seus recursos, de forma planejada, monitorada e sistemática, para projetos de conservação da diversidade biológica e dos sistemas socioculturais do litoral brasileiro. O instituto trabalha, prioritariamente, no litoral paulista, mas também apoia projetos consistentes em todo o litoral brasileiro.

⁵ O OTSS nasce da parceria entre o FTC de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apoiado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pela Fundação de Apoio à Fiocruz (Fiotec). Criado com o objetivo de promover o bem viver e ampliar o desenvolvimento sustentável nos territórios tradicionais da região da Bocaina, a iniciativa trabalha de maneira integrada com os povos caiçaras, indígenas e quilombolas.

⁶ Segundo definição do Art. 3º do Decreto 6040/2007: “I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

de seus territórios e por direitos básicos. Esse movimento tem base em três povos tradicionais presentes na região: Caiçaras, Indígenas e Quilombolas, que juntas trocam experiências e buscam soluções para os problemas enfrentados – especulação imobiliária, grilagem de terras, turismo de massa, grandes empreendimentos – e atividades desenvolvidas no território – regularização fundiária, turismo de base comunitária, educação diferenciada, cultura, pesca, agricultura, agroecologia etc.

O Grupo de Trabalho da Pesca do FCT (GT Pesca) é um espaço de encontro, articulação, debate, construção de alternativas e estratégias de solução de conflitos, e intercâmbio de experiências, que visa o fortalecimento das comunidades tradicionais pesqueiras. O FCT sentiu essa necessidade de criar um grupo que possa dialogar com comunidades pesqueiras e com o setor público para pensar e criar ações que possam assegurar os direitos sociais dessas comunidades, além de empoderar os comunitários política e tecnicamente em torno das questões históricas e legislativas do universo da pesca.

A CNCTC foi criada em 2014 e é resultado de uma articulação das comunidades Caiçaras para unir forças em busca da conquista de seus direitos e para reforçar sua identidade e cultura. Sua luta primordial é a garantia de permanência e a regulamentação do território tradicional caiçara, pois sem território é impossível garantir o modo de vida Caiçara em suas diversas atividades, como a roça, a pesca artesanal, o fandango etc. A Coordenação busca também a ampliação de diálogos com outros povos tradicionais e movimentos sociais, para fortalecer a luta pelos direitos de forma consistente e articulada em redes colaborativas.

Basicamente, o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras” visa⁷ cumprir os seguintes objetivos:

I) Fortalecer o Grupo de Trabalho (GT) Pesca Artesanal do FCT e a atuação da CNCTC;

II) Dar suporte ao “Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição” de Caracterização dos Territórios Tradicionais⁸.

Sabendo das limitações de espaço e tempo de um projeto⁹ para atingir os objetivos mais gerais descritos acima, os proponentes materializaram tais objetivos em uma primeira ação concreta na disputa do processo para a elaboração do Plano de Manejo (PM) da APAMLN, em curso no território, e trouxeram como parceiros mobilizadores comunitários e técnicos. Os comunitários são pescadores e pescadoras das comunidades tradicionais e da Associação de Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA) e os técnicos são do OTSS.

A soma desses esforços reuniu recursos educacionais, culturais, científicos e financeiros associados às iniciativas de educação popular inspirados em Freire e Nogueira (1993), da pesquisa ação de Dionne (2007), da cartografia social de Acsegrad e Coli (2008) e mobilização social para o fortalecimento da agenda da pesca artesanal, visando a manutenção da atividade tradicional e dos recursos pesqueiros no território marinho.

Através da organização de oficinas batizadas de “Semeando o saber, adquirindo o poder” buscamos uma escuta mais aprofundada sobre a realidade das comunidades tradicionais pesqueiras de Ubatuba, sistematizando as principais problemáticas apontadas pelos pescadores no que diz respeito à pesca artesanal.

⁷ Projeto em andamento até setembro de 2019.

⁸ O Projeto Povos, inicialmente nomeado de Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT), é uma condicionante ambiental resultante de uma negociação, iniciada em 2011, entre o FCT e seus parceiros (FIOCRUZ, FIOTEC, Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina) com a Petrobrás, intermediada pelo IBAMA, que exigia da empresa exploradora do Pré-sal um conhecimento detalhado das comunidades tradicionais impactadas pelas estruturas marítimas e terrestres da exploração de petróleo e gás. O FCT exigiu, entretanto, que essa condicionante fosse realizada, no território da Bocaina (Angra, Paraty e Ubatuba) pelo próprio movimento social em parceria com a Fiocruz, uma vez que não haveria melhor executor de uma caracterização que os próprios comunitários que habitam o território, sob uma perspectiva metodológica da auto cartografia social.

⁹ As ações do nosso projeto estavam previstas para finalizar em 6 meses. Porém, intercorrências político institucionais e de ordem técnica ocasionaram a paralisação do PM e a recente retomada, culminando na prorrogação do prazo inicialmente previsto.

¹⁰ Cabe destacar que as oficinas foram batizadas a partir da ideia de um membro da equipe que é pescador.

Além disso, fizemos dinâmicas que permitiram ao coletivo identificar os órgãos responsáveis por cada problemática apontada e compreender os desafios e as relações de poder dentro do território marítimo, que vem sendo chamado pelo movimento social de Maretório.

Diversas Comunidades participaram das oficinas do projeto, dentre elas destacamos: Picinguaba, Quilombo da Fazenda, Almada, Ubatumirim, Estaleiro, Prumirim, Itaguá, Toninhas, Enseada, Perequê Mirim, Lagoinha, Maranduba, Sete Fontes, Bonete, Peres e Fortaleza. Buscamos trabalhar na perspectiva da ecologia de saberes, proposta por Boaventura dos Santos (2006), integrando e complementando as visões dos cientistas e a do especialista local. O cientista tem vantagens no nível global, com o uso de sistemas de informação geográfica informatizada e de bancos de dados, já o pescador tem o saber local, com o acumulado de conhecimentos por várias gerações sobre o habitat e suas variações (DIEGUES, 2004). Desta forma, existe a necessidade de se integrar essas duas contribuições no planejamento e execução de ações em busca da conservação socioambiental (Ibid.), e o projeto buscou isto metodologicamente, promovendo o diálogo de saberes com a formação de uma equipe de técnicos e comunitários com experiência local e com linguagem acessível, evitando a reiteração de relações hierárquicas de poder entre os diversos saberes.

CONTEXTUALIZANDO NOSSA AÇÃO CONCRETA: O PLANO DE MANEJO DA APAMLN E OS DILEMAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As três APAs Marinhas do litoral do Estado de São Paulo foram criadas em 2008. A ideia de criar essas Unidades de Conservação (UC) teve início no gabinete da Secretaria de Meio Ambiente (SMA-SP), a partir de um grupo de trabalho fechado, que transformaria cerca de 1 milhão de hectares do mar territorial paulista em três UC de uso sustentável. A forma com que o processo foi iniciado gerou resistência, sobretudo no litoral norte, onde cerca de 80% do território corresponde às UC de proteção integral (parques e estações ecológicas), locais de conflitos socioambientais históricos, com a sobreposição de territórios quilombolas, indígenas e caiçaras, somado ao regramento imposto, desde 2004, pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Gerenciamento Costeiro (VIANNA e XAVIER, 2014).

A mobilização contrária à criação da APAMLN fez com que diferentes setores ligados ao uso e exploração do ambiente marinho passassem a compor o Conselho Gestor (CG) da UC, buscando precaver-se de possíveis proibições às suas atividades. A primeira composição do CG (2009 – 2010) foi formada pelos atores sociais: setor náutico, setor pesqueiro, instituições de ensino e pesquisa, ONGs e órgãos públicos federais, estaduais e municipais (VIANNA e XAVIER, 2014).

Em 2010, foi iniciado o debate acerca da construção do Plano de Manejo, com a escrita, pelo CG, do termo de referência que orientaria a contratação de consultoria para sua elaboração. Apenas em 2013 o contrato com a consultoria foi assinado, iniciando o trabalho de diagnóstico técnico ambiental e socioeconômico cultural, por meio de dados secundários, concomitante ao início do diagnóstico participativo (VIANNA e XAVIER, 2014). Nas oficinas do diagnóstico participativo houve coleta de informações, abrangendo a formulação conjunta de mapas temáticos, sendo possível levantar os usos locais do território a partir das informações cedidas pelos participantes. Todavia, os facilitadores e mediadores das oficinas não eram pessoas das comunidades locais, enquanto no projeto descrito nesse artigo trata-se de uma iniciativa protagonizada por pescadores e pescadoras de Ubatuba – SP.

Em 2014 ocorreu a primeira interrupção no processo de elaboração dos PM. Essa decisão foi tomada alegando-se a baixa qualidade dos produtos, como revisão de dados secundários insuficiente. O tempo para a retomada do diálogo com os diferentes setores foi longo, considerando-se que, devido à realização do diagnóstico participativo, havia um intenso contato da gestão da UC com o conselho gestor. Em 2016, por meio de uma sequência de reuniões para devolutivas sobre o diagnóstico participativo, cuja realização se dava sempre por agentes técnicos, em forma de seminário e/ou apresentação de resultados obtidos a partir da objetivação dos sujeitos que haviam participado da primeira etapa (2013), sendo atualizadas as informações sobre o território, sobre os usos e os conflitos existentes.

Entretanto, no final de 2016 os trabalhos foram interrompidos novamente, gerando outro lapso temporal de envolvimento da sociedade no processo de elaboração dos PM. Dessa vez, o motivo foi político. A paralisação se deu com a troca do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Ricardo Salles (atual Ministro do Meio Ambiente), que adentrando ao cargo, alegou necessidade de revisar os roteiros metodológicos de elaboração dos PM e rever o contrato com a então executora do trabalho, a organização da sociedade civil Ekos do Brasil. Esse processo resultou na completa paralisação da elaboração dos planos, desmobilização dos sujeitos, troca de gestores das UC e em duas novas resoluções estaduais (Resolução SMA nº 95, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Resolução SMA nº 93, de 06 de setembro de 2017), que definiram novo formato dos conselhos gestores e novo roteiro metodológico para elaboração dos PM.

Finalmente, em agosto de 2018, o processo de construção dos PMs retornou com nova programação e equipe de execução. Nesse momento, os próprios servidores da SMA assumiram a realização das oficinas e as negociações com os diferentes setores sociais. No entanto, o cronograma trazia prazos apertados (término previsto em novembro de 2018).

No caso do Litoral Norte paulista, as colônias de pescadores, insatisfeitas com a recorrente desarticulação das políticas públicas para o setor pesqueiro, nas diversas esferas de governo (municipal, estadual e federal), iniciaram uma ação de enfrentamento à gestão da APAMLN e à SMA, questionando e dificultando a execução do cronograma previsto para a construção do plano, estrangulando ainda mais os prazos, prejudicando o entendimento dos pescadores artesanais sobre os riscos e possíveis ganhos do processo. Não apenas as colônias, mas outras instituições e agentes locais sentiram-se desconfortáveis com os prazos e as circunstâncias nas quais a construção do PM estava inserida. A desconfiança e o passivo associado às ações de ordenamento territorial vindas do Estado, sobretudo da Fundação Florestal, através da gestão das UC estaduais de proteção integral, contribuíram para que o processo todo emperrasse. Nesse contexto, as oficinas previstas para trabalhar o zoneamento da unidade e a construção dos programas de gestão não foram realizadas. O plano, novamente, foi interrompido com a aproximação das eleições de 2018.

Logo após o período eleitoral é que surge a possibilidade, decidida no âmbito do CG da APAMLN, do processo ser retomado em fevereiro de 2019, com um novo cronograma, novamente apertado, com previsão de término entre maio e junho de 2019. Devido às negociações internas entre as secretarias de estado e o consequente adiamento da publicação da minuta de ordenamento atualizada, o processo foi novamente suspenso até a publicidade deste documento. Finalmente, a minuta foi tornada pública em julho de 2019 e um novo calendário para retomada do processo está sendo negociado com os diversos setores e atores sociais.

As paralisações e os cronogramas compactados prejudicaram a apropriação dos pescadores artesanais sobre o processo de construção do PM e a compreensão de sua importância para a luta das comunidades tradicionais, além de colocar em descrédito, não apenas o instrumento, como a própria instituição proponente, a APAMLN. Não é para menos. Imaginemos, por exemplo, a reação de um pescador ao ser convocado para a devolutiva de um diagnóstico participativo realizado dois anos antes da reunião e ainda ser cobrado para se posicionar sobre esse diagnóstico. Ou ainda, receber um convite, em 2018, para uma oficina de zoneamento de um PM que foi paralisado em 2016. Esse controverso cenário político, em diversos momentos, feriu e segue ferindo um direito básico das comunidades tradicionais, garantido pela adesão do Brasil à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é a consulta livre, prévia, informada e de boa fé:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou

órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

Seja pelo curto tempo, seja pelas disputas políticas regionais, o fato é que essas comunidades, que tem no mar um elemento crucial para a reprodução do seu modo de vida, não conseguem entender, apropriar-se e muito menos intervir criticamente na construção das políticas públicas. Portanto, é fundamental que esses grupos tenham a possibilidade de participar ativamente desses processos para que não tenham, mais uma vez, suas práticas e usos tradicionais vinculados ao território marinho criminalizadas. É preciso levar em consideração, ainda, a dificuldade desses(as) pescadores(as), não apenas em se deslocar de seus territórios, como também em se envolver politicamente nesses espaços que estabelecem regras sobre os usos do território em que eles vivem.

Esse cenário concreto foi palco para a concretização das atividades do projeto em questão que teve como objetivos específicos: (1) empoderar os pescadores artesanais de Ubatuba para atuarem como sujeitos protagonistas de suas reivindicações no PM da APAMLN; (2) aproximar esses pescadores do GT Pesca do FCT e da CNCTC; (3) propiciar, aos pescadores, a percepção de que a elaboração de mapas (caracterização) contendo seus conhecimentos tradicionais sobre a pesca e, conseqüentemente, sua contraposição com os mapas do PM da APAMLN é um instrumento de disputa e poder a favor de suas comunidades.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS OFICINAS “SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER”

No início do projeto, realizamos uma Oficina de Fundamentação para a formação da equipe que levaria à frente o projeto no território. Esta oficina teve duração de três dias (18 a 20 de março de 2019) e foi realizada na sede da Associação de Moradores da Almada (AMA), em Ubatuba. Foram trabalhados conceitos essenciais ao desenvolvimento de políticas públicas de ordenamento territorial no âmbito do Plano de Manejo da APAMLN (Unidade de Conservação, Plano de Manejo, Zoneamento, dentre outros). Estiveram presentes lideranças previamente identificadas e convidadas à participar do projeto, assim como técnicos, comunitários e parceiros estratégicos, responsáveis pela elaboração e facilitação do conteúdo, totalizando 24 participantes.

Após esta Oficina de Fundamentação, a equipe do projeto organizou 6 oficinas “Semeando o saber, adquirindo poder”, dividindo o território de Ubatuba em regiões: Norte, Centro e Sul. Foi a forma encontrada de agrupar as comunidades de cada região e facilitar a participação, sendo 2 oficinas por região. Vale destacar que foi feito um esforço na divulgação/convite e foi oferecido café da manhã, almoço e reembolso dos gastos com transporte para os participantes, viabilizando assim a participação dos interessados.

Iniciávamos estas oficinas com uma “Mística de Apresentação dos Participantes”, onde, organizados em roda, cada um falava seu nome, sua comunidade e uma palavra com a primeira letra do nome com a qual se identificava ou identificava sua comunidade. A mística permitiu acionar nos pescadores sentimentos de pertencimento à sua comunidade e/ou ao seu entendimento de si enquanto sujeito da luta coletiva. A partir desta proposta é que palavras como: “sabedoria”, “vitória”, “guerreira”, “céu e mar” vieram à tona e permitiram constituir um outro espaço (mais emotivo e, também, mais político) de convivência para iniciarmos nossa formação.

Logo em seguida, a atividade realizada foi uma apresentação dos movimentos sociais proponentes do projeto: a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e o Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba (FCT). Esta atividade foi de crucial importância, pois permitiu maior aproximação dos pescadores(as) com os movimentos sociais, podendo assim estreitar os laços de confiança e representatividade do movimento junto às comunidades pesqueiras do território.

Em sequência, iniciávamos uma “Roda de conversa” sobre os principais problemas enfrentados e o contexto político da pesca (do âmbito nacional ao Território da Bocaina). Durante as conversas foram evidenciados os principais problemas enfrentados, localmente, pelos pescadores e organizados em 5 temas:

(1) Fiscalização: diversos relatos falam sobre a abordagem truculenta da Polícia Ambiental, utilizando-se de força e coerção excessivas, enquanto a pesca industrial, segundo os pescadores artesanais, não sofre a mesma intensidade de fiscalização;

(2) Burocracia: a variedade de documentos exigidos para a regulamentação da profissão e de sua prática é um fator limitante à continuidade do pescador artesanal em sua atividade. Há uma dificuldade de entendimento dos trâmites e conseqüentemente de se adequar a uma realidade jurídica e de regulamentação da atividade e dos materiais utilizados;

(3) Falta de união dos(as) pescadores(as): historicamente há uma dificuldade de união e de mobilização da categoria da pesca artesanal em temas que afetam diretamente a vida em seu território;

(4) Proibições: a interpretação das legislações, como a Instrução Normativa (IN) 12/2012 e 166/2007, pelos órgãos fiscalizadores. A eficácia dessas regulamentações é contestada, não só pelos(as) pescadores(as) como também por técnicos da área ambiental marinha. O mesmo acontece com o período de defeso do camarão, que não contempla um tempo adequado para a recuperação dos estoques e para a reprodução das espécies. Embora muitas vezes os pescadores artesanais sejam consultados para levantar dados para pesquisas, os resultados não são mostrados a eles, o que gera um clima de desconfiança e que cada vez mais se intensifica, pois, as leis são construídas de forma inconsistente;

(5) Poluição: com o crescimento urbano da região do Litoral Norte de SP, após a construção da rodovia BR-101, a Rio-Santos, não houve um plano de saneamento básico eficaz da gestão dos municípios. O turismo de massa ocupa as cidades nos meses de verão e em feriados sem que haja uma capacidade de gestão dos resíduos gerados. A contaminação de rios, manguezais, matas e praias pelo esgoto urbano, além dos desmatamentos, influencia o modo de vida das comunidades pesqueiras, pois compromete a qualidade do ambiente de reprodução de diversas espécies marinhas, como ocorre com os manguezais e no ambiente marinho costeiro.

A nível regional, evidenciou-se que estamos enfrentando não só a pressão da especulação imobiliária e da pesca industrial na região, mas também os grandes empreendimentos como o Pré-Sal, a Eletronuclear com a construção de Angra 3, a duplicação da BR-101, a privatização das ilhas, a cessão das águas da União para a maricultura de grande porte, dentre outras pressões. Ao identificar como estamos fragilizados nessa região, concluímos que neste contexto a Unidade de Conservação pode ser nossa aliada, desde que considere o conhecimento tradicional local e que seja uma categoria que dialogue com a nossa realidade.

Após a roda de conversa das problemáticas levantadas, organizamos os temas em tarjetas e construímos um painel no qual os problemas eram distribuídos nas instâncias de poder competentes para solucioná-los. Para isso, utilizamos a “Dinâmica dos Peixes” (semelhante às dinâmicas da pirâmide dos poderes, esferas de poder ou instâncias de decisão), adaptada ao contexto da pesca. Cabe mencionar que a proposta de adaptação foi sugerida por um comunitário (que integra a equipe do projeto) em uma das reuniões de preparação da oficina¹¹. Para ele, era necessário adequar a dinâmica com uma linguagem mais acessível, para ampliar a possibilidade de diálogo e entendimento dos pescadores convidados, garantindo assim um ambiente mais confortável aos presentes.

¹¹ Durante o projeto diversas reuniões da equipe foram organizadas para avaliar e (re)planejar as oficinas.

Nessa atividade, identificávamos se os problemas levantados eram de responsabilidade da esfera nacional, estadual ou municipal. Foi um exercício muito elogiado já que é comum a confusão de quem são as atribuições de determinado assunto. Por exemplo, aprendemos que quando falamos de APAMLN, Polícia Militar Ambiental ou de Gerenciamento Costeiro, estamos falando de atribuições do Governo Estadual. Quando falamos das diversas Instruções Normativas (por ex. IN 12 e IN 166) estamos falando de atribuições do Governo Federal, e quando falamos de Mercado do Peixe é assunto que cabe ao Município, dentre outros temas tratados. Foi justamente nessa dinâmica que as problemáticas vieram à tona, as dúvidas foram sendo encaminhadas para as instâncias competentes e a clareza visual do processo garantiu maior entendimento dos pescadores artesanais presentes.

Abordamos também as legislações que resguardam os direitos das comunidades tradicionais, como o Decreto nº6040/2007 e a Convenção OIT 169; instrumentos de garantia territorial, como o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), de competência da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e outras categorias de UC como a Reserva Extrativista (RESEX); questões ligadas à regularização do pescador como o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP); dentre outros. Tais questões já suscitaram, naquele momento, propostas de encaminhamento e compreensões iniciais de como utilizar as leis de proteção às comunidades tradicionais para garantir direitos à pesca artesanal.

Dando sequência, realizamos a "Dinâmica de Alinhamento Coletivo sobre o Plano de Manejo". A atividade consistiu em dividir os participantes em 3 grupos, onde cada um responderia com as próprias palavras as seguintes questões: (1) O que é uma Unidade de Conservação; (2) Qual o papel da APA Marinha do Litoral Norte?; (3) Para que serve o Plano de Manejo?. A proposta da dinâmica consistiu em construir um entendimento coletivo sobre as Unidades de Conservação a partir do conhecimento prévio dos comunitários presentes, a fim de garantir que eles conseguissem observar que o entendimento daquele assunto já existia em partes naquele grupo e que, muito mais do que ensiná-los sobre as unidades de conservação, o que a dinâmica pretendia era apenas alinhar e organizar esse conhecimento.

Os grupos se reuniram para fazer um breve debate sobre o que entendiam daquele assunto, anotaram em tarjetas e depois apresentaram o resultado do entendimento deles sobre as questões colocadas. Após a apresentação, os técnicos aportaram contribuições para um alinhamento sobre estas questões.

Outra atividade realizada nas oficinas foi inspirada na metodologia de Cartografia Social, que integra-se ao processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa porque estabelece a ligação entre os sujeitos com o seu território (ACSELRAD e COLI, 2008). A elaboração de mapas costuma ser um saber estratégico em mãos de alguns, pois sua confecção implica num certo domínio das técnicas e é um instrumento de poder sobre o território e sobre as pessoas que ali vivem (LACOSTE, 1988). Daí a importância de metodologias como a da Cartografia Social para que outras formas de representar o espaço geográfico venham à tona.

No início do desenvolvimento desta atividade, os participantes foram orientados a desenhar numa folha de papel o "Mapa da Memória" ou "Mapa Mental", como foi batizado, que consistia em desenharem, sem preocupação com rigor cartográfico, o seu território da pesca. Ao final desta atividade cada grupo ou pessoa apresentava o mapa que desenhou, explicando os elementos colocados neste. Com esta atividade foi possível pôr em evidência as questões relevantes e as diversas perspectivas existentes para representar o território da pesca (Figura 1), além de demonstrar aos pescadores que eles possuem um conhecimento geográfico do território e podem intervir nos mapas das UC por meio do seu próprio conhecimento.

Em seguida, foi trabalhado o "Mapa Geográfico / Mapa da Pesca", no qual inicialmente se explicou alguns conceitos básicos de mapas como a escala, orientação, rosa dos ventos, norte geográfico e coordenadas geográficas. O exercício consistiu em colocar, com bolinhas adesivas de cores distintas, os elementos trazidos pelo Mapa Mental no Mapa Geográfico. A partir do mapa da memória, construímos um mapa dos usos e práticas da pesca artesanal de forma individual e coletiva. O interessante deste exercício é que revelou os elementos considerados importantes para os pescadores (seus usos e conflitos) e pôde evidenciar as diversas formas de se entender o território da terra e do mar para além dos limites estabelecidos pelas legislações

pesqueiras. Entre os elementos trazidos estão a pesca de cerco flutuante, os ranchos de pesca, pontos de maricultura, pesca artesanal com canoa e com motor, áreas onde há conflitos de acesso à praia, dentre outros (Figura 2).

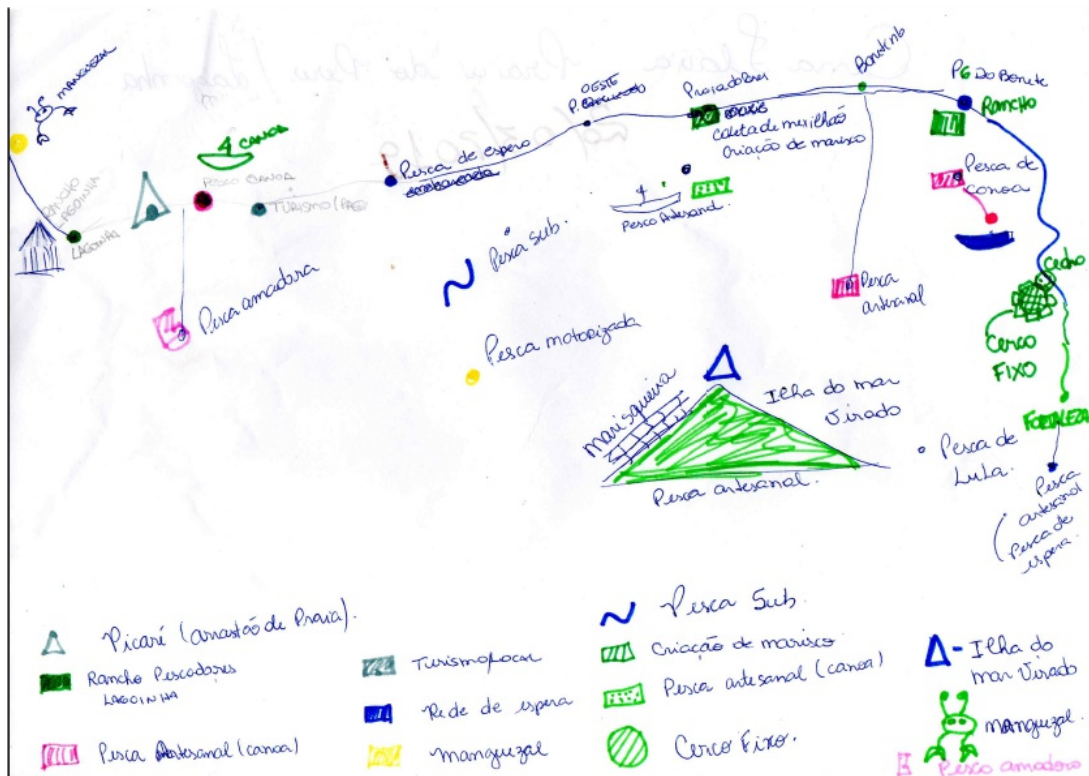


Figura 1: Exemplo de Mapa Mental construído durante as oficinas "Semeando o saber, adquirindo o poder".

Fonte: Ana Flávia, pescadora da comunidade caiçara da Praia do Peres.



Figura 2. Exemplo do Mapa Geográfico da Pesca construído a partir do Mapa Mental durante a 2ª Oficina do norte de Ubatuba na praia do Prumirim em 15 de abril de 2019.

Fonte: Autores.

Cabe destacar que, ao longo do projeto, durante uma das várias reuniões de planejamento e avaliação, construímos uma nova dinâmica: “Segurando e organizando o Território Marinho”. Essa foi fruto de uma chuva de ideias a partir da necessidade de trabalharmos de forma mais descontraída e didática a questão do Plano de Manejo, onde várias ideias foram colocadas e foram sendo alinhadas e filtradas até chegar a ideia final da dinâmica para exemplificar os diversos usos e a necessidade de ordenamento do território via um Plano de Manejo. Utilizamos um TNT Azul, que representava o mar, onde foi desenhada a linha e os recortes da costa e todos tínhamos que segurar com as mãos este “mar”, e de forma desordenada íamos colocando uma série de tarjetas com os nomes de cerco, picaré, arrastão, traineira, policia ambiental, turismo, marisqueira, dentre outras atividades/setores. O debate era estimulado perguntando se cabia determinada atividade em tal lugar. Assim, pelas respostas dos pescadores, as tarjetas eram reordenadas nos devidos lugares. Esta dinâmica foi muito bem avaliada pelos participantes e propiciou um debate descontraído da necessidade de organizar o território (Figura 3).



Figura 3: Dinâmica “Segurando e organizando o Território Marinho” realizada na 2ª Oficina da região sul de Ubatuba, na praia do Sapê em 23/04/2019.

Fonte: Autores.

Cada oficina teve suas peculiaridades e imprevistos, com os quais tivemos que lidar. Por exemplo, na primeira oficina realizada para a região centro de Ubatuba, tivemos uma baixa participação de pescadores, então decidimos fazer a oficina mais curta e deixamos o tempo que sobrou para avaliarmos onde poderíamos ter errado e repensarmos a mobilização.

Um dos desdobramentos interessantes das oficinas foi a criação de um grupo de WhatsApp para comunicação, não só das agendas do projeto, mas de uma maneira geral, das problemáticas em torno da temática da pesca, integrando não apenas a equipe, mas também os pescadores que participaram dos encontros. Outro desdobramento foi a orientação de como proceder num caso de aparente destruição criminosa de um rancho de pesca (Rancho das Toninhas) e de como auxiliar para sua reconstrução e quais órgãos acionar para sua legalização. Neste caso, são pescadores artesanais de canoa e já está em andamento o processo de organização de documentos junto à Secretaria de Pesca e Agricultura do Município de Ubatuba, intermediado por uma pescadora participante do corpo técnico do projeto.

É possível notar, nesses exemplos, um fortalecimento político dos comunitários da equipe e, mais, do coletivo pesqueiro de Ubatuba, o que nos parece fundamental para fortalecer os movimentos sociais proponentes do projeto. Torná-los protagonistas das resoluções de seus conflitos é um passo importante para desconstruir a percepção do movimento social como uma “muleta” de solução de demandas.

Algo que se destacou durante as oficinas foi a maneira com que o pescador cuida do seu lugar de trabalho, do seu maretório. Ouvimos alguns depoimentos do cuidado que o pescador artesanal tem na busca de maneiras sustentáveis de conservar o seu território, como por exemplo da coleta de lixo que encontram, não somente para ter um pescado de qualidade, mas também para manter a vida marinha em segurança. Este

tipo de comportamento ajuda a mudar a visão predatória, existente no senso comum, na qual o pescador artesanal é preconcebido pelo sistema. Longe de uma visão de “bom selvagem”, mas também do “mito moderno da natureza intocada”, o pescador tem uma relação de respeito com o mar, pois é de lá que vem o seu sustento.

Um dos pontos fortes destas oficinas foi perceber como, a partir da provocação dos técnicos e lideranças, se desencadeava uma conversa entre os(as) pescadores(as) que fluía não apenas nas discussões técnicas, como também metodológicas. Cabe destacar alguns depoimentos dos pescadores que participaram das oficinas sobre o projeto:

“Nossa! Excelentes estas oficinas, pois traz conhecimento para nós, além de estar somando com outros bairros. Acho super importante a comunicação entre os pescadores e povos tradicionais. Além de dar força para as causas que nos envolve. Gostei muito de estar participando”. Gabriel, pescador da praia da Fortaleza.

“Achei ótimo, as oficinas. Particparei com certeza se tiver mais é muito legal esse trabalho do fórum. Acho que ficamos mais fortalecidos juntos nesse grupo a interação é muito boa”. Fábio, pescador do Lázaro.

“A gente sempre viveu da pesca e assim vai morrer... Agora contar com governo pra viver não dá, nunca deu. Então é importante a gente se unir mesmo com quem ta do nosso lado.” Mara, pescadora da Praia do Perez.

“Eu vivo do mar desde pequena, meus pais criaram os filho tudo assim e assim sempre foi até hoje. Mas hoje nós sofre mais que antes e não sabemos o que vai ser de nós com tudo essas injustiças aí que a gente vê acontecer pras comunidades caiçaras. O peixe ta ralo, as coisas tudo cara, as leis do ambiente não são pra nós, é pra favorecer os ricos que tem as casas grandes e quer nós trabalhando pra eles. Mas eu não aceito não. A gente desanima e fica triste, mas não para de lutar, porque se pará é tudo o que eles qué. Então é bom que mais gente vem lutar junto, de todo lado da cidade pra fica mais forte. Por isso é bom esse tipo de oficina né”. Dona Célia, pescadora da Praia de Picinguaba

“Nós aprendemos bastante coisas né, acho que não podem parar as oficinas não, devem continuar. Pois é legal para ficarmos ciente de tudo que está acontecendo. Porque os caras “polícia ambiental” sobe em cima de nós e não sabemos de nada. Eu gostei muito da oficina, foi legal. Vocês não podem parar não, é bom para sabermos aonde podemos pescar a onde não podemos, que rede está proibida... É bom essas oficinas pois se a gente não vai participar como ficamos sabendo o que está acontecendo. Se tiver mais eu vou”. Luan, pescador da praia da Lagoinha.

“Eu estava cansado de reuniões, mas fazia tempo que não via nada igual e motivador. Agora voltei com gás total e fiz até reuniões na minha própria casa de orientação do cenário da pesca para poder trazer mais pescadores para a luta”. Rodrigo, pescador da praia das Sete Fontes.

“Os burocratas que fazem as leis não vivem o que pescador vive, o camponês, não sabem as dificuldades da vida de pescador. Essa é a nossa luta, eterna luta!”. Ozias, pescador do Ubatumirim.

Daremos sequência ao projeto realizando mais duas oficinas, denominadas de “Oficinas Coletivas”, onde convidaremos representantes da pesca das 3 regiões de Ubatuba que já vinham participando das atividades anteriores, sem excluir a vinda de novos interessados. Nelas, iremos reviver o conteúdo já trabalhado e iremos sobrepor o mapa construído pelos pescadores(as) com o mapa proposto no zoneamento da APAMLN.

A ideia é tornar inteligível ao pescador(a) as contradições existentes entre os dois mapas, evidenciando as concordâncias e discordâncias. O resultado desse processo será um documento contendo as propostas dos pescadores artesanais de alteração no mapa do plano de manejo APAMLN, a fim de que o plano respeite e proteja a pesca artesanal, como defendido no decreto de criação desta UC:

A categoria Área de Proteção Ambiental – APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa **compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Delimita um território de importância regional para promover seu planejamento e gestão ambiental por meio de processos participativos.** O ordenamento territorial é o meio pelo qual se busca construir uma convivência entre a conservação da natureza, recuperação ambiental e

as atividades humanas, resultando numa melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

(...) considerando que em seu decreto de criação estabelece “que **devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável**” e “a **necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica.**”¹²

Ainda, incentivaremos a participação dos(as) pescadores(as) nas etapas de disputa deste processo, que será retomada a partir de agosto de 2019 (setoriais, oficinas de zoneamento e de programas de gestão). Como afirma Diegues (2004), a diversidade cultural é condição para a manutenção da diversidade biológica e só será alcançada quando as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas pela especulação imobiliária ou pela implantação de áreas protegidas.

CONCLUSÕES

Além do projeto proporcionar uma construção coletiva do conhecimento de diversas comunidades pesqueiras, podemos concluir que como pontos positivos / fortes temos:

- 1) O empoderamento dos(as) pescadores(as) envolvidos no projeto no que diz respeito ao conhecimento técnico, jurídico e legislativo;
- 2) O empoderamento dos(as) pescadores(as) no que diz respeito à sua participação política nos espaços públicos e nas negociações com sujeitos externos ao movimento;
- 3) A formação política qualificada dos pescadores a partir de uma avaliação conjuntural que permite a construção de estratégias das lutas coletivas.
- 4) A disseminação desse conhecimento dentro das comunidades tradicionais, de modo participativo e respeitando o tempo dos pescadores, porém, trazendo à tona a preocupação latente da perda do território tradicional para grandes empreendedores e da necessidade de organização dos comunitários.

O FCT sentiu essa necessidade de criar um grupo que possa dialogar com comunidades pesqueiras e com o setor público para pensar e criar ações que possam assegurar os direitos sociais dessas comunidades, além de empoderar os comunitários política e tecnicamente em torno das questões históricas e legislativas do universo da pesca. Assim, o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras” tem sido uma base para a consolidação do GT Pesca, um laboratório para a fundamentação e para as diretrizes do Grupo de Trabalho.

Muito mais do que promover uma apropriação do conhecimento técnico com relação às problemáticas pesqueiras, o que temos objetivado nesse processo é construir um modo de ciência que gere um conhecimento acumulado e vinculado ao conhecimento tradicional dos pescadores artesanais que seja capaz de intervir qualitativamente não apenas no plano de manejo da APAMLN, mas em qualquer proposta legislativa de intervenção no maretório. Além disso, empoderá-los em uma outra forma de fazer ciência, coletiva e respeitando o conhecimento tradicional, permite que esses pescadores se tornem sujeitos de suas lutas, protagonistas políticos nos espaços de disputa e os projeta como futuras lideranças dos movimentos sociais proponentes desse projeto.

A importância desse trabalho como ferramenta de luta “pelo protagonismo e permanência das comunidades em seus territórios” é colocada como uma grande potencialidade para as comunidades. Por ser um dos pilares da cultura tradicional da região, a pesca é um elemento cultural muito forte e simbólico na vida das comunidades, e assim, fortalecendo essa prática e os direitos dos povos que vivem do mar é possível incentivar uma visão mais abrangente da importância de se organizar para solucionar os conflitos, tanto internos quanto externos das comunidades.

¹² Diagnóstico técnico – Capítulo “Comunidades Tradicionais” disponível em:

<https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio_Comunidade_s%2oTradicionais.pdf>. Acesso realizado em julho de 2019.

A abordagem de temas referentes à vida das comunidades de forma mais popular, direta e clara é também uma maneira dos participantes se empoderarem de conteúdos técnicos que na maioria das vezes não são acessíveis, pois são tratados através de metodologias excludentes, distantes do modo de ser e viver tradicional. Isso contribui para que as comunidades compreendam melhor a disputa de interesses que se trava sobre seus territórios e possam estar mais preparadas para enfrentar as dificuldades com mais consistência e força.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43
- BRASIL, 2007. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: junho 2019.
- DIEGUES, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAUB-USP, 1988. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.
- DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesca. São Paulo. Editora do Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e Áreas úmidas Brasileiras. 2004.
- DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. (Série pesquisa v. 16).
- FREIRE, P.; NOGUERIA, A. **Que fazer: teoria e prática da educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. Porto: Afrontamento, 2006.
- VIANNA, L. P.; XAVIER, L. Y. A APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) de São Paulo: do conflito à gestão participativa. In: BENSUSAN, N. e PRATES, A. P. L. (editoras). **A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil**. Editora IEB Mil Folhas. 2014.

"SOWING KNOWLEDGE, ACQUIRING POWER": STRENGTHENING WORKSHOPS FOR UBATUBA / SP FISHING COMMUNITIES

ABSTRACT

This article aims to detail the activities carried out by the project "Strengthening Fishing Communities" that has its area of activity in the municipality of Ubatuba-SP. The project is developed by the Forum of Traditional Communities (FCT), in partnership with the National Coordination of Caiçaras Traditional Communities (CNCTC) and the Almada Residents Association (AMA). Through collective training workshops entitled "Sowing Knowledge, Acquiring Power," a team of technicians, community leaders and fishermen learned together about laws and regulations as well as the main threats related to artisanal fishing. It stands out in this process, the current dispute in the elaboration of the Management Plan of the North Coast Marine Protected Area (APAMLN) of the State of São Paulo. The main objective of the project is to empower fishing communities to fight for their rights.

Keywords: Artisanal Fishing. Traditional Communities. Fisherman/fisherwoman. Strengthening. Forum of Traditional Communities.

"SEMBRANDO EL SABER, ADQUIRIENDO EL PODER": OFICINAS DE FORTALECIMIENTO DE LAS COMUNIDADES PESQUERAS DE UBATUBA / SP

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo detallar las actividades realizadas por el proyecto "Fortalecimiento de las Comunidades Pesqueras" que tiene su área de actuación en el municipio de Ubatuba/SP, y es realizado por el Fórum de Comunidades Tradicionales (FCT), con colaboración de la Coordinación Nacional de Comunidades Tradicionales Caiçaras (CNCTC) y de la Asociación de Moradores de la Almada (AMA). Por medio de talleres de formación colectiva denominadas de "Sembrando el saber, adquiriendo el poder", un equipo de técnicos, líderes comunitarios y pescadores(as) aprendieron juntos sobre leyes y normas así como las principales amenazas relacionadas a la pesca artesanal. Se destaca en ese proceso la actual disputa en la elaboración del Plan de Manejo del Área de Protección Marina del Litoral Norte (APAMLN) del Estado de São Paulo. El objetivo principal del proyecto es empoderar a las comunidades pesqueras para que actúen en la lucha por sus derechos.

Palabras-clave: Pesca Artesanal. Comunidades Tradicionales. Pescador(a), Fortalecimiento. Fórum de Comunidades Tradicionales.

CARTA-MANIFESTO DO II ENCONTRO DE ETNODIVERSIDADE: TECENDO REDES E FORMANDO ALIANÇAS DE SOURE, ILHA DO MARAJÓ - PARÁ



Participantes do II Encontro de Etnodiversidade. Fonte: Organização do evento.

Entre os dias 30 de julho e 02 de agosto de 2019, foi realizado o II Encontro de Etnodiversidade: tecendo redes e formando alianças, organizado pelos discentes e professores do Curso de Etnodesenvolvimento, com o apoio de entidades e lideranças comunitárias dos povos e comunidades tradicionais da região do arquipélago do Marajó, Salgado, Tocantina e Baixo Xingu.

Reuniram-se nesse espaço-tempo do Campus da Universidade Federal do Pará, localizado no município de Soure, na Ilha do Marajó (Pará), representantes de diferentes pertencas de povos e comunidades tradicionais, como extrativistas, quilombolas, pescadores, pescadoras, agricultores e agricultoras, indígenas, comunidade acadêmica; Defensoria Pública da União e representantes de movimentos sociais com o objetivo de criar uma rede de etnodesenvolvimento por meio de trocas de saberes e promoção de alianças e entrelaçamento de demandas e ameaças historicamente vivenciadas por estes grupos.

Nós, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estamos aqui em Soure formando uma aliança para enfrentar os velhos desafios malignos que desprezam e roubam nossos bem viveres e nossos locais de vida. Nossos antepassados, torturados e mortos na luta pela defesa dos nossos modos de vida e dos nossos deuses e encantados que povoam nossos territórios, fortalecem e amparam nossa ampla aliança e guiam nossos próximos passos neste caminho difícil.

Por eles, conhecemos muito bem estes caminhos: são 519 anos do maior genocídio da história da humanidade imposto aos nossos antepassados nas Américas e na África, desde a invasão dos estrangeiros do norte que em nossos territórios desembarcam até os dias atuais com o tal do desenvolvimento sustentável charlatão e o crescimento a qualquer custo que apenas sustenta a expansão do latifúndio improdutivo, do agronegócio venenoso e dos monstruosos empreendimentos e megaprojetos assassinos, como petrolíferas, barragens de rejeitos e mineradoras, hidrelétricas, ferrovias, portos, dragagem e derrocagem, desmatamentos, entre outros.

Outros, que padecem da ganância e do egoísmo do homem branco, parecem esquecer que a cada terra roubada, a cada árvore derrubada, a cada rio escavado, a cada peixe atormentado, a água maltratada e o ar roubado libertam maldições para todos. Nós sabemos que temos a responsabilidade de cuidar dos nossos territórios contra a cobiça de vocês. Fazemos isso por amor aos nossos territórios que florescem a maior biodiversidade do mundo e estamos evitando que um dia nos falte o que comer e respirar e só reste cegueira, dinheiro e ódio. O nosso futuro é ancestral.

Durante quatro dias, tecemos pautas comuns em questões relacionadas a meio-ambiente, saúde, educação diferenciada, direitos humanos e etnodesenvolvimento. Os problemas identificados são muito antigos e todos ligados à imposição de um modelo de “desenvolvimento” que se intitula “sustentável”, e se configura como grande ameaça à manutenção dos nossos modos de vida, tais como:

- A imposição de um modelo de educação antidemocrático, eurocêntrico, precário em infraestrutura, transporte e na oferta de vagas em todos os níveis (do maternal ao ensino superior), que geralmente não respeita nossas línguas, nossas formas próprias de aprender e ensinar, nossos conhecimentos, nossas crenças, modos de vida tradicionais e que não oferecem alimentos suficientes e saudáveis aos estudantes e contrários aos hábitos culturais da comunidade;

- A imposição de um modelo de saúde ocidental desumano que desvaloriza e não inclui nossos saberes nos tratamentos médicos, na nossa forma e direito de nascer, com a oferta de serviços precários e insuficientes de profissionais e de distribuição de medicamentos;

- O roubo de nossas plantas e animais e do nosso conhecimento tradicional associado por meio da biopirataria;

- A implantação de lixões a céu aberto próximos ou em nossos territórios;

- O fechamento de acessos por grandes propriedades privadas (cercas e pistolagem) que impedem nossa circulação aos locais sagrados e áreas importantes para nossa reprodução social, cultural e econômica;

- A poluição dos nossos rios, desmatamento de nossas florestas, morte e escassez dos nossos pescados e animais com a implantação de megaempreendimentos.

No entanto, no contexto político atual, estes problemas antigos ganham requintes de crueldade gerando múltiplos retrocessos:

- A tentativa de desmoralizar e destruir o Fundo Amazônia;

- A mercantilização da natureza com a flexibilização dos licenciamentos ambientais e compensações ambientais divergentes;

- O avanço ainda mais voraz do agronegócio, hidronegócio, latifúndios, pesca predatória industrial, das madeireiras, mineradoras e garimpo sobre nossos territórios;

- A liberação em massa de agrotóxicos proibidos em diversos países do mundo;

- O fechamento de escolas e de postos de saúde;

- A suspensão da demarcação de nossos territórios;

- As ameaças à nossa vida, como defensores dos direitos humanos e da natureza;

- O sucateamento das instituições públicas (Defensoria Pública, INCRA, FUNAI, IBAMA, Universidades, etc.)

Devido a estas situações suprimirem nossos direitos humanos fundamentais explícitos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e específicos expressos na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, além de outros direitos fundamentais e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, os povos e comunidades tradicionais presentes neste encontro decidiram criar uma Rede de Etnodesenvolvimento onde alianças foram discutidas em torno de uma agenda programática de ações que será divulgada em momento oportuno.

Demandamos e propomos ações que garantam a nossa permanência nos territórios:

1. Fortalecimento e implantação de Educação diferenciada nas escolas da rede pública com i) a

formulação e reformulação de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) nas escolas com nomenclaturas específicas por pertencas (PPP Quilombola, Pesca, Extrativista, etc.) que considerem os conhecimentos tradicionais, o calendário ecológico e cultural das comunidades e as línguas; ii) a elaboração de materiais didáticos condizentes com a nossa realidade, iii) formação continuada dos profissionais e iv) participação efetiva na gestão escolar com direito à escolha da direção, com vistas a garantir a autonomia na gestão dos territórios tradicionais;

2. Criação de uma secretaria voltada para as relações étnico-raciais, ação já discutida nas conferências de educação;

3. Criação de mecanismos para enfrentamento das dificuldades de acesso e permanência na Educação Básica (educação infantil e ensino fundamental I e II) e conclusão do Ensino Médio como caminho para acesso dos povos e comunidades tradicionais ao Ensino Superior;

4. Manutenção do Curso de Etnodesenvolvimento da UFPA no Campus de Soure e expansão do curso para outros Campi da UFPA;

5. Monitoramento e ações de controle social dos Editais de Concursos Públicos para inclusão dos egressos do Curso de Etnodesenvolvimento;

6. Incentivos para o fortalecimento do sistema de conhecimento vinculado ao uso de plantas medicinais, às práticas culturais para a prevenção, tratamento e cura de doenças físicas e espirituais, bem como o atendimento e acompanhamento das mulheres gestantes, a fim de garantir a perpetuação dos conhecimentos tradicionais para as próximas gerações;

7. Articulação e fortalecimento da representatividade nos conselhos de saúde no nível local, regional e nacional para encaminhamento de demandas como a falta de agentes de saúde e endemias e melhoria na atuação desses agentes, limitação do atendimento dos hospitais regionais (Tocantina, Marajó e nordeste paraense), dos postos de saúde precários, criação de estratégias de saúde da família de povos e comunidades tradicionais, ausência de profissionais de saúde, humanização do atendimento, etc;

8. Ações e fortalecimento das políticas em nível local para garantia da soberania alimentar, a partir da saúde ambiental dos territórios com produção de alimentos orgânicos, investimentos na agricultura familiar e pesca sustentável, articulados com as secretarias de educação e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) para fornecimento da alimentação escolar;

9. Criação e participação do comitê tradicional e popular de bacias hidrográficas com apoio das instituições de pesquisa;

10. Fortalecimento dos processos associados à criação e gestão das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, dos acordos de pesca como caminho para o empoderamento/protagonismo das comunidades para conservação ambiental;

11. Garantia da realização das consultas prévias livres e informadas com as comunidades para tratar dos empreendimentos com os povos e comunidades tradicionais, de acordo com a OIT 169;

12. Realização de encontros em conjunto com os órgãos competentes em parceria com a UFPA, agentes de etnodesenvolvimento e lideranças para o monitoramento dos efeitos dos megaempreendimentos;

13. Implantação da Defensoria Pública da União no município de Salvaterra e demais regionais;

14. Exigência de que as multas aplicadas por crimes ambientais sejam transferidas para regularização fundiária dos territórios tradicionais;

15. Criação de núcleos de ação socioambiental articulados em uma rede horizontal de etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais para realização de ações mais concretas e encontros periódicos para fortalecer as práticas e saberes tradicionais.

Aprovada por unanimidade em plenária pública no dia 02 de agosto de 2019, a carta-manifesto original foi assinada pelos presentes.

Soure, 02 de agosto de 2019.



ISSN: 2675-2697

Volume 1 - Número 1 - 2019

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Mares: Revista de Geografia e Etnociências

<http://revistamares.com.br/>

Volume 1, Número 1, 2019

ISSN: 2675-2697

Rede de Geografias da Pesca

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Av. Cel. Porfírio, 2515

CEP: 68372-040 - Altamira PA

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Conselho Editorial

Catia Antonia da Silva (NUTEMC – UERJ FFP)

Catherine Prost (COSTEIROS - UFBA)

Cristiano Quaresma de Paula (NEGA – UFRGS)

Christian Nunes da Silva (GAPTA - UFPA)

Eduardo Schiavone Cardoso (GTA UFSM)

Guiomar Germani (GeograFAR – UFBA)

Gustavo Goulart Moreira Moura (GERPCAM - UFPA)

Kássia Norberto Rios (LIECTT – UFRB)

Sueli Angelo Furlan (NUPAUB – USP)

Conselho Intercientífico

Adrian Ribaric (USP)

Adolfo da Costa Oliveira Neto (UFPA)

Alpina Begossi (UNICAMP)

Amintas Nazareth Rossete (UEMT)

Ana Paulina Aguiar Soares (UEA Manaus)

Andréa Regina de Britto Costa Lopes (UNIFESSPA)

Antonio Carlos Diegues (USP)

António Domingos Braço (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Camilah Antunes Zappes (UFF e UFES)

Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFRJ)

Catherine Prost (UFBA)

Catia Antonia da Silva (UERJ)

César Augusto Ávila Martins (FURG)

Christian Nunes da Silva (UFPA)

Cristiano Quaresma de Paula (UFPA)

Cristiano Ramalho (UFPE)

David MacGrath (EUA)

Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)

Francisco José Bezerra Souto (UEFS)

Gabriela Coelho de Souza (UFRGS) Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Guiomar Germani (UFBA)

Gustavo Moura (UFPA)

José Ángel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Venezuela)

José Ignacio Vega Fernández (UFPE)

José Geraldo Marques (UEFS)

Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo (Marsol)

Karyn Rodrigues Enriques (Universidad de La Laguna – Espanha)

Kássia Norberto Rios (UFRB)

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Leopoldo Cavaleri (UNICAMP)

Manoel Masulo da Cruz (UFAM)

Maria Lúcia Brito (UECE)

Mariana Neves Cruz Mello (UEPA)

Marie Christine Cormier-Salem (IRD – França)

Michel Thiollent (UNIGRANRIO)

Miguel Accioly (UFBA)

Nemer Narchi (Colégio de Michoacán - México)

Oriana Trindade de Almeida (UFPA)

Raimundo Alberto Mulhaise (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Raquel de Carvalho Dumith (UFF)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Rogério Haesbaert (UFF)

Shauane Itainhara Freire Nunes (IF Bahiano)

Suana Medeiros Silva (UFPE) Sueli Angelo Furlan (USP)

Tatiana Walter (FURG)

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)

Valter Carmo Cruz (UFF)

Zacarias Augusto Rungo (Universidade Pedagógica – Moçambique)

ÍNDICE

EDITORIAL

Cristiano Quaresma de Paula.....1-2

Artigos Científicos

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DA VILA DE CACHOEIRA EM DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA

Gracilene de Castro Ferreira, Christian Nunes da Silva, Vicka de Nazaré Magalhães Marinho.....3-15

HOMENS E MULHERES DO MAR: APONTAMENTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

Daniela Feyh Wagner, Eduardo Schiavone Cardoso17-26

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONTRADIÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIA

Kássia Aguiar Norberto Rios27-38

TRANSFORMAÇÕES NO RIO CAMARAJIPE (SALVADOR, BA) E IMPACTOS NA PESCA ARTESANAL

Rinaldo de Castilho Rossi, João Carlos Guimarães Júnior39-48

DESCAMINHOS DA ESCOLA: TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PESCA E OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Mariana Sena Lopes, Nayara Felicíssimo Amaral, Fernanda Pacheco Huguenin, Diego Carvalhar Belo, Suelen Ribeiro de Souza49-60

POSSIBILIDADE DE INTEGRAR O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE O CLIMA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO LITORAL DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Manuel Macandza, Alice Freia61-72

QUANDO O QUILOMBO É RIO: TERRITORIALIDADES DA PESCA ENTRE QUILOMBOLAS RIBEIRINHOS NO BAIXO TOCANTINS (PA)

Carla Joelma de Oliveira Lopes73-84

AS MUDANÇAS E AS PROBLEMÁTICAS NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS NA PESCA ARTESANAL

Karla da Silva Sampaio, Pedro Benício Almeida Pinto, Catia Antonia da Silva85-95

PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA: PESQUISA, CONFLITOS E DILEMAS, UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Dorival Bonfá Neto, Júlio César Suzuki97-114

OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA, A MARINHA DO BRASIL E A VIOLÊNCIA BIOÉTNICA

Cesar Bernardo Ferreira, Cleonice Puggian115-127